

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GABRIEL CABEDA EGGER MOELLWALD

**O LONGO PROCESSO DE CONFIGURAÇÃO DO ESTADO SUL-
SUDANÊS: uma investigação histórica**

Porto Alegre

2015

GABRIEL CABEDA EGGER MOELLWALD

**O LONGO PROCESSO DE CONFIGURAÇÃO DO ESTADO SUL-
SUDANÊS: uma investigação histórica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História.

Orientador:

Prof. Dr. José Rivair Macedo

Linha de Pesquisa:

Cultura e Representações

Prof. Dr. José Rivair Macedo – Orientador

Prof. Dr. José Augusto Avancini (UFRGS)

Prof. Dr. Paulo Visentini (UFRGS)

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes (PUCRS)

Prof. Dr. Eder da Silveira (UFSCPA)

CIP - Catalogação na Publicação

Egger Moellwald, Gabriel Cabeda

O longo processo de configuração do Estado sul-sudanês: uma investigação histórica / Gabriel Cabeda Egger Moellwald. -- 2015.

179 f.

Orientador: José Rivair Macedo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Sudão. 2. Sudão do Sul. 3. História da África. 4. História Política. I. Macedo, José Rivair, orient. II. Título.

AGRADEÇO

Meu irmão Ale – saudades

Todos que não estão mais presentes, por todo o aprendizado

Meus pais, pelo apoio incondicional, e pela leitura que ajudou a tornar esse trabalho melhor, do título à bibliografia

Minha irmã Marina e cunhado Ricardo

Meu sobrinho Tales

Meus tios, por todo carinho e afeto familiar

Renata, pelo amor e companheirismo, e pelo futuro que se descortina

Os camaradas Jair e Claudio, pelas conversas e pela comuna

Os amigos de infância e adolescência

Os amigos feitos na academia, mas cuja amizade transcendeu a sala de aula

O AZ, pela glória nos gramados

Os excelentes professores-orientadores José Rivair Macedo e José Augusto Avancini

A família Duany, por, sem querer, me apresentar o Sudão

E a CAPES, pelo apoio financeiro

RESUMO

Esse trabalho propõe-se a uma investigação histórica do longo processo que originou o Estado do Sudão do Sul, tornado independente em 2011 após plebiscito. Para tanto, buscamos traçar uma longa história do Sudão, do *bilad al-sudan* oriental aos dias atuais. Nos apoiamos, principalmente, em algumas obras da extensa historiografia do Sudão para desenhar esse quadro contextual de nosso objeto de estudo. Apresentado o palco, buscamos interpretar os eventos, as relações políticas e sociais e mudanças econômicas e culturais a afetar o Sudão, depois Sudão do Sul em sua intrincada relação com seus vizinhos regionais e as potências globais. Terminamos nosso trabalho apresentando algumas notas e reflexões acerca de temas mais precisos, como “construção nacional”, “uso político da identidade étnica”, e o “papel das elites” no Sudão do Sul, dentre outras.

Palavras-Chave: Sudão, Sudão do Sul, História da África, História Política

ABSTRACT

This work is the result of a historical investigation of the long process that originated the State of South Sudan, independent in 2011 after a national referendum. We sought to draw a long history of Sudan, from the eastern *bilad al-sudan* to modern days. We based our work mostly on some of the broad historiography on Sudan, from which to develop a contextual idea of our object of study. Having set the stage, we sought to interpret the events, political and social relations and economic and cultural changes that have affected Sudan and later South Sudan in their intricate relation with regional neighbors and global powerhouses. Our work concludes presenting some observations and reflections concerning specific issues, such as “nation-building”, “political use of ethnic identity” and the “role of elites” in South Sudan, among others.

Keywords: Sudan, South Sudan, African History, Political History

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: APRESENTANDO O PALCO	8
CAPÍTULO 1. MONTANDO O PALCO: uma investigação histórica do <i>bilad al-sudan</i> oriental da conquista estrangeira à independência.....	38
1. O Sudão durante a dinastia de Muhammad Ali (1800 – 1881)	38
2. O Sudão da <i>mahdiyyia</i> (1881 – 1898)	45
3. O Sudão sob controle britânico (1898 – 1955)	49
4. O Sudão independente e a primeira guerra civil (1955 – 1972)	62
5. O governo Nimiery e relativa paz (1972 – 1983)	75
CAPÍTULO 2. INTERPRETANDO O PALCO: uma investigação história da segunda guerra civil sudanesa.....	82
1. Segunda guerra civil e formação do SPLM/SPLA (1983 – 1989)	82
2. O governo de Omar al-Bashir, islamismo político no poder e guerras civis em andamento (1989 – 1999)	97
3. O governo de Omar al-Bashir, parte 2: lenta distensão política e resoluções de paz (1999 – 2005)	130
CAPÍTULO 3. NOTAS E REFLEXÕES SOBRE ASPECTOS DA FORMAÇÃO DO ESTADO SUL- SUDANÊS.....	142
1. Do Sudão independente ao Sudão do Sul. Notas sobre a fragmentação de um Estado pós-colonial	142
2. Da experiência nacional, do estabelecimento da República do Sudão do Sul e do conflito interno por interesses políticos e econômicos	153
3. Questões de identidade, nação, etnia e política	158
4. Construção nacional e notas sobre a elite sul-sudanesa	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS: história em andamento, questões em aberto.....	172
BIBLIOGRAFIA e FONTES	177
MAPAS	178

INTRODUÇÃO: APRESENTANDO O PALCO

15 de dezembro de 2013. Madrugada de calor ameno no Brasil quando tive a primeira notícia dos acontecimentos em Juba através de uma curta postagem de *facebook* de Nok, amiga distante dos tempos de infância: “tiros de artilharia pesada noite passada e essa manhã. O que está acontecendo em Juba? Quem tiver detalhes sólidos sobre a situação, por favor, compartilhe. Deus esteja com todos nós!!!”.¹ Era uma madrugada silenciosa no Brasil, e lá estava eu, preocupado com o medo e a confusão expressos na mensagem, a ideia de tiros pelas ruas da capital.

Há pouco mais de três anos buscava compreender a história do Sudão do Sul, inspirado por essa amizade distante com a família de Nok, por um interesse acadêmico pela história da África e pela crença em uma história predicada em termos diferentes dos estabelecidos pelo centro canônico europeu então ainda vigente na academia. A fragilidade da situação política nos primeiros anos da nova República do Sudão do Sul não me era surpreendente. Acompanhava diariamente os desdobramentos no interior do país, as escaramuças entre a “milícia étnica” *murle* de David Yau Yau e os jovens armados *lou nuer*, os acordos de paz entre governo e os assim chamados grupos rebeldes, as disputas com o vizinho e velho inimigo Sudão, ao norte, pelo preço do transporte do petróleo e pela posse territorial da região Abyei.

Era de se esperar que estabelecer um Estado Nacional a partir das cinzas de uma longa guerra civil não seria tarefa simples, mas mesmo assim não imaginava tiros de artilharia pesada em Juba, passados dois anos e meio da independência do país. Atônito, passei a vasculhar portais de notícias em busca de alguma informação sobre o que estava acontecendo. Enquanto isso, uma amiga de Nok respondia sua postagem com um *link* para uma notícia no sítio da BBC. Khadija, que também havia conhecido Nok dos tempos de diáspora, perguntava para a amiga, “acabei de ver isso... tentativa de golpe? Qual a situação agora? As coisas estão calmas?”. A matéria relatava muito sucintamente a versão do presidente acerca do ocorrido:

¹ Postado em 16 de dezembro de 2013 próximo à Juba, Sudão do Sul no perfil *facebook* de Nok Nora Duany Bassey. Acessado no mesmo dia em <<https://www.facebook.com/NokNoraDuany?fref=ts>>. Todas as citações em inglês foram traduzidas pelo autor.

O presidente do Sudão do Sul, Salva Kiir, diz que suas tropas frustraram uma tentativa de golpe após uma noite de lutas na capital Juba. Ele culpou soldados leais a seu ex-vice Riek Machar pela violência da noite de domingo. O Sr. Kiir impôs um toque de recolher na cidade e afirma que o governo agora está sob controle. Grupos rivais de soldados batalharam fortemente por várias horas e não há dados de vítimas. Relata-se que os disparos agora cessaram. As tensões políticas têm se acirrado no Sudão do Sul desde julho, quando o Sr. Kiir demitiu todo seu gabinete, incluindo o Sr. Machar. A missão da ONU relata que centenas de pessoas buscaram refúgio em suas instalações próximas ao aeroporto internacional.²

O comentário a seguir, de Nok, a respeito da notícia, mostrava sua incredulidade em relação às palavras do presidente: “as coisas estão um pouco mais calmas agora, [...] mas eu honestamente não acredito que tenha sido uma tentativa de golpe...”.³ Olhando em retrospecto, também causa estranheza que não foram mencionadas vítimas, ainda mais considerando que a contagem de corpos chegaria a estrondosos 6.430 entre os dias 15 e 19 de dezembro, de acordo com algumas contagens⁴, e mais modestos 1.000 nos primeiros dez dias, de acordo com outras⁵. Já passados dois anos daquele dia fatídico em Juba, os eventos ocorridos ainda continuam cobertos por uma aura de mistério. O fato é que eles desencadearam um processo que mergulharia o país em uma situação de guerra civil logo depois de celebrada sua independência.

Antes de seguirmos, àquilo que é inescapável: esse é um trabalho sobre o Sudão escrito por um brasileiro baseado em leituras de africanos, europeus e norte-americanos. Partimos da premissa de que toda obra, por diferentes que sejam as nacionalidades de seus autores, seus pontos de partida ou pontos de vista, possuem um caráter universal. Só por isso pode um brasileiro mergulhar em história tão distante, mas não por isso menos compartilhada. Não foquemos na ideia de pensamentos ou pensadores “africanos”,

² Khadija Shariff compartilhou status de BBC África. Postado em 16 de dezembro de 2013 no perfil de Nok Nora Duany Bassey. Acessado no mesmo dia. <<https://www.facebook.com/NokNoraDuany?fref=ts>>.

³ Postado em 16 de dezembro de 2013 próximo a Juba, Sudão do Sul no perfil de Nok Nora Duany Bassey. Acessado no mesmo dia. <<https://www.facebook.com/NokNoraDuany?fref=ts>>.

⁴ NYOL, J. Nguen, In. <<http://www.southsudannewsagency.com/opinion/articles/nuer-massacre-i-am-alive-not-dead>>. Acessado em 03 de setembro de 2015.

⁵ De acordo com estimativa da UNMISS (Missão da ONU no Sudão do Sul) em <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=46912#.Vei9euFIh8k>>. Acessado em 03 de setembro de 2015

“europeus” ou “norte-americanos” – diferenças baseadas em conceitos históricos construídos/criados, nem por isso menos poderosos. Preferimos, ao invés de partir de supostas diferenças ontológicas de pensamento, partir daquilo que é comum e pode ser compartilhado, confiando nas traduções e sempre desconfiando das perspectivas, em busca do que julgamos, aqui do Brasil, representar o mais próximo que se possa chegar à realidade aparentemente tão distante do Sudão.

Meu contato com algo dessa “distante realidade” se deu graças a um encontro proporcionado por um duplo exílio. Ainda criança, acompanhando os pais em uma estadia de quatro anos nos Estados Unidos, conheci a família de Nok, vizinhos em um prédio ocupado por famílias de diversas nacionalidades. Nosso exílio foi razoavelmente curto e voluntário, enquanto o exílio dos Duany – mesmo que não soubesse disso na época – era politicamente motivado, e não havia data de retorno marcada para a família. Para mim, a convivência naquele ambiente “multiétnico”, mesmo que cercado por um monopólio de referências norte-americanas, e os laços de amizade estabelecidos com outras crianças “estrangeiras” naquela “terra estrangeira” que adotamos como nossa, me ensinou o básico: somos todos iguais, com ricas diferenças.

A proposta inicial deste trabalho era investigar as vicissitudes do processo de formação do Estado Nacional do Sudão do Sul; destrinchar questões de identidade étnica, regional e nacional, mapear a nova elite administrativa a governar o país e entender de que forma o novo Estado se insere no jogo das relações internacionais. Mas como compreender a formação de um Estado, na sua alvorada, e fundamentalmente entender as razões, até então, como bem ilustra o relato de Nok, do seu fracasso em se manter coeso territorialmente, sem investigar historicamente seu passado, as seculares tramas de suas relações de poder, suas culturas, suas identidades étnicas? Para tanto, houve a necessidade de aprofundar leituras das obras canônicas sobre o Sudão por meio de uma longa investigação histórica capaz de situar a mim e ao leitor no complexo contexto político, econômico e social da região e melhor compreender as razões dos seus entraves em se constituir, como demonstra a guerra civil - mais uma dentre muitas que assolam e assolaram esta região - de 2013. Dada a complexidade do objeto, essas questões estão trabalhadas de forma mais ou menos densa no decorrer do trabalho, ou, mais especificamente, em alguns de seus capítulos.

A ideia, portanto, nunca foi construir uma teoria geral, nem mesmo desenvolver longas discussões teóricas a respeito de conceitos importantes; a principal preocupação

transformou-se de um interesse pessoal e acadêmico em uma tentativa política de compreender e transmitir, se possível, didaticamente, o longo processo histórico sudanês, oferecendo assim ao leitor algumas chaves para melhor avaliar o presente. Mesmo que não usemos a maior parte do trabalho para discussões conceituais, não deixamos de nos apropriar e aplicar análises teóricas de autores consagrados, ao mesmo tempo avaliando as diferenças de interpretação de autores europeus, norte-americanos, africanos, sudaneses e sul-sudaneses. Cremos que, independentemente da origem dos autores e das diferenças de perspectiva que isso acarreta, todos podem contribuir para a construção, desconstrução e contínua escrita da história. Para mim, as nuances dessa rica história se revelariam na leitura das obras, ajudando a tornar mais clara a longa trajetória histórica que resultou na independência do Sudão do Sul em 2011, e conseqüentemente, o agora Estado Nacional sul-sudanês.

As perspectivas mudam conforme os contextos. Após o dia 15 de dezembro de 2013, os temas da proposta inicial parecem ter perdido um pouco a urgência. Diante dos relatos das atrocidades cometidas em Juba, Bor, Malakal, Bentiu e outras das maiores cidades do país, a própria ideia de “construção de nação” seria colocada em segundo plano, desmanchada a bombas pela desagregação sectária que tomaria o país. Passados quase dois anos da data fatídica, o país voltou a ser sinônimo de guerra, morte, fome e exílio, assim como nos tempos em que era o “problemático” sul do Sudão. A paz almejada não foi alcançada com a independência. Pelo contrário, estimativas de março de 2015 indicavam no mínimo cinquenta mil mortos após um ano de conflito⁶. A paz, a esperança de um futuro melhor, a vida palpitante nas celebrações de independência⁷; a vida cedia espaço a uma disputa necrófila por poder. Com esse cenário trágico de vidas desperdiçadas e traumas coletivos e individuais de milhões de sobreviventes; com o cheiro da morte no ar, a ideia de *necropolítica* proposta pelo intelectual camaronês Achille Mbembe (2011) parecia ilustrar perfeitamente a situação.

⁶ MARTELLI, Peter. In. <<http://news.yahoo.com/50-000-not-counting-south-sudans-war-dead-205218445.html>> Acessado em 3 de setembro de 2015.

⁷ Até agosto de 2011, mais de 2 milhões de sul-sudaneses haviam voltado para casa após o tratado de paz de 2005. Em <<http://www.un.org/africarenewal/magazine/august-2011/after-independence-what-next-south-sudan>>. Acessado em 3 de setembro de 2015.

O autor nos diz que a soberania pode se medir pelo poder de tirar ou preservar vidas, ou pela manipulação do *biopoder* – referência sua a Foucault⁸. A essa ideia de um poder mensurado pela sua mais profunda manifestação – tirar vidas –, e que se faz presente nas estruturas do colonialismo, nos sistemas escravagistas e, mais dissimuladamente, nos Estados modernos, cai bem o termo *necropolítica*; espelho de uma *biopolítica*, que representa bem o ângulo do colonizado, do escravo ou do gueto (MBEMBE, 2011). Pensando em Juba, Bor e Bentiu, nos mais de cinquenta mil cadáveres, alguns dispostos para abutres e câmeras jornalísticas, as questões se tornavam mais claras. Mais precisamente uma questão: por quê a mortandade? Ou melhor, no olhar do historiador: o que levou a isso?

Essa pergunta passaria a guiar o rumo da pesquisa, e tudo o que fora estudado até então ganharia nova perspectiva. Ao refletir sobre as possíveis causas do massacre de Juba, me lembrava de leituras sobre eventos significativos, como o massacre de Bor de 1991, não coincidentemente protagonizado pelo mesmo Riek Machar⁹ dos tempos atuais. E quanto mais analisava o passado do Sudão do Sul, ou da região enquanto sul do Sudão, em constante guerra civil com Cartum, me deparava com um número crescente de indicativos de que a vida no país independente não seria fácil, mesmo nunca imaginando uma guerra civil tão longa e com tantas mortes.

Mortes que, por si só e pela imagem do cadáver, já são extremamente lamentáveis, ainda deitam suas raízes nos vivos através de inúmeros traumas, dores e desejos de vingança com longa duração. Com a *necropolítica* em mente, voltou-me à memória um trecho da obra-prima de Joe Sacco sobre a Faixa de Gaza, para a qual se aventurara para investigar acontecimentos – mortes e traumas – passados na região em 1956. Um de seus entrevistados, Abed El-Aziz El-Rantisi, então membro do Hamas e mais tarde morto por um míssil israelense, tinha nove anos de idade na época e tivera um tio assassinado. Sua fala é forte:

Ainda me lembro do lamento e do choro do meu pai por seu irmão.
[...] Não consegui dormir durante meses [...] Isso deixou uma ferida
no meu coração que nunca vai cicatrizar. Estou quase chorando só de
contar a história para vocês. Um ato como esse nunca pode ser

⁸ Resumidamente, o conceito de biopoder, de Foucault, refere-se à prática de regulação dos outros através da “subjugação dos corpos e controle de populações”.

⁹ Um dos personagens principais da história do Sudão do Sul e de sua constituição, Riek Machar aparecerá abundantemente no decorrer do texto.

esquecido [...]. Eles semearam o ódio no nosso coração. (SACCO, 2010, p. vii)

A morte violenta, expressada friamente na contagem de corpos dos órgãos internacionais, ainda faz levantar outras questões antes de entrarmos nas especificidades de cada conflito (na ‘guerra’ propriamente dita, ou na ‘política’, inerentemente um campo de conflito). Quanto às vítimas: a quem está sendo retirado o direito de viver? Se analisarmos o caso do atual conflito no Sudão do Sul, e acreditando minimamente no que o noticiário local, regional e internacional nos pode fornecer de confiável – qual foi o evento em si, ou ‘quantos morreram’ –, perceberemos que, na ausência de um Estado que possa monopolizar a soberania através de instituições administrativas capazes de controlar o *biopoder* de forma centralizada, novas formas de soberania se manifestam. Na fragmentação do exército nacional em alas inimigas, qualquer controle sobre tirar ou preservar vidas desaparece em surtos temporários, e se esvai conforme permanece a disputa. Isso mais se percebe em locais afetados diretamente pelo conflito armado, seja por importância territorial, como no caso de Bor, localizada às margens do Nilo Branco, e na fronteira entre os Estados de Jonglei e Lagos, ou por abundância em recursos estratégicos, como Bentiu, rico em petróleo. O conflito se espalha por todas as áreas adjacentes, causando tensões que crescem conforme permanece a sensação de insegurança generalizada. Com a situação indefinida quanto a quem pertence o poder, articulam-se novas redes baseadas em estruturas locais. Pessoas morrem ou perdem a liberdade por motivos distantes do problema que causou a insegurança inicial. Novas soberanias são construídas, mesclando antigas redes de poder com novos atores políticos e militares, antigas e novas formas de articulação de poder real e simbólico. Tudo se reconstrói conforme novas necessidades e a assimilação de antigos padrões em novos cenários.

União e desagregação são temas frequentes na história do Sudão do Sul, o que tentarei tornar evidente no decorrer deste trabalho. O momento presente é de conflito, com uma população dividida, armada e militarizada por uma história fundamentada em décadas de guerra. Porém, mesmo em relativo estado de suspensão, os temas inicialmente

propostos não devem ser abandonados. Pelo contrário, somente investigando a complexa história do país poderemos responder às questões mais urgentes, sensibilizados pelo contingente milionário de refugiados e pela chegada antecipada da estação de chuvas a castigar a população com o espectro da fome. Com isso em mente, podemos então adicionar à investigação inicial outra pergunta, a servir de guia neste estudo: como explicar o massacre de 15 de dezembro de 2013 em Juba? Como explicar todos os massacres e guerras que assolaram o que é hoje a República do Sudão do Sul por tanto tempo?

Não são questões simples de responder, como o leitor perceberá. Lidar com o que ocorreu em Juba naquele dia não é tarefa fácil para ninguém, muito menos para quem viveu o calor do acontecimento, o que torna difícil a análise das fontes. Investigar as causas e consequências dos eventos também não é simples, mas creio ser o aspecto mais fundamental do ofício do historiador, ao qual mais pode dar sua contribuição. Podemos citar o velho Marc Bloch para entender melhor o sentido dessa contribuição:

Uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos: “compreender”. Não digamos que o historiador é alheio às paixões; ao menos, ele tem esta. Palavra, não dissimulemos, carregada de dificuldades, mas também de esperanças. [...] A história, com a condição de ela própria renunciar a seus falsos ares de arcanjo, [...] é uma vasta experiência de variedades humanas, um longo encontro dos homens. A vida, como a ciência, tem tudo a ganhar se esse encontro for fraternal. (BLOCH, 1997, p. 128)

É, portanto, a busca de uma melhor compreensão de uma história rica e complexa, e a crença nesse “encontro fraternal”, o que motiva a produção deste trabalho. A história moderna do que é hoje o Sudão do Sul é simbólica de alguns aspectos negativos e perversos engendrados nesse “longo encontro dos homens”. Entendo que vislumbrar a história da experiência humana nesse extenso território banhado pelo Nilo Branco e por tantos outros rios é fundamental para compreendermos melhor o longo processo colonial e suas implicações sociais e econômicas ainda em ação nas suas formas modernas.

Para concluir esse breve prelúdio com notícias de Juba, em 19 de dezembro Nok conseguiu embarcar para os Estados Unidos, junto com alguns parentes. Após declarar seu agradecimento aos soldados da força aérea americana pelo tratamento respeitoso, declarou sua tristeza pela situação: “pelos últimos seis anos, tudo que fiz relacionado ao trabalho esteve conectado ao Sudão do Sul; muita energia e pensamento foram doados

para minha terra natal e tudo mudou em um instante. Sabe-se lá se eu voltarei e o que o futuro reserva, mas minha esperança foi diminuída e meu coração partido”.¹⁰

Antes de qualquer coisa, o historiador precisa de fontes. Se há algo que ajuda a tornar a narrativa histórica mais que ficção ou um punhado de opiniões rasas, esse algo é o respeito do historiador às suas fontes. Sendo o passado o palco de suas investigações, o que resta daquela extinta realidade são apenas as provas de que aquela realidade, de fato, houve. E, portanto, está apta a ser interpretada. Partindo do princípio de que toda fonte é válida e questionável, podemos supor os dois extremos do espectro: um fragmento de papel de mil anos com o relato de um viajante, assim como a fala de um indivíduo sobre os acontecimentos no seu bairro, constituem fontes válidas; e, do outro lado, até mesmo o testemunho pessoal do próprio historiador está aberto ao questionamento. Utilizadas criticamente e coletadas em abundância, as fontes fornecem a possibilidade de uma narrativa mais rica e complexa, com nuances que podem enriquecer a leitura.

Para este trabalho sobre o Sudão escrito por um brasileiro no Brasil que nunca foi sequer ao continente africano, torna-se fundamental ao historiador confiar em suas fontes. E aqui se apresenta o primeiro problema, mencionado brevemente no início deste trabalho, da falta de acesso do autor às obras escritas em árabe. O que se deve somente ao fato de o autor não ter o conhecimento mínimo da língua árabe. Reconhecendo essa limitação gigantesca, dado o tema de nossos estudos, cabe ao autor o exercício da leitura crítica das obras disponíveis. Aliada a essa barreira linguística está a barreira geográfica, apenas minimamente mitigada pelas tecnologias de informação. Portanto, o que apresentamos aqui é nossa interpretação de leituras críticas de algumas obras mais, outras menos, canônicas da História do Sudão. Procuramos em vários momentos nos basear naquilo que os autores apresentam como resultado de suas pesquisas de campo e coleta de dados. Ou seja, além de, em algumas ocasiões, informar as opiniões dos autores, elaboramos algumas interpretações originais a partir das fontes desses autores. Sem acesso

¹⁰ Postado em 19 de dezembro de 2013 próximo à Juba, Sudão do Sul no perfil de Nok Nora Duany Bassey. Acessado no mesmo dia em <https://www.facebook.com/NokNoraDuany?fref=ts>. Por pertencer a uma elite econômica de seu país e pela dupla-cidadania, Nok conseguiu exílio rápido nos EUA. Refugiados internos e externos não seriam salvos por aviões, muitos perecendo no caminho da fuga forçada de casa.

direto às fontes primárias, algumas vezes recorremos a um tipo de vampirismo documental crítico, conscientemente nos aproveitando do trabalho pesado de outros pesquisadores.

As obras mais utilizadas nesse sentido foram alguns clássicos da historiografia sudanesa, os quais citaremos e descreveremos brevemente a seguir. O seminal “**A History of the Sudan: from the coming of Islam to the present day**”, escrito pela dupla P.M. Holt e M.W. Daly, apresenta de forma condensada uma viagem pela longa história da região do Sudão, desde o *bilad al-sudan oriental* aos dias atuais. Recorremos ao livro principalmente nos capítulos referentes à história medieval do Sudão, mas ainda nos aproveitando do estilo resumido do texto em outras ocasiões. Além do livro da dupla britânica, o livro de Robert O. Collins “**A History of Modern Sudan**” também ajudou muito a fornecer informações sobre os eventos relevantes na história política do Sudão. A contribuição dessa obra foi importante para este trabalho em vários aspectos, apesar de algumas interpretações de eventos mais recentes parecerem muito tocadas pelo espírito pós-11 de setembro do momento de sua escrita. Outro trabalho que forneceu a base contextual para nossa interpretação dos processos históricos sudaneses foi “**The Root Causes of Sudan’s Civil Wars**”, de Douglas H. Johnson. De especial utilidade foi a cronologia apresentada pelo autor ao final do volume, apresentando detalhes preciosos da segunda guerra civil sudanesa.

Tratando mais especificamente da segunda guerra civil e do surgimento do partido sul-sudanês SPLM/A, a obra do sul-sudanês Arop Madut-Arop “**Sudan’s Painful Road to Peace: a full story of the founding and development of the SPLM/SPLA**” pode ser considerada o mais detalhado trabalho historiográfico sobre o período. As interpretações do autor foram de especial interesse devido ao seu profundo trabalho de campo e coleta de entrevistas com personagens importantes da trama política sul-sudanesa e sudanesa. De outro lado, “**Sudan, South Sudan & Darfur: what everyone needs to know**”, do norte-americano Andrew S. Natsios, que frequentou o país durante o começo dos anos 2000 a serviço do *USAID* deve ser lido com cautela, justamente por algumas interpretações propositalmente simplistas do autor. Mesmo sob perigo de cair na armadilha da simplificação excessiva, o autor também fornece algumas informações relevantes de forma didática, o que nos foi útil especificamente para uma interpretação resumida das rebeliões de Darfur.

Outras duas obras escritas por sul-sudaneses foram bastante utilizadas como fonte ou devido à suas ricas interpretações. A obra “**Integration and Fragmentation of the Sudan: an african renaissance**”, de Mawut Achiecque Mach Guarak, é fruto de uma extensa pesquisa, e suas mais de 600 páginas apresentam uma longa travessia pela história do Sudão da perspectiva de um sulino, focando no período das duas guerras civis. O texto de Mach Guarak, assim como o de Madut-Arop, segue uma narrativa apaixonada, e ambos podem ser consideradas algumas das primeiras tentativas de elaboração do esboço de uma “história nacional” sul-sudanesa. Já o poeta e intelectual Kuir ë Garang, autor de “**South Sudan Ideologically: tribal socio-democracy, SPLM ideologues, Juba corruptocrats, Khartoum theocrats and their time-frozen leadership**”, obra que utilizamos para analisar a história mais recente e a formação do Sudão do Sul como um Estado Nacional, mostra-se um crítico ferrenho do governo do Sudão do Sul, apontando os problemas que eventualmente levariam o país a sua própria guerra civil.

A essas obras mais específicas sobre o Sudão e o Sudão do Sul somam-se outros livros e artigos utilizadas secundariamente, com o destaque para as interpretações precisas de Francis M. Deng, Mathew LeRiche e PaanLuel Wel e o trabalho da antropóloga Sharon Hutchinson sobre os *nuer*. Essas obras ajudaram a elucidar alguns aspectos sociais desse “grupo étnico” tão presente na história política da região e no imaginário ocidental, após os trabalhos de Edward Evans-Pritchard. Além desses trabalhos confinados ao caso específico dos Sudão, leituras das obras de Frantz Fanon e Aimé Césaire, além de outros autores a tratar da questão colonial, foram de extrema importância para entendermos o próprio processo de colonialismo pelo qual passou o Sudão. Autores como Valentim Mudimbe, Achille Mbembe e Elikia M’bokolo nos forneceram também uma interpretação de fenômenos pertinentes ao continente africano como um todo, com suas estruturas explicativas às vezes combinadas perfeitamente com os eventos históricos a se desenrolarem no país.

Além desses intelectuais seminiais, achamos oportuno lembrar da interpretação de Benedict Anderson sobre o surgimento dos Estados Nacionais, e do sociólogo francês Michel Cahen acerca da formação dos Estados Nacionais na África e das acomodações de identidades dentro de Estados formados com fronteiras artificiais. Para enriquecer o debate sobre a complexidade em torno da questão étnica, aproveitamos o ensaio crítico de Jean-Loup Amsell, “**Etnias e Espaços: uma antropologia topológica**”. Os artigos de Muryatan Barbosa sobre o processo de criação e execução da obra “**História Geral da**

África”, e as análises de Stuart Hall sobre a trajetória dos estudos africanos e os rumos da disciplina foram de especial importância para a elaboração do capítulo introdutório. Também vale lembrar do trabalho da pesquisadora brasileira Patrícia Teixeira Santos, “**Fé, Guerra e Escravidão: uma história da conquista colonial do Sudão (1881-1898)**”, a qual tivemos acesso tardiamente, não podendo incluir muitas das ricas observações da autora no corpo do texto, mas que foi de suma importância para entendermos a importância das ordens sufis na história do Sudão colonial. Diversos outros autores foram usados no decorrer do trabalho, e não cabe citá-los todos aqui, mas salientemos também a importância do acesso que tivemos aos infindáveis mapas, artigos e informações diversas que encontramos navegando pela internet, essa rica fonte de documentos e relíquias.

Antes de darmos prosseguimento à questão mais específica da produção de uma história do Sudão e do Sudão do Sul, importa fazer uma breve reflexão acerca do trabalho do historiador e seu objeto de estudo. Naturalmente, alguns limites são inescapáveis. Em geral, escolhe-se um tema ou um objeto que será restringido a um lugar no espaço e um espaço no tempo. Territorialidade, estilo de vida, organização e cultura de um determinado grupo de pessoas são elementos que possuem um caráter histórico, portanto, transitório. Essa transitoriedade das sociedades e suas culturas, normas, valores e tabus é aquilo que poderíamos chamar de “processo histórico”, apto a ser lido, investigado e interpretado das mais diversas maneiras. Em suma, para o historiador, o que define seu objeto de estudo é a sua historicidade, o que também vale para seu trabalho, que será inevitavelmente fruto do tempo-espaço específico de sua produção. Pensando assim, livres da tentação de elaborar uma história “derradeira”, podemos localizar e discutir os processos pelos quais podemos compreender o tema sobre o qual nos debruçamos.

A história da África é tão antiga quanto à própria história da experiência humana. Sua imensidão territorial e variedade ambiental, diversidade de povos e o contato desses com partes diversas do mundo são elementos que tornam embarcar na tentativa de desenvolver uma história universal desse continente uma tarefa descomunal. O projeto “História Geral da África”, iniciativa proposta no 1º Congresso Internacional dos Africanistas, em 1962, e abraçado pela UNESCO em 1964, demonstrou o quão difícil seria essa tarefa. No começo dos anos 1960, os novos Estados africanos membros da ONU já ecoavam a voz de influentes pensadores africanos como Cheikh Anta Diop, Joseph Ki-Zerbo e Wole Soyinka, que clamavam pela necessidade de uma reavaliação da história africana e um fortalecimento da identidade cultural de seus habitantes. Podemos considerar o próprio surgimento dos Estados soberanos africanos após a segunda guerra mundial também consequência do amadurecimento de um pensamento afirmativo da identidade africana. Ou seja, o palco “ideal” estava formado pelo cenário pós-guerra, com o descrédito da lógica imperialista, a iminência da competição da guerra fria e o fortalecimento das Nações Unidas. Porém, esses fatores só foram determinantes para as independências africanas graças a um longo processo de mudanças.

A história, esse “longo encontro de homens”, foi particularmente destrutiva enquanto reinava o processo colonial, que colocou, para fins econômicos, os africanos e sua diáspora na parte de baixo de uma escala hierárquica de valor racial. O conceito de “civilização” divulgado pelos pensadores europeus iluministas favoreceu um pensamento baseado em premissas supostamente superiores, enquanto outros pensamentos incompreendidos eram, em geral, rotulados de “primitivos”. Essa inferiorização, primitivização e simplificação das sociedades africanas e do “sujeito negro”, (que carrega na cor da pele a marca fundamental de sua ancestralidade inferiorizada pelo racista europeu) sempre constituiu o tom pelo qual esse trecho do “longo encontro” se deu. Ou seja, qualquer negociação em termos culturais ou sociais estaria impregnada por essa perspectiva subjacente de uma hierarquia racial da espécie humana, com o branco europeu a ocupar a camada superior.

No começo dos anos 1960, essa hierarquização dos seres humanos de acordo com o tom de pele ainda era a norma, como ainda o é atualmente, apesar de diversas conquistas recentes. Os objetivos da “História Geral da África” eram o reflexo da urgência de seu tempo. O “perigo que as fontes para a história da África se perdessem definitivamente, tanto as fontes escritas quanto as orais” (BARBOSA, 2012, p. 212) demonstram tal

urgência, além de constatar a escassez de trabalhos de história sobre o continente até então. Portanto, havia um profundo trabalho de campo a se fazer, de coleta de dados para obter o máximo de informação que se pudesse extrair, antes que os dados se perdessem para sempre. A oralidade da maioria das culturas africanas seria um desafio a mais, e ajudaria a contribuir positivamente no debate sobre os limites e possibilidades da história oral e também para quebrar a ideia da hegemonia do documento escrito como única fonte confiável. De acordo com Muryatan Barbosa, podemos citar o principal motivo político a impulsionar o projeto:

[...] havia o desejo de que a História Geral da África pudesse impulsionar uma escrita da história que superasse os preconceitos colonialistas sobre o continente, contribuindo para mostrar as contribuições africanas para a civilização humana. Algo visto como sumamente necessário às nações africanas no período pós-colonial que se instaurava em África. (BARBOSA, 2012, p. 213)

O momento era de luta, com o pan-africanismo, o movimento negritude e, as marchas pelos direitos civis, além da fundação da União Africana e o surgimento de muitos Estados Nacionais africanos. Nesse período, pensadores, ideólogos, escritores e historiadores africanos ou afro-americanos faziam a sua parte para mudar os paradigmas e reverter preconceitos milenares. De acordo com Achille Mbembe, essa mudança teria se iniciado em fins do século XVIII, com as numerosas revoltas de escravos e a independência do Haiti, em 1804, quando “os Negros, estes sujeitos construídos pelos outros, agora podem articular uma linguagem reivindicando o status de sujeitos em pleno direito do mundo vivo” (MBEMBE, 2013, p. 12). Bastante tempo se passou entre 1804 e 1962, quando começou o processo para a elaboração de uma primeira “História Geral da África”.

Antes, num primeiro momento da biografia da construção da imagem do sujeito africano, “homens e mulheres originárias da África são transformadas em homens-objetos, homens-mercadoria e homens-moeda” (MBEMBE, 2013, p. 11). Esse período corresponde ao tempo em que estiveram legitimados a escravidão, o colonialismo e o *apartheid*; o período no qual vigorou o que Georges Balandier denominou de “situação colonial”, em artigo escrito em 1950:

Um dos acontecimentos mais marcantes da história recente da humanidade é a expansão da maior parte de povos europeus pelo mundo. Trata-se de uma expansão que conduziu à submissão – quando não ao desaparecimento – da quase totalidade dos povos ditos atrasados, arcaicos ou primitivos. A

ação colonial, ao longo do século XIX, foi o aspecto mais importante da expansão europeia e aquele que teve maiores consequências. Abalou brutalmente a história dos povos que submeteu. (BALANDIER, in SANCHEZ, 2011, p. 219)

Para Balandier, estava claro que a lógica colonial afetava negativamente o povo colonizado. Podemos questionar o pouco peso que o pensador francês atribui à agência dos “povos ditos atrasados”, mas não podemos, ao atribuir importância ao papel ativo do colonizado, esquecer a brutalidade do processo colonial. Aimé Césaire, poeta e pensador caribenho, soube bem expressar que não se trata de “subestimar a importância da Europa na história do pensamento humano, ou ainda pregar qualquer retrocesso”, mas afirmar que “o grande drama histórico da África foi menos o ter sido tardiamente posta em contato com o resto do mundo do que a maneira como o contato foi feito” (CÉSAIRE, 1971, p. 26); o contato desumanizador da lógica colonial.

Seriam necessários séculos para que se começasse a mudança, processo ainda em andamento. Os anos 1960 representam um momento decisivo nessa transformação, como bem expressa Ki-Zerbo, introduzindo de forma sucinta o objetivo da “História Geral da África”:

Outra exigência imperativa é de que a história (e a cultura) da África deve pelo menos ser vista de dentro, não sendo medida por réguas de valores estranhos... Mas essas conexões têm que ser analisadas nos termos de trocas mútuas e influências multilaterais em que algo seja ouvido da contribuição africana para o desenvolvimento da espécie humana. (KI-ZERBO, 2010, p. LII).

Portanto, reconhecendo essa dívida histórica com o continente e disposta a ajudar na elaboração de novas bases para os estudos africanos, a UNESCO colaborou para a criação de um comitê científico internacional, composto, em sua maioria, por intelectuais africanos, responsáveis por elaborar um plano audacioso em múltiplas fases para executar a tarefa. O projeto passou por vários momentos, com o envolvimento de diversas comissões de especialistas. No total, seriam necessárias três décadas para que todos os oito volumes da obra fossem finalmente publicados em 1999. Apesar da aparente demora, a obra cumpriu com os objetivos de seus propositores, principalmente na afirmação de que “a História Geral da África deve ser vista desde seu interior, partindo do próprio continente como centro de interesse, considerando os africanos como sujeitos e não meros objetos da História” (BARBOSA, 2012, p. 217). Engelbert Mveng, da Universidade Federal de Yaoundé, nos Camarões, afirmava: “África tem o dever de afirmar a

autenticidade de seu passado, não em virtude da imagem criada pelos observadores estrangeiros, mas em virtude da verdade daquilo que foi vivido, experimentado e expresso por ela mesma” (MVENG, 1971, p. 17). O que os pensadores envolvidos no projeto “História Geral da África” estavam propondo era justamente a elaboração de uma nova História da África; uma história que ajudasse a romper com a “imagem criada pelos observadores estrangeiros”, imagem baseada e ao mesmo tempo alicerçada de um sistema colonial tão econômico e político quanto cultural e ideológico.

De acordo com John Parker (2007), para Valentin Mudimbe, a própria ideia de África foi inicialmente desenvolvida por não-africanos através de um “paradigma de diferença”. Nas palavras bem resumidas de Parker, “a África serviu como um prisma exótico através do qual outros, principalmente europeus, refrataram imagens do ‘outro’ e de si mesmo.” (PARKER, 2007, p. 8). Não se pretende fazer aqui uma historiografia do “processo de invenção da África”, algo que Mudimbe fez com brilhantismo, mas apenas constatar que a ideia de África e a história dos africanos está em constante reinvenção, cada vez mais escrita em seus próprios termos. Para os pan-africanistas ou os idealizadores do movimento negritude, e como previsto no projeto da “História Geral”, era necessário “que o continente fosse entendido como uma totalidade” (BARBOSA, 2012, p. 217). E é em relação a esse ponto que alguns pensadores recentemente começaram a elaborar uma crítica construtiva. Stuart Hall, de forma semelhante a Mbembe, afirma que há “uma mudança significativa acontecendo na cultura política negra” (HALL, in APPIAH, 1999, p. 706). O que ele está dizendo é que a necessidade de afirmação de uma identidade que havia sido uniformizada e simplificada por um “outro” acabou por colaborar com a ideia construída cultural e politicamente de um “sujeito negro essencial”. Em nome da “contestação da qualidade estereotipada e natureza fetichizada da imagem do negro”, houve a necessidade de uma “contraposição, através de um conjunto de imagens positivas” (HALL, in APPIAH, 1999, p. 706). Para Stuart Hall, é necessário acabar com essa ideia de um sujeito negro essencial, e isso se reflete na forma de fazer história sobre a África. Ainda é necessário preencher as lacunas de anos de imprecisões e deturpações, reescrevendo a história dos povos africanos com a

historicidade ignorada pelos trabalhos etnográficos. Enfim, o campo ainda oferece diversos desafios ao historiador, mas, assim como as planícies do Nilo Branco após as estações de chuva, é um campo fértil, rico em possibilidades.

As causas e razões que motivaram os pensadores que estiveram envolvidos na produção da “História Geral da África” ainda são extremamente relevantes, e não são postas de lado por uma eventual crítica ao pan-africanismo. O próprio Hall não deixa de alertar que “a crítica original das relações predominantes de raça e representação e as políticas que se desenvolveram através dela não desapareceram e não podem desaparecer enquanto as condições que a possibilitam [...] não apenas persistem, mas florescem” (HALL, in APPIAH, 1999, p. 705). O que ele tão bem sintetizou e que simboliza uma mudança na representação do africano é “o reconhecimento da extraordinária diversidade de posições subjetivas, experiências sociais e identidades culturais que compõem a categoria ‘negro’; ou seja, o reconhecimento de que ‘negro’ é essencialmente uma categoria política e culturalmente construída” (id. *ibid.*). O fato das ideias de raça possuírem um caráter político e culturalmente construído mostra que essas ideias também possuem um caráter transitório, com um prazo de validade histórico. Estamos vivendo um novo momento nas representações de raça; esperamos que em direção a mais igualdade, respeito e reconhecimento das diferenças, em todos os sentidos. Stuart Hall conclui:

O fim do sujeito essencial negro também leva ao reconhecimento de que as questões principais de raça sempre aparecem historicamente em articulação, em formação, com outras categorias de divisões e são constantemente cruzadas e recruzadas pelas categorias de classe, gênero e etnicidade. [...] a mudança está em andamento e a questão do sujeito negro não pode ser representada sem referência a dimensões de classe, gênero, sexualidade e etnicidade. (HALL, in. APPIAH, p. 705).

O projeto da História Geral da África marcou importante etapa para uma reescrita da história da África, colaborando para mudanças na representação dos sujeitos africanos. Porém, devido à magnitude da empreitada proposta, os livros previsivelmente só conseguiram elaborar o que se propuseram: uma “história geral”, sucinta. Isso se comprova ao se buscar nos oito tomos referências ao que é hoje o Sudão do Sul. O problema advém justamente da necessidade de se enquadrar o objeto de estudo em um espaço territorial específico. Publicados entre 1964 e 1999, quando a República do Sudão

do Sul não passava de uma ideia utópica na mente de alas separatistas do partido rebelde, os livros tendem a aglomerar a história dos povos sudaneses do sul com a dos sudaneses do norte, mesmo em se tratando de períodos anteriores à criação da República do Sudão, na época a entidade política vigente no território. Isso se torna claro logo que os autores explicam a origem do nome “Sudão” no capítulo intitulado “O Sudão de 1500 a 1800”:

O nome de Sudão designa aqui a parte oriental do Bilad al-Sudan, que compreendia, na Era Medieval, o reino cristão da Núbia, os sultanatos de Funj e de Fur, e que, no presente capítulo, equivale em boa parte ao território da moderna República do Sudão. O uso oficial do termo Sudão para designar uma entidade política ou administrativa data do regime turco-egípcio, de 1821 a 1885 (HASAN, Y.F e OGOT, B.A, 2010, p. 205).

Mesmo que o capítulo se restrinja à história do Sudão anterior ao regime turco-egípcio, os autores não conseguem deixar de incluir essa diversidade no “território da moderna República do Sudão”. Não queremos afirmar, com isso, que os autores ignorem a profunda diferença entre as regiões do país. Entendemos não ser possível estudar a história de qualquer povo isolado do contexto global do qual participam, e não ignoramos que os autores estavam preocupados em fazer uma história “geral”. Mesmo assim, não conseguem escapar de acomodar seu objeto de estudo em uma embalagem correspondente à situação territorial do momento. No Sudão recém-independente, tamanha era a diversidade daquele imenso território que tornaria absurda a tarefa de desenvolver uma “história unificada” do território, muito menos uma “história nacional”. No fim, passados os anos, a “história nacional” do Sudão seria uma história de guerras civis e desagregação. Uma história de uma unificação forçada, de conflito e de uma eventual desintegração territorial.

Para não cairmos nessa armadilha, e em consonância com a ideia da necessidade de que a “história da África deve pelo menos ser vista de dentro, não sendo medida por régua de valores estranhos”, acreditamos só ser possível estudar o que é hoje o Sudão do Sul e sua incipiente “história nacional” pela perspectiva dos diversos povos que ali habitam. Isso implicaria em escrever diversas histórias particulares, com seus intercrossamentos, guerras, migrações e apropriações. E isso também envolve nos apoderarmos do termo “etnicidade”, com o cuidado para não cairmos na armadilha de uma ideia de “uniformidade”. Afinal, e voltando a citar Stuart Hall,

se o sujeito negro e a experiência negra não são estabilizados pela Natureza ou outra garantia essencial, então deve ser o caso que elas são construídas historicamente, culturalmente, politicamente – e o conceito que se refere a

isso é ‘etnicidade’. [...] o termo ‘etnicidade’ reconhece o lugar da história, língua e cultura na construção da subjetividade e identidade, além do fato de que todo discurso é colocado, posicionado, situado e todo conhecimento é contextual. (HALL, in. APPIAH, p. 705)

A premissa básica da historicidade e transitoriedade de todas as coisas também serve para a África. Tendo em mente a fragilidade de uma ideia de “unidade” da história da África, assim como a ideia de uma suposta “unidade” do Sudão, podemos entender melhor nosso objeto de estudo. E aqui entramos novamente no *bilad al-sudan*, a “terra dos negros”, em relação à qual “mesmo pensadores sofisticados como o famoso historiador norte-africano Ibn Khaldun mostram seu desdém. [Afinal] para muçulmanos do norte, a África também era concebida através de um ‘paradigma da diferença’” (PARKER, 1999, p. 8). E é com base nesse paradigma que ainda se desenrola a história da África, do Sudão, do Sudão do Sul; quantas histórias tristes ainda serão escritas por causa de noções historicamente construídas de superioridade e inferioridade?

Para buscarmos, então, entender o processo histórico que resultou no surgimento do Sudão do Sul como um Estado Nacional em 2011, é necessário estudarmos os quase cinquenta anos de guerra civil no que antes era uma só República do Sudão. Todo processo de independência é fruto de uma disputa política por poder e representação, e como vimos desde as independências nas Américas, somente é legitimado em um nível global com ações e decisões de outros poderes independentes, os poderes hegemônicos. Em meados dos anos 1950, com a confirmação da independência do Sudão, esse poder global era representado pelos Estados Unidos e pelas forças imperiais europeias em decadência, no caso, o Império Britânico e, em nível regional, pelo Egito, também em transformação. A história do Imperialismo europeu é uma história global de competição entre impérios, com a reprodução mais ou menos fidedigna de uma lógica colonialista perpetrada por esses impérios em diversas regiões do planeta.

Então, devemos analisar a história do Imperialismo europeu e seu impacto na região que hoje corresponde ao Sudão do Sul; uma história que somente se inicia na segunda metade do século XIX. Antes da real intervenção britânica na região, um tipo diferente de colonialismo era praticado em terras sul-sudanesas, dessa vez impulsionado pela consolidação da dinastia de Muhammad Ali no Egito, então uma província *de facto*

autônoma do Império Otomano, a partir dos anos 1820. Até então, não era forte o contato entre os povos *nilóticos* e *bantu* do sul e afro-islâmicos do norte, o qual havia sido “arabizado” e no qual o Islamismo havia, através de um processo milenar, se inserido e ganho proeminência entre população e elites locais. Esse contato escasso também se deve em grande parte a motivos geográficos, o que será tratado no decorrer da nossa narrativa.

Devemos nos perguntar sobre a história milenar dos povos que, devido ao trabalho de antropólogos e etnógrafos, costumou-se chamar de *nilóticos*, e que formam a maioria da população sul-sudanesa. É necessário imaginar aquelas sociedades antes do contato mais frequente com o “branco”, o “egípcio”, o turco” ou o “árabe”, estrangeiros em geral. Quem habitava aquela região? Quais eram seus modos de vida, organização social, o que comiam, como casavam e se relacionavam com os vizinhos, etc.? Para isso, devemos entender o contexto “global” do período: quais eram as potências regionais? Existiam? Até que ponto influenciavam ou eram influenciadas pelos vizinhos? É possível que obtenhamos muitas respostas nos dias atuais: as peculiaridades de determinada sociedade também são consequência de um passado mais remoto, ainda mais quando tais peculiaridades não dizem respeito a influências impostas pela situação colonial. Ou seja, nos traços atuais da sociedade, podemos encontrar pistas sobre um passado mais distante. Essas questões, fundamentais para a empreitada de entender as sociedades, sejam quais forem, não serão tratadas diretamente no trabalho, mas evocadas em momentos que consideramos oportunos.

Também é necessário entendermos o amálgama entre esses traços “tradicionais”, por assim dizer, e o que resultou do processo colonial e da influência do sistema capitalista mundial: essa mistura que nasce somente através do contato entre povos muito diferentes. Novamente evocando Césaire, lembramos que, no contexto colonial, o contato não se deu em termos igualitários e fraternos. Mas, querendo ou não, esse contato tem profunda influência sobre a forma como se desenvolveram as sociedades sul-sudanesas contemporâneas, transformadas em parte e em certos aspectos pelo poder do dinheiro, da arma de fogo e da tecnologia do “homem branco”. Assim, lembrando o caráter mutante e transitório das sociedades, podemos entender melhor o que é o Sudão do Sul hoje.

Portanto, devemos empreender uma longa viagem. Começaremos essa jornada com uma investigação histórica do Sudão, buscando, através de fontes bibliográficas, traçar a história do *bilad al-sudan*, da expansão do Islã na África aos dias atuais. Verificando a multiplicidade étnica, social e cultural do território, melhor entenderemos

as diferenças, justaposições, cruzamentos, peculiaridades sociais, culturais e políticas das populações locais, além de seus movimentos migratórios ao longo do tempo. Podemos assim situar o terreno no qual se desenrolará a história a culminar com o nascimento da República do Sudão do Sul. Após atravessarmos esse caminho milenar, dedicamos espaço maior para o longo processo colonial que assolou a região a partir dos anos 1820, com a intensificação de um colonialismo, antes perpetrado pelo Egito da dinastia Ali, depois pelo império britânico, até a independência do Sudão, buscando compreender a posição do sul no processo de integração territorial do país.

Depois, dedicamos um espaço maior à história mais recente da região. Primeiro, tratamos do período que corresponde ao processo de independência da República do Sudão, a se concretizar em 1956, com a integração do sul e outras regiões periféricas ao país, contrariando a vontade de líderes sul-sudaneses da época. Esse clima tenso entre uma elite sudanesa afro-islâmica/arabizada ao norte e os povos animistas ou cristãos do sul só aumentou após a independência e a integração forçada. De acordo com o sul-sudanês Mawut Achiecque Mach Guarak, “a emergência geográfica do Sudão como o conhecemos hoje foi consequência do projeto conjunto de elites árabes e europeias no século XX” (GUARAK, 2011, p. 41). Ou seja, a integração não foi negociada, resultando imediatamente em violência, com o motim de 1955 na cidade de Torit provocado por soldados sulinos contrários aos termos da integração constituindo o ato símbolo de um país cindido ao nascer. O motim antecedeu em quatro meses a independência oficial do país e os amotinados que não se renderam se exilaram no interior do país, criando as raízes de um movimento rebelde. “Apesar de unidos involuntariamente, as mentes e raças do Sudão permaneceram separadas e não puderam ser artificialmente unidas pela elite diminuta”. O autor continua, afirmando que “essa anexação involuntária de diferentes partes do Sudão é a causa raiz da instabilidade civil no Sudão” (GUARAK, 2011, p. 41).

Ou seja, as guerras civis que se seguiriam até 2005, com o tratado de paz que estabeleceu as bases para a fragmentação derradeira do país, são consequências de acordos políticos firmados sem o consentimento das diversas lideranças dos grupos étnicos do sul e de outras regiões periféricas. Essa falta de consideração relativa ao ponto de vista dos sul-sudaneses só pode ser explicada se tivermos em mente que as lideranças norte-sudanesas, egípcias e inglesas a definir os destinos políticos daquela região estavam guiadas por um pensamento baseado na já mencionada cadeia hierarquia de valor racial, numa perpetuação do “paradigma da diferença”. A incapacidade e a cegueira crônica das

lideranças norte-sudanesas em reconhecer os sul-sudaneses como iguais provocou um desastre de meio século, com o esfacelamento territorial do país como consequência máxima do fracasso do projeto nacionalista sudanês.

Uma última parte dessa história concisa do Sudão do Sul tratará do nascimento do país e dos diversos problemas enfrentados para manter o Estado em funcionamento e unidas lideranças extremamente militarizadas e com interesses divergentes. Da mesma forma como o fracasso da elite norte-sudanesa resultou na divisão do país em dois, um governo sul-sudanês é responsável pelo atual esfacelamento do país em grupos sectários. A forte identificação entre as diferentes etnias do país, apesar da também forte rivalidade histórica, nos faz crer que não há risco de um maior esfacelamento territorial; porém, nos entristece a reprodução do “paradigma da diferença”, agora no interior do país. O poeta e pensador sul-sudanês Kuir e Garang já apontava para os problemas que o país enfrentava antes mesmo da explosão de violência a partir de 15 de dezembro de 2013. De acordo com ele, a reprodução dos vícios dos governos sudaneses contra quem os rebeldes do sul lutaram por décadas é motivo para inquietação:

Em Juba, agora, o presidente Kiir e pessoas ao seu redor começaram a usar mal o poder; tornando os então heróis da libertação, agora lutando por níveis de poder e riqueza, em um grupo nadando em intolerável intolerância e perverso tribalismo e nepotismo. A administração do presidente Kiir tem um número desproporcional de pessoas do Estado de Warrap [sua terra natal], que ocupam posições superiores de liderança. E pessoas próximas a Kiir se tornaram intocáveis, mesmo que bem se saiba que são corruptos (GARANG, 2013 p. 11).

Mas paremos aqui para discutirmos com mais detalhes os assuntos a afetar a incipiente formação do país posteriormente. Após empreender essa pequena viagem pelo terreno de nosso objeto de pesquisa, preocupar-nos-emos com alguns importantes aspectos para melhor compreender a formação do Estado Nacional do Sudão do Sul. Começaremos traçando uma rápida investigação história do *bilad al-sudan* aos dias atuais. E depois, dentro de nossos limites, da questão da construção de uma identidade nacional, o que envolve um debate acerca de identidade e do uso político de etnicidade, assunto a ser tratado nos capítulos finais do trabalho.

A história da República do Sudão, do *bilad al-sudan*, da Núbia, ou, a história milenar da trajetória humana no território hoje conhecido como Sudão e Sudão do Sul, está razoavelmente bem documentada. Porém, pouco material se encontra em língua portuguesa, sendo que nossa investigação está em grande parte baseada na leitura de obras escritas ou traduzidas para o inglês por autores de diversas nacionalidades. Ou seja, mesmo buscando uma diversidade de visões, não tivemos acesso ao arcabouço de obras em árabe e outras línguas, limitando muito nosso estudo e potencialmente envergando nossa interpretação.

Como nosso objetivo neste capítulo é apresentar ao leitor um quadro geral da história do Sudão, nos limitamos a discorrer sobre os eventos políticos, econômicos e sociais que consideramos de maior importância, relegando temas ricos e complexos. Infelizmente, não cabe em espaço tão curto uma investigação mais detalhada de nosso tema. Para tentar mitigar essa limitação, apresentamos para o leitor especialista ou curioso uma bibliografia razoavelmente extensa ao final deste volume. Segue uma brevíssima história do Sudão, moldura fundamental para o nosso estudo.

Para fins de datação histórica, a independência do Sudão do Sul em 2011 marca o término melancólico de um longo período na história do Sudão. A desintegração do território em duas entidades autônomas foi o resultado do desfecho de uma guerra civil que durou décadas e já estava em andamento enquanto se decidiam os termos da independência do Sudão, em 1955. Uma investigação histórica nos permitirá ver que, mesmo reconhecido internacionalmente como um território unificado, o Sudão já era no momento de sua independência um território cindido, nascido dos arranjos da ocupação estrangeira. Pretendemos neste capítulo percorrer brevemente a história do Sudão, incluindo o atual Sudão do Sul, analisando os processos de integração e fragmentação do país.

Se a independência do Sudão do Sul marca o fim de uma época, podemos situar o início do que se convencionou chamar de história moderna do Sudão, em 1821, com a conquista inicial do território por parte das tropas multiétnicas do vice-rei da província otomana do Egito, Muhammad Ali Pasha. Esse momento marca o início de uma nova época por três motivos principais. Primeiro, a anexação daquelas terras às possessões de Muhammad Ali pode ser considerada uma primeira unificação territorial da região como a conhecemos hoje, com o centro na cidade de Cartum, a “capital colonial” fundada em 1825 e localizada na confluência do Nilo Branco com o Nilo Azul. Segundo, a conquista

marca nova etapa na inserção da região nas rotas comerciais¹¹ do Mediterrâneo e Oriente Médio, como fornecedora de matérias primas e escravos. Além disso, a ocupação foi sucedida por um lento processo de modernização na região, cujo auge pôde ser sentido no reinado do *quediva*¹² Ismail Pasha, neto de Muhammad Ali, nas décadas de 1860 e 1870. A modernização do *quediva* veio acompanhada de dívidas, e logo o Egito, e junto com ele o Sudão, estariam em mãos do império britânico.

Mas se 1821 pode ser considerada uma data seminal da história do Sudão, o mesmo não vale para o Sudão do Sul, que só seria agregado ao país muito precariamente após a transposição, no final de 1839, do *sudd*, região pantanosa no Nilo Branco que servira até então de barreira natural entre os mundos afro-islâmico, ao norte, e animista, ao sul. A conquista do norte do Sudão pelo exército de Ali tivera como propósito principal a exploração de recursos para os cofres egípcios e a captura de tropas para seus regimentos. A posterior expansão ao sul é consequência da proliferação de um modelo econômico¹³ baseado no comércio de escravos e marfim, recursos cuja demanda no mercado internacional possibilitou o enriquecimento de uma nova elite escravagista. Trataremos detalhadamente de alguns desses temas, a seguir, mas podemos concluir inicialmente afirmando que a inclusão da região, tanto o norte quanto o sul, ao comércio e à geopolítica internacional se deu através de sequências de conquista e exploração, o que ajuda a explicar a fragilidade territorial e os constantes conflitos nessa região milenarmente ocupada por sociedades humanas.

Em 641, tropas islâmicas consolidaram a tomada do Egito após derrotarem o exército bizantino em Alexandria. O próximo passo na acelerada expansão árabe na região seria a tomada dos reinos cristãos da Núbia, ao sul, para além da primeira catarata

¹¹ Sendo um território com uma história milenar, é evidente que rotas comerciais conectaram a região de forma mais ou menos intensa conforme períodos de auge e declínio das economias locais e de economias externas próximas. Os anos 1800 marcam a incorporação da região ao sistema capitalista mundial em expansão.

¹² *Quediva* pode ser traduzido do árabe como “vice-rei”. Optamos por manter algumas expressões em suas línguas originais, oferecendo ao leitor uma breve tradução em notas de rodapé.

¹³ O sistema de *zaribas*, entrepostos comerciais militarizados, foi implementado e ampliado a partir dos anos 1830, conectando o sul com o Egito através de traficantes de escravos sediados em Cartum.

do Nilo. Porém, as forças comandadas por Uqba ibn Nafi não tiveram sucesso na empreitada, sendo repelidas pelo exército núbio e obrigadas a bater em retirada. Após o fracasso na Núbia, o general árabe ficaria famoso como “conquistador do Magrebe”, e as tropas de arqueiros núbios por sistematicamente cegarem seus oponentes em combate. Após essa tentativa frustrada de conquista da Núbia, e após um tratado¹⁴ de polêmica autenticidade que teria sido assinado em 652, estabeleceu-se em Aswan uma fronteira política entre o mundo islâmico do califado, ao norte, e o mundo cristão dos reinos núbios, ao sul.

No mundo islâmico, o termo árabe *bilad al-sudan* passou a ser usado com mais frequência para designar toda a região ao sul do Saara, então um vasto oceano de areia sendo lentamente transposto graças ao camelo e aos esforços de sociedades transumantes de vanguarda. Portanto, o *bilad al-sudan*, literalmente “terra dos negros” em árabe, compreendia quase um continente inteiro, pouquíssimo conhecido na época, tanto por árabes quanto por europeus. Para esses, a África era a terra dos negros, designada desde então por uma diferenciação racial. Por séculos, enquanto se expandia lentamente o Islã para além-deserto, *bilad al-sudan* era usado para designar uma região jurídica dúbia, na qual, na falta de instituições reguladoras islâmicas, muçulmanos teriam que respeitar as leis nativas e resolver disputas internas através de lideranças islâmicas locais¹⁵.

Ao leste desse vasto território e percorrendo boa parte do Rio Nilo, o *bilad al-sudan* era a terra dos núbios, composta por três reinos cristianizados no decorrer dos dois séculos anteriores à expansão islâmica: Nobatia, ao norte, Makuria, no centro e Alodia, ao sul. Após o suposto acordo com os árabes depois da derrota de ibn Nafi, iniciou-se um lento processo de integração comercial e miscigenação entre os muçulmanos e não-muçulmanos na região, o que alguns acadêmicos passariam a designar de “islamização da África” ou “africanização do Islã”¹⁶. Esse processo migratório de trocas econômicas, sociais e culturais aconteceria em ondas no decorrer dos séculos seguintes, lentamente formando as características únicas e diversas da população do norte do *bilad al-sudan* oriental.

¹⁴ Relatos do século IX indicam que o *baqt* fora uma “troca anual de escravos da Núbia por provisões do Egito” (HOLT e DALY, 2011. p. 14).

¹⁵ Sobre as relações jurídicas estabelecidas entre muçulmanos e nativos, entre o mundo islâmico e reinos não-islâmicos, ver BRETT (1993).

¹⁶ Para uma discussão aprofundada desse processo, ver M'BOKOLO (2011) e ROBINSON, David (2004).

Na metade final do século X, esse processo seria reforçado por um novo evento no mundo islâmico. Em 969, a dinastia dos Fatimidas consolidou sua conquista do Egito, fundando Cairo para ser capital de seu califado. Nos anos seguintes, Ibn Sulaym al-Aswani foi enviado para a corte de Dongola, capital do reino da Makuria, para reestabelecer as rotas comerciais com a Núbia e buscar a conversão de seu rei ao Islã. Seu registro da região é considerado por alguns historiadores a melhor descrição da Núbia medieval.¹⁷ Nessa época, de acordo com o relato de al-Aswani, a presença de muçulmanos é bem pequena, restrita a áreas periféricas da cidade, e não existe registro de mesquitas na região. Mas a partir de então intensificam-se as relações entre o Egito e o *bilad al-sudan* oriental.

A importância de tropas negras no exército Fatimida nos anos de seu estabelecimento e expansão indicam um fluxo estável de escravos vindos da Núbia no período. Se o *baqt* de 652 - se existiu de fato - foi efetivamente posto em prática e preservado no decorrer dos séculos é questão polêmica; porém é seguro afirmar que, a partir dos anos 1000, o *bilad al-sudan* oriental já está firmemente conectado ao mundo árabe. O fato de a cidade de 'Aydhab, na costa ocidental do Mar Vermelho, ter forte movimentação comercial com a península arábica e também servir de porto nas peregrinações às cidades sagradas é outra indicação da intensificação do avanço do Islã na Núbia. A busca do controle dos centros e rotas de comércio da região pelos comerciantes islâmicos e seu proselitismo religioso ajudaram a estabelecer um elo entre a região, o Oriente Médio e o Mediterrâneo. Nessa integração regional, o *bilad al-sudan* era periferia, fronteira e fornecedor de escravos.

As relações entre os reinos núbios e o califado Fatimida seriam mantidas, com a intensificação da presença muçulmana na região e a lenta suplantação do cristianismo na Núbia. Em 1317, pouco mais de meio século após a tomada do Egito pelos mamelucos¹⁸, período que registra um endurecimento nas relações com a Núbia, a conversão da catedral de Dongola em mesquita, marcando simbolicamente o fim da era cristã na Núbia. Antes, em 1276, após vitória de tropas mamelucas próximo à Dongola, Shakanda é coroado rei

¹⁷ Em 50 dias de Ansar até Dongola, subindo o Nilo em direção ao rei, al-Aswani descreve hábitos, sistemas, pessoas e arquitetura local em um relato deslumbrado da região. (HOLT e DALY, 2011, p. 15)

¹⁸ Os mamelucos compunham uma casta de soldados escravos trazidos da Ásia Central e do Cáucaso ao Egito e ocupavam uma posição privilegiada em relação aos escravos domésticos. Sua ascensão ao poder deve-se à expulsão bem-sucedida dos cruzados franceses que invadiram o Egito em 1249. Para maiores informações a respeito, ver IRWIN (1986).

de Makuria, primeiro soberano núbio a fazer juramento ao sultão do Egito como suserano. A partir de então, núbios são considerados tributários cristãos sob administração e proteção islâmica.

No final do século XIV, como atesta relato de Ibn Khaldun, a Núbia adentra sua “idade das trevas”. A chegada de clãs árabes *juhaynah* na região levou ao fim dos reinos núbios. De acordo com Ibn Khaldun, incapazes de conter o avanço e ocupação de suas terras pelas clãs árabes recém-chegadas, os reis núbios tentaram conquistá-los através de uma política de casamentos, o que gerou uma desagregação do reinado, com os *juhaynah* eventualmente tomando posse das terras. O tom trágico do relato nos transmite uma ideia de decadência dos reinos da Núbia. O viajante nos relata dramaticamente: “não há traço de soberania em sua terra porque a tintura do nomadismo árabe os transformou através da mistura e da união” (HOLT e DALY, 2011. pg. 19)¹⁹.

Além de marcar um período de desintegração da Núbia, enquanto entidade política, os séculos XIV e XV, não coincidentemente, marcam uma nova onda migratória na região. A desintegração da Makuria, descrita por Ibn Khaldun, e consequente pressão para o sul de confederações tribais árabes teriam tornado impossível para Alodia, último reino núbio, manter sua integridade. A falta de um poder centralizado abriria caminho para dois movimentos, conforme atesta a tradição histórica. Do norte vieram os árabes muçulmanos, e do sul chegaram os *funj*, nome posteriormente dado ao povo de uma nação negra que misturava crenças tradicionais africanas com elementos do cristianismo. E aqui, com a chegada dos *funj* à região, podemos concluir mais um momento na longa datação histórica do que hoje chamamos de Sudão. É das ruínas das cidades núbias que surgirá, com a vitória *funj* sobre as tribos árabes, um “sultanato negro”, com capital em Sennar, na beira do Nilo Azul, que se manteria coeso por pouco mais de três séculos.

É possível que o leitor tenha notado que, nessa breve passagem pelo que pode ser chamado uma história medieval do *bilad al-sudan* oriental, ainda não tenhamos percorrido o que hoje constitui o Sudão do Sul. Entremos então neste assunto

¹⁹ Para maiores informações sobre o relato de Ibn Khaldun da região da Núbia, ver EDWARDS (2004).

investigando a história do estabelecimento do sultanato *funj*. Antes, cabe salientar que a quase milenar miscigenação de núbios e árabes, como descrita brevemente acima, gerou grupos distintos a ocupar as margens férteis do Nilo. Podemos inicialmente citar aqui os *danaqla*, a ocupar a região entre a terceira e a quarta cataratas, e os *ja'alliyyin*, entre a sexta e a quinta. É oportuno mencionar esses grupos por causa de uma diferença específica que os distingue. Enquanto os *danaqla* mantêm uma consciência muito maior de suas origens núbias, *ja'alliyyin* é um termo que compreende uma série de tribos árabes unidas por se atribuírem descendência de Ibrahim Ja'ali, que, por sua vez, seria descendente de al 'Abbas, tio do Profeta. Essa presumida ligação genética com fundadores do Islã teria gerado nesse grupo uma identidade que passou a valorizar sua herança árabe em detrimento da africana (HOLT e DALY, 2011, p. 4; COLLINS, 2008, p. 4). Esses fatores identitários, somados a configurações sociais e políticas e ao avanço vertiginoso do tráfico escravagista no continente africano nos séculos seguintes, ajudam a explicar as sementes do racismo na sociedade sudanesa contemporânea, mais ainda em referência aos sulinos, cujo status de não-islâmicos os colocava em situação ainda maior de inferiorização.

Mas após essa digressão pontual, voltemos à vitória *funj* e à formação do sultanato de Sennar. Apesar da falta de documentação confiável, reconhece-se 1504 como o ano da derrota das confederações árabes para as forças *funj* comandadas pelo lendário 'Amara Dunqas (HOLT e DALY, 2011, p. 23). Existem discrepâncias quanto à gênese do estabelecimento *funj* na região, mas a conversão do imperador de Sennar ao Islã logo no início dos anos 1500 fez surgir o que passou a se chamar de um “sultanato negro”. Estabelecia-se um momento de integração entre um povo vindo do sul, com suas próprias pressões demográficas, e outros que haviam se estabelecido na região seguindo seu próprio processo migratório e de miscigenação. O que importa para nosso propósito é salientar que esse momento marca um período importante de aproximação entre esses mundos distintos. O extenso território do sultanato era ocupado por confederações tribais árabes e comandado pelas autoridades *funj*, essas ligadas intimamente com os povos nilóticos a ocupar o atual Sudão do Sul, sobre os quais nos deteremos em breve. De acordo com o relato transmitido ao escocês James Bruce, que percorreu a região nos anos 1760, após a vitória de 'Amara Dunqas, “o chefe dos árabes permaneceu como um tenente” (HOLT e DALY, 2011, p. 23), mais um sinal a demonstrar uma cooperação entre elites *funj* e afro-islâmicas desde o início desse período.

O debate quanto à origem dos *funj* é polêmica, com alguns autores afirmando que ela “não deve ser buscada em migrações tribais, mas no status e função do grupo assim designado” (HOLT e DALY, 2011, p. 22). Se nos basearmos nas Crônicas Funj²⁰, o povo de ‘Amara era formado de nômades pastores *shilluk* que migraram para o norte descendo o Nilo Azul no início do século XVI. O reino *shilluk*, que eventualmente faria fronteira com o sultanato *funj*, ocupava os dois lados do Nilo Branco ao sul da confluência com o Nilo Azul. Diferentemente de seus vizinhos ao norte, e apesar da possível origem em comum, os *shilluk* não se converteram ao Islã, suas relações com os vizinhos *funj* variando com o tempo.

E aqui começamos a nos aprofundar numa breve investigação histórica dos eventos políticos ocorridos mais ao sul, chegando ao território ocupado por quem os genealogistas passaram a chamar de “povos nilóticos”, agregando os grandes ramos *luo*, *dinka* e *nuer*, que juntos hoje formam a maioria da população sul-sudanesa. A datação histórica para o estabelecimento do reino *shilluk* é bastante divergente. De acordo com a história oral *luo*, a partir de meados do século XIV, um ramo *luo* com mais de 100 clãs e subclãs foi fundado por Nyikango. Após uma disputa com seu irmão, Nyikango teria migrado do “país de Dimo” para o norte ao longo do Nilo e ali estabelecido uma sociedade feudal, dando origem ao povo *shilluk* (BREIDLID, 2014).

Por mais interessantes que sejam as especulações sobre as ondas migratórias ao sul do reino *shilluk* dos séculos XIV ao XVII, nos deteremos brevemente nesse assunto. Cabe apenas constatar que, enquanto prevaleciam no sultanato *funj* e no reino *shilluk* sistemas centralizados de poder, com suas lógicas de concessões e alianças com elites locais, mais ao sul se expandiam sociedades pastoris com sistemas descentralizadas de poder. Esses povos, que agregavam vários subgrupos, foram denominados *dinka* e *nuer*²¹, e eram compostos por dezenas de subgrupos distintos, tendo se estabelecido com sua cultura pastoril nos arredores da região pantanosa do *sudd* e, por isso, desenvolvido um estilo de vida sazonal, movendo-se de acordo com as cheias e secas.

²⁰ As Crônicas Funj foram compiladas por historiadores sudaneses no decorrer do século XIX. Uma versão em inglês com notas pode ser encontrada em DALY (1999).

²¹ De acordo com o dicionário Merriam-Webster, o termo *dinka* provém de *jieng*, significando “povo” na língua local. Atualmente, *dinka* é o termo mais usado para se referir ao grupo étnico, mas membros continuam a denominar-se *jieng*, o “povo”. O mesmo pode ser dito dos *nuer*, que se autodenominam *naath*. Em <<http://www.merriam-webster.com/dictionary>>, acessado em 03 de setembro de 2015.

A história política desses povos entre os séculos XVII e XIX é nebulosa, mas presume-se que grupos *luo* teriam começado a migrar para o sul devido à pressão exercida pela islamização no *bilad al-sudan*. Hoje, o ramo *luo* está presente em diversos países do centro-leste africano. Já a origem *nuer* é considerada mais recente. De acordo com a mitologia *nuer*²² e conforme estudos linguísticos e migratórios, o grupo teria se separado dos *dinka* em fins do século XVII e, no decorrer de um longo processo de desenvolvimento e migração, também assimilado muitos *dinka* no caminho.

Mais ao sul, na região do atual Sudão do Sul chamada de Equatoria, supõe-se também que diversos povos já ali habitavam nos séculos XIV e XV, dentre eles os *avukaya*, *azande*, *baka*, *moru*, *mundu* e *abare*. Esses grupos, com fortes diferenças culturais, linguísticas, sociais e econômicas em relação aos *dinka* e *nuer*, ao norte, e englobados por suas semelhanças, hoje são referidos como *equatorianos*. Nesse momento, o leitor poderá ter notado a variedade de povos a ocupar o extenso território sudanês e sul-sudanês. Essa diversidade será fator fundamental na história do *bilad al-sudan* e, posteriormente, na história dos dois Sudão, a causa tanto da riqueza quanto de muito da desgraça da região.

Podemos notar, através dessa brevíssima descrição de uma história milenar que, ao sul do sultanato *funj*, diversos povos compartilhavam um amplo território, supomos que ora em paz, ora em combate por recursos, influência e terra, sem Estados centralizados, com a exceção do reino fronteiriço Shilluk ao norte e do reino Azande no extremo-sul, ao qual nos ateremos em breve. Quanto ao “sultanato negro”, mesmo levando em conta a cooperação entre elites árabes e africanas, a conquista *funj* não passou incontestada. Ainda que o século XVI tenha sido também marcado por uma expansão e consolidação territorial do sultanato, conflitos com lideranças árabes ocorreram com variada intensidade durante todo o período do domínio *funj*. Pressões de todos os lados levariam à independência, na década de 1690, dos *shaiqiyyia*, grupo árabe que, diferentemente dos *ja'alliyyin*, não reconhece em Ibrahim Ja'ali sua ascendência. Os *shaiqiyyia*, cuja incontestável importância para a história moderna do Sudão será tratada mais adiante, já nesse período ocupavam a região entre a quarta e quinta cataratas do Nilo.

²² A história e cultura *nuer* foi de especial interesse de pesquisadores europeus, tendo começado com o ilustre antropólogo Edward Evans-Pritchard, do qual trataremos posteriormente. Para mais detalhes das mitologias *nuer* e *dinka*, ver KELLY (1985).

Um dos principais rivais do sultanato *funj* durante o século XVII estava localizado ao oeste do Nilo, atravessando a região do Cordofão, nas encostas das montanhas vulcânicas de *Jebel Marra*. O sultanato de Fur teria se estabelecido no século XV, e, de acordo com alguns relatos, o sultão teria se convertido ao Islã por um príncipe mouro expulso da Espanha pela rainha Isabel em 1492 (NATSIOS, 2013, p. 15). Em 1603, a dinastia Keira passaria a comandar Darfur como a mais próspera família da região, pondo em prática “um elaborado sistema de governança que suportou invasões, secas e fomes” por séculos até sucumbir à forças estrangeiras, apenas em 1916. Antes, em 1790, o sultanato havia estabelecido sua capital em El Fasher, com a construção de um palácio com ricos e exóticos jardins (NATSIOS, 2013, p. 15).

A história de Darfur não será tratada com detalhes aqui, mas a importância da região para eventos ocorridos durante os séculos XIX, XX e XXI será referida posteriormente. Em nosso propósito de buscar elos de integração e fragmentação do Sudão, cabe salientar que, durante os séculos XVII e XVIII, até a chegada ao poder de Muhammad Ali Pasha em 1820, tanto os sultanatos *funj* e *fur* quanto o reino *shilluk* e as confederações tribais islâmicas *shaiqiyyia*, *juhaynah* e *ja'alliyyin* alternavam entre si pactos políticos e militares de paz e agressão, com as elites do momento estabelecendo suas estratégias conforme pedia a ocasião.

A derrocada do sultanato *funj* a partir do alvorecer do século XVII, bem simbolizada pela independência *shaiqiyyia*, até seu eventual desaparecimento no início do século XIX, marca um momento de transformações no *bilad al-sudan* oriental. A história é muito complexa para ser aprofundada nesse pequeno espaço, mas cabe salientar a crescente importância na região de irmandades sufis introduzidas a partir do século XVI. No século XVIII, já estão estabelecidas na região diversas *turuq*²³. Com o crepúsculo de *funj* e a conseqüente maior aproximação com o Egito, entrariam em jogo os *ulema*, termo árabe usado para designar sábios, intelectuais e acadêmicos da jurisprudência islâmica. A partir dos anos 1750, com o sultanato em guerra civil, podemos afirmar que, tanto na região *funj* quanto em Darfur, o Islã, nas formas como era professado então, configurava-se elemento fundamental das sociedades ao norte do reino Shilluk, esse se atendo às suas crenças tradicionais.

²³ Plural do termo árabe para designar as ordens religiosas sufis, *tariqa*.

CAPÍTULO 1: MONTANDO O PALCO

Uma investigação histórica do *bilad al-sudan* oriental, da conquista estrangeira à independência

1.1. O Sudão durante a dinastia de Muhammad Ali (1800 – 1881)

Ao chegarmos nos últimos anos do século XVIII, percebemos no *bilad al-sudan* oriental a presença de diversas entidades políticas, com núcleos de poder centralizados ou sistemas descentralizados de governança. A região percorrendo o Nilo, ao sul do Egito, da segunda catarata até o *sudd*, seria em breve alvo de conquista estrangeira. Vamos para o porto francês de Toulon. Lá, em maio de 1798, perfilaram-se dezenas de fragatas e navios de linha e centenas de navios de tropa. Há alguns meses, soldados e marinheiros já se preparavam para uma grande expedição financiada pela República Francesa sob o comando do Diretório²⁴, sem saberem ao certo que seu destino seria o vice-reino otomano do Egito.

No comando da frota francesa estava o General Napoleão Bonaparte, cuja fama crescia conforme o sucesso de suas campanhas militares. No ano anterior, Napoleão fora o principal líder da conquista francesa de Roma, outra capital de um antigo império poderoso. Manter em segredo o destino da expedição ao Egito fora uma estratégia usada para despistar a frota britânica comandada por Horatio Nelson, que perseguia então a frota francesa no contexto das guerras revolucionárias francesas²⁵. Para as potências europeias, que já disputavam há algum tempo o direito à exploração dos recursos mundiais, o controle do mediterrâneo tornara-se fundamental. Não menos importante para os planos expansionistas de Napoleão seria estabelecer o monopólio sobre o uso das águas do Nilo. E não deixemos de lado a importância simbólica da conquista de mais um dos grandes impérios da antiguidade.

Mas em 1798, o Egito já não era mais a potência de milênios atrás. Em 1517, tornara-se província do Império Otomano. E mesmo oficialmente sob o domínio turco-otomano, manteve-se ali um sistema de governança indireta, com a preservação dos

²⁴ O Diretório foi uma forma de governo aplicado na França de 1795 a 1799, com a liderança de cinco diretores.

²⁵ Para o leitor que quiser mais informações, centenas de obras tratam das campanhas das guerras revolucionárias e da trajetória de Napoleão Bonaparte, ver, por exemplo, MCNAB (2010)

mamelucos na liderança militar e administrativa da província. O *eyalet*²⁶ do Egito, ao qual Napoleão direcionara suas forças, fora nos séculos anteriores uma região administrativa de difícil controle para o império otomano. O resultado da invasão seria uma sequência de vitórias da República Francesa, com a elite mameluca sendo logo extirpada do poder²⁷. Napoleão passaria menos de dois anos no Egito, incapaz de implementar suas medidas modernizadoras devido à resistência local e à pressão turco-otomana, que contava com a ajuda do aliado da ocasião, o Reino Unido.

Em 1800, a frota de Nelson teve uma vitória esmagadora sobre os franceses, o que marcou a retirada completa dos últimos do país. Em junho de 1802, um tratado assinado em Paris decretava a devolução do Egito às possessões do império otomano. E essa nova etapa da história egípcia seria, para o Sudão, o prelúdio de sua história moderna, pois entre os comandantes enviados pelos otomanos para expulsar os franceses de seus territórios estava um general albanês chamado Muhammad Ali, que, após a saída dos franceses, acabaria por assumir o controle do Egito. Seu domínio do vice-reinado ocorreria às custas da elite mameluca, perseguida nos anos seguintes até a sua eventual destruição com o massacre dos últimos *beys* mamelucos da região em 1811²⁸. Após séculos nas mãos da elite mameluca, o Egito iniciava uma nova fase, marcada pela modernização do exército e da infraestrutura e do fortalecimento geopolítico desse vice-reinado otomano *de facto* independente.

Apesar de se tratar de assunto polêmico, é possível afirmar que o poder de Muhammad Ali rivalizava com o do sultão otomano²⁹. Com um exército formado por tropas multiétnicas, o turco sendo a língua do alto-comando militar, o Egito era uma entidade política dúbia: um vice-reino nas mãos de um general estrangeiro reconhecido em 1805 pelo sultão otomano como *wadi*, porém autoproclamado *quediva*, em contraposição às ordens centrais do império³⁰. Após assumir o poder, Muhammad Ali se

²⁶ Expressão árabe para designar as regiões administrativas otomanas.

²⁷ A conquista francesa suscitou reações diferentes nos reinos do *bilad al-sudan*. O sultão de Darfur, Abd er-Rahman, enviou uma carta congratulando Napoleão por sua conquista. Em troca, o general francês pedia uma caravana de escravos para ajudar na sua campanha. (HOLT e DALY, 2011, p. 32)

²⁸ A fuga dos mamelucos das tropas de Muhammad Ali os levou ao sul, do qual foram expulsos pelos *shaiqiyyia* após uma tentativa frustrada de conquistar Dongola. (HOLT e DALY, 2011, p. 35-36)

²⁹ Para se ter uma ideia da autonomia de Muhammad Ali, entre 1831 e 1833 o soberano invadiu outras regiões do Império Otomano, chegando a conquistar a província da Síria. As guerras com o sultão otomano durariam até 1841. (MARSOT, 1983)

³⁰ *Wadi* é o termo turco usado durante o império otomano para designar o governador de uma província. Já *quediva*, como mencionado anteriormente, se refere a um cargo mais importante, algo como “vice-rei”.

consolidaria como soberano nos próximos anos, iniciando a seguir uma política expansionista, com a conquista do leste líbio e do *bilad al-sudan* oriental, o que marcaria o início do Sudão moderno.

Em 1820, já incontestemente no poder e com fortes interesses econômicos na região, Muhammad Ali organizou sua primeira expedição ao sul, visando a conquista dos dispersos reinos, sultanatos e confederações tribais ali localizados. O exército modernizado comandado por Ismail Kalil Pasha, terceiro filho do vice-rei, enfrentou pouca resistência, com exceção da confederação *shaiqiyyia*, cujas espadas e lanças não foram capazes de conter o poderio de um exército moderno. Já independentes do sultanato *funj*, e tendo agora impressionado Ismail com a bravura demonstrada, os *shaiqiyyia* seriam incorporados ao exército de Ali, ocupando posições na cavalaria irregular (COLLINS, 2008, 12; HOLT e DALY, 2011, p. 38). Nesse período, pela sua lealdade ao regime, puderam expandir sua presença no Sudão e ampliar sua influência nas questões políticas da região.

Ao contrário dos *shaiqiyyia*, os inúmeros *makks*³¹ *ja'alliyyin* se renderam sem luta, assim como o último sultão *funj*, Badi IV. Em uma bem-sucedida campanha, o *bilad al-sudan* oriental, do vale do Nilo, ultrapassando a sexta catarata e adentrando o Nilo Azul, tornava-se colônia de um vice-reinado independente do império turco-otomano. Após subjugar as elites locais, Ismail Kalil pôs-se a implementar um novo sistema de taxaço, considerado muito mais extorsivo que as práticas do sultanato *funj*. Em 1822, após exigir uma grande quantidade de escravos, ouro e gado e insultar o *makk* de Shendi, Ismail Kalil teve seus alojamentos incendiados, não sobrevivendo ao atentado. O assassinato do filho levou Muhammad Ali a pôr em prática uma “política de fogo e espada” (COLLINS, 2008, p. 12; HOLT e DALY, 2011, p.38) na região, destruindo e despopulando a região fértil do Nilo. As tribos “rebeldes” foram oprimidas, com o apoio dos leais *shaiqiyyia* e, após um período de instabilidade, as forças de Muhammad Ali logo se firmaram no poder. A consolidação da sua presença na região seria reforçada com a fundação da cidade de Cartum, construída para ser a capital colonial em 1825 pelo novo Governador-Geral ‘Uthman Bey. Mesmo sendo um mameluco circassiano, isso não o

³¹ Termo árabe usado entre alguns grupos no Sudão para designar um indivíduo com alto poder político. (COLLINS, 2008, p. xxii)

impediu de se tornar homem forte do regime, atestando mais uma vez o caráter multiétnico do vice-reino do Egito no período e o *status* ambíguo dos mamelucos.

Com o estabelecimento de Cartum na confluência do Nilo Branco com o Nilo Azul começaria uma nova etapa de exploração colonial da região. No início dos anos 1820, as potências europeias ainda não haviam estendido seu domínio imperial para a África, sendo que essa já servia de fornecedora de mão de obra para as colônias europeias na América há séculos. A função de potência colonial na região do Nilo seria exercida pelo Egito da dinastia Ali, com o centro em Cairo. Assim como o comércio transatlântico, o transaariano, que foi fundamental para a formação dos reinos ocidentais do *sahel*³², estava em muito baseado no lucrativo negócio do tráfico de escravos. Como mencionado anteriormente, a anexação do Sudão aos domínios de Muhammad Ali resultou em uma intensificação da exploração de escravos na região. Além disso, havia forte demanda por ouro e marfim para alimentar o sedento mercado internacional³³. É com esse objetivo exploratório que se funda Cartum, e é a partir dos anos 1830 que se alastra, a partir desse novo centro, um novo modelo de expansão comercial. É dessa época a expansão do sistema de *zaribas*, termo árabe para designar os entrepostos militarizados que serviam para a captura e o transporte de escravos. Com rotas de transporte conectando caravanas de mercadores, cada *zariba* nova, com seus bandos armados e alto fluxo de escravos, ajudava a ligar Cartum ao Cordofão, à região de Bahr al-Ghazal, ao sul, e, mais adiante, até Equatória.

É, portanto, como centro intermediário de um comércio de escravos que explorava as periferias não-islâmicas do *bilad al-sudan* que foi fundado o moderno Sudão. Cartum logo se tornaria residência de uma nova elite escravagista local, que buscava ampliar sua presença e seus benefícios econômicos ao sul e ao oeste. Nos últimos anos da década de 1830, povos sulinos já lutavam contra o crescente sistema escravagista, incapazes de conter a expansão das *zaribas*. A conquista definitiva de Fashoda, capital do reino *shilluk*, em 1863, marcaria um pico no comércio de escravos na região. Samuel Baker, explorador escocês que visitara a região na época e posteriormente seria indicado governador de Equatória pelo *quedivado* egípcio, estimou que ao menos 50.000 escravos foram

³² Região ao sul do deserto do Saara e ao norte da savana e da zona tropical africana, com clima semiárido. No decorrer de milênios, diversos reinos se estabeleceram nessa faixa de terra, com caravanas de camelos conectando a região ao norte do continente, o *magrebe*, costeando o mediterrâneo.

³³ Para se ter uma ideia, entre 1840 e 1870, o valor e quantidade de marfim havia duplicado no mercado de Londres. (COLLINS, 2008, p. 16)

capturados anualmente na parte sul do Sudão durante seu tempo lá.³⁴ Com a conquista da região da Equatoria, em 1871, e do Bahr al-Ghazal, em 1873, a fronteira sul do tráfico de escravos expandiu-se até o reino de Azande, cuja demanda por cobre o tornara parceiro dos mercadores árabes, garantindo aos últimos passagem livre pelo território.

O tráfico de escravos já existia na época do sultanato *funj*, porém o negócio atingiu uma nova amplitude sob a dinastia de Muhammad Ali. Nos anos 1860, *zaribas* eram construídas em grande número ao longo do Sudão³⁵, atraindo para Cartum dezenas de *jallaba*, pequenos mercadores provindos de Cordofão e Darfur, que se tornariam importantes participantes do negócio colonial. Embalados pelos lucros do comércio de escravos e marfim, começava a se formar uma nova sociedade sudanesa em Cartum, constituída pelos *jallaba* e por uma elite muito mais poderosa de prósperos empresários locais, chamados na época de *khartoumers* (COLLINS, 2008, p. 16). O mais poderoso e célebre desses mercadores foi Al-Zubayr Rahma, de origem *ja'alliyyin*, dono de dezenas de *zaribas* e cujo domínio sobre Bahr al-Ghazal foi confirmado em 1856, quando se tornou oficialmente governador da região. Al-Zubayr ajudou a redirecionar as rotas de bens do Egito para Cartum, consolidando a importância da capital colonial na região do vale do Nilo. Enquanto isso, as periferias no sul eram palco de caçadas sistemáticas de pessoas e elefantes.

Esse grande motor econômico da ocupação e expansão da colonização egípcia-sudanesa do território que comprime os atuais Sudão e Sudão do Sul seria em breve ameaçado. Em 1863, assumiu o trono egípcio em Cairo Ismail Pasha, neto de Muhammad Ali e quinto sucessor de sua dinastia. Seu reinado seria marcado por mais uma onda de modernizações, incluindo a construção do Canal de Suez, concluída em fins de 1868. A abertura do canal e o crescente interesse europeu pela África, além do mais específico interesse britânico e francês pelo controle do Nilo, tornava o Egito, e com ele o Sudão, espaço importante no tabuleiro geopolítico do momento. No decorrer dos anos 1860, Ismail Pasha expandiu o projeto modernizador que havia implementado para o Sudão, introduzindo o barco a vapor, um sistema telegráfico, escolas governamentais e correios. Além de projetos modernizadores, o *quediva* visava expandir seus territórios e estabelecer

³⁴ O historiador Robert O. Collins sugere que até 1860 entre 12.000 e 15.000 escravos eram levados anualmente para o norte. (COLLINS, 2008, p. 16)

³⁵ O viajante alemão Georg Schweinfurth diz haver *zaribas* a cada 20 quilômetros ligando Cartum ao Bahr al-Ghazal e até o reino de Azande. (SCHWEINFURTH, 1874)

uma rede comercial com os reinos africanos ao sul, ao mesmo tempo em que se engajava na abolição da escravatura, pressionado pelos britânicos.

Se levarmos em conta que a expansão do Sudão no período da dinastia de Muhammad Ali se deu, em grande parte, por conta da expansão do comércio de escravos, podemos imaginar que tentativas de abolição não cairiam bem entre as elites locais. Seria impossível para Ismail Pasha concretizar seus planos devido à diversas questões. O poder dos grandes mercadores se tornara forte demais para que o *quediva* pudesse controlá-los. Para se ter uma ideia, a conquista, em 1874, de El Fasher, capital de Darfur, somente foi bem sucedida graças aos esforços de Al-Zubayr Rahma, o mais célebre dos escravagistas de Cartum. A propósito, a queda do sultanato *fur* marcou a última grande conquista territorial de Ismail Pasha e da dinastia Ali.

Vimos, então, que o início da história moderna do Sudão foi marcado pelo comércio de escravos e marfim, pela expansão e integração territorial da região e pelo início de um processo de modernização. Mas há outro elemento que julgamos de suma importância para compreendermos o que viria a seguir, a partir de 1882, com o fim definitivo do *quedivado* egípcio e início de um período *sui generis* na história sudanesa. Trata-se da religião e sua forte inter-relação com os poderes políticos locais. Com a ocupação colonial, houve também uma intensificação na importação de novas doutrinas islâmicas do Egito. As ideias dessas escolas de saber se tornariam base para o salafismo islâmico ainda hoje praticado no país. Porém, como já mencionado acima, praticava-se há séculos outro tipo de Islã nas diversas sociedades muçulmanas do *bilad al-sudan*, “um sufismo que agregava uma panóplia de santos, reza meditativa, milagres e práticas místicas, enfatizando a presença de Alá para o crente individual” (NATSIOS, 2013, p. 18). Os acadêmicos islâmicos egípcios que migraram no século XIX para Cartum consideravam aquela uma prática corrupta do Islã, o que acabou gerando duas práticas conflitantes de islamismo na região. No norte do Sudão, o islamismo professado possuía um caráter próprio originado de um sincretismo de práticas. De acordo com Ahmed (2008),

os *sufistas* sudaneses, especialmente as famílias influentes que passaram a dominar a cena política, não viam contradições entre suas práticas *sufistas* e sua aderência ao islamismo *sunita*. Ou seja, eles foram capazes de fazer uma fusão pacífica entre práticas ‘tradicionalistas’ e ‘ortodoxas’. (p. 3)

Contradições entre esse islamismo sincrético e a ideia de um Islã “verdadeiro”, propagado por grupos fundamentalistas, viriam à tona posteriormente no desenrolar da história sudanesa. No momento, o que surgia era algo novo, uma reação à influência britânica e a um Egito modernizado, autodeclarado europeu pelo *quediva* e percebido como decadente, “impuro” na visão radical de um líder carismático que estava a explodir na cena política sudanesa.

Mesmo tendo certo êxito em sua proposta de modernizar seus domínios, baseando-se em modelos europeus, um grande legado deixado por Ismail Pasha foi o enorme endividamento no qual mergulharam os cofres públicos. Deposto do poder em 1879 pelos seus credores britânicos, Ismail Pasha, o primeiro *quediva* da dinastia Ali, perdia o controle *de facto* do Egito. Assim como seus predecessores, foi incapaz de implementar medidas para a abolição exigidas pelos seus credores no Reino Unido, muito devido ao poder da elite estabelecida em Cartum. Quanto ao negócio da escravidão e sua visão do Egito, o *quediva* anunciou no ano de sua deposição: “meu país não está mais na África; nós agora somos parte da Europa. É, portanto, natural que abandonemos nossos velhos modos e adotemos um novo sistema adaptado às nossas condições sociais” (PASHA, in. MANSFIELD, 1972, p. 11). Não sabia Ismail Pasha que seria justamente o surgimento de um movimento religioso fundamentalista que iria revolucionar o Sudão nos próximos anos.

Enquanto a insatisfação reinava entre a elite local sudanesa e a população em geral, abatida por uma sequência de fomes e secas, os britânicos fortaleciam sua presença na região. Esse interesse europeu pelo Sudão não era novo, como demonstra a invasão de Napoleão em 1798. O canal de Suez, por exemplo, fora um projeto de empreendedores franceses, que obtiveram do governo egípcio a concessão para construção e uso já em 1856. Pelo contrato, que entrou em vigor em 1869, a companhia francesa operaria o canal, “aberto para embarcações de todas as nações”, por 99 anos, a partir da data de abertura³⁶. Nos anos 1880, Grã-Bretanha e França aceleravam a corrida pelo controle do Nilo. A presença europeia no Egito fez surgir um movimento nacionalista entre membros da população egípcia, incluindo soldados insatisfeitos com as diferenças de salário em

³⁶ Para a história da origem do canal de Suez, ver WILSON (1939).

relação a seus colegas europeus³⁷. Endividado e sofrendo rupturas internas, o Egito logo se tornaria um protetorado britânico. Em 1882, a Guerra Anglo-Egípcia resultou no fim do *quedivado* e no início da ocupação britânica do Egito, e, conseqüentemente, do Sudão. O primeiro ainda seria considerado uma província autônoma do império otomano, sendo governado *de facto* pelo império britânico. Já o status do Sudão nesse novo período de ocupação estrangeira só seria definido quase duas décadas depois. Antes de estabelecer seu domínio na região, os britânicos foram derrotados por um novo movimento político-religioso.

1.2. O Sudão da *mahdiyyia* (1881 – 1898)

Em 1877, o general inglês Charles Gordon, já na época apelidado entre o público de seu país de “o chinês” devido ao sucesso de suas campanhas na China, foi nomeado governador-geral do Sudão. Gordon era então governador da Equatoria, tendo sucedido a Gordon Baker, em 1873, o que o tornava o candidato ideal para empreender a tarefa espinhosa proposta pelo governo britânico de acabar com a escravidão no Sudão. A expansão territorial proposta pelo *quediva* Ismail Pasha, que incluiu a conquista de Darfur em 1874 por um mercador de escravos e invasões malsucedidas à Etiópia em 1875, havia gerado insatisfação em várias regiões do Sudão. Além da situação de turbulência política, uma diminuição drástica de recursos tornou impossível para o *quediva* “sustentar o peso financeiro do império” (COLLINS, 2008, p. 19). Essa condição de devedor tornou o Egito refém das orientações políticas do império britânico, já então extremamente industrializado e vanguarda de um capitalismo financeiro globalizado. E assim o poder passou de mãos, com Gordon indicado para sufocar o escravagismo no Sudão, sendo para tal propósito assinada em 1880 a Convenção Anglo-Egípcia de Comércio de Escravos.

Porém, em março de 1881, na ilha de Aba, localizada no Nilo Branco a 150 quilômetros de Cartum, Muhammad Ahmad ibn ‘Abdullah foi tomado por visões do Profeta, em que este o indicava como o novo *mahdi*, o “guia iluminado” cuja chegada fora prevista para instaurar um Islã puro, livre das corrupções que sofrera no decorrer dos séculos. Muhammad Ahmad logo juntou um grupo de seguidores que, a partir de El Obeid, capital do Cordofão, iniciou um novo movimento. Após enviar uma carta para líderes sudaneses informando-os de que era, de fato, o *mahdi*, voltou para Aba e adotou

³⁷ Sobre a revolta nacionalista egípcia de 1879 a 1882, chamada Revolta ‘Urabi em homenagem ao coronel que liderou a empreitada, ver MAYER (1988).

um modo de vida ascético. Enquanto crescia sua fama, aumentava o número de seguidores, incluindo os *ansar*, “partidários do Islã”, que formariam uma milícia com lanças e espadas, e cujos êxitos militares sobre tropas egípcias em 1881-82 fariam aumentar ainda mais a fama mítica do *mahdi*.

O Islã introduzido pelos egípcios no decorrer das décadas não foi capaz de erodir o sufismo praticado há séculos em várias regiões do Sudão, e causara uma ruptura de visões, cujos efeitos políticos podiam ser sentidos com o crescimento do poder do *mahdi*, e são sentidos ainda hoje. Com as vitórias iniciais, as redondezas de El Obeid foram tomadas por homens de fé, mercadores de escravos e árabes *baqqara* que praticavam um modo de vida seminômade na região ao oeste de Darfur. Membros de irmandades sufis, contrários ao puritanismo do Islã ortodoxo importado do Egito, se juntaram ao movimento. Mercadores de escravos, majoritariamente *ja'alliyyin* e *danaqla*, como o próprio *mahdi*, uniram-se ao movimento para lutar contra os repressores de seus negócios. As motivações religiosas também se confundiam com o interesse dos árabes *baqqara* de se livrarem das pesadas taxações impostas pelo governo egípcio. A tradição guerreira *baqqara* logo os tornaria pontas-de-lança da revolução *mahdista*, “as tropas de choque dos *ansar*” (COLLINS, 2008, p. 22).

O ano de 1883 marcou o início da conquista *mahdista* do Sudão. A partir de janeiro, a revolta já se alastrara para o *gezira* até as montanhas do Mar Vermelho, e El Obeid seria conquistada em novembro, após uma força expedicionária de dez mil homens enviada pelo *quediva* e organizada pelos britânicos ser aniquilada, restando poucos soldados vivos. Em 1884, em uma última tentativa de conter a revolta generalizada, o general Gordon foi chamado para estabelecer ordem no Sudão. O ex-governador geral havia deixado o cargo após a renúncia forçada de Ismail Pasha em 1879, mas agora aceitava nova missão espinhosa de assegurar o domínio anglo-egípcio na região. Dessa vez fora incapaz de juntar forças suficientes para reconquistar os territórios perdidos, ficando confinado à capital Cartum, empenhado em mobilizar a população e defender a cidade enquanto esperava a chegada de reforços do norte. Tendo agregado um considerável contingente, as forças *mahdistas* se concentraram no pequeno vilarejo de Omdurman, na margem ocidental do Nilo oposta à Cartum. Os reforços britânicos tardaram a chegar, e em janeiro de 1885, “na época do ano em que o Nilo está baixo, expondo chão sólido através do qual os *ansar* poderiam alcançar as defesas enfraquecidas” (COLLINS, 2008, p. 24), a guarnição egípcia foi destruída e Gordon

assassinado. Estava estabelecido o fim da ocupação estrangeira e o início do governo *mahdista* no Sudão.

Em julho do mesmo ano, poucos meses depois da morte do herói britânico, Muhammad Ahmad ibn ‘Abdullah, o *mahdi* prometido, também pereceria, vítima de uma doença fatal, antes mesmo que pudesse ocupar o poder e deixando para os herdeiros apenas o esqueleto de uma administração (COLLINS, 2008, p. 24). Assim, esse novo período nas datações históricas do Sudão já iniciava com um conflito de sucessão. Em Omdurman, que se tornara a capital do novo regime, dentre o círculo mais próximo do *mahdi*, composto pelos três *califas* por ele nomeados, o poder ficaria com seu confidente ‘Abdallahi ibn Muhammad, não sem contestação. De acordo com as interpretações mais frequentes, o fato de sua divisão *baqqara* estar aquartelada na cidade teria sido o principal fator para sua tomada do cargo de califa da *mahdiyyia*. Os principais rivais do novo califa, cuja base territorial estava no Cordofão, eram lideranças da região do vale do Nilo, incluindo os familiares *danaqla* do *mahdi*, chamados de *ashraf*, e lideranças *ja'alliyyin* que haviam participado da revolução. Mesmo tendo conseguido conter seus inimigos ribeirinhos (COLLINS, 2008, p. 25), rebeliões ocorreriam em Darfur até 1889, protagonizadas por *fur* africanos contrários ao domínio de seus vizinhos *baqqara*.

Tendo extirpado o poder de mãos estrangeiras no Sudão, a próxima etapa da revolução *mahdista* seria espalhar sua visão puritana do Islã ao mundo através do *jihād*. Tendo conseguido acalmar dissensões internas, forças logo seriam agregadas por ‘Abdallahi para expandir a *mahdiyya*. A primeira campanha planejada pelo *califa* envolvia a invasão e conquista do então reino cristão da Etiópia. De 1887 a 1889, as forças do exército *mahdista* estiveram em guerra em território etíope, tendo conseguido algumas vitórias, inclusive saqueando a capital Gondar. Visando expulsar as tropas *ansar* de seu território, o imperador da Etiópia, João IV, juntou um forte exército, sob seu comando particular. Quando os *mahdistas* estavam prestes a serem derrotados, uma bala perdida atinge o imperador, deixando as tropas etíopes em desordem (COLLINS, 2008, p. 25). A Etiópia entraria em um período de anarquia, mas a *mahdiyya* também não conseguiria manter sua presença na região.

A sorte do êxito militar na Etiópia não se repetiu nas outras campanhas militares do *califa* ‘Abdallahi. No Egito, as tropas *mahdistas* seriam derrotadas na fronteira, próximo à Wadi Haifa, em 1889; no sul, nunca chegaram a ter controle efetivo da região, sendo derrotados em 1894 por forças combinadas do Congo Belga e do reino de Azande.

A constante necessidade de renovação do exército gerou forte insatisfação entre a população pobre do interior, e fomes e secas consecutivas em 1889 e 1890 complicavam os planos expansionistas do Estado *mahdista*. Internamente, os *ashraf* — parentes do *mahdi* —, e o *awlad al-bahr* — termo árabe para “povo do rio” —, conspiravam contra o *califa*, descontentes com o poder nas mãos do *awlad al-gharib*, “povo do oeste”.

Apesar da *jihad* continuada, o Estado *mahdista* foi muito mais plural do que a ideia simplista de um “Estado fundamentalista” deixa transparecer. A complexidade das relações estabelecidas entre a *mahdiyyia* e missionários europeus é bem tratada na obra de Patricia Teixeira Santos, como o trecho a seguir bem ilustra:

O Estado mahdista que existiu no Sudão soube integrar a heterogeneidade de populações e funcionários, missionários e comerciantes de origem otomana e europeia na sua unidade política, por ter estabelecido mecanismos disciplinares que produziram sujeitos que interagiam com as ações do governo de forma rica e singular, garantindo a sobrevivência histórica dessa experiência política e religiosa. Além disso, desenvolveu uma ação civilizatória voltada para os “não árabes” e “não muçulmanos”, a partir do aprofundamento das formas de diferenciação e de discriminação existentes nas relações entre populações “árabes” e “não árabes”, processo esse que foi favorecido pela interação dos mahdistas com as visões racialistas dos diferentes prisioneiros europeus que atuaram na constituição das instituições sociais e políticas da Mahdiyya (SANTOS, 2013, p. 19)

Eventualmente a experiência seria freada pelas intenções britânicas de controlar o Nilo. Derrotas militares, fome, seca, dissensão: esse era o cenário da *mahdiyyia* em 1897, quando o império britânico, preocupado com o avanço dos belgas e franceses na corrida pelo controle do Nilo, e interessado na construção de uma barragem em Ansar, no sul do Egito, decidiu tomar medidas militares contra o Sudão. O capitão francês Jean-Baptiste Marchand liderava uma expedição rumo à Fashoda, visando assegurar o Nilo para o império francês. Essas ameaças ao seu predomínio das águas nilóticas, aliadas a um desejo de vingança pela morte do popular general Gordon, motivaram os britânicos a tentar reconquistar o Sudão. Em abril de 1898, composta por 26.000 bem treinadas tropas egípcias e britânicas e um poderoso arsenal de armas de fogo, a Força Expedicionária Britânica sob o comando do general Horatio Herbert Kitchener, invadiu Omdurman. As tropas *mahdistas* foram massacradas, com a morte de aproximadamente onze mil soldados, além de dezenas de milhares de feridos. Já as forças de Kitchener contabilizaram menos de 250 vítimas fatais (COLLINS, 2008, p. 30).

O êxito na batalha de Omdurman foi comemorado em Londres, e o grande império somava mais um território à sua zona direta de influência. Porém, o status do Sudão na máquina administrativa imperial não seria resolvido com facilidade pelos oficiais britânicos. Havia o interesse histórico do Egito na região, além de tensões regionais e sociais difíceis de compreender para os burocratas e líderes ingleses da época. Internamente, a *mahdiyyia* deixou o seu legado. Uma nova dinastia formada pelos descendentes do *mahdi* se estabeleceria, mantendo forte influência no país e ocupando o poder em algumas ocasiões na segunda metade do século XX. O fundamentalismo islâmico, representado pelas ordens e irmandades que afloraram na cena política durante o século XIX, continuaria em atividade no século seguinte. No sul do Sudão, os povos *dinka*, *nuer* e *luo* conseguiram manter sua independência, resistindo às invasões *mahdistas*, enquanto *azande* e *shilluk*, “que se sentiam, assim como os demais traficantes [de escravos] afetados pela ação repressiva ‘abolicionista britânico’” (SANTOS, 2013, p.68), manteiveram laços fortes com a *mahdiyyia*. Dentre os povos ribeirinhos, o *awlad al-bahr*, os *shaiqiyyia*, que haviam permanecido fieis ao regime da dinastia Ali, e posteriormente ao governo anglo-egípcio, e por isso ocupado cargos privilegiados na sociedade sudanesa durante aquele período, foram duramente perseguidos durante o período *mahdista*. Sua importância ressurgiria após a reconquista anglo-egípcia do Sudão.

1.3. O Sudão sob controle britânico (1898 – 1955)

Depois da vitória em Omdurman, as forças de Kitchener continuaram sua campanha para reassegurar o domínio anglo-egípcio do Sudão, subindo o Nilo rumo ao sul. Enquanto isso, o capitão Marchand recebera ordens para liderar uma expedição rumando de Brazzaville para capturar Fashoda, capital do reino Shilluk, e assim assegurar o controle francês da região. Após mais de um ano de viagens, Marchand chegou com poucos companheiros à Fashoda, em 18 de julho de 1898. O fracasso de outra expedição francesa, que partira de Djibuti e fora incapaz de atravessar a Etiópia, deixara as forças de Marchand fragilizadas diante do avanço de Kitchener.

Em 18 de setembro, chegou à região a flotilha britânica; tropas e lideranças de ambos os lados na espera de ordens. Quase dois meses se passariam até que os políticos em Londres e Paris resolvessem uma saída para o que passou a ser chamado de “incidente de Fashoda”. Em 3 de novembro, ciente de sua inferioridade militar caso optasse pelo confronto, o governo francês ordenou a retirada das tropas de Marchand. Em março do

ano seguinte, as potências estabeleceriam fronteiras nas nascentes dos rios Nilo Branco e Niger. Na entrada do novo século, estava assegurada diplomaticamente a influência britânica no Sudão. Porém, assinaturas de documentos na Europa não asseguravam o controle efetivo da região, que veria seus povos resistirem por décadas contra a tentativa de controle estrangeiro.

Em Cairo, após a derrocada das forças *mahdistas* no Sudão, Abbas II, oitavo da dinastia de Muhammad Ali, passou a reclamar o controle egípcio da região. Porém, os oficiais do império britânico não estavam dispostos a abrir mão do domínio daquele território estratégico, e acabaram obrigando Abbas II a aceitar os termos de um “condomínio anglo-egípcio”, no qual os egípcios apontariam um Governador-Geral com o consentimento do governo britânico. Tendo Kitchener sido enviado para a África do Sul em dezembro de 1899, Reginald Wingate, *sirdar*³⁸ do exército egípcio, assumiria a função, ocupando-a até 1916. A primeira tarefa de Wingate seria “pacificar” a região, removendo da cena o que restava da elite *mahdista*. Mesmo após a derrota em Omdurman, o califa ‘Abdallahi não fora capturado, assim como outros membros do alto escalão do *mahdismo*. A resistência dos *ansar* não tardou em ser esmagada em consecutivas batalhas no sul do Cordofão, com a morte tanto dos califas como de familiares do *mahdi*. Em 1899, com a exceção de ‘Uthman Diqna, que conseguiu escapar, até sua prisão e morte em 1926, o *mahdismo* havia sido sufocado pelas forças anglo-egípcias.

Assim que reestabelecera o domínio sobre a região, o novo condomínio tratou de se firmar em Cartum, e de lá, em interlocução com Cairo e Londres, governar sobre o território do Sudão. Fronteiras foram estabelecidas através de diversos tratados com os vizinhos, incluindo belgas e franceses e o império etíope. Tendo assegurado oficialmente com as potências internacionais seu controle sobre vasta região, caberia agora a Wingate e à recém-instalada administração anglo-egípcia em Cartum construir um modelo de administração colonial “erguido nas bases dos precedentes turco-egípcio³⁹ e *mahdistas*, experiências britânica no Egito e na Índia, e métodos de tentativa e erro adotados para as circunstâncias do Sudão” (HOLT e DALY, 2011, p. 86)

³⁸ Nome dado ao comandante britânico do exército egípcio.

³⁹ Devido ao status ambíguo do Egito da dinastia Ali em relação ao império otomano, algumas discrepâncias surgiram quanto à denominação do período, com alguns historiadores preferindo “egípcio” e outros “turco-egípcio”, ou mesmo “turco” (HOLT e DALY, p. 36).

Conquistadas as montanhas Nuba, para conseguir estabelecer o controle efetivo, ou ao menos assegurar uma mínima presença, na região sul de sua colônia, era necessário continuar ao sul de Fashoda e, para tanto, o *sudd* teria que ser transposto definitivamente. Essa tarefa seria inicialmente realizada em 1904, com a abertura da região conhecida como *bahr al-jabal*, literalmente “rio da montanha” em árabe, e mais efetivamente apenas após a primeira guerra mundial. Mas ao adentrar em território com populações diversas e firmemente estabelecidas na região, com seus modos sociais e políticos próprios, os britânicos encontraram resistência. O reino *shilluk* ao norte e os diversos subgrupos *dinka* e *nuer* do *sudd* capitularam inicialmente à força da metralhadora dos conquistadores. Mais ao sul, o rei Gbudwe, que havia conseguido unificar o povo Azande sob sua influência, foi morto em 1905 por uma força tripla composta de belgas, franceses e britânicos, pondo fim à independência do reino de Azande. O território seria fatiado entre os impérios vitoriosos, com a capital Yambio passando a fazer parte do império britânico. Outro líder unificador, o profeta *nuer* Ngundeng Bong, teria morrido em 1906 (JOHNSON, 1997). Mesmo tendo vencido as forças locais, a administração anglo-egípcia não teve sucesso em manter uma presença efetiva na região. Entrepostos militarizados foram alvos de diversos ataques e atos de hostilidade praticados pelos nativos contra os estrangeiros. A resistência duraria até 1930, com o estabelecimento da Ordenança do Distrito Fechado, que adotava diversas medidas para isolar a região sul, na prática dividindo o Sudão em duas regiões administrativas separadas.

Enquanto no sul o condomínio esforçava-se para manter o controle da região, Darfur fora reconhecido como um reino independente tributário, permanecendo assim até 1916, quando as circunstâncias geopolíticas mundiais causaram a captura do reino pelo império britânico. Portanto, do início dos anos 1900 até a eclosão da primeira guerra mundial, o Sudão havia sido “pacificado”, dividido em províncias e regiões administrativas, cada uma com um governador apontado pelo *quediva* egípcio sob os auspícios de oficiais do Reino Unido. Estabelecidas as instâncias administrativas, planos econômicos logo seriam postos em prática. De acordo com as Regulações para a Administração Financeira do Sudão, os fundos para cobrir o orçamento anual deveriam vir do tesouro egípcio. Apenas em 1913, a colônia deixou de ser um fardo para as economias do Egito, dependendo apenas de capital egípcio já investido e da manutenção do exército egípcio na região (HOLT e DALY, 2011, p. 87). Foi também em 1913, com um empréstimo bilionário do tesouro britânico, que seguiu adiante o grande projeto de

desenvolvimento agrícola da região. O esquema *gezira* previa a desocupação de imensos lotes de terra para a plantação de algodão visando o mercado britânico, e começou a funcionar apenas após a primeira guerra mundial.

Em 2 de agosto de 1914, apenas quatro dias depois da declaração de guerra do império austro-húngaro à Sérvia, os impérios alemão e otomano assinaram um tratado secreto de colaboração. A data marca a entrada do império otomano na grande guerra. Para a elite otomana no poder, alguns historiadores afirmam que manter a neutralidade não era uma opção, apesar de ter sido o desejo do sultão Mehmed V⁴⁰. Para os alemães, a região era muito importante para seus planos imperiais: uma ligação entre o império, o oriente médio e suas colônias africanas. Já tendo perdido territórios durante as guerras nos Balcãs e ansiosa por modernizar seu exército, o Império Otomano não hesitou em assinar o tratado. As derrotas iniciais na Rússia e a posterior rendição em 1918 marcariam o fim desse longo império mundial. A aliança alemã-otomana de 1914 também teve efeitos imediatos no Egito, que já estava sob o jugo do império britânico em um regime colonial velado. Com a guerra em curso, e devido à importância estratégica atribuída à região no conflito, os britânicos assumiram um protetorado oficial sobre o Egito, removendo o *quediva* e o substituindo por um membro de sua família, designado pelos britânicos de sultão do novo Sultanato do Egito.

Essas mudanças no Egito causadas pelo conflito de impérios também tiveram seus efeitos no Sudão. Não tendo estabelecido fronteiras com a França na região ocidental da colônia, o status independente de Darfur passou a ser considerado uma ameaça para o domínio britânico na região. Assim, já em 1915, Wingate planejara conquistar o território, e o fez em 1916, com o eventual assassinato do sultão *fur* ‘Ali Dinar, em Novembro. Fronteiras com a França somente seriam acordadas em 1924. Mas, possivelmente, a principal preocupação dos oficiais do Império Britânico em relação ao Egito e ao Sudão no momento da guerra era a possível reação da população muçulmana, devido ao fato de estarem aliados a um inimigo do império otomano na guerra (HOLT e DALY, p. 92). Ao protetorado também fora imposto um contexto de guerra, ficando

⁴⁰ Para mais detalhes sobre o império otomano, sua participação na primeira guerra e consequências mundiais, ver Fromkin (2001).

subentendido que o Egito se tornaria independente após o conflito, o que ajudou a fomentar um nascente nacionalismo egípcio e, posteriormente, sudanês.

No Sudão, políticas hostis contra os *ansar* e *turuq* foram abandonadas, e lideranças foram instadas a obter a lealdade dos cidadãos em prol da causa britânica. É nesse contexto que Sayyid ‘Abd al-Rahman, filho sobrevivente do *mahdi*, começou sua ascensão política, após percorrer o interior e estabelecer sua influência entre os *ansar*. Durante a guerra, não houve no Egito e no Sudão conflitos internos contra a ocupação britânica. Pelo contrário, a presença massiva de tropas no Egito causara um *boom* econômico na região, “a inflação controlada pelo aumento nos salários” (HOLT e DALY, 2011, p. 92) causando certa prosperidade nos centros urbanos. Entretanto, a guerra, cujos custos deveriam ficar inteiramente sob a responsabilidade do império, de acordo com as regras do protetorado, também pesou sobre a sociedade egípcia, com a convocação de grandes massas de trabalhadores para o esforço de guerra britânico.

Os problemas para os interesses britânicos na região começaram no imediato pós-guerra. Em 1919, as ruas do Egito foram tomadas em protestos contra a presença britânica no país, demonstrando que o nacionalismo latente nas elites educadas havia se espalhado para setores amplos da sociedade. Havia forte insatisfação em relação aos planos de Wilson⁴¹ e demais forças vitoriosas da guerra na região, que dividiam o “mundo árabe” em zonas de influência europeias. Eventualmente, o Reino Unido reconheceria a independência do Egito em 1922 através de uma declaração unilateral que mantinha o controle britânico no Sudão e no Canal de Suez. O sultão Fuad adotou o título de Rei do Egito em março daquele ano: seria o nono monarca da dinastia de Muhammad Ali. Em 1923, uma constituição era aprovada, instituindo um sistema representativo parlamentar bicameral. A década após a independência do Egito seria marcada por tensões entre o país e o Reino Unido em relação à reivindicação de ambos sobre o Sudão.

Ainda em 1919, as tropas egípcias seriam evacuadas de Cartum e uma Força de Defesa Sudanesa seria formada sob um comandante britânico e subvencionada pelo Egito. O já ambíguo domínio conjunto anglo-egípcio manteve-se na forma, “como uma maneira de indução da cooperação egípcia” (HOLT e DALY, 2011, p. 94). Em 1922, o governo britânico estabelecia um sistema de governança indireta no Sudão, através da Ordenança

⁴¹ Os “quatorze pontos” foram propostas do presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, em relação à negociação de paz no pós-guerra.

de Poderes de Xeques Nômades, que regularizava as funções judiciais de cerca de 300 *shaykhs*, líderes tribais. No sul, a Ordenança de Passaportes e Licenças tornava a região isolada, iniciando a política do Distrito Fechado, a ser reforçada em 1930. Esse ato administrativo visava manter os *jallaba* fora e os sulinos dentro do território estabelecido. Poderes judiciais foram distribuídos às cortes de chefes locais, sob supervisão de oficiais britânicos. A divisão em duas áreas segregadas do território que na época compreendia os domínios coloniais britânicos no Sudão teve alguns efeitos imediatos.

No sul, a reclusão forçada marca um período de relativa paz no imenso território. Logo, antropólogos como Edward Evans-Pritchard faziam suas pesquisas em uma Nuerlândia isolada de seus vizinhos ao norte. Porém, a presença britânica na região era mínima, com a construção de um número pequeno de escolas a partir de fins dos anos 1920. Uma conferência em Rejaf, em 1928, definia seis línguas sulinas para serem incluídas no sistema educacional incipiente⁴². Já no norte, das elites locais estabelecidas no poder, alguns membros começariam a ganhar proeminência na cena política local. Receosos com a reação dos *ansar*, as lembranças da *mahdiyya* ainda frescas na memória, os britânicos adotaram a Governança Indireta, canalizando a tarefa da manutenção do *status quo* às elites locais. Dentre essa elite sudanesa emergente, podemos citar novamente Sayyid ‘Abd al-Rahman al-Mahdi, cujos esforços no início da guerra o haviam tornado forte liderança local entre os *ansar*, e Sayyid Ali al-Mirghani, líder dos *khatmiyya*, maior *tariqa* sudanesa. Suas presenças se farão sentir nas próximas décadas.

Mas enquanto al-Mahdi e al-Mirghani estabeleciam suas bases de influência, outra figura emblemática seria protagonista de um movimento nacionalista sudanês: ‘Ali ‘Abd al-Latif, ex-oficial do exército, muçulmano *dinka*, parte de uma minoria de sulinos islâmicos em Cartum. Em 1922, após escrever um artigo clamando pela autodeterminação do Sudão, fora preso e fundara no ano seguinte a Liga da Bandeira Branca, cuja causa nacionalista era apoiada e fundada em grande parte por egípcios residentes no Sudão. Em agosto de 1924, com demonstrações anti-imperialistas crescendo, um motim de cadetes sudaneses na Escola Militar de Cartum foi suprimida pelas forças britânicas, os líderes presos e a escola fechada. Em novembro, foi assassinado em Cairo o Governador-Geral do Sudão, Lee Stack, que havia assumido o cargo após a saída de Wingate em 1916. Após esses eventos, os britânicos puseram em prática uma política de evacuação das forças

⁴² As línguas escolhidas seriam *dinka*, *nuer*, *shilluk*, *bari*, *latuka* e *zande*, por serem consideradas “adequadas para o desenvolvimento” (WILSON, 1929, p. 426).

egípcias do Sudão, o que causou a ira de alguns oficiais sudaneses mais leais ao rei do Egito do que a seus superiores britânicos. No final do mês, o XI Batalhão Sudanês marchou pelas ruas de Cartum. Após desobedecerem ordens para dispersar, os ingleses abriram fogo. Na batalha que se seguiu, houve mortes de ambos os lados, com o aniquilamento dos sudaneses “rebeldes”.

Após Darfur, Cartum agora havia sido pacificada à força pelas balas das metralhadoras imperiais. Nos próximos anos, as políticas da Governança Indireta seriam reforçadas, e mudanças causadas pela Ordenança dos Poderes dos Xeques de 1927 “transformariam dramaticamente a administração do Sudão em unidades territoriais geograficamente definidas para os líderes de grupos étnicos separados, independentemente de fronteiras administrativas” (COLLINS, 2008, p. 41). Após o arrefecimento dos ânimos nacionalistas, o esquema *gezira* entrou em funcionamento definitivamente em 1926, gerando nos próximos anos colheitas recordes de algodão, tornando o Sudão um dos maiores produtores mundiais da *commodity*. Um ano antes, os britânicos haviam construído uma barragem no Nilo Azul, próxima a Sennar, criando o reservatório para abastecer o esquema. O Sudão passava a escoar sua monocultura para o mundo através de Porto Sudão, nas margens do Mar Vermelho. Mas a bonança dos negócios algodoeiros não teve longa duração. Em 1929, a crise mundial reduziu drasticamente a demanda pelo algodão sudanês, causando uma queda nas receitas superior a 40 por cento (COLLINS, 2008, p. 45). Com os cofres abatidos pela crise, cortes nos salários dos estudantes do Gordon Memorial College os levaram à paralisar suas atividades em 1931. A greve acabou após o governo restaurar parte dos cortes, mas a divisão dos estudantes em duas facções opostas sob ‘Abd al-Rahman e ‘Ali al-Mirghani marca o começo de uma rivalidade que irá percorrer a história moderna do Sudão. Marca também a emergência de um movimento estudantil engajado nas questões nacionais.

Para o sul, a década de 1930 simboliza o estabelecimento definitivo da política do distrito fechado. A divisão oficial do norte e do sul também se refletia nos investimentos públicos. Enquanto obras de desenvolvimento e infraestrutura eram executadas no norte, integrando a região ao mercado mundial, o sul era isolado, no que alguns “chamaram desdenhosamente de ‘zoológico antropológico’” (WILLIS in COLLINS, 2008, p. 42). Porém, a partir do momento em que foi adotada uma política própria para o sul, os oficiais britânicos não foram capazes de aplicar a governança indireta, visto que as sociedades seminômades *nuer* e *dinka*, além de outros grupos minoritários, não tinham uma liderança

centralizada, sendo organizados por um sistema de “linhagens segmentárias”. Em relação a seus “súditos” ao sul, bastava ao império mantê-los pacíficos, e, para isso, a Divisão Equatorial da Força de Defesa Sudanesa foi formada em 1925 para conter a resistência dos povos locais. Os *dinka* do Bahr al-Ghazal se submeteram em 1930, mas os *nuer* mantiveram a resistência até uma ofensiva britânica finalmente conter ataques *nuer* contra os *dinka*, inimigos de ocasião, e estabelecer uma área administrativa própria, que seria “a construção da administração nativa fundamentada nos costumes tribais [...] até ao ponto de inventarmos uma organização [...] quando eles não tiverem suas próprias” (COLLINS, 2008, p. 43). Portanto, podemos perceber que a aplicação da governança indireta no Sudão, tanto no norte quanto no sul, acabou reforçando, ou mesmo criando, divisões étnicas e políticas.

No norte, o nacionalismo sudanês havia sido sufocado após a tentativa de motim em 1924. O debate em torno do status do Sudão e sua relação com o Reino Unido e o Egito havia sido apaziguado com a retirada das tropas egípcias no mesmo ano. Mas um evento na Etiópia provocaria mudanças no cenário sudanês. Em 1935, as tropas italianas de Mussolini colocavam em prática seu plano de conquista da Etiópia. As intenções imperialistas da Itália haviam sido frustradas com a derrota em 1896 na batalha de Adwa pelas tropas do imperador etíope Menelik II. Quase quarenta anos depois, o *duce* pretendia se vingar, e isso era visto pelo Reino Unido como uma ameaça a sua presença na região. Em 1936, diante desse novo cenário geopolítico, foi assinado outro tratado anglo-egípcio, o qual teria consequências no Sudão. Para descontentamento da classe politizada e elites locais, as negociações foram feitas sem consultar os sudaneses.

Dentre as cláusulas do tratado, permitia-se a volta de soldados egípcios, que ficariam à disposição do Governador-Geral, e estaria liberado o acesso de cidadãos egípcios ao Sudão. Essa reformulação das premissas do domínio conjunto faria reemergir uma velha disputa entre Egito e Reino Unido por influência sobre o Sudão. Em 1938, era formado em Cartum o Congresso Geral dos Graduados, cujos membros eram vistos pelo governo britânico como “sucessores dos moderados de 1924 e não como radicais pró-Egito” (HOLT e DALY, 2011, p. 100). Ismail al-Azhari, primeiro presidente do Congresso, afirmaria que, “como único elemento educado do país”, o Congresso tinha a obrigação de debater os assuntos nacionais.

A segunda guerra mundial já estava em curso, e o perigo às fronteiras do império britânico no norte da África, representado pelas tropas italianas na Etiópia e pelos alemães no Egito, persistiu até novembro de 1942, com a frustração dos planos do exército alemão de captura do Canal de Suez pelas tropas britânicas lideradas por Bernard Montgomery. No ano anterior, um exército formado por britânicos, sudaneses e indianos invadiu a Eritrêa e expulsou os italianos da região. No meio desse período tumultuoso, diferentes facções do Congresso de Graduados lutavam para estabelecer suas ideias políticas. Ainda em abril de 1942, o grupo liderado por al Azhari emitiu uma declaração reivindicando o direito de autodeterminação do Sudão e pedindo garantias para “a determinação de seus direitos naturais com o Egito em um acordo especial entre as nações egípcia e sudanesa”. Em comunicado oficial, o império britânico afirmava que o Congresso havia “perdido a confiança do Governo” (HOLT e DALY, 2011, p. 100).

Nos anos seguintes, campos opostos continuariam a disputa na arena política sudanesa. Em 1943, al-Azhari fora reeleito para chefiar o Congresso graças a sua ampla base de apoio, os *ashiqqa*⁴³, que formavam o primeiro partido político do país e favoreciam a união com o Egito. No ano seguinte, al-Azhari conseguiu o apoio tácito de ‘Ali al-Mirghani e sua irmandade *khatmiyyia*. Al-Mirghani estaria preocupado com a rápida ascensão de ‘Abd al-Rahman al-Mahdi e a possibilidade do estabelecimento de uma nova monarquia sob a família Mahdi com o apoio britânico. Em 1945, em resposta ao acirramento do faccionalismo político, apoiadores moderados de ‘Abd al-Rahman formaram o partido *Umma*⁴⁴, que reivindicava a total independência do Sudão. Pelos próximos anos, seria travada uma disputa entre unionistas e independentistas de várias matizes para definir o status do Sudão após a conclusão da guerra. As elites políticas que surgiram nesse contexto, exemplificada pelos nomes citados acima, souberam manipular as lealdades de britânicos e egípcios, que continuavam sua queda de braço por maior influência no Sudão.

Com a vitória das forças aliadas na guerra e diante da situação dúbia do status do Sudão e dos pedidos da elite sudanesa por mais participação na vida pública do país, foi convocado para março de 1946 uma reunião para tratar da renegociação do tratado anglo-egípcio de 1936. Uma delegação sudanesa com membros de todos os partidos foi à Cairo,

⁴³ *Ashiqqa*, em árabe, significa “irmãos de pai e mãe”.

⁴⁴ *Umma* pode ser traduzido como “nação”

mas após a insistência do governo egípcio em manter uma união entre Egito e Sudão, membros e aliados do Umma abandonaram as reuniões e voltaram para casa, “permanecendo al Azhari para receber o reconhecimento egípcio como único representante dos sudaneses” (HOLT e DALY, 2011, p. 103). Após negativas dos britânicos, o Egito levou o caso infrutiferamente às Nações Unidas em 1947. Todos esses eventos levaram o império britânico a acelerar o processo de “sudанизação”, visando aumentar a participação dos sudaneses na administração pública local. Ainda em 1946, foi aprovada a criação de uma assembleia legislativa que representaria o país inteiro, incluindo o sul, o que fez surgir novamente à tona a questão da integração e fragmentação do Sudão.

Ainda sob as políticas sulinas impostas pelo Reino Unido, o sul mantivera-se bastante isolado das questões nacionais discutidas em Cartum nesse período. Mas confirmada a intenção de estabelecer uma assembleia que representasse o Sudão em sua integridade, o sul voltava à pauta. Em junho de 1947, James Robertson, líder do governo britânico, convocou uma conferência em Juba para resolver a questão. Juba havia se estabelecido a partir de um centro de comércio fundado por imigrantes gregos em 1922. A boa relação dos gregos com o povo *bari* nativo e a localização estratégica nas margens do Nilo Branco faria de Juba o principal centro urbano sul-sudanês nas décadas seguintes. Antes dos gregos, próximo à atual cidade estava Gondokoro, entreposto de curta vida mais meridional dos egípcios no século XIX.

Portanto, em Juba estariam representadas as elites locais do sul, além de lideranças do norte, sob a organização de uma comissão britânica. O tom condescendente das minutas secretas⁴⁵ revelam muito da política do momento e da mentalidade dos protagonistas. Os representantes do sul são tratados de forma infantil, seus interesses legítimos sofrendo do escárnio dos britânicos e norte-sudaneses. Percebe-se nitidamente nos diálogos a reprodução de um “paradigma da diferença” a criar camadas hierárquicas de superioridade e inferioridade racial. No fim, a reunião serviu de pretexto para definir o status do Sudão como uma entidade unida. De acordo com os representantes da conferência, o sul teria que passar por seu processo de aprendizagem, assim como o norte precisara passar quatro anos sendo representado pelo Conselho Consultivo estabelecido

⁴⁵ As minutas secretas podem ser consultadas em: <http://www.gurtong.net/LinkClick.aspx?fileticket=OBZ%2B7v1SXis%3D&tabid=124>. Acessado em 21 de setembro, 2015. Trechos reproduzidos foram todos extraídos desse documento elaborado por B.V. Marwood, governador da Equatoria.

em 1944, até a criação de uma assembleia legislativa, cujas eleições foram marcadas para 1948. Ao fim, mesmo com discordâncias e seguidos apelos das lideranças sulinas por mais representação e autonomia, ficou acordado que o Sudão permaneceria unido. O que não ficou resolvido seriam os termos dessa união.

As orientações do documento secreto representam bem a visão ambígua dos oficiais britânicos em relação ao futuro de sua colônia em vias de autonomia. Apesar de afirmar as diferenças entre os povos do sul e do norte, e que “a política do governo sudanês em relação ao Sudão do Sul deve estar de acordo com o fato de que os sulinos são distintamente africanos e negroides” (MARWOOD, 1947, p. 1), o autor continua, afirmando que fatores geográficos e econômicos tornavam o sul “inextricavelmente ligado ao desenvolvimento futuro do Oriente Médio e árabe do Sudão do Norte”, e que “somente o desenvolvimento econômico e educacional dessas pessoas pode torná-las aptas a defender-se no futuro, seja seu quinhão eventualmente unido ao Sudão do Norte ou à África Oriental, ou parcialmente a ambos” (MARWOOD, 1947, p. 2). Ambiguidades à parte, o que fica claro nas minutas é a noção dos britânicos de que os sul-sudaneses não estavam dotados das condições necessárias para a auto-governança, e que sua participação nos assuntos políticos articulados em Cartum deveria ser secundária, um “processo de aprendizagem”.

Cartum, por sua vez, já estava apta a inaugurar sua assembleia legislativa, e eleições foram marcadas para novembro de 1948, a incluir o Sudão inteiro na disputa por cadeiras. Porém, nem todas as forças políticas do país participariam do processo eleitoral, sendo esse boicotado por al Azhari e os unionistas *ashiqqa*. A assembleia seria composta por dez cadeiras apontadas pelo governador-geral, 10 para sulinos e 52 para o norte, dez eleitas diretamente e 42 indiretamente. Devido em parte ao boicote dos unionistas, o partido Umma saiu vitorioso, e ‘Abdallah Khalil assumiu como secretário-geral em 15 de dezembro de 1948. Porém, o estremecimento das relações entre Egito e Grã-Bretanha teria consequências na política sudanesa. Aflitos com a pressão norte-americana para a proteção dos interesses do Ocidente no Canal de Suez (HOLT e DALY, 2011, p. 105), o Umma pôs-se a apressar um processo para a autodeterminação do Sudão. Enquanto isso, um novo partido, a Frente Nacional, formado por unionistas moderados, ganhava o apoio de al-Mirghani e dos *khatmiyyia*. Tentativas por parte dos britânicos de incluir a Frente Nacional na assembleia legislativa falharam, e o Umma permaneceu na liderança da casa. 1948 também foi marcante pela introdução de um novo esquema de desenvolvimento,

essa vez ligando o extremo sul da região à economia regional. O esquema *zande* teria seu auge apenas em 1952, e vida curta devido a eventos posteriores, mas é relevante por se tratar de uma tentativa de integração do país. O projeto previa a irrigação da região, a produção de manufaturados e a ligação com Cartum através de novas estradas. Como consequência, parte da população local seria relocada para a introdução de grandes plantações, o que causou distúrbios na região.

Em novembro de 1950, os egípcios declaravam sua intenção de renegociar o tratado com o Reino Unido. Nos dois anos seguintes, a pauta principal na assembleia sudanesa liderada pelo Umma seria a auto-governança do Sudão e a forma pela qual ela seria posta em prática. Em 23 de abril de 1952, o Estatuto de Auto-governança foi promulgado pela assembleia, o que levaria a novas eleições para um novo sistema bicameral integralmente sudanês, constituído de uma câmara de deputados com 81 membros eleitos, e um senado com cinquenta membros, 20 apontados pelo governador-geral e 30 eleitos pelos colégios provinciais (HOLT e DALY, 2011, p. 106). Como costumeiramente na história do Sudão, novos eventos no Egito teriam efeitos imediatos nos rumos políticos do país.

Em 1952, no que ficou conhecido como Revolução Egípcia de 23 de Julho, o rei Faruk I foi deposto por um grupo de oficiais do exército comandado por Muhammad Neguib e Gamal Abdel Nasser. O Movimento dos Oficiais Livres conseguiu derrubar o rei que ostentava o título de Sua Majestade Faruk I, pela graça divina, Rei do Egito e do Sudão, Soberano da Nubia, do Cordofão e de Darfur. Com a queda do rei do Egito, assumira o poder o general Neguib, que havia sido educado no Sudão e era uma figura popular no país. Ainda em outubro de 1952, assinou um tratado com o Umma em prol da autodeterminação do Sudão. Outro acordo, assinado em fevereiro de 1953 com outros partidos, dentre eles o NUP, o Partido Unionista Nacional, criado no ano anterior como sucessor do *ashiqqa*, previa um período transicional de três anos para a execução do Estatuto de Auto-governança. O governador-geral manteria suas funções, mas eleições foram marcadas para dezembro para formar um gabinete exclusivamente sudanês, com 97 cadeiras sendo disputadas em 68 zonas eleitorais. Pela primeira vez, não houve boicote de nenhum partido, com o NUP, liderado por Ismail al-Azhari, disputando com o Umma, sob a patronato de Abd al-Rahman al-Mahdi e liderado por seu filho al-Sadiq, o Partido Social Republicano, estabelecido em 1951, e o Partido Sulino, criado no mesmo ano por

políticos do sul para disputar as zonas eleitorais da região, além de vários candidatos independentes (HOLT e DALY, 2011, p. 110).

O resultado da eleição foi uma vitória decisiva do NUP, que conquistou 50 cadeiras, contra apenas 23 do Umma. O Partido Social Republicano, com suas 3 cadeiras, logo se desintegrou. 12 candidatos independentes, dentre eles um comunista, foram eleitos, além de 9 representantes do partido sulino. O NUP também obteve maioria no senado, com sua força eleitoral concentrada nas zonas urbanas ribeirinhas e em áreas de forte presença *khatmiyyia*. Já o Umma venceu todas menos uma das cadeiras das regiões de Cordofão, Nilo Azul e Darfur, onde o mahdismo era forte. O país, agora representado por uma assembleia multipartidária, mostrava suas divisões internas, a divisão regional de suas bases políticas. Em janeiro de 1954, estava oficialmente inaugurado o parlamento sudanês, com o primeiro-ministro Ismail al-Azhari nomeando um gabinete integralmente formado por membros do NUP. Porém, na cerimônia oficial prevista para primeiro de março, mais de 40 mil *ansar* opostos a união extrema com o Egito se uniram em Cartum para protestar contra o general Neguib. Os conflitos causaram algumas mortes, incluindo o chefe de polícia britânico, e a abertura foi adiada.

Partidários do Umma ficariam ainda mais apreensivos com a remoção do general Neguib do poder e a ascensão do árduo defensor do pan-arabismo, Gamal Abdel Nasser, em novembro de 1954. No sul, o descontentamento aumentava conforme aumentava o processo de “sudanização”, em curso há anos, e ampliado com o Comitê de Sudanização criado por al-Azhari em fevereiro para acelerar a passagem da administração para mãos sudanesas: dos aproximadamente 800 cargos “sudanizados”, apenas seis foram para cidadãos sulinos. Após concordado que o sul integraria um Sudão unido, agora ficava claro quanto acesso teriam os sulinos às posições de poder concentradas em Cartum.

A questão da extensão do relacionamento do Sudão com o Egito também causara divisões no partido majoritário, NUP. O Tratado Anglo-Egípcio de 1953 previa três anos de transição para completar o Estatuto de Autodeterminação; porém, as circunstâncias fizeram acelerar o processo. A ideia de uma união radical com o Egito havia sido abandonada até mesmo por al-Azhari, e a independência passara a ser endossada pelo novo Partido pela Independência Republicana, formado por membros expulsos do NUP. Em agosto de 1955, o parlamento passou uma resolução expulsando as forças egípcias e britânicas do Exército – evacuação que seria completada em novembro. O partido Umma propôs em outubro um governo de coalizão, ideia rejeitada por al-Azhari, cuja influência

decaía, tendo renunciado em 10 de novembro após perder um voto de confiança. O líder do NUP seria reintegrado cinco dias depois por uma margem de dois votos. Logo a seguir, em 3 dezembro, duas figuras importantes da política sudanesa se encontraram publicamente pela primeira vez: Abd al-Rahman, descendente direto do *mahdi*, e Ali al-Mirghani, líder da popular ordem sufi *khatmiyyia*, clamavam pela independência e pelo estabelecimento de um governo de coalizão. Em 19 de dezembro, a casa dos representantes sudaneses declarou com unanimidade a independência do Sudão, moção adotada 3 dias depois pelo senado. No último dia do ano, uma Constituição Transicional foi promulgada, conferindo poderes a uma Comissão Suprema. No dia seguinte, a independência estava completa, com a remoção em Cartum das bandeiras do domínio conjunto, “os últimos símbolos da ‘forma híbrida de governo’ de Cromer” (HOLT e DALY, 2011, p. 112), e o hastear da nova bandeira da República do Sudão⁴⁶.

1.4. O Sudão independente e a primeira guerra civil (1955 – 1972)

Em julho de 1955, enquanto fervilhavam ideias nacionalistas no norte, trabalhadores no esquema Zande entravam em greve no sul. A reação do governo foi rápida, e grevistas foram reprimidos a bala por tropas formadas de soldados sudaneses do norte. No mês seguinte, a Divisão Equatorial da Força de Defesa Sudanesa recusou ordens de seus superiores em Torit, e o motim só foi controlado quando o então governador-geral Alexander Knox Helm pediu para os soldados deitarem armas. A maioria dos amotinados concordou, mas esses eventos foram seguidos de espasmos de desordem generalizada no sul, com a morte de muitos norte-sudaneses residentes na região. Enquanto se propunha o nascimento de uma nação sudanesa, aumentava a apreensão entre a população sulina, receosa da volta da opressão de seus vizinhos do norte após a retirada total dos britânicos, e com uma eventual “arabização” forçada da região. Para se ter ideia do caráter mais amplo do descontentamento sulino nesse período de incertezas, outros motins se espalharam pelos quartéis da região, até a cidade de Malakal. Ou seja, a morte de grevistas nas cercania de Yambio, antiga sede do reino Azande, teve repercussões na ponta oposta do sul do Sudão, a antiga sede do reino Shilluk. (JOHNSON, 2011, p. 28)

A Conferência de Juba de 1947 e o Esquema Zande de 1948 foram tentativas políticas e econômicas/desenvolvimentistas de integrar o sul ao norte. Após duas décadas da aplicação da política de distrito fechado, e mais tempo ainda sob dominação britânica,

⁴⁶ Lord Cromer foi o representante principal britânico no Egito em 1879 e atuou no país até 1907.

o sul voltaria a integrar o mais amplo Sudão, agora rumo a um governo autônomo. A greve no esquema Zande em 1955, na véspera da independência, escancarou o descontentamento com os rumos da integração econômica, os benefícios da soberania sendo vistos revertidos quase integralmente para a região norte; o motim do mesmo ano em Torit demonstrou a indisposição dos soldados das Forças da Equatoria de servir sob comando de oficiais do norte. A saída do país do governador-geral, duas semanas antes do réveillon de 1955, significou para muitos sulinos o abandono definitivo dos britânicos às mãos dos “árabes” ao norte, o que causava enorme desconfiança da população quanto ao futuro da região, agora integrada e sob as políticas de Cartum. A onda de mortes de norte-sudaneses que se seguiu ao motim de Torit foi outro sinal macabro do acirramento das tensões. Não havendo salvaguarda para os termos parcamente acordados na Conferência de Juba, soldados, cidadãos e lideranças sulinas aguardavam com temor e cautela os passos do novo governo empossado em Cartum.

Mesmo preocupado com o que viria a ser chamado de “problema sulino”, al-Azhari entrava no ano de 1956 como o primeiro chefe de Estado da nova República do Sudão, e, portanto, tinha seus motivos para comemorar. Nascia o país com uma constituição provisória escrita por um acadêmico britânico, e com questões essenciais ainda abertas para serem resolvidas pelas lideranças sudanesas. O principal ensejo dos líderes sul-sudaneses era a aplicação de um sistema federalista que respeitasse a diversidade e autonomia das diferentes regiões do país⁴⁷. Para alguns políticos dos partidos estabelecidos no norte, o federalismo era visto como um passo rumo à separação (JOHNSON, 2011, p. 30).

Além de unidos contra o federalismo, membros dos majoritários Umma e NUP também confluíam quanto à outra questão fundamental: a necessidade da criação de uma identidade nacional. Vimos que os partidos políticos sudaneses estavam vinculados a bases definidas em muito por afiliações religiosas. Já mencionamos a importância da ordem *khatmiyyia* e dos *ansar* mahdistas, e agora podemos acrescentar um ramo da Irmandade Muçulmana, trazida do Egito após a segunda guerra mundial, que pregava uma política teocrática e crescia em influência no decorrer dos anos 1950. Essa ligação entre religião e política estaria presente nas decisões tomadas nos primeiros anos da nova República do Sudão. A identidade nacional, portanto, estaria intrinsecamente vinculada à

⁴⁷ Para tanto, políticos veteranos sul-sudaneses formariam em 1957 o Partido Liberal, em um esforço de coligar forças e impor uma pauta sulina nas instâncias de poder em Cartum.

religião, ao Islã e à missão de expandi-lo. Isso significava que, na ânsia da criação de uma identidade nacional por parte das lideranças nortistas, o sul teria que se conformar às políticas impostas contra sua vontade manifesta.

Mas apesar dessa aparente união entre partidos na condução da política nacional, não houve inicialmente governo de coalizão. O período de al-Azhari no poder foi curto, com o abandono, em junho de 1956, de 21 membros do parlamento do NUP para a formação de um novo partido, o Partido Democrático Popular (PDP), com o apoio de al-Mirghani. Em 5 julho, ‘Abdallah Khalil foi empossado primeiro-ministro e um novo governo de coalizão foi formado com o Umma, sem a presença de al Azhari.

Enquanto os políticos sudaneses discutiam as questões da política nacional, o país passava a integrar algumas grandes organizações internacionais. Ainda em janeiro, tornara-se membro da Liga Árabe, e, em Novembro, o quinto Estado africano membro das Nações Unidas⁴⁸. Além dessa incorporação à geopolítica internacional como Estado soberano reconhecido, o primeiro ano do Sudão marcou a criação de uma moeda nacional e o estabelecimento dos símbolos nacionais, incluindo uma bandeira com calculada neutralidade, composta de três barras horizontais, uma azul representando o Nilo, outra amarela representando o deserto do Saara e uma verde para ilustrar as terras férteis do país. Baseado apenas em referências geográficas, a bandeira pode ser considerada uma tentativa de respeitar, pelo menos simbolicamente, a diversidade étnica e religiosa do país.

No terreno internacional, a invasão tripartite do Egito por forças israelenses, britânicas e francesas em 1956, que ficou conhecida como a “crise de Suez”, teve suas repercussões no Sudão. Mesmo com o apoio maciço da população ao governo de Nasser, as relações entre os países estavam estremecidas por causa de questões envolvendo o uso das águas do Nilo. O Egito anunciara a construção de uma barragem em Aswan, o que teria forte impacto no Sudão. Diante dessa situação, políticos sudaneses exigiam um novo acordo sobre o uso do Nilo, que só viria a ser finalizado em 1959. A crise de Suez durou dez dias, com a retirada dos invasores e o canal sendo mantido sob a soberania do Egito, mas a questão do Nilo permanecia.

⁴⁸ Em cerimônia pomposa, Sudão, Marrocos e Tunísia foram admitidos como membros da ONU em 11 de novembro de 1956.

Apesar da abundância do rio mais extenso do mundo, ao se tornar independente, o Sudão continuava um país dependente da monocultura do algodão. Em 1956, os projetos desenvolvimentistas estavam voltados para a ampliação do esquema *gezira*, com a extensão Menagil, que aumentaria significativamente a produção algodoeira do país. Porém, baixos preços da *commodity* nos anos seguintes tiveram um efeito desastroso sobre a economia nacional, com a desvalorização brutal da nova moeda sudanesa (HOLT e DALY, 2011, p. 116). A crise econômica já podia ser sentida em 1957, com os Estados Unidos oferecendo um pacote de ajuda cuja aprovação só foi adiada devido ao forte sentimento antiocidental na ocasião. Assim, um acordo foi costurado entre as lideranças dos partidos para que a questão fosse decidida somente depois das eleições previstas para o ano seguinte.

O pleito de 1958 foi novamente vencido pela aliança Umma-PDP. Muito em decorrência de uma massiva inscrição de eleitores *fallata*⁴⁹, o Umma obteve uma maioria de 63 cadeiras, ficando o PDP com 26. O NUP de ‘al Ahzari levou 44 cadeiras e o Partido Liberal Sulino, representando os políticos sulinos, ganhou 40 (HOLT e DALY, 2011, p. 117). Começava o ano no Sudão com ‘Abdallah Khalil novamente empossado primeiro-ministro. Passava-se a discutir o próximo tema da pauta, o pacote de ajuda norte-americano, que somente seria ratificado em julho. A essas alturas, intrigas políticas abundavam em Cartum. Falava-se de uma possível reaproximação Umma-NUP ou PDP-NUP para remover o Umma do poder. E o Liberal Sulino, cujas 40 cadeiras conquistadas representavam o anseio dos sulinos por participação política, corrompido, acabou engolido nas tramas labirínticas da política sudanesa.

Foi nesse cenário que, em 17 de novembro de 1958, o comandante-em-chefe do exército sudanês, General Ibrahim Abboud, anunciou o primeiro golpe de Estado da novíssima República do Sudão. Com a constituição suspensa, alguns ministros presos, partidos dissolvidos e sindicatos extintos, assumia o poder um conselho de 13 membros com amplos poderes legislativo, executivo e judiciário. Não houve derramamento de sangue, e alguns membros importantes da política nacional apoiaram o golpe, dentre eles Sayyid Ali al-Mirghani, líder dos *khatmiyyia*. Os oficiais que executaram o golpe eram majoritariamente das “três tribos ribeirinhas”: *shaiqiyyia*, *ja’alliyyin* e *danaqla* e os soldados rasos vinham das províncias periféricas do país (NATSIOS, 2013, p. 44).

⁴⁹ Termo usado no Sudão para designar genericamente africanos ocidentais de origem *fulani*.

Os anos seguintes seriam marcados pela solidificação de um regime que se anunciou temporário. Enquanto se discutiam os rumos do novo governo, Sayyid ‘abd al-Rahman al-Mahdi, líder dos *ansar* e do Umma, cuja reação ao golpe não fora positiva, mantendo-se em tênue oposição ao governo militar, morreu em março de 1959. Dois anos depois, em setembro de 1961, seu sucessor também morreu, ficando o comando dos *ansar* sob al-Hadi al-Mahdi e o braço político do Umma para al-Sadiq al-Mahdi; ambos se tornariam figuras proeminentes na história política do Sudão.

Enquanto os mahdistas e a própria família Mahdi vivia o luto e a transição, o período de Abboud no poder começava com a estabilização das relações com o Egito, graças ao acordo de 1959 em relação à barragem de Aswan e o uso das águas do Nilo. O governo militar ficaria marcado por uma política de não-alinhamento no cenário internacional, com apoio aos movimentos de independência na África. Contratos foram firmados com uma diversa gama de Estados Nacionais, incluindo União Soviética, China, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Iugoslávia e Alemanha Ocidental. Com uma política externa independente veio a entrada de capital estrangeiro para a construção de obras de infraestrutura, incluindo escolas na região sul para executar o projeto nacional do governo central que visava, através do sistema educativo, expandir a língua árabe e os preceitos do Islã para todo o país. Como era de se esperar, essa política nacional de “arabização” não caiu bem para ampla parcela da população do sul, onde já havia uma tradição de escolas missionárias cristãs⁵⁰.

A situação não estava complicada somente por causa de questões de integração e identidade nacional. Em Cartum, novembro de 1960, pouco depois de aberto o Banco Central do Sudão, todos os partidos banidos, dentre eles a Irmandade Muçulmana e o Partido Comunista, com exceção do PDP, publicaram uma petição pela volta do governo civil. Protestos estudantis e a reabertura do sindicato dos ferroviários levaram à nova petição no ano seguinte, com o governo aprisionando alguns líderes dos partidos em retaliação, incluindo ‘al Azhari e ‘Abdallah Khalil. O PDP, partido de base *khatmiyyia*, foi poupado. Alguns apontam justamente a predominância de elementos *khatmiyyia* e

⁵⁰ Em trabalho escrito para a conclusão do curso de História, tive acesso à entrevista de Kueth Duany, sujeito de minha pesquisa, sobre seu pai, que participara ativamente da primeira guerra civil sudanesa. Nela, ele relata a indignação de seu pai e seus colegas com a mudança de currículo, algo que o motivou a aderir ao movimento contra o governo sudanês. (MOELLWALD, 2011)

shaiqiyyia no governo militar a causa do desconforto entre outras lideranças do país (COLLINS, 2008; HOLT e DALY, 2011; NATSIOS, 2013).

Mas o veneno que corroeria o regime estava sendo instilado no sul. Em 1962, foi fundado um novo movimento político, o *Sudan African Closed District National Union* (SACDNU)⁵¹, que mudaria de nome em 1963 para *Sudan African National Union* (SANU), com sede em Kampala, capital de Uganda. O partido fora fundado por sul-sudaneses exilados, dentre eles o padre Saturnino Lahure, Joseph Oduho e William Deng. Em 1963, enquanto o país entrava no segundo ano de seu “plano de dez anos para o desenvolvimento econômico e social”, um novo movimento armado surgia na região da Equatoria, a milícia *anya-nya*, cujo nome derivava da expressão na língua *madi* para “veneno”. O controle e posterior expulsão dos missionários cristãos, a aplicação unilateral de um “programa nacional” e a crescente insegurança na região provocaram o exílio forçado de mais de 50 mil sudaneses para campos de refugiados em Uganda. O “problema sulino”, expressão já em voga em meados de 1964, provocaria a eventual queda do regime militar.

Em setembro, preocupados com a expansão do *anya-nya* para as populações rurais após um ataque em Wau, o governo convocou uma comissão para discutir o “problema sulino”. Simultaneamente, protestos estudantis clamavam pela queda do regime militar. Após um grupo de estudantes desacatar ordens do Ministro de Educação, um confronto com a polícia causou a morte de um deles, o que causou consternação geral no país. Diante dessa situação, profissionais liberais se reuniram para fundar a Frente de Profissionais. Uma greve geral foi convocada e a pressão das ruas, aliada a dissensões no exército, ajudou a levar o General Abboud a dissolver o Conselho Supremo, em 26 de outubro, e convocar um governo de transição, a ser presidido por ele, com o professor universitário al-Salim al-Khalifa, do Umma, empossado primeiro-ministro. Essa mudança de regime devido à pressão popular ficou conhecida como “revolução de outubro”, e permaneceria no imaginário sudanês por décadas.

O novo período de governo civil marcou a volta dos partidos políticos ao palco das questões nacionais. A Frente de Profissionais, com forte influência comunista, era a favor de mudanças mais radicais e do adiamento de eleições até a resolução do conflito

⁵¹ Respectivamente “União Nacional Africana do Distrito Fechado do Sudão” e “União Nacional Africana do Sudão”

no sul, posição compartilhada pelo PDP e o Partido Comunista, enquanto partidários do Umma e do NUP, com pouca participação na mudança de regime, queriam eleições em breve para reestabelecer uma “normalidade administrativa” (HOLT e DALY, 2011, p. 123). Após maciça manifestação dos *ansar* em Cartum, o gabinete foi dissolvido e al-Salim al-Khalifa formou um novo governo de coalizão com o Umma, NUP e Irmandade Muçulmana, presidida na época por Hassan al-Turabi, cujo nome se tornaria frequente na política sudanesa. Eleições foram marcadas para abril de 1965.

Enquanto as lideranças políticas em Cartum tentavam mais uma vez formar um governo de coalizão, confrontos violentos entre sudaneses do sul e do norte eclodiram em 6 de dezembro de 1964 em Cartum, no que ficou conhecido como “dezembro negro”. Os eventos se desenrolaram confusamente. Teria começado com um grupo de sulinos residentes em Cartum que se reuniu para receber Clement Mboro, ministro do interior e primeiro sulino indicado para um alto cargo do governo sudanês. Após atrasos, rumores de que Mboro fora assassinado causaram uma revolta entre os sulinos, com dezenas de mortes (NATSIOS, 2013, p. 45). A tensão, cujas raízes podem ser encontradas no motim de Torit de dez anos atrás, chegava em mais um ponto extremo. Devido à gravidade da situação, a primeira questão em pauta para o governo provisório dizia respeito à resolução do conflito no sul.

Diante desse cenário, foi convocada uma “Conferência de Mesa Redonda” para fevereiro de 1965, a ser composta por 24 lideranças sulinas e 16 nortistas. Inicialmente programada para Juba a pedido das lideranças exiladas do SANU, a reunião foi transferida para Cartum devido aos conflitos nos arredores da cidade sulina. No fim, com a presença de William Deng representando uma facção do SANU, a reunião foi marcada para discutir as questões fundamentais quanto ao status do sul na República do Sudão. Com as lideranças do norte resolutas em não aceitar a demanda das lideranças sulinas por um plebiscito no sul para que a população optasse pelo federalismo, união ou independência, não houve avanço concreto na tentativa de resolver o conflito diplomaticamente.

Assim como as lideranças nortistas disputavam a predominância em Cartum, as elites sulinas também tinham suas querelas internas. A região já estava então dividida. A maioria dos líderes do movimento em exílio era formada por membros de vários grupos étnicos da Equatoria, região mais ao sul e mais próxima à fronteira com Uganda. As outras regiões também estavam representadas no partido SANU, incluindo William Deng, líder *dinka* mais influente (JOHNSON, 2011, p. 32). Após a conferência em Cartum, o partido

se dividiu em dois, com Joseph Oduho e Jeffrey Agden voltando para Uganda para formar o SANU-*Outside*, e Deng liderando o movimento de dentro do Sudão através do SANU-*Inside*. Esse tipo de racha sem o abandono das siglas do movimento original seria repetido no decorrer da história sul-sudanesa.

Os principais líderes militares também estavam divididos, com Joseph Lagu, que havia sido tenente do exército sudanês, e Emilio Tafeng, que havia participado do motim em Torit, comandando suas próprias milícias. Em 1967, também formou-se o Southern Sudan Provisional Government⁵², SSPG, com o apoio de Tafeng e sob a liderança de dois jovens *dinka*, Gordon Muortat Mayen e Akwot Atem, chamados de *clique dinka*. O SSPG se tornaria o Nile Provisional Government, e disputaria com o Southern Sudan Liberation Front⁵³, SSLM, comandado por Lagu, a posição de legitimidade nas negociações com Cartum. Somente a partir de 1969 as diferentes bases sulinas se agregariam, sendo que durante a segunda metade da década, a região sul estava *de facto* dividida entre várias “repúblicas” autônomas (JOHNSON, 2011, p. 32).

Mesmo com o fracasso da conferência de mesa redonda, a ausência de partidos sulinos e o boicote do PDP, eleições foram realizadas entre abril e maio de 1965. O Umma, cujas bases continuavam em áreas com forte presença *ansar*, ficou com 76 cadeiras. O NUP, que continuava forte nas cidades ribeirinhas, conseguiu 54 cadeiras. Bem atrás, a Frente Islâmica, partido formado pela Irmandade Muçulmana, ficou com 5 cadeiras, os comunistas com 8, os independentes ganharam 20, e o PDP, mesmo boicotando o pleito, 3. O PDP, que estivera no poder nos primeiros anos do Sudão, se dividiu em facções após a aliança de seu líder, al-Rahman al-Mirghani, com o Partido Comunista.

Os partidos majoritários rapidamente formaram um governo de coalizão, com Mohammed Ahmed Maghoub nomeado primeiro-ministro. Mas as tramas do poder não seriam resolvidas facilmente. A disputa entre Maghoub e al-Azhari e a manipulação da Constituição Provisória possibilitou ao último sua nomeação ao cargo de presidente permanente do Conselho Supremo do Estado (HOLT e DALY, 2011, p. 124). O novo período parlamentar iniciava com disputas internas e uma forte crise no sul, a ser agravada a cada nova onda de violência. Em 8 e 11 de julho de 1965, massacres de sulinos em Wau

⁵² Governo Provisório do Sudão do Sul.

⁵³ Frente de Libertação Sul-Sudanesa.

e Juba por tropas nortistas foram seguidos de apelos do SANU-*Outside* para uma intervenção das Nações Unidas. A resposta da milícia *anya-nya* também causou baixas civis e destruição de aldeias, ficando a presença do governo restrita às grandes cidades enquanto a milícia se concentrava nas áreas rurais. A divisão das forças sulinas continuou, com Clement Mboro formando a Frente Sulina, agregando intelectuais com laços com o SANU-*Outside*, enquanto o *anya-nya* e o SANU-*Inside* permaneciam independentes.

Entre 1965 e 1969, com o Sudão em guerra civil, o sistema parlamentar em Cartum presenciou várias mudanças de liderança. Al Sadiq al-Mahdi, do majoritário Umma, o “bisneto educado em Oxford do *mahdi*” (HOLT e DALY, 2011, p. 126), muito jovem para concorrer ao parlamento, pretendia assumir o governo após completar 30 anos. Enquanto esperava atingir a idade mínima, o parlamento, por pressão da Irmandade Muçulmana, conseguiu banir o Partido Comunista ainda em 1965; a seguir, foi criado o Partido Socialista, com a presença de muitas lideranças comunistas. Em 1966, al-Mahdi, já completos seus trinta anos, conseguiu uma moção contra Maghoub, apoiada por al-Azhari e o NUP, que o levou ao cargo de primeiro-ministro em julho de 1966.

No seu período no poder, Sadiq al-Mahdi tratou de acelerar a criação de uma assembleia constituinte. Para isso, era necessário que houvesse representação do sul e, portanto, eleições foram preparadas em março para preencher 42 cadeiras. O Umma ganhou 15, o SANU-*Inside*, 10 e o NUP, 5 (HOLT e DALY, 2011, p. 127). O restante das vagas foi para partidos pequenos e candidatos independentes. Com o sul teoricamente representado no parlamento sudanês, eleições foram marcadas para 1968. Porém, Sadiq al-Mahdi não resistiria no poder até lá devido às disputas internas no seu partido Umma. O reformismo agrário e social proposto pelo jovem Sadiq acabou causando uma fissura com a ala mais conservadora do partido encabeçada pelo seu tio, o Imam al-Hadi, líder dos *ansar*. Em maio de 1967, o partido estava partido em dois e Maghoub seria reempossado primeiro-ministro graças a uma coalizão entre NUP e a ala de al-Hadi do Umma. Sadiq e sua ala foram para a oposição.

Na assembleia constituinte que se formou, com apenas 7 dos 42 sulinos previstos no parlamento, SANU e Frente Sulina optaram pelo boicote. Voltariam para disputar eleições, mas o sul, dividido em diversas facções contrárias ao governo central e beligerantes entre si, estava novamente afastado dos processos de tomada de decisão sobre os assuntos nacionais. Em 1967, morrera o Padre Saturnino Lahure e, em maio de 1968, William Deng foi assassinado em uma emboscada no Bahr al-Ghazal. É nesse

contexto de insegurança no sul e incertezas no norte que se realizaram as eleições parlamentares de 1968. A fissura do Umma seria sentida com a derrota das duas alas, ficando a ala de Sadiq al-Mahdi com 36 cadeiras e a ala de al-Hadi com 30. O grande vencedor, com 101 cadeiras, foi o recém-formado Partido Unionista Democrático (DUP), uma mescla de elementos do PDP e do NUP de al-Azhari. O SANU ficou com 15 cadeiras e a Frente Sulina com 10. Maghoub foi novamente eleito primeiro-ministro, com al-Azhari mantendo-se no comando do Conselho Supremo.

Com Maghoub no poder, o Sudão assumia uma posição contraditória em relação a sua política externa e interna. No começo de 1969, com o agravamento do conflito no sul, a República do Sudão, que seguira anteriormente uma política de não-alinhamento, já mostrara seu suporte aos países árabes, com apoio irrestrito e participação na guerra contra Israel de 1967, rompendo temporariamente relações com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Ao mesmo tempo em que combatia seus próprios separatistas, apoiava o movimento separatista na Eritréia, mantendo péssimas relações com a Etiópia. Conflitos no Chade e no Congo também complicavam a relação com seus vizinhos, tornando as fronteiras porosas, favoráveis à entrada de armas para milícias sul-sudanesas e à fuga e treinamento de refugiados.

A política externa sudanesa acabou tendo efeitos favoráveis aos sulinos no seu esforço de guerra, especialmente para Joseph Lagu, que tentava estabelecer sua predominância sobre o movimento *anya-nya*. Entre 1967 e 1968, junto com outros 40 militares sulinos, Lagu foi escolhido pelo governo israelense para participar de treinamentos em Israel. Além do treinamento, conseguiu centralizar a rota de entrada de armas israelenses, que passava pela Etiópia até chegar às milícias sulinas. Em 1969, Lagu havia assumido a posição de comandante-em-chefe do *anya-nya*, com as outras facções remetendo-se a ele para ter acesso aos suprimentos necessários (MADUT-AROP, 2006, p. 7). A situação militar dos grupos sulinos seria ainda melhorada em outubro de 1970, após o governo de Uganda ser assumido por Idi Amin, cujo apoio ao movimento pode ser justificado em parte pela presença de sul-sudaneses entre suas tropas e por uma questão de “solidariedade africana”.

Porém, antes desse golpe de Estado em Uganda, o Sudão também passaria por uma mudança de regime. Em abril de 1969, o Umma, já reunificado, tratou de negociar sua participação em um novo governo de coalizão. Se não bastasse a situação no sul e as querelas políticas no norte, o país ainda passava por grave crise econômica. Em 1969,

apesar do aumento no PIB, o país ainda dependia em 97,2% do setor agrícola, e mesmo leis em prol da industrialização não foram capazes de reverter a balança comercial desfavorável do país (HOLT e DALY, 2011, p. 128). A situação complicada da economia nacional e a dificuldade do governo em negociar com estudantes e os diversos sindicatos surgidos após a queda do regime militar, em 1964, acabaram fornecendo alguns ingredientes para outro golpe.

Em 25 de maio de 1969, um grupo emulando os militares egípcios que derrubaram o rei Faruk em 1952, também autodenominado “oficiais livres”, comandado pelo coronel Gaafar Nimiery, marchou rumo ao parlamento e anunciou o fim do parlamentarismo na República do Sudão. O que surgia era um regime militar socialista pan-arabista e secularista, baseado no modelo egípcio de Gamal Abdel Nasser. Em setembro do mesmo ano, deporia o rei e assumiria o poder na Líbia outro coronel socialista pan-arabista que teria forte influência na política regional, Muammar Khadafi.

Mas antes, logo após mudar o nome do país para República Democrática do Sudão e dissolver o parlamento, Nimiery pôs-se a ilegalizar os partidos, confiscar suas propriedades, prender lideranças como al-Azhari e Moughab, aposentar oficiais de alto grau e impor um Conselho do Comando Revolucionário (CCR) sob seu comando, composto de dez membros, nove militares e um civil, Babikr Awadallah, empossado primeiro-ministro. Assim que assumiu a cadeira, Awadallah pronunciou que o governo seria “esquerdista, socialista, mas não extremista nem fanático” (HOLT e DALY, 2011, p. 130). A morte de ‘al Azhari em agosto de 1969 coincide com a inauguração de um modelo de governo inédito na história sudanesa, inspirado em movimentos internacionais em voga na época. A experiência democrática do país enquanto Estado soberano estivera até então nas mãos de partidos políticos com forte influência de bases religiosas, como o Umma dos *mahdistas* e o PDP e NUP, tornado DUP, com forte presença *khatmiyyia*. Ou seja, as questões nacionais estiveram até então e até certo ponto atreladas a filiações religiosas.

Com Nimiery, um novo paradigma era posto em prática, com a nacionalização maciça de empresas, bancos e outros empreendimentos sudaneses (NATSIOS, 2013, p. 46). Na política internacional, com a onda de nacionalizações e o apoio dos Estados Unidos à Israel e deste às milícias sulinas, laços foram rompidos com o ocidente. O país se aproximou do bloco soviético, inclusive recebendo armamento avançado da União Soviética para o esforço de guerra no sul (NATSIOS, 2013, p. 49). Uma das facetas da

política externa sudanesa nos primeiros anos do governo de Nimiery foi a aliança formada com Egito e Líbia, bem simbolizada com a assinatura da Carta de Trípoli em dezembro de 1969. O tratado sincronizava as ações internacionais dos três países e esboçava a criação de uma República Socialista Árabe. Em maio de 1970, o regime aprovou a mudança da bandeira do país, agora mimetizando a bandeira pan-árabe; para associá-la às especificidades do Sudão, foram dadas explicações locais para as cores vermelho, branco, preto e verde.

Internamente, o regime de Nimiery sofreu pressão de todos os lados: dos comunistas, apesar da mudança de rumos na política externa, e das alas mais conservadoras do país, principalmente o partido Umma. Contrário à presença de oito ministros comunistas no novo governo de 23 membros nomeado pelo CCR, Sadiq al-Mahdi foi preso em Cartum e a presidência do Umma assumido pelo Imam al-Hadi al-Mahdi. Em março de 1970, as tensões entre governo e o Umma atingiram o clímax, com demonstrações massivas de *ansar* brutalmente reprimidas em Omdurman. Após os conflitos, al-Hadi e um número expressivo de soldados *ansar* se aquartelaram na Ilha Aba, mesmo local das visões proféticas do Mahdi em 1881. As batalhas que se seguiram causaram a morte de mais de doze mil *ansar* e de al-Hadi, morto ao tentar fugir do país (NATSIOS, 2013, p. 48). A ameaça *mahdista* ao governo de Nimiery estava contida.

Tendo refreada a ameaça dos conservadores, restava ao governo controlar a ameaça vinda da esquerda. Em meados de 1970, já se tornara clara uma tendência a isolar os elementos de esquerda do governo, o que resultou em prisões de líderes comunistas. No começo de 1971, já rompido com as alas mais esquerdistas, o governo apelou à população sudanesa para conter a “ameaça comunista”. Porém, em julho de 1971, o major Hashim al-Ata, aliado a oficiais depostos do CCR em novembro do ano anterior, organizou um golpe de Estado, conseguindo prender Nimiery e anunciar um novo governo democrático e uma “revolução industrial e agrícola” (HOLT e DALY, 2011, p. 131). Essa revolução, porém, não seria posta em prática. Apesar de manifestações pró-comunistas em Cartum, forças favoráveis à Nimiery aquarteladas em Shendi organizaram um contragolpe bem sucedido. Articulações dos governos da Líbia de Khadaffi e do Egito de Sadat, que ocupara o poder quando da morte de Nasser, em dezembro do ano anterior, foram fundamentais para o retorno de Nimiery ao poder. Hashim al-Ata, o sulino Joseph Garang e outras lideranças comunistas de todo o país foram executados ou enforcados. A

situação diplomática com o bloco soviético deteriorou e relações se estreitaram entre as república socialistas árabes.

Eliminadas as ameaças ao seu poder de ambos os lados, Nimiery recebeu um voto de confiança em setembro de 1971 que lhe nomeava presidente por um período de seis anos. Enquanto tratava de impor sua vontade à mão de ferro em Cartum, a situação no sul continuava delicada para o exército sudanês. Mesmo com a ajuda de tropas egípcias e do equipamento militar avançado adquirido da União Soviética, as tropas sudanesas eram incapazes de vencer o *anya-nya* e o SSLM, agora com mais de treze mil soldados (NATSIOS, 2013, p. 49) sob o comando centralizado de Joseph Lagu. O impasse estava estabelecido com a incapacidade dos sulinos de conquistar as cidades, ficando restritos à região rural. Disposto a resolver o que já então era popularmente chamado no norte de “problema sulino”, Nimiery pôs-se a negociar. O líder sulino no governo e também líder sulino do Partido Comunista, Joseph Garang, havia sido enforcado após a tentativa fracassada de golpe de julho. Seu substituto foi encontrado em Abel Alier, um advogado *dinka* reconhecidamente moderado.

No começo de 1971, Nimiery havia declarado um cessar-fogo unilateral, que foi seguido pela tentativa de Lagu de conter suas tropas. A seguir, Alier faria uma turnê pela Europa, na tentativa de articular líderes de igrejas cristãs em prol da paz no Sudão. Essas organizações religiosas foram fundamentais para convencer diversas lideranças sulinas de que um tratado de paz seria a melhor solução para resolver as agruras do povo do sul (MADUT-AROP, 2006, p. 13). Sem o entrave de uma agenda islâmica, o governo de Nimiery tinha a chance de proclamar a paz no Sudão, assim assegurando sua legitimidade e consolidando sua popularidade entre a população sudanesa.

O momento estava propício para a resolução do conflito, e, para tanto, reuniões foram marcadas para fevereiro de 1972 em Addis Abeba, sob a égide do imperador etíope Haile Selassié. De acordo com os termos do tratado de paz, ratificado em 27 de março pelo governo do Sudão, o SSLM e entidades estrangeiras, o sul ganharia o *status* de região autônoma, com o Inglês sendo considerado língua oficial, uma assembleia própria e um Alto Conselho Executivo, cujo presidente seria nomeado por Nimiery. Juba se tornaria a capital da região, que teria poderes devolvidos, ficando relações internacionais, defesa, câmbio e funções amplas de políticas econômicas, sociais e educacionais a cargo do governo central em Cartum (HOLT e DALY, 2011, p. 133). O destino da região fronteira de Abyei seria resolvido em plebiscito, nunca realizado, ficando assim em uma

posição dúbia, que persiste até hoje. Alier passaria a ocupar o cargo de vice-presidente do Sudão, e Lagu foi nomeado major-general do exército sudanês, uma posição que aceitou contrariado. A questão mais delicada para o sucesso do tratado dizia respeito justamente à incorporação do *anya-nya* no exército sudanês. No fim, ficou acordado que metade das tropas situadas no sul seria composta por sulinos e a outra metade por soldados do norte. O tratado trouxe paz, limitada autonomia e a perspectiva de desenvolvimento para uma região que estava há anos sofrendo os impactos da guerra. Porém, o tratado não foi aceito com unanimidade por todos os sulinos, ficando uma parcela do *anya-nya* e dos partidos opositores à Cartum em exílio ou em constrita expectativa.

1.5. O governo Nimiery e relativa paz (1972 – 1983)

Desde que se tornara um Estado independente, houve no Sudão uma relação conflituosa entre o norte e o sul do país. Agora, anunciava-se com pompa em Cartum e Juba a reconciliação nacional. O presidente, após sufocar seus principais opositores e impedir um punhado de tentativas de golpe, alcançava o auge de sua popularidade, sendo considerado responsável pela paz no país. Após essa façanha, Nimiery trataria de oficializar as mudanças no governo através de uma assembleia constituinte, eleita em outubro de 1972. A nova constituição, promulgada em maio do ano seguinte, estabelecia um sistema presidencial com amplos poderes para o chefe-de-estado, que seria eleito por plebiscito e teria o direito de suspender a constituição. O presidente ampliava assim seus poderes pessoais, e logo imporá uma centralização da administração, retirando prerrogativas dos “chefes locais”, afastando o Estado da lógica de governança indireta imposta pelos britânicos em prol de um sistema piramidal organizado pela União Socialista Sudanesa (SSU), partido único formado em janeiro de 1971. De acordo com a constituição, um documento com 225 artigos, “a sociedade deveria ser guiada pelo Islã, mas expressar os valores de ambos o islamismo e o cristianismo” (HOLT e DALY, 2011, p. 135).

Após o golpe fracassado dos comunistas, em 1971, houve mudanças na política econômica sudanesa. A reprivatização, em 1973, de algumas das empresas estatizadas anos antes, é uma demonstração de um crescente afastamento de Nimiery do eixo socialista e de uma lenta aproximação com os Estados Unidos. Ainda em 1973, uma parceria entre o governo e o Fundo Árabe de Desenvolvimento Social e Econômico estabelecia um plano de 25 anos para tornar o Sudão o celeiro do mundo árabe,

considerado muito dependente de importações do ocidente. Com o Programa Básico para Desenvolvimento Agrícola do Sudão, a economia sudanesa permanecia dependente do setor agrícola.

Enquanto esses planos de desenvolvimento eram elaborados e postos em funcionamento em Cartum, em Juba eram conduzidas as primeiras eleições para o Alto Conselho Executivo da Região Sul, em novembro de 1973. A história do sul autônomo seria marcada por tensões étnico-políticas, corrupção desenfreada e parco investimento em obras públicas na região. A má administração, a ineficiência de uma crescente burocracia local e as consequências da alta corrupção podem ser constatadas ao considerarmos que, entre 1972 e 1977, apenas 20 por cento dos recursos alocados ao sul foram utilizados (HOLT e DALY, 2011, p. 134). A ínfima participação do sul no desenvolvimento do país é comprovada pelo fato de apenas nove das 1637 vagas da Universidade de Cartum serem ocupadas por sulinos. Portanto, o período de relativa autonomia sulina seria marcado pela quase ausência da região nas políticas de Cartum. Isso ficaria claro com as descobertas de petróleo, no sul, pela empresa estadunidense Chevron. As lideranças sulinas não foram consultadas em relação à prospecção na região, e, após a descoberta, optou-se por construir uma refinaria em Kosti, no norte, o que foi considerado por muitos sulinos uma apropriação de seus recursos locais.

Mas antes de entrarmos com mais profundidade na questão do petróleo, vale situar o Sudão na geopolítica mundial da ocasião. A guerra árabe-israelense de outubro de 1973 dividiu o oriente médio entre os dois blocos reinantes na guerra fria. De um lado, os Estados Unidos se colocavam em defesa de Israel, enquanto a União Soviética alinhava-se aos países árabes derrotados no conflito. A situação do Sudão era, por sua vez, muito dúbia, com relações estabelecidas com vários países de ambos os blocos. Em 1974, a deposição do monarca etíope Haile Selassié causou ondas sísmicas na política da região. Nimiery, que já havia se distanciado do bloco comunista em favor dos Estados Unidos, agora passava a receber amplo apoio do governo norte-americano para contrabalançar a influência soviética na Líbia e na Etiópia, agora governada pelo Derg comunista⁵⁴. Ao mesmo tempo, em 1974, o governo sudanês assinou um pacto de integração política com o Egito. Esse pacto seria reafirmado e ampliado em 1977 para um pacto de defesa mútua.

⁵⁴ O Derg era uma junta militar composta por mais de 100 membros, sendo que os poderes decisórios residiam nas mãos de uma elite minoritária. Para uma excelente História da Etiópia entre 1855 e 1991, ver Zewde (2001).

A região de Gambela, na fronteira entre a Etiópia, agora comunista, e o Sudão, seria especialmente convidativa para sulinos insatisfeitos com o rumo da política nacional e regional, como veremos mais adiante.

Em 1975, outra tentativa de golpe foi abafada, dessa vez perpetrada por oficiais *darfuris* ressentidos com o status de autonomia concedido ao sul e a periferização do oeste na política nacional. Darfur passava a agrupar um número cada vez maior de lideranças contrárias à Cartum, num prenúncio dos conflitos violentos de décadas depois. Afora essa tentativa fracassada, entre 1972 e 1976 houve pouca oposição da assembleia e do SSU ao governo de Nimiery. Isso mudaria em 2 de julho de 1976, com a tentativa de assassinato do presidente Nimiery no aeroporto de Cartum. Dessa vez, quem planejara a ação fora Sadiq al-Mahdi, com apoio líbio. Al-Mahdi havia estabelecido uma Frente Nacional em exílio, liderada por ele e um ex-líder do NUP, Sharif Husayn al-Hinfi. O atraso no voo do avião presidencial pôs abaixo os planos golpistas e, após diversos dias de lutas sangrentas nas ruas da capital, Sadiq al-Mahdi e outras lideranças foram condenados à morte *in absentia*. O golpe fracassado, cujo financiamento e armamentos provinham da Líbia e da Etiópia, colocou em lados opostos o exército sudanês e soldados da Legião Árabe provindos da Líbia, aliados aos *ansar* mahdistas do Sudão (HOLT e DALY, 2011, p. 136). No sul, motins em Wau e Akobo, em 1976, e em Juba, em 1977, mostravam a escalada da oposição ao governo na região. Na mesma época, formou-se em Bilpam, na Etiópia, o *anya-nya II*, composta majoritariamente por *nuers*. A região sul, que havia, a muito custo, formado uma frente unida contra o governo sudanês durante a guerra civil, agora se via novamente dividida em facções. Os *equatorianos*, que haviam formado o cerne da oposição durante a guerra, viam com suspeitas o que se chamou de “dominação *dinka*”, com o aumento constante de *dinkas* na administração da região autônoma (JOHNSON, 2011, p. 51-53).

Com a oposição aumentando, devido ao apoio de Líbia e Etiópia à Frente Nacional, Nimiery pôs-se a buscar a reconciliação com as lideranças exiladas. Em um encontro secreto em julho de 1977, discutiu-se a “reconciliação nacional”, com a volta ao país de Sadiq al-Mahdi e Hassan al-Turabi, líder da Frente Islâmica. Al-Turabi se tornaria ministro da justiça em 1979, comprovando que, no fim da década, Nimiery já estava visivelmente inclinando-se à influência de lideranças islâmicas, retirando assim um eventual fator de agregação de seus opositores internos, a religião. Na política nacional, após a “reconciliação”, eleições foram disputadas em 1978 para preencher as 304 cadeiras

da Assembleia Popular. Candidatos associados ao Umma, DUP e Frente Islâmica levaram 80 cadeiras, enquanto independentes ficaram com 60. Ambos, al-Mahdi e al-Turabi, assumiram postos no Bureau Político do SSU, sendo que o primeiro renunciou após o apoio de Nimriery aos acordos de Camp David que selaram a paz entre Egito e Israel⁵⁵.

No plano econômico, 1978 marca o início da construção do Canal de Jonglei, proposto já no início do século para desviar as águas do *sudd*, possibilitando maior água a jusante para os esquemas agrícolas do norte. O projeto passou sem oposição em Cartum em 1974, mas haveria de enfrentar forte oposição dos sulinos, que viam no canal mais uma forma de expropriação dos recursos da região por parte do governo central. Eventos que seguiram impediram a conclusão da obra, e até hoje pode-se encontrar escavadeiras abandonadas nas encostas do canal inacabado. Em 1979, com as obras do canal em pleno vapor, a empresa norte-americana Chevron confirmou a descoberta de petróleo nas regiões do Alto Nilo e Cordofão do Sul. Para explorar os vastos campos, a maioria localizada no centro-sul do país, era necessário que houvesse estabilidade na região, considerando-se o longo período necessário entre prospecção e extração do líquido viscoso. A desconfiança em relação ao uso dos recursos localizados no sul, como o petróleo recém-descoberto e as águas do Nilo Branco, causaria consternação entre lideranças sulinas, piorando uma já complicada relação entre a região sul e o governo central em Cartum.

Além do impacto político de projetos gigantescos como o Canal de Jonglei ou o Esquema Rahad, que visava ampliar a produção de algodão e amendoim, ou ainda o projeto açucareiro Kenana, os altos custos desses empreendimentos causaram um forte baque na economia do país. Para agravar a situação, os baixos preços no mercado mundial para produtos sudaneses, somados à escassez, inflação e uma corrupção desenfreada (HOLT e DALY, 2011, p. 139) levaram o governo a buscar um pacote de ajuda do FMI, o Fundo Monetário Internacional, fundado em 1945 e, a essas alturas, credor de diversos países do então chamado “terceiro mundo”. Em maio de 1979, assinado o primeiro acordo com o Fundo, o governo se viu forçado a cortar gastos públicos, reduzir subsídios e dar maior ênfase às exportações. Em agosto, as ruas de Cartum foram tomadas pela população

⁵⁵ Em 17 de setembro de 1978, o primeiro-ministro israelense Menachem Begin e o presidente egípcio Anwar Sadat se reuniram em Camp David, casa de campo do presidente estadunidense Jimmy Carter, para firmar um tratado de paz entre os países beligerantes e delinear as bases para futuras políticas para o Oriente Médio.

descontente em protestos contra o governo e as condições de austeridade impostas pela agência internacional.

Enquanto o país passava por um momento de tensões políticas e grave crise econômica, Nimiery dissolvia a Assembleia Regional do sul, motivado por escândalos de corrupção e disputas intestinas entre campos opostos representados por Alier e Lagu. Novas eleições foram realizadas em abril de 1980, com Abel Alier vencendo Samuel Aru Bol, candidato de Lagu, e retornando à presidência do Alto Conselho Executivo. Enquanto seguia o faccionalismo político no sul, com a preocupação dos *equatorianos* em relação à temida “dominação *dinka*”, o processo de reconciliação no norte fracassava, com o boicote dos *ansar* às eleições da Assembleia Popular. A década começava, portanto, conflituosa no terreno político e complicada economicamente. No começo de 1981, um declínio nas exportações e aumento das importações levou o país a uma dívida de US\$3 bilhões (HOLT e DALY, 2011, p. 139). Em outra tentativa de apaziguar a crise, um novo pacote de empréstimos do FMI foi anunciado, acompanhado de um novo plano de recuperação que trazia mais medidas de austeridade. O país, que começara os anos 1970 com a expectativa de se tornar o celeiro do Oriente Médio, entrava nos anos 1980 com o prenúncio de secas e fome.

No campo político, o boicote dos *ansar*, mencionado anteriormente, esteve, em parte, relacionado com os estreitos laços que Nimiery havia costurado com o Egito. Em 6 de outubro de 1981, Sadat foi assassinado por um membro da Irmandade Muçulmana insatisfeito com a relação amigável estabelecida com Israel. Nimiery foi o único chefe-de-estado a comparecer ao funeral. No ano seguinte, era assinada uma Carta de Integração entre Sudão e Egito, o que pode ser considerado o mais próximo que se tenha chegado do velho ideal egípcio da união do vale do Nilo (HOLT e DALY, 2011, p. 137). É nesse contexto que Sadiq al-Mahdi reconhece publicamente o fracasso da longa tentativa de reconciliação, sendo encarcerado no ano seguinte por se opor ao regime. A assinatura da Carta também causou protestos no sul. Em dezembro, estudantes da Escola Secundária de Rumbek foram presos após manifestações contra o governo, tendo alguns deles se exilado na Etiópia para juntarem-se ao *anya-nya II*, que crescia a cada medida impopular de Nimiery. Também em dezembro, o batalhão 110, situado em Aweil, foi enviado para Darfur, os soldados acatando as ordens contrariados. Em 1981, a invasão de Chade por tropas líbias causou o influxo de aproximadamente 2 milhões de refugiados em Darfur, causando instabilidade na região.

Nimiery, que sobrevivera a algumas tentativas de assassinato e diversos golpes fracassados no seu período no poder, passara, a partir do final dos anos 1970, a adotar um discurso crescentemente fundamentalista, alinhado cada vez mais àquele de seu ministro da justiça, líder da Frente Islâmica, Hassan al Turabi. Tendo entrado no poder com o apoio de comunistas e outros setores laicos da sociedade, Nimiery chegava no seu crepúsculo alinhado ao islamismo político. Essa mudança lenta e gradual nas políticas do governo teve suas repercussões no sul. A paz estabelecida em Addis Abeba, já ameaçada com o *anya-nya II* em Bilpam, com a periferização política e econômica de amplas regiões do país, com as disputas internas das lideranças sulinas, agora era ameaçada com Cartum pendendo cada vez mais a uma política com bases religiosas.

Além dos fatores apontados acima, outro elemento importante a ser analisado no contexto do declínio de Nimiery no poder refere-se à sua política de redivisão administrativa, tanto no norte quanto na região sul. Em 1981, o Ato de Governança Local confirmava a criação de cinco novas regiões no norte. Para o sul, Nimiery sugeriu a divisão da região em três, Bahr al-Ghazal, Alto Nilo e Equatoria, dando continuidade à sua política recente de descentralização administrativa. Imediatamente houve discórdia entre lideranças sulinas com a proposta, o que levou a brigas de rua em Juba entre divisionistas e anti-divisionistas. Os *equatorianos*, ressentidos com o que chamavam de “dominação *dinka*”, eram majoritariamente favoráveis à divisão, acreditando que haveria mais devolução de poderes, enquanto lideranças *dinkas* majoritariamente contrárias afirmavam que a divisão enfraqueceria a região frente ao governo central. Diante do impasse, campos opostos disputaram as eleições sulinas de abril de 1982, com os unionistas vencendo o pleito, perdendo apenas nas regiões oriental e central de Equatoria. Em julho, porém, foi eleito presidente do Alto Conselho Executivo, o reformista e divisionista *zande* Joseph Tembura. Logo que assumiu o posto, seu Comissário da Equatoria Oriental, de etnia *mundari*, grupo *equatoriano* cujas terras tradicionais localizam-se a 70 quilômetros de Juba, ordenou a demolição de acampamentos *dinka* na periferia da cidade e quebrou o controle *dinka* do mercado, substituindo-o por lideranças *mundari* (JOHNSON, 2011, p. 54). Essas políticas demonstram bem as disputas internas por espaço e poder durante o período de governança autônoma no sul. No começo do ano seguinte, o Congresso Regional votou contrariamente à divisão administrativa, mantendo o sul unido.

Pouco antes, ainda em outubro de 1982, os governos do Sudão e do Egito assinaram outro tratado de integração, permitindo a compra de terras sudanesas por cidadãos egípcios. Apesar do apoio de Tembura e Joseph Lagu, agora segundo vice-presidente do Sudão, a grande maioria do Alto Conselho Executivo se opôs ao tratado. Após a expansão dos esquemas mecanizados, a descoberta de petróleo e a construção do canal de Jonglei, retornava à mente de muitos sulinos o medo da desapropriação de suas terras. Uma após a outra, as ações de Nimiery refletiam negativamente entre grandes porções de sulinos, como bem demonstraram as manifestações na Escola Secundária de Rumbek, em dezembro.

CAPÍTULO 2: INTERPRETANDO O PALCO

Uma investigação histórica da segunda guerra civil sudanesa

2.1. Segunda guerra civil e formação do SPLM/SPLA (1983 – 1989)

O ano de 1983 começou com notícias do batalhão 105 aquartelado na cidade sulina de Bor, às margens do Nilo Branco. Em janeiro, um grupo de cerca de 200 soldados, a maioria ex-membros do *anya-nya*, recusou ordens para transferir-se para o norte, demonstrando que, mesmo após uma década da assinatura do tratado de Addis Abeba, a integração das forças armadas prevista em seus termos não fora concretizada. Soldados sulinos, receosos com a situação política do país, preferiram manter-se aquartelados em casa. Prevendo um possível motim, mais de 1000 tropas foram enviadas à região pelo governo para fortalecer o Comando Sulino.

Enquanto isso, lideranças sulinas que ocupavam altos cargos no governo sudanês, incluindo oficiais nas forças armadas, intelectuais e políticos se comunicavam clandestinamente para organizar um movimento armado e diplomático contra o governo. Dentre estes estava John Garang de Mabior, *dinka* da região de Bor, coronel no exército e que havia acabado de voltar de uma temporada nos Estados Unidos após ter completado seus estudos de pós-doutorado. Garang participaria da criação e se tornaria líder do que viria a se chamar SPLM (Movimento Popular pela Libertação do Sudão), com um braço político e um braço armado, o SPLA (Exército Popular pela Libertação do Sudão), como veremos a seguir. De acordo com os planos do novo movimento, diversos motins estavam programados para agosto, numa tentativa de capturar o máximo de território e estabelecer as bases para a expansão da luta de resistência contra o governo sudanês. Antes, havia a necessidade de agrupar as forças do *anya-nya II* e outros grupos armados em um movimento único. Desde 1977, a Etiópia havia se tornado refúgio de sul-sudaneses insatisfeitos e dispostos à resistência armada. Alguns campos já estavam estabelecidos desde 1975, e outros se formariam para servir de sede ao SPLM/A.

Entre fevereiro e maio de 1983, enquanto se articulavam as redes do novo movimento, Nimiery venceu, como candidato único, novo referendo para manter-se presidente do Sudão, apesar do baixo número de eleitores no sul. Na região de Abyei, terra compartilhada pelos *ngok dinka* e árabes *messiryia* na fronteira entre norte e sul,

membros *ngok dinka* do Alto Conselho Executivo do Sul foram presos após clamarem pela realização de um plebiscito para incluir Abyei na região sul e demonstrarem sua contrariedade aos planos de redivisão administrativa do governo central. Para complicar, já em meados de maio, a situação em Bor estava ficando incontrolável, seja para o governo, seja para Garang e outros membros do grupo clandestino que se deslocavam para lá visando agregar forças ao novo movimento. Atrasos salariais e a recusa do governo em acertar os pagamentos após um mês de negociações levou as tropas sulinas do batalhão 105 à beira da insurreição.

Em 13 de maio, John Garang, junto com o major Arok Thon Arok, Elijah Malok e Chegai Atem, outros participantes da organização clandestina, preparavam a tomada do quartel em Bor. No dia seguinte, o capitão Salva Kiir Mayardit enviava uma mensagem urgente de Malakal avisando do iminente ataque de tropas sudanesas (MADUT-AROP, 2006, p. 51). No dia 16, no mesmo dia do referendo presidencial, tropas sudanesas atacaram o batalhão 105 em Bor, sendo reprimidas pelas tropas de Kerubino Kuanyin Bol, comandante local que também havia jurado lealdade ao movimento de Garang e que escapou lesionado dos confrontos. No dia seguinte, soldados sulinos em Bor, Pochalla e Pibor desertaram com seus armamentos rumo à Etiópia. Em 18 de maio, a insurreição das tropas de Bor estava completa e o movimento clandestino do SPLM/A, diante da ofensiva do governo, viu-se obrigado a precipitar o lançamento de suas operações, programado inicialmente para 18 de agosto, data simbólica do motim de Torit de 1955. (WEL, 2015, p. 17)

Já desfeitos alguns termos do tratado de 1972, restavam mais algumas gotas d'água para que este fosse descartado de vez. A questão da divisão administrativa, aparentemente resolvida após o voto vitorioso dos anti-divisionistas no começo do ano, foi novamente retomada pelo executivo e, em junho de 1983, com a Ordem Republicana Um, Nimiery dissolveu o governo regional sulino e estabeleceu a *kokora*⁵⁶, a redivisão unilateral do país em três regiões. E aqui começa, com toda a carga atrelada de continuidades dos últimos séculos na garupa, a história que nos interessa esmiuçar mais profundamente neste estudo. Pois são os eventos iniciados com a revogação de cláusulas fundamentais do tratado de Addis Abeba e com a fundação do SPLM/A que nos ajudarão a compreender a origem das questões que mais nos afligem no presente. Após Bor e o

⁵⁶ Palavra *bari* que pode ser traduzida como “dividir” ou “dividir igualmente” (COLLINS, 2008, p.xxi).

motim do batalhão 105 em maio de 1983, em menos de um mês ocorreram outros motins em Ayod, Waat, Rumbek e Nzara, além de deserções em Malakal, Fangak, Nasir, Bentiu, Wau, Aweil, Torit e Kapoeta (JOHNSON, 2011, p. 198), demonstrando o caráter amplo da insatisfação dos sulinos em relação às políticas do norte.

Em julho, o SPLM/A foi oficialmente formado, com o anúncio de seu manifesto político. Mas antes, havia questões de liderança para resolver, e estratégias conjuntas que pudessem articular um movimento amplamente sulino, com a inclusão das três regiões maiores sob um comando unificado. Lembramos que, desde 1975, com o motim de Akobo e mais intensamente após a formação do *anya-nya II*, em 1977, grupos sulinos lutavam a partir da Etiópia contra o governo central. O intelectual sul-sudanês Kuir ã Garang levanta uma questão interessante ao tratar da datação do início da segunda guerra civil sudanesa:

Sempre se assume que o motim do dia 16 de maio de 1983 foi como o motim de Torit de 1955. Contudo, isso é conceitualmente equivocado. O motim de Akobo de 1975, liderado pelo tenente Vincent Kuany Latjor e o Deputado Corporal James Bol Kur Along Jok, deve assumir o papel do Motim de Torit de 1955. Mesmo que [essas lideranças], logisticamente falando, formaram uma ineficaz *Anyanya Patriotic Front* (APF), sob Gordon Muortat Mayen. Elas fizeram muito para provocar a consciência dos sul-sudaneses a lembrar o governo sudanês de que estavam atentos. O incidente de Bor já tinha fortes precursores, e somente serviu para autenticar o crescente sentimento no sul. (GARANG, 2013, p. 100)

Independentemente de datações históricas, cabe aqui assinalar que, em agosto de 1983, a guerra estava declarada, e, como também aponta Kuir ã Garang, é evidente o reconhecimento às várias facções *anya-nya II* na ocasião do lançamento do manifesto do SPLM/A naquele mês. Mas antes, cabe uma breve passagem sobre os diferentes campos sul-sudaneses na Etiópia ou dentro do Sudão, próximo às fronteiras nacionais do Sudão. Ainda em maio, após o incidente em Bor, o grupo liderado por Garang se direcionou às fronteiras e, de lá, foi acolhido pelo governo etíope e relocado para o campo de Adura. Em Bilpam, Gordon Cuol, líder do *anya-nya II*, recusou convite de Samuel Gai Tut e Akuot Atem de Mayen, estabelecidos na vila de Bukteng, para formar um partido unificado representando o movimento rebelde sul-sudanês. Com os três campos agindo independentemente, os novos influxos de exilados políticos e refugiados de guerra que chegavam à fronteira da Etiópia eram incorporados por todos os lados. Incapazes de estabelecer uma plataforma comum, seriam decisões do governo etíope responsáveis por resolver a questão da liderança dos campos sul-sudaneses dentro de suas fronteiras.

O governo sudanês, inimigo declarado do presidente etíope Haile Mengistu devido a seu apoio aos separatistas da Eritreia, agora teria que lidar com seu próprio movimento “rebelde”. E para tanto, um chefe de gabinete etíope mandou contatar John Garang para que se esclarecessem os objetivos do movimento. Após a notícia se espalhar para os outros campos, foi estabelecida uma junta formada por Joseph Oduho, Garang, Samuel Gai Tut, Salva Kiir Mayardit e encabeçada por Akuot Atem de Mayen. Foram orientados pelo general Tesfy Masfin a redigir um documento. O grupo de Akuot Atem, já tendo demonstrado desconfiança em relação a Garang (MADUT-AROP, 2006, p. 69), rapidamente articulou um documento declarando que a luta era pela independência do sul, e que seriam guiados por princípios socialistas e necessitavam de recursos para prosseguir a guerra. A reação negativa do governo etíope em relação ao intuito separatista do documento abriu caminho para que Garang redigisse o que se tornou o manifesto de lançamento do SPLM/A, garantindo que a luta seria por um Sudão unido que daria às áreas marginalizadas “justiça e igualdade”. O manifesto também priorizava o reagrupamento das forças espalhadas na luta e reafirmava um sistema socialista de governo. O documento também associava as causas raízes dos problemas sudaneses ao racismo e ao predomínio político de uma elite minoritária a monopolizar os espaços de poder.

Porém, logo lançado o manifesto político, fissuras surgiram dentro do novo partido. Akuot Atem de Mayen, aproveitando a ausência de Kerubino Kwanyin Bol e William Nyuon Bany, que estavam a caminho da Etiópia, vindos de Bor e Ayod, respectivamente, e a ocasional fragilidade do campo de Garang, apressou-se em montar uma estrutura de governo para o novo movimento. Atem de Mayen seria declarado presidente, Garang, comandante-chefe, e Gai Tut, Oduho e Martin Majier ocupariam respectivamente os cargos de ministros de defesa, do exterior e de assuntos legais. Porém, essa articulação não teria longa duração, com Garang logo assumindo o papel de interlocutor com o governo da Etiópia e, portanto, tornando-se a figura mais importante para a sobrevivência do movimento dentro de solo etíope.

Assim que Kerubino e Bany chegaram com suas tropas de Bor e Ayod, indignados com a escolha dos cargos de liderança do movimento, exigiram um encontro entre os campos para resolver a disputa. A reunião, ao invés de ajudar a estabelecer uma união entre os diferentes campos, provocou ainda mais divisões. Em meio às negociações, o Major Kerubino Kuanyin matou a tiros o jovem recruta Marial Alek, acusado de

insubordinação. (MADUT-AROP, 2006, p. 73). Após o incidente, Akuot Atem e Gai Tut juntaram suas forças e abandonaram a reunião. Para ajudar a consolidar a separação entre os campos, Bilpam foi atacado por Bany, com Gordon Cuol e muitas de suas tropas do *anya-nya II* juntando-se ao campo de Bukteng. Autoridades etíopes, preocupadas com a escalada de violência entre os campos, ocuparam a região com tropas do exército. Desafiado pela presença dos etíopes, aliados de Garang, Akuot Atem arregimentou suas forças e convidou todos que quisessem participar da luta que entrassem com ele em solo sudanês.

Estava assim dividido o movimento pela libertação do Sudão entre duas facções rivais do SPLM/A, uma governada por membros do *anya-nya II* e outra estabelecida na Etiópia e governada exclusivamente por Garang, com Bany, Salva Kiir, Kerubino, Oduho e Mejjier ocupando cargos importantes. Cada grupo aumentaria suas campanhas de recrutamento nos meses seguintes, com a ala *anya-nya II* do SPLM focada em regiões de forte presença *nuer* e o SPLM/A, com o discurso de um “Sudão unido e justo”, buscando recrutas insatisfeitos com o governo em todo o sul do país, incluindo as montanhas Nuba e outras regiões periferizadas. Os campos já estavam alinhados para conflitos quando, em setembro de 1983, para desalento de muitos cidadãos sulinos, a Assembleia Nacional aprovou uma série de leis, incluindo a *sharia* em território nacional, decretando a morte do que restara do tratado de Addis Abeba de 1972.

Essas estruturas fragmentárias de poder, bem simbolizadas pela miríade de partidos e movimentos estabelecidos no sul, são parte de um fenômeno recorrente na história da região e das lutas contra o governo central. Já no estabelecimento do SPLM/A, não havia consenso entre diferentes líderes, cada um com seu séquito de soldados, muitas vezes formados de acordo com filiações étnicas. Uma das permanências nessa mutante história das guerras civis sudanesas é o constante embate entre lideranças sulinas pela legitimação de seu poder e influência. De forma semelhante à predominância no poder de Joseph Lagu durante a primeira guerra civil, devido a seu monopólio ao acesso a armamentos israelenses, John Garang de Mabior passou a ocupar o poder por sua interlocução com o governo etíope, o que lhe garantia, além da salvaguarda territorial, acesso direto ao armamento provindo da Etiópia, *kalashnikovs* russas para seus soldados em treinamento.

Porém, veremos que, mesmo centralizando as decisões, e muito por esse mesmo motivo, John Garang nunca conseguiu controlar todas as forças sul-sudanesas inseridas

no conflito, com grupos opostos se formando conforme contextos políticos e militares fluíam e refluíam. Essa divisão celular do poder — do *biopoder* e da *necropolítica* —, nas mãos de grupos distintos em constante conflito e negociação, será tratada a seguir, quando tentaremos demonstrar alguns elementos do que Achille Mbembe (2011) chama de “governança privada indireta” no caso sul-sudanês. Mortes e deslocamentos forçados foram causados em conflitos tanto entre nortistas e sulinos quanto entre sulinos, e também em várias das muitas regiões do Sudão, por motivos diferentes. E para que esse tipo peculiar de *necropolítica* existisse - tanto a do Estado opressor quanto a de pequenos grupos militarizados -, estiveram sempre ativos os complexos militares mundo afora. Tratem os desses assuntos enquanto descrevemos alguns eventos que se desenrolaram a partir da formação do SPLM/A.

Foi também em 1983 que Michael Wal Duany, veterano da primeira guerra civil, ministro do Alto Conselho Executivo dissolvido por Nimiery e perseguido político em Cartum, se juntou aos grupos de exilados políticos sul-sudaneses no exterior. Pai de Nok e Kueth, em escapada de cinema⁵⁷, Michael Wal e sua companheira Julia fugiram do país com a família de cinco filhos para Bloomington, Indiana, pacata cidade universitária nos Estados Unidos, na qual se criaria a família Duany. Michael Wal e Julia participariam da luta de libertação à distância, como parte de uma diáspora intelectual, elite política a articular contatos diplomáticos com governos estrangeiros. O estouro dos tiros, o lento rasgar de cada folha do tratado de Addis Abeba - por si só um frágil documento para uma frágil paz -, levou a família ao exílio, e, pelos caminhos tortuosos da história, à feitura deste trabalho.

No final de 1983, já pipocavam pequenos conflitos armados em diversas partes da fronteira com a Etiópia e, no começo do ano seguinte, o SPLA já recrutava milícias em Bahr al-Ghazal e Alto Nilo. Nesse momento inicial da insurgência, a estratégia da facção *anya-nya II* do SPLA e do SPLM/A ainda em formação, principalmente considerando sua presença restrita às zonas rurais ou à fronteira com a Etiópia, se limitou a ataques de guerrilha a entrepostos fronteiriços. Mais energia foi gasta no recrutamento de jovens

⁵⁷ A fuga da família Duany e a experiência de Kueth Duany, além de passagens biográficas de Michael Wal e sua participação na primeira guerra civil estão descritas brevemente em Moellwald (2011).

dispostos a lutar ao lado dos movimentos no conflito já visivelmente em andamento. Ao mesmo tempo, o governo armava suas próprias milícias, tanto entre sulinos quanto entre os árabes *baqqara*. Grupos armados que haviam se formado entre os *bul nuer* ou alguns grupos *dinkas* da região fronteira com o norte se recusaram a participar do SPLA, pois haviam sido formados para defender suas terras de ataques *baqqara* ou *misseriya* e tinham lideranças que preferiam manter a independência.

Ataques furtivos e escaramuças tiveram seus efeitos em Cartum, com Nimiery declarando estado de emergência no dia 29 de abril, enfraquecendo ainda mais sua frágil posição. De acordo com declaração contestada do líder do SPLM/A, John Garang, entre 17 de novembro de 1983 e 8 de fevereiro de 1984, as ofensivas do SPLA já haviam causado mais de mil mortes de soldados sudaneses e cerca de cem mortes de soldados sulinos (MADUT-AROP, 2006, p. 96). Ao mesmo tempo, o governo de Nimiery fazia sua campanha contra o movimento “rebelde” utilizando-se do aparato midiático estatal para proclamar uma *jihad* contra os inimigos (MADUT-AROP, 2006, p. 102). Enquanto a campanha de Nimiery buscava buscar simpatizantes no Sudão e no exterior, a luta entre a ala de Garang do SPLA e a ala formada por ex-membros do *anya-nya II* prosseguia no sul. Em abril de 1984, uma emboscada do SPLA resultou na morte de Samuel Gai Tut e, em agosto, Akuot Atem foi assassinado por William Abdallah Chuol. Chuol havia sido indicado como comandante-em-chefe por Atem após a morte de Gai Tut, mas ambos discordavam se deviam ou não aceitar ajuda logística de Cartum. Akuot Atem, um árduo separatista, era contrário ao acordo com o governo central, sendo por isso morto por Chuol, que logo optou pela cooperação com Cartum, pressionado na região do Alto Nilo pelas forças do SPLA de Garang. Com Chuol, o movimento passou a se chamar novamente *anya-nya II* (MADUT-AROP, 2006, p. 80-81).

A morte de Atem, um *dinka* suspeito de ser infiltrado por Garang no movimento, nas mãos de tropas *nuer* Chuol é mais uma demonstração da importância do fator étnico na agregação de forças durante a segunda guerra civil sudanesa. Também demonstra a estratégia do governo central de criar alianças e armar determinados grupos do sul com promessas vagas de autodeterminação com o intuito de criar fissuras entre os sulinos, assim enfraquecendo a insurreição. Em novembro, o *anya-nya II* abriu discussões de paz com o governo, proclamando representar o sul. Mas, sendo um movimento majoritariamente *nuer*, apesar de possuir algumas lideranças *dinka*, as conversas não tiveram alcance entre toda a população sulina. Abdalla Chuol, por sua vez, foi morto por

tropas do SPLA em 1986. Nesse período de confronto entre os grupos sulinos, muitos soldados do *anya-nya II* deserdaram para juntar-se ao SPLM/A, fortalecendo o segundo movimento e eventualmente acabando com o primeiro.

Alguns fatores ajudam a explicar o relativo sucesso do SPLM/A em relação ao *anya-nya II*. Enquanto continuava a disputa entre os movimentos insurgentes pela posição de legítimo representante da revolução e seguia a campanha ideológica do Estado contra os “rebeldes”, Garang e membros do SPLM/A anunciavam uma mensagem “patriótica de mudança e igualdade” (GUARAK, 2011) a partir da fundação da Rádio SPLA, “a voz da luta armada revolucionária” (MADUT-AROP, 2006, p. 102), em outubro de 1984. A rádio, que emitiria suas ondas a partir da estação Naru, nas cercanias de Addis Abeba, convocando a população à luta contra o regime, continua ativa hoje. A partir da Etiópia, Garang tinha uma base para treinamento de recrutas, o influxo de armas e ainda um canal midiático para recrutamento de soldados e campanhas de propaganda.

O ano de 1985 começou no Sudão com o definhamento de Nimiery no poder. A situação econômica no país já era complicada, com o Estado incapaz de pagar suas dívidas, e com sua política econômica entregue aos credores do FMI e do Banco Mundial. Além disso, em 18 de janeiro, um líder influente secular, Muhammad Taha, líder da Irmandade Republicana, foi executado em praça pública, acusado de apostasia. A crescente reprovação da comunidade internacional e sudanesa à aplicação de leis draconianas começava a afetar as ações de Nimiery, que, em 10 de março, mandou prender Turabi e centenas de membros da Irmandade Muçulmana, numa tentativa de conter o crescente poder do líder religioso. No começo de abril, com a situação política tensa no país, o presidente viajou para os Estados Unidos para realizar um tratamento de saúde. Enquanto fora do país, manifestações em Cartum no dia 6 o derrubaram do cargo. Nimiery, que estabelecera uma frágil paz nos anos 1970 e lentamente transformara seu governo socialista e secular em um fundamentalismo islâmico radical, agora não conseguia mais voltar ao país que governara por mais de uma década. Em escala no Egito, foi acolhido pelo seu amigo e aliado Mubarak, aos cuidados do qual ficaria por vários anos para nunca mais brilhar na cena política sudanesa.

Os movimentos de oposição a Nimiery foram organizados por um grupo que se autodenominou, após a mudança de regime, de Aliança de Forças pela Salvação Nacional, a união de uma miríade de organizações populares, incluindo sindicatos e alguns partidos políticos como o DUP, o Umma e o Partido Comunista. A insatisfação era generalizada

tanto no sul quanto no norte. A situação econômica do país chegara a uma situação calamitosa quando o país deixou de pagar as parcelas de suas dívidas com o FMI e o Banco Mundial. De acordo com Holt e Daly, entre 1984 e 1985, “os problemas econômicos do país haviam se tornado insolúveis: os tumultos urbanos e a fome rural que marcaram a fase final da era Nimiery eram a prova inescapável do colapso tanto político quanto econômico” de seu governo. (HOLT e DALY, 2011, p. 139)

Um governante que havia se aliado a uma diversidade de forças políticas no país para manter-se no poder, dos comunistas à Frente Islâmica, agora se via dependente apenas do exército. Porém, com a situação insuportável nas ruas, o exército abandonou Nimiery e decretou a queda do regime, com o ministro da defesa, General Siwar al-Dhabab, assumindo a liderança de um Conselho Militar de Transição com 15 membros. Ministros foram nomeados, a maioria participantes da Aliança pela Salvação Nacional, com alguns sulinos incluídos, e eleições foram agendadas para o ano seguinte. No sul, o SPLA expandia suas operações nos Estados do Nilo Azul e nas Montanhas Nuba, conquistando territórios além das fronteiras sulinas, dando ao movimento um caráter nacional. Após a mudança de regime, John Garang havia anunciado que o SPLM/A não iria cessar sua luta, denunciando através da Rádio SPLA que o novo governo representava “nimierismo sem Nimiery”, e demandando que o exército entregasse o poder aos civis. (HOLT e DALY, 2011, p. 142). Decretado o golpe, o exército suspendeu a constituição, dissolveu o SSU e soltou políticos presos, mantendo, porém, as “leis de setembro” intactas para serem discutidas pelo governo eleito democraticamente.

No período do governo transitório, presenciou-se um crescimento do SPLM/A de Garang, enquanto diminuía a influência do *anya-nya II* e se aguardavam as eleições para um novo governo civil. Como mencionado anteriormente, a rivalidade entre os grupos sulinos era marcada por desconfianças étnicas, o que pode ser percebido pelo expurgo de elementos *nuer* por parte do grupo de Garang. Em dezembro de 1985, a Chevron suspendeu a exploração de petróleo em Bentiu devido à situação de insegurança e, no começo de 1986, o *anya-nya II* atacou cerca de dois mil recrutas do SPLA a caminho dos campos de treinamento na Etiópia. Pouco antes das eleições, em 19 de março de 1986, contatos entre a Aliança Nacional e o SPLA na Etiópia levaram à declaração de Koka Dam, que tratava dos princípios para um eventual tratado de paz entre governo e insurgentes sulinos.

Como previsto pelo governo militar transitório, eleições foram realizadas entre 1º e 12 de abril. Porém, devido à guerra, elas não foram realizadas em 27 das 68 regiões eleitorais no sul, enfraquecendo profundamente a ideia de que as eleições tinham caráter nacional. Contados os votos, saiu-se vitorioso um velho conhecido da política sectária sudanesa, Sadiq al-Mahdi, nomeado primeiro-ministro. O Umma ganhou 99 cadeiras no parlamento, o DUP ficou com 66 cadeiras e o NIF, em terceiro lugar, conquistando 52 cadeiras, aumentando consideravelmente sua participação no parlamento desde as últimas eleições parlamentares (COLLINS, 2008, p. 162). Não obtendo maioria para governar, al-Mahdi estabeleceu uma aliança com o DUP, liderado por outro velho conhecido da política partidária sudanesa, Ahmed ‘Utman al-Mirghani, líder da seita *khatmiyyia*. O NIF iria para oposição, e o sectarismo político voltava à cena no Sudão. Em maio, o governo revogou a Declaração de Koka Dam. O SPLA conquistava cidades importantes, mesmo com a rivalidade do *anya-nya II*, que, armado pelo governo, conseguiu conquistar Bukteng com a ajuda de elementos *nuer* do SPLA. Em uma tentativa fútil de chegar a um acordo de paz, Sadiq e Garang se encontraram em 31 de julho em Addis Abeba, mas, em agosto, o primeiro-ministro cessou as tratativas após o abatimento de um avião civil pelo SPLA em Malakal, no dia 26 daquele mês, acusando o grupo de Garang de terrorismo.

A partir de então, a guerra se intensificou, com o governo armando milícias *murahalin*⁵⁸ *baqqara* do oeste para atacar vilarejos na região de Bahr al-Ghazal, causando a morte de aproximadamente meio milhão de *dinkas* (HOLT e DALY, 2011). Além dos ataques dos *murahalin*, a seca e a fome se agravaram no início do novo período parlamentar, e milhões de refugiados sulinos obrigados a fugir ao Cordofão ficaram à mercê de milícias *misseriyia* e *rizaiqat*. Incapaz de resolver os problemas econômicos a afetar o país e inábil nas negociações de paz, Sadiq al-Mahdi começava a sofrer a pressão da comunidade internacional, cada vez mais atenta aos problemas do país.

Mesmo não se tratando do tema central desta dissertação, com os seus já diversos e dispersos temas centrais, não podemos deixar de mencionar os conflitos que aconteciam em outra parte conturbada do país, Darfur. Já no final de 1986, a situação estava complicada, com a região servindo de território para uma guerra envolvendo Chade e grupos insurgentes financiados e armados pela Líbia, e dispostos a derrubar o governo. No começo de 1987, tropas desses “rebeldes” se estabeleceram em Darfur, causando um

⁵⁸ A expressão “*murahalin*” pode ser traduzida soltamente do árabe como “viajante” ou “deportado”. No contexto da segunda guerra civil sudanesa, o termo foi empregado para designar grupos armados “árabes”.

aumento das tensões entre os árabes *baqqara* e africanos *fur* residentes na região (NATSIOS, 2013, p. 126). Assim como o governo sudanês financiava e armava tropas *Murahalin* para combater o SPLM/A no sul do Sudão, em Darfur, a Líbia de Muammar Khadafi fazia o mesmo com tropas insurgentes chadenses. Preocupados e temerosos de perder o que consideravam suas terras ancestrais, um grupo *fur* de seis mil soldados foi formado em 1988. Diante desse fortalecimento e entrincheiramento *fur*, as elites dos grupos árabes locais exigiram e conseguiram de Cartum e Khadafi armamentos muito superiores aos de seus vizinhos, o que resultou na morte de milhares de *fur*, na destruição de vilarejos e apropriação endêmica de gado e terras. As forças *fur* foram esmagadas pelos grupos árabes, tropas líbias e “rebeldes” de Chade. O conflito aqui, apesar de possuir um elemento étnico importante, não teve motivações religiosas, visto que todos os envolvidos professavam a fé islâmica.

No sul, entre março e maio de 1987, o SPLA conseguiu conquistar importantes cidades. Porém, a contraofensiva do governo obrigou as tropas sulinas a bater em retirada do Nilo Azul. As táticas de guerrilha dos *Murahalin*, com ataques a civis e destruição de vilarejos, causara um impasse no conflito. Em maio, membros do SPLA e de grupos insurgentes sem filiação nas Montanhas Nuba e no Nilo Azul se encontraram com representantes do DUP em Addis Abeba para discutir um caminho para a paz. Porém, as negociações não deram frutos. Vemos como uma constante na guerra civil sudanesa algo que será repetido na guerra civil sul-sudanesa, iniciada em 2013, e em andamento na escrita deste texto: um contínuo jogo de conversações de paz e guerra de guerrilha; uma constante negociação entre as partes, resultando, na maioria das vezes, em tratados frágeis, rapidamente descumpridos. Ou seja, resultando na impossibilidade de um lado sair vitorioso e, em momentos de crise interna, usando-se a paz como instrumento político tanto quanto a guerra. E nesses processos de paz, há geralmente a participação de forças estrangeiras como mediadoras. Nos anos 1980, a participação da Etiópia na guerra do Sudão, assim como a participação do Sudão na guerra da Etiópia contra o movimento pela independência da Eritreia, era comum. Assim como no caso de Darfur, com esse território periférico do Sudão servindo de terreno na guerra entre Líbia e Chade, vemos esse tipo de “guerra por procuração” (*proxy war*, em inglês) espalhada por onde houvesse conflito no continente africano, como bem representada pela rede de concatenações de

alianças na guerra do Congo⁵⁹. A segunda guerra civil sudanesa é outro exemplo, com fronteiras porosas entre os Estados Nacionais africanos e alianças espúrias do grande capitalismo com lideranças sectárias, denotando o caráter internacional do conflito.

Com o país em estado de guerra em várias regiões e insatisfação em Cartum e na região das “três tribos ribeirinhas”, em 2 de julho, o governo decretou estado de sítio. As montanhas Nuba, que sofreram o primeiro baque da expansão escravagista ao sul em meados do século XIX, tornavam-se novamente palco de conflitos sangrentos. Nos meses iniciais de 1987, Yusif Kuwa, líder *nuba* e integrante do SPLA, conseguiu vitórias importantes na região. À frente de seu Batalhão “Vulcão”, conquistou brevemente a área, para logo a seguir sofrer as retaliações de tropas *murahalin*. Novamente, vilarejos seriam atacados, com a população civil sofrendo o peso da vingança das milícias norte-sudaneses financiadas e armadas pelo governo, porém ainda não integradas oficialmente ao exército sudanês. Essa integração ocorreria apenas em março do ano seguinte. Enquanto mais de 52000 camponeses *nuba* eram removidos das montanhas pelas milícias *murahalin*, o governo criava, sem o consentimento da Assembleia Constituinte, o grupo paramilitar Forças Populares de Defesa⁶⁰ (PDF) a partir de recrutas *misseriya*.

Ainda em 1987, após a prisão de Kerubino Kuanyin pelo SPLM, acusado de tramar um golpe contra Garang, membros do SPLM e do *anya-nya II*, em conjunto com uma agremiação recém-criada de partidos sulinos, o *United Sudan African Parties*⁶¹ (USAP), anunciavam uma declaração conjunta no dia 22 de setembro, após reuniões em julho e agosto. Porém, ao passo que as diferentes facções sulinas se esforçavam para criar uma agenda comum, ou ao menos um cessar-fogo, as tensões dentro do SPLM continuavam, comprovadas pela prisão de Kerubino. Mesmo com as dificuldades de articular um movimento unido, continuava o avanço militar do SPLA, com a conquista da cidade de Kurmuk, no Nilo Azul, próximo à fronteira com a Etiópia e a 500km de Cartum. No norte, a queda de Kurmuk foi usada como propaganda para arregimentar forças para combater a ameaça sulina, em uma tentativa do governo de articular forças para uma guerra extremamente impopular.

⁵⁹ Para um panorama geral das guerras no Congo pós-colonial, em português, ver “Congo: A Guerra Mundial Africana” (CASTELLANO DA SILVA, 2012).

⁶⁰ Popular Defense Force, em inglês.

⁶¹ Podendo ser traduzido como “Partidos Africanos Unidos do Sudão”.

Presume-se que, considerando o sucesso do avanço militar do SPLA e a declaração conjunta dos partidos sulinos em Addis Abeba, estariam resolvidas as disputas internas no sul. Em fevereiro de 1988, após a deserção de Gordon Kong para o SPLA, a maioria do *anya-nya II* seguiu seus passos e se juntou ao grupo de Garang. Porém, a guerra havia gerado um outro tipo de força local: “senhores de guerra” autônomos que, articulando forças muito de acordo com filiações étnicas, mantinham milícias próprias e dominavam grandes territórios. Na região de Bentiu, dentro da qual estavam os tão cobiçados campos de petróleo, Paulino Matip e seus soldados, majoritariamente *bul nuer*, mantiveram-se alheios ao SPLA, financiados por Cartum e mantendo sua independência. Na falta de um monopólio das forças de coerção e violência — ou da *necropolítica* —, poderes locais muitas vezes acabaram assumindo essa função nesse período de conflito no Sudão, fazendo surgir pequenos “feudos” governados por um líder local e suas tropas leais.

Mesmo com o *anya-nya II* restrito a alguns grupos isolados financiados por Cartum, John Garang tentava estabelecer sua predominância incontestada sobre o SPLM/A. Em 8 de março de 1988, Arok Thon Arok foi preso por suas críticas ao estilo autoritário e centralizador de Garang e, em 8 de abril, foi a vez do renomado político Joseph Oduho ser capturado e preso pelo SPLM/A. Incapaz de estabelecer sua liderança através da diplomacia, visto que não houvera nenhuma reunião de cúpula do partido desde sua fundação, Garang recorria à violência e perseguição de seus rivais dentro do partido, causando fissuras que iriam se aprofundar e ressurgir nos anos seguintes, como veremos mais adiante. Já no norte, Sadiq al-Mahdi tentava estabelecer um mínimo de governabilidade, tendo, em abril, formado um novo gabinete, dessa vez incluindo o DUP e o NIF de Turabi, que também era casado com sua irmã, apesar de rival político em muitas ocasiões da história moderna do Sudão.

Devido ao conflito interno e à profunda crise econômica, os anos de 1988 e 1989 tornariam o Sudão famoso aos olhos do mundo por causa da crise humanitária deflagrada pela guerra e complicada ainda mais por um clima atípico. Foi nesse contexto que programas de ajuda humanitária sediados nos Estados Unidos começaram a se estabelecer no país, com o *USAID* juntando verbas para tentar mitigar a situação caótica que algumas regiões estavam passando. Porém, em épocas de fome, comida também pode ser instrumento de guerra. O controle da redistribuição de alimentos e mantimentos por parte do governo sudanês causou fomes calculadas em regiões consideradas inimigas, gerando

constrangimento na comunidade internacional e mais crise política no país (NATSIOS, 2013, p. 75). Diante da situação, membros do DUP viam como possibilidade de sair da crise a retomada do diálogo com o SPLM. Entre 18 e 20 de agosto de 1988, os dois grupos realizaram o primeiro de uma série de encontros em Addis Abeba visando estabelecer as bases para um futuro acordo de paz. Em Cartum, com o fundamentalismo islâmico do NIF agora também no governo, em 19 de setembro foi aprovado na Assembleia Constituinte o Código Legal Islâmico, com o *hudud*, “crimes contra Deus” com castigos severos, sendo implementado em território nacional. Os partidos sulinos na Assembleia, inconformados com a decisão, abandonariam o fórum no dia 4 de outubro.

As conversas entre o líder do DUP e da seita *khatmiyyia*, Ahmed ‘Utman al-Mirghani, e John Garang renderam frutos, com os dois grupos assinando, com mediação egípcia, um acordo que estabelecia os princípios para a paz no dia 14 de novembro de 1988, no que ficou conhecido como Iniciativa de Paz Sudão Addis Abeba. O comunicado enfatizava a “cessação temporária de hostilidades”, pedia o fim do estado de sítio instituído após 1983, a “abrogação de pactos de defesa militar, que ambos lados achavam que afetava a soberania nacional sudanesa”, além do “congelamento da *sharia*” (MADUT-AROP, 2006, p. 180). Seria um passo rumo à resolução do conflito, mas a participação do Egito nas conversas e a pressão do NIF no governo fizeram al-Mahdi, líder dos *ansar*, cuja história fora moldada pela inimizade com o Estado egípcio, a recusar o acordo, causando indignação de membros do DUP, que abandonaria o governo em 28 de dezembro, após a recusa do Conselho de Ministros de endossar o tratado. Com a saída do DUP, Hassan al-Turabi se tornou Ministro das Relações Exteriores do Sudão.

Mesmo sendo a Eritreia já um Estado *de facto* independente e com o *derg* abolido na Etiópia, Haile Mengistu ainda continuava no poder, e, através dele, continuava firme o apoio aos campos de treinamento sul-sudaneses em território etíope. Com isso, o SPLA conseguia avanços militares notáveis. Em janeiro de 1989, tropas sulinas haviam tomado as cidades de Nasir, Torit, Nimule, Mongalla, Akobo, Bor e Waat, ampliando bruscamente sua presença no país, agora não mais apenas restrita ao campo ou ao lado etíope da fronteira. Com as vitórias sulinas se somando a cada dia, um grupo de oficiais do alto escalão do exército sudanês lançou, no dia 20 de fevereiro, um memorando para o primeiro-ministro al-Mahdi, exigindo mudanças drásticas no governo e em suas políticas em relação à paz (JOHNSON, 2011, p. 200). Nas montanhas Nuba, o batalhão de Yusif Kuwa, agora denominado “Novo Cush”, retornava à região, infiltrando-se em

Tuleshi. Após mais esse avanço sulino e também pressionado pelo exército e diante da incapacidade das tropas sudanesas em manter controle sobre vários pontos estratégicos no sul, al-Mahdi decidiu ressuscitar o tratado DUP-SPLM de novembro do ano anterior. Inconformados com a decisão, dessa vez foram os membros do NIF que abandonaram o governo, continuando o jogo de cadeiras tão peculiar à política sudanesa.

A imagem de crianças passando fome, ou mesmo de uma criança morta na beira da praia na tentativa frustrada de fuga, como outras, conseguem, em nosso avançado estágio de reprodutibilidade técnica, sensibilizar o público pelo mundo afora. E diante da situação do Sudão entre 1988 e 1989, com os ataques *murahalin* e a seca tendo desprovido de centenas de milhares de *dinka* suas cabeças de gado, o resultado foi a fome dos civis. E com a fome veio a ajuda humanitária. No caso do Sudão, a chegada dos mantimentos do *USAID* no país foi recebido com estardalhaço pela população. O horror havia chegado ao extremo, e a comunidade internacional entraria no jogo com seus bombardeios de alimentos e remédios para “salvar” o povo sudanês. Ao mesmo tempo em que a fome se alastrava no sul, o FMI e o Banco Mundial assinavam um contrato com o governo para resolver a questão da dívida do país. O acordo assinado em outubro do ano anterior havia desvalorizado o peso sudanês em 80 por cento e subsídios no açúcar e na gasolina foram cancelados em troca de um empréstimo de 4,8 bilhões de dólares a ser quitado em quatro anos (COLLINS, 2008, p. 183). Era assim escrito mais um capítulo na longa história da relação de governos sudaneses — e egípcios, como atestaria Ismail Pasha —, com credores do mercado financeiro internacional. O governo ainda desenvolveria no final de 1988 um plano de recuperação econômica, que não teria tempo para ser posto em prática.

Mas apesar de tudo, em 3 de abril de 1989, a paz estava a caminho. Seguindo a agenda retomada por al-Mahdi, os ministros endossaram nesse dia a iniciativa DUP-SPLM no congresso, o que foi seguido de encontros entre o governo e o SPLM em Addis Abeba no mês de abril. Em primeiro de maio, o SPLA anunciou um cessar-fogo unilateral de um mês e no dia 6 foi levantado o estado de sítio no Sudão. O tempo de tranquilidade após a retomada das negociações serviu para que, em 10 de junho, as principais medidas do acordo DUP-SPLM fossem aceitas por governo e oposição. E, seguindo a proposta de paz, no dia 29 de junho, Sadiq al-Mahdi passou um decreto suspendendo as leis islâmicas no país. Estava marcado para os dias seguintes a votação pelo conselho de ministros para sancionar o decreto, mas um grupo de oficiais do exército decidiu entrar em cena. No dia

30 de junho de 1989, em outro golpe de Estado sem derramamento de sangue, o exército derrubou o governo sudanês de Sadiq al-Mahdi.

2.2. O governo de Omar al-Bashir, islamismo político no poder e guerras civis em andamento (1989 – 1999)

Decretado o golpe, o general Omar Hassan Ahmed al-Bashir foi nomeado comandante-chefe, primeiro-ministro e ministro da Defesa à frente de um Conselho de Comando Revolucionário pela Salvação Nacional, composta por 15 membros. Em julho, um ritual comum de pós-golpes no Sudão era repetido e “a constituição foi suspensa, o parlamento dissolvido, partidos políticos e sindicatos banidos e jornais fechados” (HOLT e DALY, 2011, p. 147) Além disso, al-Mahdi e outras lideranças políticas foram presas e houve um forte expurgo no exército. Os primeiros meses de governo foram marcados por uma política obscura, sendo o novo gabinete formado por veteranos da política sudanesa, políticos seculares e até sulinos. As conversações com o SPLM/A seguiram em agosto, mas o tratado de paz em andamento foi cancelado quando Cartum rejeitou as bases de Koka Dam e do tratado DUP-SPLM, também se recusando a abolir as leis islâmicas. Após o governo produzir suas próprias propostas para seguir as negociações de paz, incluindo a adoção de um sistema federal sob leis islâmicas, conflitos voltaram a ocorrer na fronteira Sudão-Etiópia, dessa vez o SPLA sendo acusado de matar centenas de civis *anuak*⁶² nas proximidades do campo de refugiados de Punyido (JOHNSON, 2011, p. 200).

Em outubro, praticamente todos os partidos políticos e sindicatos banidos no golpe, com a exceção do NIF, se juntaram para formar uma Aliança Democrática Nacional (NDA), visando combater do exterior o governo militar instaurado por Bashir. Em janeiro de 1990, o SPLM também se juntaria ao grupo. Mas antes, entre outubro e dezembro de 1989, a guerra voltara ao Sudão, com o SPLA tomando várias cidades no sul e na região do Nilo Azul. O exército sudanês recuperaria os postos perdidos até o final do ano, graças a bombardeios aéreos e ataques de grupos paramilitares *murahalin* oficialmente reconhecidos pelo governo. Novamente, vilarejos seriam destruídos com mortandade de civis e desapropriação de terras. No começo de dezembro de 1989, o ex-

⁶² Nome dado a um grupo étnico nilótico minoritário que ocupa a região fronteiriça entre Sudão e Etiópia.

presidente norte-americano Jimmy Carter ainda tentaria pôr em prática uma malsucedida iniciativa de paz em Nairobi.

Mesmo que, logo após o golpe, Bashir tenha declarado que o NIF não fazia parte do movimento que gerou a derrubado de al-Mahdi e nem teve papel na organização do mesmo; e mesmo que al-Turabi tivesse ficado preso por um pequeno período após os expurgos e prisões de centenas de políticos; e mesmo que o RCC, Conselho de Comando Revolucionário, houvesse montado um gabinete inicial com membros seculares e até alguns sulinos; mesmo assim, o envolvimento de Hassan al-Turabi no governo tornou-se evidente desde o início dos anos 1990, com a adoção de políticas baseadas em um islamismo radical. Logo membros do NIF passariam a ocupar um grande número de cargos de governo. A ditadura de Bashir serviria, assim, às vontades do NIF, e a guerra, por isso, retornaria, com força, no sul e em outras partes do país.

O começo da década foi marcado pela perseguição aos opositores do novo governo, no norte, o acirramento do conflito com o SPLA, no sul, e com a continuidade das lutas entre *fur* e *zaghawa*, em Darfur. Até meados do ano, “a maior parte do sul estava sob controle do SPLM/A, Juba e Wau estavam cercadas e avanços eram feitos em direção ao norte” (HOLT e DALY, 2011, p.151). Essa situação favorável das forças de Garang não teria longa duração, mesmo que, em março de 1991, o SPLA tenha conquistado a última guarnição do governo na Equatoria Ocidental, marcando mais uma conquista de curta duração dos sulinos na guerra. Também em março, o NDA realizou sua primeira convenção em Addis Abeba e o governo de Bashir, já contendo diversos elementos NIF, decretou a adoção de um código legal islâmico, com uma conferência nacional em Cartum oficializando o novo sistema político em abril. A seguir, os Estados Unidos cessaram toda a ajuda militar e econômica ao Sudão, o que fez aumentar a presença dos bancos islâmicos no financiamento da economia nacional.

Tendo alcançado diversas vitórias militares desde o retorno da guerra após o golpe militar, o SPLM/A estava em posição privilegiada para futuras conversações de paz. Porém, eventos na Etiópia logo tornariam as coisas difíceis para o grupo de Garang.

Mesmo o *derg* sendo oficialmente abolido em 1987, com a Eritreia se tornando um Estado *de facto* independente, Mengistu permaneceu no poder, ajudando a causa do SPLA, até que, em 21 de maio de 1991, foi enfim derrubado. A União Soviética, à beira do colapso, retirou a ajuda ao governo etíope ainda em dezembro de 1990, e não tardaria para que ocorresse uma mudança de regime na Etiópia. A queda de Mengistu teve seus efeitos no Sudão, e, instalado o novo governo etíope, foram fechados todos os campos de refugiados e de treinamento de recrutas sulinos do SPLM/A na Etiópia. Dali, milhares de sul-sudaneses foram evacuados para fazer a longa trajetória que os levaria a novos campos de refugiados em Uganda e Quênia. Essa longa migração a pé, cercada de morte e inanição, foi documentada e tornada célebre no Ocidente, e aos jovens que nela participaram, em sua maioria crianças, foi dada a alcunha de “*lost boys*”, garotos perdidos⁶³. Para os sul-sudaneses, e evocando a fala do amigo Kueth⁶⁴, não se tratavam de jovens perdidos, mas de recrutas do “exército vermelho”, apelido dado às tropas do SPLA treinadas na Etiópia.

Para o SPLM/A, a mudança de regime na Etiópia significou, além da perda dos campos de treinamento, a perda do influxo de armas e ajuda logística. Não tardaria para as rachaduras dentro do partido surgirem nesse momento de delicadeza de John Garang. Ele, que havia se estabelecido como liderança isolada do partido, justamente pelo apoio do governo etíope; que havia formulado um manifesto político calculado de acordo com a situação na Etiópia; e que havia, durante os oito anos de vida do SPLM/A, centralizado as funções estratégicas e diplomáticas do partido, com isso alienando grande parte dos comandantes do partido, agora fragilizado, veria o partido em ruptura. Pouco mais de três meses depois da queda de Mengistu, no dia 28 de agosto de 1991, Riek Machar, Lam Akol e Gordon Kong se juntaram em Nasir e declararam a derrubada de Garang e o surgimento de uma nova cadeia de comando no SPLM/A. O golpe, porém, fracassou, e o partido ficou dividido em duas facções principais, com grupos menores se juntando à facção que melhor representava seus interesses. Remanescentes do *anya-nya II*, os *bul nuer* sob comando de Paulino Matip, e tropas *lou nuer* sob Yohannis Yoal Both se

⁶³ O documentário “God Grew Tired of Us” ilustra bem o trajeto de jovens sul-sudaneses refugiados, que, através de instituições internacionais, conseguem exílio nos Estados Unidos. O filme apresenta as perspectivas dos jovens em relação à guerra em casa e mostra as dificuldades que sofrem para se adaptarem ao estilo de vida estadunidense.

⁶⁴ Esse assunto é tratado passageiramente em Moellwald (2011).

juntaram ao movimento do também *nuer* Riek Machar, ajudando a dar contornos étnicos ao conflito político.

O golpe fracassado de Nasir teve como efeito imediato o surgimento de outro conflito, que logo provocaria uma guerra civil dentro da guerra civil, a ampliar a contagem de corpos no sul do Sudão. A fratura do SPLM/A em duas alas opostas foi oportuna para a estratégia de Cartum de delegar a guerra a organizações paramilitares. Antes, havia financiado o *anya-nya II* para controlar o SPLM/A, agora entrava em negociações com o SPLM-Nasir, nome dado ao grupo liderado por Machar, para coligar forças para combater o grupo que se mantivera fiel a Garang. A fundação do partido já fora conturbada, com a divisão em alas nos acampamentos da Etiópia, em 1983, entre os separatistas do *anya-nya II*, liderados por Akuot Atem de Mayen e Gordon Kong, e a ala de Garang, que proclamava um Sudão unido e socialista em consonância com os interesses etíopes. Tendo êxito em estabelecer suas bases iniciais na Etiópia para depois adentrar o Sudão e conquistar quase a integridade do território até 1989, John Garang assumira o controle do partido centralizando as decisões, acompanhado de um pequeno grupo de companheiros que ocupavam posições importantes na escala hierárquica do SPLA. Porém, a via para o sucesso político de John Garang se dera com muita dissidência e perseguição de inimigos dentro do partido, como atestam as prisões de Kerubino Kuanyin Bol, Arok Thon Arok e Joseph Oduho e as lutas contra o *anya-nya II*.

Com a queda de Mengistu e a delicada situação do SPLM/A, havendo a necessidade de uma nova estratégia para a continuação da guerra, a centralização excessiva de Garang seria novamente colocada em pauta. Ainda em 1990, em uma reunião com alguns de seus altos comandantes, em que estiveram presentes o comandante do Alto Nilo Ocidental, Riek Machar, além de James Wani Igga e Lam Akol, foram apresentadas pelo último algumas questões urgentes para o andamento das políticas do SPLM. Lam Akol sugeria haver a necessidade de uma mudança na liderança e que a questão dos presos políticos deveria ser resolvida, além de revistos os objetivos e a estratégia do movimento diante do novo cenário regional (MADUT-AROP, 2006, p. 265). De acordo com Madut-Arop, esses conselhos teriam sido ignorados por Garang, que continuou controlando o partido com mão de ferro enquanto multiplicavam os êxitos militares. Mas quando o conflito entre o exército etíope e o EPRDF⁶⁵, grupo insurgente

⁶⁵ *Ethiopian People's Revolutionary Defense Force*, grupo "rebelde" contrário ao regime de Mengistu na Etiópia. (ZEWDE, 2001)

apoiado pelo governo sudanês, chegou à fronteira da Etiópia com o Sudão, comandantes do SPLA na região do Alto Nilo, dentre eles Riek Machar e William Nyuon Bany, tiveram que bater em retirada. O primeiro estabeleceu-se em Nasir, e o segundo, a quem ficara o comando na ausência temporária de Garang, declarou que o SPLM estava relocando suas bases ao longo da fronteira Sudão-Etiópia (MADUT-AROP, 2006, p. 267). Com a situação caótica, Lam Akol teria convencido Machar a liderar o golpe, agregando inicialmente forças majoritariamente *nuer* e *shilluk* confinadas à região do Alto Nilo.

De acordo com Madut-Arop, nas vésperas da tentativa de golpe, Lam Akol já havia estabelecido contato com os presos políticos, e o quartel-general do SPLM, fiel à Garang, sabia das articulações. Lam Akol chegou a publicar um artigo intitulado “*Why Garang Must Go*”, convocando a diáspora a se juntar para reorganizar as estruturas de poder do partido. Ainda de acordo com o detalhado livro de Madut-Arop (2006), um capitão do SPLA na época sugere que o golpe teria sido uma tentativa preventiva dos inimigos de Garang para evitar a eventual perseguição e prisão, como acontecera com outros elementos hostis. Diante do escalonamento da situação, John Garang decidiu voltar para o Sudão após uma turnê em busca de apoio diplomático para o SPLM, tendo convocado uma reunião com a liderança política e militar do partido, em Kapoeta. Akol e Machar, que estavam agregando forças em Nasir, não compareceram e, a seguir, junto com o líder do *anya-nya II*, Gordon Kong Cuol, anunciaram através de rádio bidirecional uma mensagem, depois difundida pela BBC, clamando pela queda de Garang, mais democracia no SPLM/A e chamando a todos no partido a participar do novo movimento que diziam lutar pela independência do Sudão do Sul. O anúncio teve pouco efeito imediato, com muita desinformação quanto ao destino de Garang e quanto ao sucesso ou fracasso do golpe. No dia 31 de agosto, o partido começava a se reorganizar em duas facções, com o grupo fiel a Garang concentrado em Torit e o grupo de Machar em Nasir.

E aqui, podemos pausar para lembrar do presente, pois os traços do conflito que se seguiria após setembro de 1991 entre as duas facções inimigas do SPLM/A possuem uma semelhança notável com o atual conflito no Sudão do Sul. Apesar de não ter havido anúncio de golpe em 15 de dezembro de 2013, aqueles acusados pelo presidente Salva

Kiir Mayardiit, um dos principais aliados de Garang em 1991, eram justamente o vice-presidente deposto em agosto, Riek Machar, além de outra dezena de políticos opositores de dentro do partido. Após os conflitos iniciais, Riek Machar estabeleceu seu grupo insurgente com o nome SPLM/A-*In Opposition* na região de Jonglei e Alto Nilo, em território de ampla maioria *nuer*, enquanto o governo se manteve no controle de Juba e da maior parte do país. Apesar de o golpe de 1991 e a ruptura de 2013 terem sido politicamente motivados, as disputas acabaram ganhando contornos étnicos, principalmente no recrutamento de forças para cada lado. Assim como o golpe de Nasir de 1991 fora motivado por questões de centralização excessiva de poder nas mãos de Garang, em 2013 havia um forte descontentamento em relação à distribuição de poderes no novo Estado sul-sudanês, com a velha acusação de “dominação *dinka*” voltando à tona a cada cargo distribuído por Salva Kiir. A questão da formação das regiões administrativas do país com bases étnicas seria novamente retomada com o debate sobre “federalismo étnico” e “democracia tribal”, do qual trataremos melhor em capítulo posterior. É também oportuno lembrarmos da fala do entrevistado de Joe Sacco⁶⁶ e pressupor que um tanto de rancor tenha permanecido vivo entre os velhos inimigos de 1991 e a população pega no fogo cruzado. Concluamos, por ora, essa breve digressão, lembrando que os conflitos que se seguiram em 2014, em uma Bor tornada campo de matanças, assemelham-se muito ao que descreveremos a seguir.

Após o fracasso do golpe contra Garang, uma ofensiva do SPLA-Nasir teve consecutivos sucessos nas lutas contra o SPLA-Torit⁶⁷ entre setembro e dezembro de 1991. Tendo assegurado o apoio logístico militar do governo central, com armas e suprimentos chegando de Cartum a Malakal, cidade que ainda permanecia sob o controle do exército sudanês, a facção de Machar via-se fortalecida diante de uma facção enfraquecida de Garang. As relações favoráveis com o governo garantiram o avanço militar do SPLA-Nasir, e, após conquistar Ayod, Waat e Akobo em setembro, o grupo liderado por Machar apressou-se em agregar forças para a tomada dos distritos de Kongor e Bor, cidades importantes com maioria *dinka*, sendo Bor a terra natal de Garang. A invasão de Bor e Kongor foi empreendida por uma maioria *nuer* das tropas de Nasir, milhares de *anya-nya II* e recrutas civis *nuer*. A ofensiva de Machar resultou em milhares

⁶⁶ Ver pgs. 13-14

⁶⁷ Apesar de o grupo de Garang não ter anunciado nenhuma mudança de nome durante a crise do partido, assim retendo o original SPLM/A, nos referiremos aqui a essa ala como SPLM/A-Torit a fim de facilitar a compreensão do texto.

de mortes. O capitão Malek, que havia simpatizado com a facção de Nasir, mas desertado após as campanhas de Bor e Kongor, ofereceu ao historiador Arop Madut-Arop um relato vívido daqueles meses: “cinco mil vidas foram perdidas durante a operação de quatro meses. Além do roubo de milhares de cabeças de gado, a maioria das vítimas nas operações Bor-Kongor eram velhos pobres, mulheres e crianças” (MADUT-AROP, 2006, p. 284).

E ao ler as palavras transcritas de Malek, finalmente me deparo com uma menção a mulheres. Das dezenas de questões que afligiram este pesquisador, em sua árdua, talvez ingênua, tarefa de compreender história tão longa e complexa, está o papel e lugar das mulheres na história política do Sudão e do Sudão do Sul. Infelizmente, como quase tudo aqui contido, esse é outro assunto que não será tratado em profundidade aqui. Assim, é provável que o leitor tenha percebido a ausência de personagens femininos nessa arcanídea trama política. De fato, apesar de não termos pesquisado especificamente esse tema, dificilmente encontramos nas obras canônicas a menção a mulheres nas articulações políticas em Cartum, ou mesmo em Juba. Sua presença parece limitada às mobilizações de base, seja em prol do recrutamento de soldados entre os *nuer*, seja na articulação de conferências de paz⁶⁸, mas geralmente aparecem como vítimas da violência da guerra.

A ausência das mulheres na historiografia consultada pode também ser sintoma de uma história acostuada a relegar quase por absoluto a agência de mulheres na política⁶⁹. Lembrando de Nok, e de sua mãe, Julia Duany, e seu papel nos conflitos como membro da diáspora intelectual sul-sudanesa, sendo posteriormente nomeada para um posto no Estado do Sudão do Sul, considero que a presença feminina nas questões sul-sudanesas é muito maior que os livros de história deixam transparecer. E vendo as fotografias dos conflitos, lembrando da obra de Joe Sacco e da dor das mulheres palestinas que ele tão bem soube desenhar, não posso sequer imaginar os custos psicológicos, econômicos e sociais causados pela morte de companheiros, filhos e pais às mulheres que sobreviveram à violência que a elas a guerra presenteou. Mas deixemos essa reflexão para

⁶⁸ A antropóloga norte-americana Sharon Hutchinson (2000) trata da questão de gênero em sua obra *Nuer Dilemmas*, levantando questões quanto à importância feminina na articulação política de base e no recrutamento de soldados para os esforços de guerra da comunidade.

⁶⁹ Não é o caso da obra de Patricia Teixeira Santos (2013), que dá ênfase à agência feminina, analisando, por exemplo, a presença das mulheres dentro das ordens sufis do Sudão do século XIX.

outro momento. Por ora, voltemos às margens do Nilo Branco e às consequências do que ficou conhecido como o “massacre de Bor”.

Após a conquista da região de Bor e Kongor, restava pouco para que as tropas aglutinadas pelo SPLA-Nasir chegassem à Torit, atacando o grupo de Garang em sua base de operações. Porém, milhares de civis que participaram da luta e do saque da região, milícias tribais *nuer*, incluindo o célebre “exército branco”, também agrupado em 2014 para lutas na mesma região de Bor, bateram em retirada antes de alcançar Torit. Voltavam para o Alto Nilo com seu butim, deixando desguarnecidas as tropas do SPLA-Nasir e possibilitando o reagrupamento do SPLA-Torit. Quando notícias de Bor se espalharam pelo sul do Sudão e depois para a comunidade internacional, houve forte repercussão negativa em relação às ações do grupo de Machar.

Com muita confusão ainda reinando entre membros de ambas as facções e entre comandantes de alto escalão, quanto às lealdades de cada um após a ruptura do partido, foi assinado um cessar-fogo em Nairobi em 22 de novembro de 1991. Demonstrando outra semelhança com as seguidas negociações de paz frustradas do atual conflito sul-sudanês, essa trégua não durou cinco dias. Com as forças de Garang concentradas em Torit insistindo no caráter nacional de seu esforço de guerra, em novembro, tropas comandadas por Daud Bolad, ex-membro do NIF que abandonara o governo, começavam suas operações em Darfur. No final do ano, o governo sudanês sob Bashir e os ideólogos do NIF lançavam as suas operações nas montanhas Nuba, o ano terminando promissor para o exército sudanês. Mesmo após Bor e Kongor, a ruptura no SPLM/A parecia reversível, sendo concordada uma trégua entre os grupos de Nasir e Torit ainda em dezembro.

No último dia 29 do ano, em mais um sinal do recrudescimento do islamismo fundamentalista no Sudão, o governador de Cordofão declarou *jihad* contra os insurgentes no sul. Logo começaria o ano e já era evidente o alcance do NIF nas políticas elaboradas em Cartum e na própria estratégia de guerra do governo. Em janeiro, um *fatwa* lançado por *ulama* influentes definia a guerra civil como uma *jihad* contra descrentes e apóstatas (JOHNSON, 2011, p. 201). A perseguição aos “infieis” foi seguida pela expulsão em massa de sulinos de bairros periféricos de Cartum. Em Darfur, as tropas do SPLA-Torit foram derrotadas pelas forças *murahalin* armadas, e Bolad, culpado de traição, capturado e executado pelo Estado. Se em meados de 1989 a paz era vista como uma possibilidade de curto prazo, com o governo de Sadiq al-Mahdi concordando em ab-rogar a *sharia*, no

começo de 1992, Cartum havia tomado a direção contrária, cimentando políticas islâmicas em um país cujo território comprimia uma variedade de práticas religiosas diversas. Diante do entrincheiramento do governo a suas políticas excludentes, a possibilidade para a paz estava diminuída. Com a fratura do SPLM/A, abria-se uma possibilidade de resolução do conflito favorável ao governo de Bashir, e ele estava disposto a prosseguir com a guerra.

Ainda em janeiro, encontros entre o governo do Sudão e Lam Akol em Frankfurt resultaram em um tratado entre governo e SPLA-Nasir, garantindo ao Sudão “*status* constitucional político especial”, com um palavreado dúbio e aberto a interpretações. O tratado de Frankfurt ajudou a estabelecer, não a paz, mas um acordo do governo com a ala de Riek Machar e Lam Akol do SPLA, para enfrentar o grupo de Garang. A aliança formada teve um efeito duplo para o movimento de Nasir. Alguns membros, indignados com o acordo de Akol com o governo sudanês, que consideravam o inimigo primordial, desertaram, causando a primeira de muitas fraturas internas na facção de Nasir. Ao mesmo tempo, o acordo garantiria um influxo de armas e ajuda logística do governo para combater o SPLA-Torit. Antes de consumada a separação dos movimentos sulinos, esforços de figuras importantes da diáspora sul-sudanesa levaram os grupos à outra rodada fracassada de conversas em Nairobi entre 13 e 17 de fevereiro.

Diante da situação favorável, uma forte ofensiva do governo contra o SPLA-Torit estava sendo preparada para começar em março. O acordo com o SPLA-Nasir garantia às tropas do exército sudanês trânsito livre pelo território controlado pelo grupo no Alto Nilo. Para complicar a situação, em 24 de abril, outros líderes religiosos declararam *jihad* no Nilo Azul e nas Montanhas Nuba. A maré estava virando na guerra ao passo que o Sudão enraizava suas políticas fundamentalistas. E no sul, entre maio e junho de 1992, delegações das duas facções do SPLM/A se reuniram para conversas em Abuja, na Nigéria, incentivadas pelo presidente nigeriano Ibrahim Babangida, para tentar traçar uma plataforma comum para a crise que se abatera. Também em junho, diante da situação de insegurança e instabilidade no país, a empresa norte-americana Chevron, que havia começado a prospectar petróleo no Sudão no começo dos anos 1980, decidiu liquidar sua parte no petróleo sudanês, antes mesmo que uma gota fosse extraída e colocada no mercado internacional.

Já na metade de 1992, tendo reconquistado muitos territórios perdidos nos anos anteriores, o governo anunciou a introdução de grandes esquemas agrícolas mecanizados

em áreas despovoadas pela guerra. Essa apropriação de terras pelo Estado em prol do grande agronegócio se tornaria outra característica da estratégia de Bashir e do NIF durante esse período, a atingir tanto populações sulinas quanto minorias islâmicas no norte. Em locais com presença comprovada de petróleo, o despovoamento parcial da população local tornou-se regra. Além dos conglomerados da indústria do petróleo, milionários sudaneses se beneficiaram dessa política de apropriação de terras, com a formação de latifúndios mecanizados financiados em grande parte por bancos islâmicos, dada a relação complicada do país com o FMI e o Banco Mundial (JOHNSON, 2011). Uma nova elite se estabelecia no “triângulo árabe”, com cargos políticos cada vez mais reservados a membros do NIF, em silencioso conluio com milionários seculares e fundamentalistas. Em abril de 1991, Hassan al-Turabi já havia convocado diversos grupos islâmicos para participar do primeiro Congresso Popular Árabe e Islâmico (PAIC) em Cartum, na sua tentativa de tornar o Sudão o centro de um renascimento islâmico no mundo árabe (COLLINS, 2008, p. 195). Além disso, o Sudão tornava-se porto seguro para islamistas radicais, incluindo Osama Bin Laden, que estabeleceu escritório na capital e ajudaria a financiar diversos projetos de infraestrutura no país, incluindo a modernização da estrada entre Cartum e Porto Sudão. Durante toda a década de 1990, enquanto rugiam os conflitos no sul, nas Montanhas Nuba, em Darfur no oeste e com os *beja* no leste, o Estado sudanês, através do NIF de Turabi, tornara-se um forte centro mundial do islamismo radical, tornando praticamente impossível o êxito de negociações de paz com sulinos não-islâmicos.

Mas em setembro de 1992, a situação parecia tão favorável ao exército sudanês no sul que parecia que eventualmente a paz surgiria com uma vitória total. Após o fracasso das conversas de Abuja, mais uma figura importante rompera com o grupo de John Garang. William Nyuon Bany, que havia ocupado o cargo de segundo-em-comando, agora desertava com suas tropas, conseguindo, no trajeto, libertar os presos políticos Kerubino Kuanyin, Arok Thon Arok, Faustino Atem Gualdit e Joseph Oduho, que conseguiram fugir para Uganda. Agora soltas, essas figuras colocariam seu peso no tabuleiro multifacetado que virara o SPLM/A-Nasir. Já vistos com desconfiança por causa do acordo com o governo central, agora eram vistos como responsáveis por atos horrendos contra civis. E para completar, em uma tentativa de salvar as aparências, Machar organizou um ataque às forças do governo em Malakal, com a ajuda do líder

espiritual *nuer* Gatgek Wutnyang e a suposta simpatia do governador-geral do Alto Nilo, o tenente-coronel Gatluak Deng (MADUT-AROP, 2006, p. 285).

Com o fator surpresa a seu lado, tropas de milicianos *nuer* comandadas por Wutnyang invadiram a cidade e conseguiram ocupar uma grande parte do território do governo, incluindo o quartel-general do exército. A vitória não duraria muito, com as forças reagrupadas pelo governo reconquistando a cidade em dias. Após a retirada dos invasores, o governo, através do PDF, as milícias armadas *murahalin* oficiais, perseguiram e mataram centenas de cidadãos *nuer*, vistos como conspiradores. Após nova ofensiva fracassada de Wutnyang, com a tentativa da conquista de Obel, ao sul de Malakal, as forças do Estado foram desencadeadas sobre a população *nuer* da região. “Mulheres foram estupradas; homens circuncidados após conversão forçada ao Islã. Dessa vez foram as forças do governo que voltaram a Malakal com seu butim de mulheres, crianças e gado” (MADUT-AROP, 2006, p. 286). Além do forte impacto humanitário, as campanhas de Bor e Kongor e de Malakal e Obel tiveram efeitos desastrosos para a união do grupo de Nasir.

Em novembro de 1992, o governo assinava um acordo com um grupo canadense desconhecido, Arakis Energy Corporation, para ajudar a financiar a exploração de petróleo no país. O grupo, que não possuía sequer um poço de petróleo, graças a acordos obscuros com o governo, em menos de um ano passava a controlar uma concessão de mais de 12 milhões de acres dos campos de Heglig, Unity e Kaikang (COLLINS, 2008, p. 229). A construção de um oleoduto entre Heglig e Porto Sudão começaria em maio de 1994. Mas antes, enquanto tentava reestabelecer o fomento a uma indústria petroleira no país após a saída da Chevron, o governo precisava garantir estabilidade na região. E para tanto, foi programada para dezembro uma ofensiva do governo nas montanhas Nuba contando com mais de 45 mil soldados. Seria o começo da retomada da região pelo exército sudanês, que somente seria concluída em agosto de 1993, com a queda do último posto do SPLA nas montanhas Nuba. Ao mesmo tempo em que buscava reconquistar os territórios fronteiriços entre norte e sul e garantir a estabilidade dos campos de petróleo, o governo alcançava o sul na tentativa de pôr um fim rápido à guerra e ao grupo insurgente.

No dia 23 de dezembro, uma tentativa do governo de tomar Kapoeta, no extremo sul do país, foi repelida por tropas do SPLA-Torit. No dia seguinte, cerca de 200 civis da

etnia equatoriana *toposa*⁷⁰ foram mortos como retaliação (JOHNSON, 2011, p. 202). A ofensiva do governo seguiu no começo de 1993, com campanhas por terra e bombardeios aéreos de posições do SPLA-Torit e centros de civis. A participação maior de tropas regulares do exército sudanês provocou certo estranhamento com os soldados das Forças Populares de Defesa, PFD, mais uma vez mostrando a existência de fissuras internas também entre as forças do governo. Mas as querelas entre soldados do exército sudanês não se comparavam à situação de conflito armado que se estabelecera entre os sulinos. William Nyuon Bany, que havia abandonado o campo de Garang em setembro, estabelecendo sua base de operações próximo à Juba, sendo derrotado pelo SPLA-Torit em 8 de janeiro, entrou em contato com o governo em Equatoria Oriental, voltando às cercanias de Juba nas semanas seguintes. Em pouco tempo, Nyuon, junto com os outros presos políticos de Garang libertados no ano anterior, se reuniram com o grupo de Nasir para a formação de um novo partido, o SPLM/A-*United*.

Nas reuniões em Kongor que consolidaram a mudança de nome do movimento, iniciadas em 26 de março de 1993, também se visava estabelecer a cadeia hierárquica do grupo e a estratégia política a se adotar. Estiveram presentes Riek Machar, Lam Akol, Kerubino Kuanyin, William Nyuon Bany, Faustino Atem Gualdit, Arok Thon Arok, Joseph Oduho, entre outros. No primeiro dia ficou acordada a mudança de nome, mas disputas entre Oduho e Akol em relação à divisão das alas políticas e militares do movimento foram adiadas para o dia seguinte. Enquanto se desenrolava a reunião e antes que a criação do novo movimento pudesse ser celebrada pelos participantes, a Assembleia de Kongor foi invadida por um esquadrão do SPLA-Torit comandado por Kuol Manyang Juuk (MADUT-AROP, 2006, p. 292). Era a primeira vez que as tropas de Garang entravam na região após a derrota em fins de 1991. O assalto foi seguido de confusão, com as forças que guardavam a assembleia se dispersando em desordem. Mais de 60 pessoas morreram, incluindo o veterano político da primeira guerra civil, Joseph Oduho. A morte do “tio” Oduho foi sentida pela população sulina, e o SPLA-*United* se viu obrigado a retornar para suas bases iniciais em Nasir. Após o ataque a Kongor, as tropas do SPLA-Torit saquearam e devastaram os distritos de Ayod, Waat e Yuay. “O que as agências de ajuda chamaram de ‘triângulo da morte’ se aplica à miséria provocada pelo

⁷⁰ Grupo étnico minoritário da região leste-equatoriana.

homem de morte cruel e inanição nos distritos Kongor-Waat-Ayod” (MADUT-AROP, 2006, p. 293).

As lutas continuariam a atormentar a região entre abril e junho de 1993. O grupo de Garang, o qual passou a ser chamado de SPLM/A-*Mainstream*, recuperara um pouco as forças após as perdas dos anos anteriores, enquanto o SPLM/A-*United* tinha dificuldades em manter-se unido. A morte de Oduho causara também a deserção de sete membros *equatorianos* do grupo de Machar. Em maio de 1993, novas conversas entre governo e SPLM/A-*Mainstream* em Abuja falharam, numa continuação das tentativas frustradas de encontrar termos para a paz. Já com relação ao SPLM/A-*United*, houve novo acordo dúbio, garantindo status constitucional separado para o sul em referendo a ser realizado no futuro. Assim, enquanto tratados de paz eram negociados, o governo continuava suas campanhas contra as posições do SPLM/A-*Mainstream*. Entre junho e agosto, os avanços por terra eram recebidos com forte resistência, com o governo tendo êxito em conquistar somente uma fração dos territórios desejados. As campanhas aéreas prosseguiram, com mais de 60 mil sulinos escapando do conflito rumo à Uganda. Aumentava o número de refugiados internos e externos simultaneamente ao aumento da contagem de corpos. Em agosto, enquanto caía o último posto do SPLM/A nas montanhas Nuba, mais de 42 mil refugiados do SPLM/A-*United* se deslocavam para a Etiópia.

Em agosto, ao mesmo tempo em que um acordo entre Lam Akol e o governador do Alto Nilo resultou em um cessar-fogo, garantindo a entrada de ajuda humanitária na região, o presidente queniano Daniel Moi propôs um acordo de paz entre as facções sulinas. Conversas separadas foram realizadas, dia 21 de setembro com Garang e no dia 30 com Machar, não resultando em um acordo, mas agregando mais personagens nas negociações, abrindo caminho para a iniciativa do IGAD, Autoridade Intergovernamental de Desenvolvimento, que, em novembro, abriu novas rodadas de negociações entre governo e facções rivais do SPLM/A. No dia 11 de outubro, outro acordo foi assinado entre o SPLM/A-*United* e o governo para garantir a segurança na área ao redor de Bentiu, com Faustino Atem ficando no comando das tropas a proteger a região rica em petróleo. Dois meses haviam se passado desde que entrara em vigor o acordo com o grupo Arakis, e o governo sudanês tinha fortes interesses em colocar em operação os ricos campos de petróleo no país.

Com a comunidade internacional atenta ao desastre humanitário que se desenrolava no Sudão, as partes envolvidas no conflito participavam de uma série de

esforços diplomáticos para melhorar suas causas ou chegar a acordos favoráveis. Entre 21 e 22 de outubro, conversas em Washington entre Riek Machar e John Garang, mediadas pelo governo norte-americano, resultaram em um acordo entre as partes, com ambos os lados concordando em quase todos os tópicos, incluindo a oposição ao governo do NIF. Porém, Riek Machar se recusou a assinar o documento, alegando que Garang havia assinado o documento em nome do SPLM/A, sem especificar sua ala *mainstream*. Se esse foi o real motivo pelo abandono do tratado é questão difícil de responder. Mas essa ação de Machar acabou pondo abaixo as conversas, que só seriam retomadas com a iniciativa do IGAD, em novembro, com conversas agendadas para o início de 1994. O ano terminava no Sudão com a continuação das ofensivas do governo, agora com ataques na região rica em petróleo. Após a retomada das montanhas Nuba, a próxima estratégia envolvia a destruição dos vilarejos ao redor de Heglig, abrindo caminho para a futura construção do oleoduto que faria chover petrodólares na conta do governo.

No dia 4 de janeiro de 1994, delegações da Etiópia, Eritreia, Uganda e Quênia se reuniram com ambas as facções do SPLM para esboçar um plano que visasse a paz no Sudão. Esforços foram feitos para envolver a comunidade internacional através dos “amigos de IGAD”, incluindo Austrália, Canadá, Itália, Grã-Bretanha, Noruega e os Estados Unidos. No dia 6, foi estabelecida uma agenda comum entre as partes em relação a como proceder nas conversas de paz e concordando sobre a realização de um referendo para decidir sobre a autodeterminação do sul, das montanhas Nuba e outras áreas marginalizadas. O governo sudanês demoraria para se pronunciar quanto à iniciativa, que ficou restrita aos grupos sulinos. Em janeiro, continuava com suas operações militares contra os *zaghawa* em Darfur. Pequenos ataques de guerrilha em Nuba continuavam ameaçando a hegemonia do governo na região, e bombardeios da força aérea sudanesa atravessavam a Equatória Ocidental, alcançando a fronteira de Uganda, numa calculada preparação para as ofensivas da temporada de seca.

Após desavenças com Riek Machar, Lam Akol foi dispensado do SPLM-*United*, mudando-se para Kodok, área assegurada pelo governo sudanês. As disputas entre governo e SPLA-*Mainstream* e SPLA-*Mainstream* com SPLA-*United* continuaram no começo do ano, até cessar-fogo unilateral anunciado em 12 de março pela facção *United*.

Lutas continuaram assim mesmo entre tropas de Garang e Nyuon Bany em Jebel Lafon, a desobediência às ordens de Machar denotando o alcance do sectarismo do *United*. Até mesmo no interior das terras *nuer*, onde estavam estabelecidas as bases de apoio de Machar, houve dissidência.

Esses conflitos internos entre diferentes subgrupos *nuer* demonstram que os motivos subjacentes da guerra extrapolavam em muito a questão étnica. As relações construídas entre os diferentes grupos étnicos e seus subgrupos *dinka* e *nuer* também extrapolavam qualquer questão de identidade étnica, sendo geralmente estabelecidas por motivos práticos, econômicos e de proximidade geográfica. Os *luo nuer*, por exemplo, tinham laços de afinidade com seus vizinhos *dinka*, tendo inclusive dependido de sua ajuda nas últimas três colheitas (JOHNSON, 2011, p. 119). Ou seja, em condições normais, as relações eram estabelecidas entre os diferentes subgrupos étnicos, visando o uso coletivo de terras para pastagem e águas para pesca em um território com intensa variação climática. Porém, a guerra e a destruição que se seguiu em Bor, Kongor, Waat e Ayod causaram sérias rupturas nas relações entre grupos *nuer*.

Em janeiro de 1994, já estava deflagrado um confronto entre facções militarizadas *lou nuer* e *jikany nuer*, ambos ocupando região ao norte do estado de Jonglei e na fronteira *nuer-dinka*. Comandantes de ambos os grupos estavam servindo sob o grupo de Nasir, com a ala *luo nuer* continuamente reclamando de uma má partilha de armas, suprimentos e ajuda humanitária. O governo sudanês, a pedido de comandantes do SPLM/A-United envolvidos no conflito, supriu os dois grupos de armas que seriam supostamente usadas na luta contra Garang, mas foram desviadas para armar cidadãos em milícias étnicas. (JOHNSON, 2011, p. 120) O que ficou conhecido como “guerra civil *nuer*” ajudou a precipitar mais uma ruptura no grupo liderado por Riek Machar e só seria resolvida meses depois em uma conferência organizada em Akobo.

Enquanto digladiavam diversas facções renegadas do SPLM/A-United, o grupo de John Garang se articulava para organizar a primeira convenção nacional do SPLM/A. Realizada entre os dias 28 de março e 11 de abril de 1994, seria a primeira tentativa real de Garang de agregar seus aliados em uma conferência para discutir os assuntos do partido. Afirmando o caráter nacional de seu movimento, que ainda apoiava a união do Sudão, estiveram presentes no encontro delegados de todas as regiões do sul, das montanhas Nuba e do Nilo Azul, incluindo muçulmanos *miseriyia* e *rizaiqat*. Além de cimentar a liderança de John Garang frente a um fortalecido SPLM/A, o encontro

afirmava a defesa do princípio de autodeterminação para o sul, com status administrativo civil independente em um Sudão unido.

Dez dias antes do início da segunda rodada de conversas do IGAD, al Mirghani, o líder do DUP que havia ajudado a desenvolver um tratado de paz, que só não resultou na resolução do conflito por causa do golpe precipitado por Bashar, voltou à cena política em discurso contrário ao IGAD, reafirmando seu apoio à “pluralidade”, mas rejeitando a autodeterminação no sul e um Estado secular no Sudão. Mesmo assim, no mesmo dia em que Arok Thon Arok abandonava o SPLM/A-*United*, a rodada de conversas iniciava em Nairobi. Ao fim do encontro, as questões apresentadas nas reuniões do começo de ano seriam reafirmadas pelas partes.

Entre junho e julho, o conflito entre milícias *luo* e *jikany* continuava no coração das terras *nuer*. Estabelecera-se um padrão de ataques curtos, saques, roubo de gado, seguido de contra-ataques e mais destruição, morte e deslocamento populacional. No mesmo período, Kerubino Kuanyin e Faustino Atem entraram com suas tropas na região de Bahr al-Ghazal, ocupando Mayen Abuen em 15 de julho com mais de quatro mil soldados. Aproximadamente mil civis teriam morrido na excursão, provocando nova perda de credibilidade do SPLM/A-*United* junto à comunidade internacional. A questão da liderança no movimento se complicava na medida em que cada comandante mantinha grande autonomia, sem necessariamente cumprir ordens de um Riek Machar cada vez menos em controle do movimento. Ao final de julho, o governo também contava com avanços em Bahr al-Ghazal, e a polícia de Cartum já expulsara cerca de 50 mil pessoas refugiadas nos arredores da cidade. Em outra das múltiplas ofensivas do exército sudanês, as forças sudanesas chegaram a cruzar o rio Aswa, no sudoeste do país, próximo à fronteira com Uganda, sendo repelidas pelo SPLA. Na mesma região fronteiriça, o exército ugandês perseguia o grupo insurgente *Lord's Resistance Army* (LRA), que em agosto havia atacado comboios de ajuda humanitária em território sudanês. As fronteiras nacionais tornavam-se fluidas pela guerra, os grupos entrando e saindo dos países conforme ditava a estratégia do momento.

O mês de setembro seria marcado por algumas conferências de paz bem-sucedidas, outras estéreis. Entre os dias 6 e 15 de setembro, reuniram-se na cidade de Akobo lideranças dos grupos *nuer* em guerra para uma conferência de paz patrocinada por organizações da diáspora *nuer*, organizações religiosas e lideranças tradicionais. A conferência de Akobo abriu caminho para a primeira conferência nacional do SPLM/A-

United, convocada para 26 de setembro. Pouco antes do encontro, Machar havia dispensado Lam Akol, Kerubino Kuanyin Bol e William Nyuon Bany e, agora, cercado de um grupo majoritariamente *nuer*, anunciava a criação de um novo movimento, o *South Sudan Independent Movement/Army*, SSIM/A. O novo movimento, liderado por Machar, contava com a presença dos comandantes Gordon Kong Cuol e Taban Deng Gai, além de membros da diáspora intelectual, como Michael Wal Duany, pai de Nok e Kueth, que revezava temporadas circulando entre Uganda, Sudão e Quênia e com a família nos Estados Unidos. Meses depois, Lam Akol, Arok Thon Arok e Peter Sule anunciavam o seu movimento independente, retendo o nome *SPLM/A-United*, relegado por Machar. Em Nairobi, na última rodada de negociações do IGAD, todos os países do bloco e ambas as facções do SPLM concordaram novamente nos termos estabelecidos nas outras rodadas de conversas. Porém, com o NIF entrincheirado no governo, não haveria acordo em relação ao estabelecimento de um Estado secular no Sudão, nem ao princípio de autodeterminação no sul. Dez dias depois do fim das conversas, no dia 29 de setembro, Omar al-Bashir anunciava que o governo estava a caminho de retomar todo o território sudanês das forças insurgentes.

Em outubro, lutas no leste sudanês próximo à fronteira com a Eritréia causaram sérias tensões diplomáticas entre os países. O governo do Sudão acusava a Eritréia de proteger cerca de três mil rebeldes sudaneses. No começo de dezembro, a Eritréia rompeu relações com o Sudão, ameaçando, no dia 12, declarar guerra, a menos que o Sudão cessasse operações em território eritreu. Já mergulhado nos seus próprios conflitos, o governo cedeu, evitando a abertura de mais um *front*. Já na fronteira com Uganda, indicações do envolvimento do governo sudanês com o LRA, faziam o governo ugandês aumentar a proteção de seu lado da fronteira. Enquanto se desenrolavam os imbróglios diplomáticos com Eritréia e Uganda, pipocavam pequenos confrontos nas montanhas Nuba e lutas internas entre as tropas de Nyuon, com cerca de 200 soldados *luo nuer* abandonando seu comando. Kerubino Kuanyin, que havia se tornado uma liderança independente no Bahr al-Ghazal, comandava suas tropas em ofensivas contra o *SPLA-Mainstream*. Essas tropas, que incluíam soldados *baqqara*, acabaram repelidos da região, tendo que buscar refúgio em territórios do governo, em Gogrial.

Após a ruptura do partido, o *SPLM/A-Mainstream*, melhor estabelecido após sua convenção nacional e devido ao próprio esfacelamento de seus inimigos sul-sudaneses, assinavam um acordo em Chukudum por uma plataforma comum com o Umma. O partido

de al-Mahdi concordava em um referendo pela autodeterminação do sul, mas sem incluir as montanhas Nuba, colinas Ingessana e Abyei. Mesmo sem uma agenda completamente comum, o acordo em Chukudum abriu caminho para uma convenção nacional em Asmara, capital eritreia, para meados do ano seguinte com a participação do SPLM/A-*Mainstream*, Umma, DUP, com al-Mirghani resignando-se a aceitar os princípios do IGAD, SCP, Congresso Beja, USAP, sindicatos e outros partidos de oposição.

No começo de 1995, enquanto o SPLM/A-*Mainstream* de Garang fortalecia sua posição de representante do sul nas negociações com os partidos banidos do norte e governos estrangeiros, o SSIM/A se esforçava para manter a representatividade, e Kerubino Kuanyin atuava independentemente através do SPLA-Bahr al-Ghazal, enquanto Paulino Matip e Peter Gadet enraizavam seus movimentos em terras *bul nuer* recheadas de petróleo. No fim de março, esse faccionalismo interno seria sentido quando a guarnição do SSIM/A em Lafon decidiu mudar de lado, capturando uma pequena força avançada do exército sudanês. No dia seguinte, William Nyuon chegou ao local, reuniu-se com as forças insurgentes e, através de contato via rádio estabelecido com o SPLA, consolidou a deserção e pediu auxílio às tropas do SPLA-*Mainstream* para evacuar suas tropas da região. Tendo uma força combinada de soldados do SSIM/A e do SPLA conseguiu bater tropas do governo na região e, assim, evacuado de lá, conversas entre o SSIM/A sob Nyuon e John Garang anunciavam o fim das hostilidades e a criação de uma força comum para lutar contra o exército sudanês. Machar, que havia perdido boa parte de suas tropas e sua força política no decorrer dos anos após a formação de sua ala do SPLM/A em 1991, não endossara a reunião, mantendo-se independente na região do Alto Nilo, não sem antes garantir uma trégua com a ala de Garang.

Mesmo tendo anunciado no crepúsculo de 1994 a eventual vitória do exército sudanês sobre os movimentos insurgentes no país, a situação estava longe de ser resolvida. Em 23 de abril de 1995, o governo de Uganda cortou relações com o Sudão após a realização de ataques e massacres de civis no norte do país pelo LRA. Pressionado por seus vizinhos, em maio voltaria à cena outro velho vilão de Cartum: Yusuf Kuwa, após ausência de dois anos, voltava às montanhas Nuba à frente de suas tropas do SPLA. E em Asmara, o governo eritreu e grupos opositores da região leste do país anunciaram em 6 de maio um acordo para remover o NIF do poder, “de qualquer maneira” (JOHNSON, 2011, p. 206). Mesmo que, em abril, Bashir tenha assinado um acordo com o governo iraniano para o estabelecimento de uma base naval em Porto Sudão e para

treinamento iraniano da polícia secreta sudanesa e do PDF, começava a se somar às pressões contra o governo a recuperação militar dos insurgentes sulinos. Em junho de 1995, a Declaração de Asmara, liderada por Garang e contando com todos os participantes do NDA, ratificava a concordância dos partidos de oposição aos princípios das conversas do IGAD. A convenção nacional reafirmou a união do país, declarando apoio a um referendo para a autodeterminação do sul, com a população local a escolher entre federação, confederação ou independência.

No meio do ano, enquanto Kerubino Kuanyin continuava a atacar as regiões nas cercanias de Gogrial e o exército avançava na região da Equatoria, William Nyuon e outras lideranças anunciavam a dispensa de Riek Machar do SSIM/A e a reformulação do movimento sob Nyuon e John Luk. Desde a primeira guerra civil e desde a fundação do SPLM/A, em 1983, novos movimentos foram criados, desmanchados, retomados, desapropriados e assumidos pelas lideranças sulinas. Somente John Garang, acusado de excessiva centralização desde os primórdios do conflito, fora capaz de manter uma base suficientemente leal capaz de resistir às diversas fraturas sofridas no decorrer dos anos. A nova liderança autodeclarada do SSIM/A alegou em setembro estar sob controle de Akobo, Waat e Ayod, enquanto Riek Machar era acusado de buscar ajuda de Cartum. Também em setembro, um atentado à vida do presidente egípcio Hosni Mubarak durante encontro de cúpula da União Africana foi atribuído à extremistas islâmicos auxiliados pelo governo sudanês.

A maré parecia estar novamente virando para o lado do SPLA-*Mainstream*, com o grupo lançando uma ofensiva bem-sucedida no final de outubro para retomar as localidades perdidas para o governo nos anos anteriores. Em novembro, já havia reconquistado mais de dez postos perdidos, e agora contavam com a ajuda de milícias *mundari*, recém incorporadas ao grupo de Garang. Nas montanhas Nuba, uma trégua assinada em 15 de novembro entre o SPLA de Yusuf Kuwa e lideranças *baqqara* da região de Kadugli garantiu a abertura dos mercados locais. O ano terminaria ainda com a continuação da ofensiva do SPLA nas Montanhas Nuba, tendo as tropas de Yusuf Kuwa conquistado vários postos do governo sudanês. Os estados de Cordofão do Sul e Nilo Azul, retomados quase integralmente pelo governo nos últimos três anos, seriam alvo de novos movimentos militares no decorrer do ano seguinte. À virada do ano, já estava concretizada a intensificação do conflito, com o SPLM/A, reagrupado e fortalecido por suas alianças com o NDA e pela simpatia de governos vizinhos, inimigos do governo

sudanês, lançando diversas ofensivas ao redor do país. O exército sudanês, com o auxílio de tropas *Murahalin Misseriyia*, do PDF e da Força Aérea, contra-atacava, fazendo aumentar o número de mortos e refugiados.

Em 9 de abril de 1994, Osama bin Laden perdeu sua cidadania saudita. O país, cujos campos gigantes de petróleo, aliados ao acordo assinado com os Estados Unidos ao fim da segunda guerra mundial, garantiram o enriquecimento de sua elite dinástica, atendia às demandas de seus parceiros norte-americanos. Como mencionado anteriormente, o Sudão se tornaria porto-seguro do milionário fundamentalista islâmico. Também em 1994, Israel e Autoridade Palestina concordavam com a implementação inicial dos Acordos de Oslo e Cairo, marcando um momento de otimismo entre as partes e a comunidade internacional pela resolução do longo conflito. Em setembro do mesmo ano, o músico Fairuz realizou um concerto em Beirute para celebrar o fim da guerra civil libanesa. No mês seguinte, um tratado de paz entre Israel e Jordânia punha fim à um estado oficial de guerra de mais de quarenta anos. Em novembro do ano seguinte, o primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin seria assassinado a tiros por um judeu ultra-ortodoxo contrário aos acordos de Oslo. O fundamentalismo continuaria forte na região por muito tempo, de vários lados.

No Sudão, Hassan al-Turabi, figura mais influente no governo e já um renomado porta-voz do islamismo político no mundo árabe (e, aqui, Sudão incluído), organizava para 30 de março de 1995 a inauguração do terceiro Congresso Popular Árabe e Islâmico. Mais de 300 organizações de 80 países participaram do encontro, incluindo grupos como Hezbollah, Hamas e Jihad Islâmica, além de grupos radicais argelinos e egípcios banidos em seus países. O norte-americano Robert O. Collins, cuja narrativa parece carregar o peso dos posteriores ataques às torres gêmeas em 2001 – a sina do historiador e do eterno-presente ato de sua escrita –, apresenta a imagem de uma grande reunião de vilões de filmes hollywoodianos. Porém, os fatos por ele recolhidos nos ajudam a pintar um retrato das filiações políticas nesse período no oriente médio e no norte africano. O próprio Congresso teve suas desavenças internas, com várias delegações de países africanos exigindo a remoção do termo “árabe”, considerada discriminatória e racista. No fim, de acordo com as fontes de Collins, ficou decidido que os “islamistas ao redor do mundo

começariam no verão de 1995 a desestabilizar regimes árabes moderados” (COLLINS, 2008, p. 214).

No Egito, Hosni Mubarak havia colocado seu serviço de segurança e inteligência para perseguir os grupos islamistas de seu país. Em relação ao vizinho ao sul, as relações estavam tortuosas desde a debacle da soberania do triângulo de Halayib, em 1992. Em abril, Mubarak denunciou publicamente Hassan al-Turabi, alegando que islamistas do Sudão eram uma ameaça à segurança do Egito. A situação atingiria o clímax na capital etíope de Addis Abeba, em encontro de cúpula da União Africana. No dia 26 de junho de 1995, atiradores do Grupo Islâmico Egípcio atentaram contra a limusine de Mubarak, com dois sendo mortos na troca de tiros com os seguranças do presidente e três escapando. Após cinco dias de buscas, a polícia etíope encontrou os fugitivos, matando um em nova troca de tiros. As investigações acabaram “comprovando que o governo NIF do Sudão havia providenciado passaportes sudaneses e iemenitas, além de armas entregues pela *Sudan Airlines*” (COLLINS, 2008, p. 215). Cairo imediatamente condenou a atitude, denunciando al-Turabi, que, por sua vez, negou participação em anúncio pela Rádio Omdurman, chamando os atiradores de “‘mensageiros da fé islâmica’ e declarando que ‘o Egito está hoje vivenciando uma seca na fé e religião, mas Alá quer ser revivido a partir do Sudão e fluir ao longo das águas do Nilo para expurgar o Egito da obscenidade’” (COLLINS, 2008, p. 216).

A tentativa de assassinato de Hosni Mubarak e a posição controversa de Hassan al-Turabi haviam gerado uma crise interna no NIF, dividindo o partido, com moderados preocupados em não tornar o Sudão um Estado pária. Em 6 de agosto de 1995, o governo aboliu a política de abertura de vistos para árabes e islâmicos, numa tentativa de conter a entrada indiscriminada de *mujahidiin* em busca de asilo e treinamento no Sudão. Já em contexto de profundo animosidade com a Eritréia e Uganda, e com as relações com Egito e Etiópia seriamente abaladas pelo atentado contra Mubarak, o governo via ainda o lento ressurgimento do SPLM/A. Em abril de 1996 passava no Conselho de Segurança da ONU a Resolução 1054, impondo sanções ao país, que incluíam a diminuição de sua delegação nas Nações Unidas e a restrição de entrada de seus diplomatas nos Estados Unidos (COLLINS, 2008, p. 217).

Apesar da situação diplomática precária do governo do Sudão e dos ganhos do SPLM/A, agora, sem opositores à altura no sul e liderando uma aliança com os partidos do NDA, soldados continuavam a morrer em ritmo de guerra. Agora ela privava de vida William Nyuon Bany, assassinado em uma emboscada quando a caminho do Alto Nilo, onde encontraria Kerubino Kuanyin Bol. De acordo com relatos colhidos por Arop Madut-Arop, Nyuon tentaria convencer Kuanyin Bol a integrar suas tropas do SPLA-Bahr al-Ghazal ao movimento unificado de Garang (MADUT-AROP, 2006, p. 368). Porém, esbarrou nos soldados de Peter Gadet, cuja lealdade permanecia com o SSIM/A de Riek Machar, apesar de manter relativa autonomia. Com seu poder diminuído e suas ligações com o governo vistas com desconfiança, Machar também não conseguiu incorporar seu partido no NDA, sendo sua entrada no movimento negada por seus membros. Enquanto o governo do Sudão se tornava pária no cenário regional e internacional, Riek Machar, que chegara a controlar um movimento proclamando representar o sul inteiro na luta pela independência da região, se via relegado a um papel de coadjuvante nos destinos da guerra civil. As lutas entre facções internas, os massacres de civis e os tratados com o governo, que só garantiram o influxo de armas sem garantir termos concretos para uma eventual paz, haviam desgastado o líder *nuer*, enquanto John Garang voltava ao papel de proeminência que ocupara antes do golpe de Nasir de 1991.

Em março, como de costume desde o início dos conflitos, o governo preparava os detalhes finais para mais uma ofensiva de estação de seca nas montanhas Nuba e cercanias de Cordofão do Sul e Nilo Azul. Após expandir sua presença e reocupar várias cidades sulinas nos últimos anos, o governo sudanês encarava novamente forte resistência e ataques coordenados do SPLA. Do lado do governo, voltava-se novamente às táticas consagradas de ataques *murahalin* e do PDF, com incursões de milícias *nuer* em áreas de pastagem. O SPLA retomava a iniciativa no Nilo Azul, com as tropas comandadas por Malik Agar conquistando Pochalla, Khor Yabus e Chali. No começo de abril, com as tensões em alta em grande parte do território, conflitos ocorriam entre o exército sudanês e o Congresso Beja no leste do país. Machar e Kerubino, alienados da oposição liderada por Garang, a englobar a maioria dos partidos banidos por Bashir, assinaram um acordo de paz com o governo em Cartum no dia 10. Antes do fim do mês, outro comandante do SSIM/A, John Luk, incorporava suas tropas ao SPLM/A. Armado e flanqueado pelo governo, em maio, Kerubino partiu com suas tropas de Gogrial rumo a Wau, atacando vilarejos no caminho.

Porém, mesmo tendo constituído essa aliança com algumas lideranças sulinas, o ano de 1996 seria marcado por uma série de derrotas para o governo sudanês. Ciente da péssima reputação do país no cenário político mundial, o governo começou a adotar uma política de leve distensão. No dia 18 de maio, Osama bin Laden foi expulso do país, saindo em voo fretado com a família e alguns amigos para Peshawar, no Paquistão. Um ano se passara desde o último congresso PAIC, e agora o governo sudanês buscava melhorar suas aparências frente ao exigente olhar das potências ocidentais. Bin Laden partiu desiludido com sua experiência no Sudão, chamando o NIF de uma mistura de religião e crime organizado e cobrando uma dívida de cerca de 160 milhões de dólares (COLLINS, 2008, p. 221). Em julho, mais um incidente envolvendo o LRA complicava a situação do governo, acusado de financiar o grupo: a morte de no mínimo uma centena de refugiados sudaneses em Kitgum, no norte de Uganda, piorava as relações já tensas com o vizinho e fazia aumentar o repúdio da comunidade internacional. Ao fim do ano, os Estados Unidos já anunciavam o envio de cerca de 20 milhões em equipamento militar para a Etiópia, Uganda e Eritreia, para ser usado “‘para sua própria defesa’, sendo muitos dos itens enviados adequados para equipar uma força de guerrilha” (JOHNSON, 2011, p. 207). Além dessa ajuda militar, soldados de elite teriam sido enviados para treinar tropas do SPLA, demonstrando a crescente beligerância do governo norte-americano com relação ao Sudão.

Em setembro, Paulino Matip, que havia sido incorporado ao exército sudanês como major-general, recusou ordens de evacuar seus homens do campo de Bentiu para Ler, mantendo sua independência na região. Endividado e precisando de receitas para seu esforço de guerra e para sustentar o aparelho repressor do Estado, o governo de Bashir fazia esforços para acelerar o processo de exploração de petróleo na região. Em dezembro, a obscura firma canadense Arakis vendeu 75 por cento de suas ações no petróleo sudanês para um consórcio que incluía as gigantes Petronas, da Malásia, a estatal chinesa e a Sudapet sudanesa. Estavam sendo dados passos decisivos para inserir o Sudão no mercado internacional de petróleo, e, para tanto, era necessário manter os campos livres de crises e conflitos. Compreendendo a função estratégica que cumpria na sua região natal, o comandante *bul nuer* Matip, e, depois dele, Peter Gadet, souberam alavancar suas posições e se aproveitar de pactos favoráveis com o governo.

Além dessas frágeis lealdades internas, e sofrendo fortes pressões do SPLA, a partir de meados de 1996 o governo teria que enfrentar uma maior participação do NDA

em campo, com alguns batalhões unificados NDA-SPLA sendo compostos no leste do país. Em dezembro, John Garang se tornava comandante geral das forças do NDA, enquanto Sadiq al-Mahdi, refugiado na Eritreia após escapar cinematograficamente a partir de um casamento em Cartum, afirmava “o cometimento da oposição em alcançar a paz através de uma conferência constitucional abrangente” (JOHNSON, 2011, p. 207). Para terminar o ano com mais uma nota triste para as pretensões do governo de reconquistar todo o território sudanês, ou de ao menos garantir suas posições na guerra, no dia 29 de dezembro, a Brigada Novo Sudão do NDA-SPLA invadiu Hamesh Koraib, próximo a Kassala, no leste sudanês, derrubando um helicóptero do governo. Não bastasse isso, no começo de janeiro, tropas conjuntas do SPLA e do exército etíope avançavam no Nilo Azul, conquistando algumas cidades, incluindo Kurmuk, Qaissan e Kailik. No mesmo período, forças do Umma, DUP e SPLA capturavam Yakuru, Abutera e Menza. A guerra de propaganda entre as partes continuava, com a oposição afirmando terem sido mortos 1200 soldados, enquanto o porta-voz do governo alegava serem apenas dez as vítimas fatais (JOHNSON, 2011, p. 207). Em 17 de janeiro de 1997, o Sudão denunciava a participação da Etiópia e da Eritreia nos conflitos em Kurmuk e Qaissan, declarando *jihad* contra seus inimigos.

Se 1996 marcou uma reviravolta na segunda guerra civil sudanesa, os anos seguintes seriam marcados por um avanço constante do SPLA e de outras forças opositoras ao governo do NIF e de Bashir, o que eventualmente causaria uma forte ruptura no governo, como veremos. Até aqui, já tratamos de muitos movimentos de guerra que consideramos importantes para o procedimento de nossa narrativa linear dos eventos políticos do Sudão. Não citaremos muitas operações, também importantes, para não desviarmos muito a atenção do nosso propósito, o leitor podendo recorrer às obras citadas na bibliografia para uma leitura mais aprofundada. Porém, antes de prosseguirmos, cabe aqui fazer uma pequena reflexão quanto ao formato do conteúdo até aqui apresentado. Optamos por seguir uma ordem cronológica de eventos para ilustrar os processos políticos em andamento no país; também optamos por nomear muitos dos principais atores dessa odisséia, podendo, por isso, transparecer uma ideia exagerada da agência dessas figuras públicas. Acreditamos numa agência compartilhada entre a concatenação de interesses e ações das elites, competitivas ou cooperativas, conforme os contextos e a pressão exercida

pela população internamente, e por uma também mutável comunidade internacional. Quando mencionamos alguém como John Garang, compreendemos se tratar do “campo” de John Garang, e não duvidamos da complexidade de redes e relacionamentos envolvidas nesse “campo”. Como nossa ideia aqui é dar justamente uma visão geral de um processo de longa duração, deixamos análises mais profundas das microestruturas de poder para futuros trabalhos, mesmo que isso dê um caráter excessivamente historicista ao texto.

Em março de 1997, com a chegada de mais uma estação seca, operações militares foram lançados pelo SPLA na região da Equatoria Central, com a conquista de diversos postos ocupados pelo governo, incluindo mais de 1800 prisioneiros de guerra. O governo também lançaria suas ofensivas, sofrendo derrotas no decorrer do mês tanto no sul quanto no Nilo Azul e nas montanhas Nuba. Campos de treinamento em Hamesh Koraib, construídos por Bin Laden e operados por um convênio com o governo iraniano, foram atacados ainda no fim desse ano por tropas de outro grupo do NDA, o *Sudan Allied Forces*, SAF, com a captura de equipamento militar iraniano. A situação continuaria a favor da oposição em abril, com as conquistas de Amadi, Lui, Mukungu e Kit por tropas do SPLA. Um batalhão de 600 homens do SSIA ainda fazia suas incursões em terras *dinka*, causando a morte de mais de 74 homens. O contra-ataque da milícia local do subgrupo *agar dinka* teria causado a morte de cerca de metade dos soldados do SSIA, que bateu em retirada em seguida. Em 21 de abril, Riek Machar, Kerubino Kuanyin Bol, Arok Thon Arok, acompanhados de outras lideranças sulinas do SSIM/A e independentes, assinaram um tratado de paz em Cartum, outro documento de dúbio valor, ainda mais com os avanços constantes do SPLA e NDA no território sudanês. Até o final de junho, a oposição havia conseguido tomar do governo dezenas de cidades e postos militares, sofrendo poucas perdas. Era essa a situação quando, no dia primeiro de julho, foi estabelecido um novo comando militar conjunto do NDA, com John Garang ocupando o posto de presidente e Abd al-Rahman Said, ex-tenente-general do exército sudanês, a vice-presidência.

Com as forças unidas do NDA agindo em várias partes do país, inclusive com forças do DUP e do Umma executando pequenas ações de guerrilha ao longo da fronteira entre Sudão e Eritreia, os poucos avanços do governo se concentravam em Bahr al-Ghazal. As forças SPLA-Bahr al-Ghazal, comandadas por Kerubino em aliança com o governo, se confrontaram com o SPLA na região no decorrer de julho, causando estragos

num padrão de captura e recaptura de povoados estratégicos. Mesmo que operações militares do SPLA-NDA ocorriam com crescente frequência em grande parte do país, o governo anunciava avanços do exército em aliança com guerrilhas *miseriyia*. Em agosto, começava a implementação do acordo de paz assinado em abril entre o governo e seis grupos “rebeldes”. O acordo fora assinado com pompa em Cartum, e apesar da ausência do SPLM nas negociações, foi bem recebido por um público sedento por paz (MADUT-AROP, 2006, p. 338).

Passados três meses da assinatura do acordo, foi implementado um Conselho de Coordenação do Sul, com Riek Machar ocupando o posto de presidente. Quatorze outros ministérios foram criados para incluir membros dos partidos signatários. De acordo com os termos do tratado, o Conselho seria responsável por governar a região pelos próximos quatro anos. Porém, no campo, a situação desfavorável não permitiria a real implementação do governo regional. De qualquer forma, Kerubino Kuanyin Bol, Faustino Atem e Arok Thon Arok foram incorporados ao exército sudanês no dia 23 de agosto, o primeiro como major-general e os outros como brigadeiros. Kerubino, cujas ações em Bor precipitaram a segunda guerra civil, havia abandonado mais de um grupo sulino, havia agido independentemente, e agora era incorporado ao Estado, completando um ciclo completo de deserções e alianças.

Em setembro, outra figura proeminente da política sulina aparecia em cena. Lam Akol, à frente do SPLM-*United*, o qual havia reassumido após a extinção do partido por Riek Machar, endossou o acordo de Cartum, sendo também incorporado no governo em cerimônia em Fashoda no dia 20. A época das chuvas havia chegado ao Sudão, e as forças em luta, impossibilitadas de seguir seus avanços, foram obrigadas a se retrair. Devido à situação climática, o NDA alegou ter sido forçado a interromper uma ofensiva que teria cortado a estrada entre Cartum e Porto Sudão, na costa do Mar Vermelho. Ao final do século XX no Sudão, e apesar do desenvolvimento tecnológico, os padrões de guerra ainda eram determinados pelo fluxo da natureza, e em território tão volúvel quanto o Sudão, era a estação do ano que ditava a estratégia militar.

E após mais de quinze longas temporadas de disputa, com poucas pausas, a guerra começava a ter um custo cada vez maior para o governo e sua sustentabilidade no poder. Desde o regime parlamentar de al-Mahdi, a estratégia do governo foi envolver milícias nas regiões fronteiriças com o sul para levar adiante suas ofensivas militares. Com o PDF, oficializou-se essa terceirização da atividade bélica, com a incorporação de tropas

mujahadin na folha de pagamento do Estado. Com al-Bashir no poder, o exército regular participou ativamente em várias ofensivas militares, e centenas de soldados perderam a vida guardando povoados e regiões estratégicas mal guarnecidas. Após anúncios de vitórias nos primeiros anos do governo Bashir, as derrotas sofridas com os avanços do SPLA-NDA nos últimos anos baixaram a moral do norte, já cansada de guerra. A crise nas forças armadas ficaria ainda mais evidente em outubro, quando, em uma tentativa de arrebanhar soldados para a *jihad* declarada, o governo decretou o alistamento obrigatório de indivíduos do sexo masculino entre 18 e 32 anos. Quem não se apresentasse perderia o direito de estudar nas universidades, abrir negócios ou viajar ao exterior (COLLINS, 2008, p. 247). Era um baque à classe média sudanesa, acostumada a assistir de longe a guerra e agora com mães preocupadas com a ida de seus filhos para o front de batalha. Com o país sofrendo para manter suas posições nas regiões ocupadas pelos grupos insurgentes, a região de Darfur era palco de outro conflito, a envolver o vizinho Chade, com o governo anunciando estado de sítio na região no dia 22 de dezembro.

No começo de 1998, o vice-presidente Al-Zubair Mohammed Salih anunciou que desertores do SPLA seriam integrados às forças armadas sudanesas. Após oficialmente incorporar o SSIM/A de Machar e outros grupos à sua folha de pagamento, o governo sudanês prosseguia com a estratégia de “paz de dentro” (JOHNSON, 2011, p. 121). A expectativa era de mais de 80 mil deserções na região de Bahr al-Ghazal. Apesar das campanhas do governo para legitimar um movimento pouco representativo de toda a região sul no poder, questões de disputa interna dificultavam a tarefa. A eleição de Taban Deng Gai como novo governador do Alto Nilo causou conflitos entre o grupo simpático à Deng Gai e milícias favoráveis ao candidato derrotado, Paul Lilli. Designados para proteger as concessões chinesas de petróleo em Bentiu, soldados sulinos do *South Sudan Defense Force* (SSDF), formado a partir das tropas do SSIA após a incorporação, trocaram tiros entre si, com um saldo de 38 mortos.

O ano começava, portanto, com disputas intestinas por poder para acompanhar o cenário generalizado de guerra civil. Ainda em janeiro, indignado com o posto de subordinado à Machar, oferecido pelo governo sudanês, Kerubino Kuanyin começou a preparar sua saída do governo, entrando em contato com John Garang (COLLINS, 2008, p. 247). Eles estabelecem um pacto e, no dia 29 de janeiro, Kerubino atacou Wau com uma força de dois mil homens. No contra-ataque do dia seguinte, o governo recuperou partes importantes da cidade, com a morte de centenas de cidadãos *dinka* e o

“desaparecimento” de quase 150 estudantes da Universidade de Wau. A batalha por Wau seguiria em fevereiro, com cada lado ocupando partes da cidade, com 80 mil refugiados devido à violência. Incapaz de ocupar uma cidade com artilharia pesada e defesas aéreas, as forças do SPLA comandadas por Kerubino foram obrigadas a se retirar. Após essa incursão, o movimento insurgente não mais faria ataques a cidades tão bem protegidas.

No dia 12 de fevereiro, um acidente aéreo abalou o país e causou consternação política em Cartum. O avião caiu em Sobat, perto de Nasir, ceifando a vida do vice-presidente Al-Zubair Mohammed Salih e de outros oficiais do governo sudanês, incluindo Arok Thon Arok. Um total de 25 pessoas morreram e outras 15 saíram feridas, incluindo o político sulino recém-incorporado ao governo, Lam Akol. Com a morte do vice, foi anunciado como seu substituto Ali Uthman Muhammad Taha, ministro das relações exteriores do NIF, que assumiu o posto ultrapassando o segundo vice-presidente George Kongor e o presidente do conselho do sul, Riek Machar. Ao fim do mês, Bashir havia sacado governadores de várias regiões sulinas e Kerubino havia deserdado, com Machar anunciando que continuava ativo o tratado de paz, com o exército e facções estabelecendo novos campos de treinamento e controlando milícias em locais de seu controle (JOHNSON, 2008, p. 210). Porém, em 5 de março, Paulino Matip abandonou o SSIM/A, formando o *South Sudan Unity Movement/Army* (SSUM/A) e mantendo o controle de amplo território em terras *nuer*, no estado de Unidade. Enquanto o governo se esforçava para implementar a “paz de dentro” e o país lamentava o acidente que matou o vice, aviões do *Organization Lifeline Sudan* (OLS) pousavam em Bahr al-Ghazal com comida e mantimentos após levantada a proibição do governo. Em meio à guerra e aos ataques às populações, roubo de gado e deslocamentos forçados, com colheitas passando desacolhidas, a ONU anunciou que cerca de 350 mil pessoas corriam perigo de inanição.

Com o país mergulhado em uma *jihad* contra diversos inimigos, o governo fazia o possível para arregimentar forças para o front de batalha. O recrutamento de jovens de classe média continuava em Cartum. No dia 2 de abril, cerca de 130 novos recrutas foram mortos pelo próprio governo após tentativa de fuga do campo militar Allafun, próximo a Cartum. Com soldados temerosos ou não dos campos de batalha, o governo era acusado pelo SPLM/A e o governo de Uganda de também arregimentar forças compostas por zairenses, ugandenses e sudaneses no parque nacional Garamba, na fronteira com Uganda, em mais uma demonstração da internacionalização do conflito e do recrutamento de forças estrangeiras por parte de Cartum. Enquanto isso, o SPLA, que havia conquistado

diversos territórios nos últimos anos, dava continuidade a prática de soltar os prisioneiros de guerra. Muitas vezes incapaz de os alimentar, o SPLA se via obrigado a deixá-los partir, com alguns optando por se juntar ao grupo insurgente e outros voltando ao norte. Vários foram soltos e alguns permaneceram presos.

Nos corredores parlamentares de Cartum, a distensão política prosseguia lentamente. No dia 28 de março de 1998, um projeto de constituição era elaborado pelo parlamento dominado pelo NIF. O documento consagrava as políticas do regime de Bashir e Turabi, com a *sharia* sendo mantida como fonte de toda legislação. No dia 8 de maio, a população sudanesa votava em um referendo que incluía um voto de confiança à Bashir, já há quase dez anos no poder, agora buscando a legitimidade do voto popular (COLLINS, 2008, p. 224). Com 96% de aprovação, o presidente via seus poderes aumentados, e os quadros do NIF celebravam a solidificação do Sudão como um Estado islâmico. Mas também em maio, o *Umma Liberation Front* começava suas operações no leste sudanês com um contingente de 400 homens, e as lutas seguiam em várias partes do território nacional. Tropas *rizaiqat* eram usadas para atacar vilarejos e campos de gado na região de Aweil, e, em Darfur, para lutar contra milícias *fur*, *zaghawa* e *masalit*.

Em terras *nuer*, conflitos entre as elites militares da região haviam se tornado comuns desde o *anya-nya II*, e, desta vez, Riek Machar pedia para o presidente Bashir prender Matip, a quem acusava de colaborar com o SPLM/A. Indisposto a entrar em conflito, principalmente considerando que as tropas de Matip protegiam a região dos campos de petróleo, Bashir se recusou a cumprir o pedido de Machar. Inconformado, Machar enviou alguns de seus guarda-costas para prender Matip, e tiros foram trocados em frente à casa deste, em Cartum. A ação não caiu bem com Bashir, que logo censurou Machar pela ação imprudente. As reprimendas de Bashir a essa atitude de Machar foram ignoradas por este, que considerava que, “como líder no sul do Sudão, qualquer sulino está sob sua jurisdição em qualquer lugar do país” (MACHAR, in JOHNSON, 2011, p. 211). As lutas entre as facções seguiriam em junho e julho. Em 9 de agosto, a polícia foi obrigada a intervir em um casamento em Omdurman para impedir conflitos entre simpatizantes de Matip e Machar.

No dia 20 de agosto, uma ação militar dos Estados Unidos teve como alvo a fábrica farmacêutica al-Shifa, em Cartum. A fábrica foi destruída por um míssil lançado pelo governo norte-americano, matando um funcionário e ferindo onze. O intelectual Noam Chomsky criticou o ataque, estimando que “dezenas de milhares de cidadãos

sudaneses morreram no Sudão com o corte no fornecimento de drogas necessárias”⁷¹. Oficiais dos Estados Unidos alegaram que a fábrica era usada para produzir armas químicas e era propriedade de grupos terroristas, porém, como de costume na elaboração de explicações para suas operações bélicas, sem apresentar provas contundentes. De acordo com Douglas Johnson, o ataque seria uma retaliação pelos bombardeios de embaixadas norte-americanas no leste africano. Mesmo com o lento processo de abertura política, o ataque norte-americano demonstrava que as relações exteriores do Sudão continuavam abaladas.

Em Bentiu, os conflitos continuavam entre grupos inimigos, com cerca de 400 mortes contabilizadas entre agosto e setembro. Disputas entre Matip e Machar continuaram até um cessar-fogo assinado em 30 de setembro. Em outubro, Laurence Lual Lual, que havia ocupado o lugar de Kerubino no controle do SPLA-Bahr al-Ghazal, anunciou que estava se filiando ao grupo de Matip após discordâncias com Machar. Na região de Equatoria, o SPLA continuava sua ofensiva, conquistando postos importantes e se aproximando de Juba. O exército ugandês, preocupado com as incursões do LRA em seu território e simpático ao SPLM/A, juntava tropas próximo à fronteira entre Sudão e Uganda. Diante dessas movimentações, o governo sudanês acusou Uganda e Eritreia de apoiar insurgentes sudaneses. Bombardeios da força aérea sudanesa seguiriam com constância na região próxima à fronteira desses países, com alvos incluindo o hospital de Wei e o campo de refugiados de Lobone. Já em Cartum, o governo suspendia as aulas, convocando todos os estudantes para o front de batalha.

De abril a maio de 1998, a clássica ofensiva de seca do governo nas montanhas Nuba havia sido mais fraca que em anos anteriores. Em julho, um cessar-fogo de três meses foi anunciado entre o governo e o SPLM/A, mas, em agosto, forças do governo bombardearam alvos nas montanhas Nuba, seguindo a não permitir a entrada do OLS na região. Em outubro, o cessar-fogo foi renovado, apesar das mobilizações estratégicas de ambos os lados. Após uma incursão tímida entre abril e maio, o governo preparou para novembro uma ofensiva massiva em quatro frentes com mais de dois mil soldados, causando destruição em alguns vilarejos e deslocando centenas de cidadãos.

⁷¹ A análise de Chomsky pode ser encontrada em: <http://www.samharris.org/blog/item/the-limits-of-discourse>. Acessado em 20 de outubro de 2015.

Ansiosos para reverter o desgaste nas relações com os vizinhos, o Sudão assinou com a Eritreia um memorando no dia 13 de novembro, com ambos países afirmando o desejo de reestabelecer relações amigáveis. Em dezembro, o anúncio da retirada de tropas etíopes de Kurmuk ajudava a reestabelecer as relações entre Sudão e Etiópia. Já a estratégia de “paz de dentro” alcançava poucos êxitos. Entre os dias 18 e 22 de novembro, devido aos contínuos conflitos entre as partes, o governo implementou o desarmamento dos seguranças dos comandantes do SSDF, incluindo Machar. A seguir, o batalhão do Alto Nilo desertou para o SPLA, mais um grupo a abandonar as hostes do governo e se juntar ao renascente movimento “rebelde”.

Em 8 de dezembro de 1998, o presidente Bashir assinava o Ato de Associação Política, permitindo a formação de partidos e coligações partidárias no país, desde que aceitassem a união de todo território sudanês em um Sudão federal, e com a aplicação da *sharia*, conforme a constituição aprovada em maio. Velhos partidos como o Umma e o DUP poderiam voltar à cena. O Umma veria surgir uma nova ala, *Umma Islamic Party*, liderada por Wali al-Din al-Hadi al-Mahdi e composta por membros mais conservadores do partido. Com a volta do multipartidarismo ao Sudão, vários partidos ressurgiriam, incluindo os comunistas, socialistas e até um Partido Verde sudanês. Apesar da permanência da *sharia* e da confirmação da unidade territorial do país, Riek Machar também se colocaria para disputar futuras eleições. Até Gaafar Nimiery seria recebido em Cartum e estaria apto a concorrer. Para acomodar-se às novas regras políticas, o NIF foi transformado no *National Congress Party*, NCP, juntando também figuras do Conselho Revolucionário de Bashir. Turabi habilmente havia assegurado sua posição como líder de uma nova Autoridade de Liderança composta por 60 membros leais a ele. De acordo com Robert O. Collins, “em um inteligente e hábil golpe de estado político, Hassan al-Turabi agora tinha o instrumento para reduzir drasticamente os poderes do presidente Bashir, de um lado, e assegurar o controle da administração civil, do outro.” (COLLINS, 2008, p. 226).

No primeiro dia de 1999, seguindo com a agenda da abertura política, Omar al-Bashir dissolveu os parlamentos, abrindo caminho para eleições gerais, marcadas para 2001. O ano começaria com movimentações em Cartum e diversos conflitos em campo. Prosseguiram as lutas entre governo e SPLA no sul, entre tropas do líder miliciano *nuer* Gatwik Gatwoth e tropas de Machar em Juba, entre milícias inimigas em Darfur e entre o governo e forças do Umma no leste, enquanto no estado do Nilo Azul, o governo era

incapaz de reconquistar povoados e pontos estratégicos perdidos nos anos anteriores. Diante desse cenário de múltiplos confrontos, o Conselho Nacional Sudanês de Igrejas, com o acrônimo inglês NSCC, em conjunto com o SPLA, promoveu em Wunlit uma conferência de paz envolvendo grupos *dinka* de Bahr al-Ghazal e *nuer* do Alto Nilo Ocidental. Dentre os termos concordados estava o fim do apoio do SPLA a disputas fronteiriças entre os grupos. O sucesso inicial da reconciliação *nuer-dinka* motivou a organização de outra conferência de paz em Waat a reunir grupos rivais *nuer*. A “paz de dentro” patrocinada pelo governo havia falhado, e diferentes grupos sulinos faziam esforços para resolver seus conflitos com a ajuda do SPLM/A. Em maio, tropas do SSDF em Akobo desertaram para o SPLA. Matip e Machar continuavam seus confrontos, agora pelo controle de Ler. A maioria das tropas de Machar, porém, já havia desertado para o SPLA. Até o fim do ano, a maioria *nuer* anunciava a ruptura formal com o governo e, em 2000, era revivido o *South Sudan Liberation Movement* (SSLM), “uma organização formalmente alinhada a ninguém” (JOHNSON, 2011, p. 125).

Em março de 1999, novamente apareceria em cena a figura de Osama bin Laden. Em sua guerra contra o LRA, o governo ugandês anunciava que o famoso milionário fundamentalista estava comprando do LRA crianças pelo custo de uma metralhadora *kalashnikov* por indivíduo, para serem usadas em suas plantações de *cannabis* e girassol ao norte de Cartum. Relações entre os governos de Uganda e Sudão permaneceriam estremecidas até o fim do ano, com os países renovando laços diplomáticos no dia 8 de dezembro, na continuação da política de regularização das relações exteriores com os vizinhos promovida pelo governo sudanês. Já as relações do país com o mercado internacional começariam a ter melhoras com o avanço na exploração da *commodity* viscosa do petróleo. Em abril, a empresa sueca Lundin Oil começou a perfurar poços em Ler. Em 21 de maio, os suecos anunciam a descoberta de um campo gigante de petróleo com até 300 milhões de barris em Thar Jiath. E no dia 30 de junho, inaugurava-se a primeira refinaria privada no país, pavimentando caminho para a exploração de petróleo.

Enquanto a indústria petroleira se instalava no Sudão, o trajeto entre Cartum e Porto Sudão sofria ataques da 1ª Brigada Unificada NDA-*Umma Liberation Army*. O avanço do grupo visava impedir o fluxo pela estrada estratégica que ligava a capital ao Mar Vermelho, tendo as tropas conseguido atingir Dar el Umda Hamid, chegando próximo à Kassala. Mesmo há anos sob o espectro da guerra, no dia 21 de abril, o governo do NCP, ex-NIF, recebia elogios da União Europeia por seu compromisso com a

democratização em encontro de direitos humanos da ONU em Genebra (JOHNSON, 2011, p. 213). A distensão política em andamento, mesmo que lenta e gradual, e notícias da entrada do Sudão no mercado do petróleo haviam causado boas impressões em alguns governos ocidentais. Em 2 de maio, outra demonstração de aproximação e abertura do governo ocorreu em Genebra, com o encontro entre cunhados e velhos inimigos políticos Sadiq al-Mahdi e Hassan al-Turabi. Ainda em abril, os governos sudanês e eritreu haviam assinado em Doha um acordo para deixar de financiar e apoiar os grupos insurgentes dos vizinhos. Em Trípoli, no dia 1º de julho, foi assinada pelo NDA, por iniciativa conjunta da Líbia e do Egito, uma declaração de princípios para a paz, em prol da unidade do Sudão.

No dia 27 de agosto, com o cheiro de petróleo no ar, o FMI reestabeleceu as relações com a República do Sudão, após o pagamento parcial da dívida sudanesa. No dia 30, o primeiro navio de petróleo sudanês partiu de Porto Sudão para o mercado internacional. A primeira venda de 600 mil barris garantiu ao governo US\$2.2 milhões. Com o petróleo fluindo da região sul-central do país, o Estado contava com o influxo de receitas para garantir o funcionamento da máquina pública e a continuação do esforço de guerra contra os inimigos em várias regiões do país.

Menos de 10 dias após a data inaugural da entrada do país no mercado internacional como exportador de petróleo, Kerubino Kuanyin Bol era morto por tropas de Peter Gadet fiéis a Paulino Matip. Morria mais uma figura ilustre das guerras sudanesas; alguém cujas lealdades e alianças são um desafio para qualquer interpretação simplista do conflito sudanês. No dia 19 de setembro, forças do NDA conseguiram explodir uma seção do oleoduto, próxima a Atbara, interrompendo o fluxo de petróleo da região dos campos à Porto Sudão. O SSDF, como mencionado anteriormente, abandonava o governo, com conflitos com o exército sudanês na região de Rubkona e Fangak.

Nos escritórios climatizados de Cartum, acirrava-se a disputa entre Hassan al-Turabi e Omar al-Bashir. Ameaçado pela proeminência crescente de Turabi, o presidente Bashir declarou em anúncio às forças do PDF “sua determinação em continuar os passos do RCC e continuar a salvar o povo sudanês de ‘desintegração e desunião’” (COLLINS, p. 226). Ainda em novembro, o presidente buscou a reconciliação com o NDA, após ter devolvido todos os bens tomados ao DUP e Umma, após o golpe de 1989. Turabi, por sua vez, ofereceu um encontro com o NDA em Meca, proposta negada por Ahmed ‘Utman al-Mirghani. Em outra tentativa de agregar forças na queda de braço com Turabi, Bashir

ofereceu em dezembro um jantar suntuoso para receber cerca de cem membros da assembleia e tentar convencê-los “da insensatez de Turabi em tentar enfraquecer os poderes da presidência” (COLLINS, 2008, p. 226). A gota d’água no conflito dentro do governo sudanês parece ter sido a proposta de Turabi para eleições diretas dos governadores, o que acabaria com a prerrogativa de Bashir na indicação dos candidatos. Além disso, Turabi propôs uma emenda que permitiria à assembleia remover o presidente com dois terços de votos. Porém, no dia 12 de dezembro, dois dias antes da assembleia nacional votar as emendas propostas por Turabi, tanques do exército cercaram o prédio legislativo, Bashir dispensou Turabi, dissolveu a assembleia e decretou estado de emergência (COLLINS, 2008, p.226; HOLT e DALY, 2011, p. 150). Estava consumada mais uma mudança radical na cena política do país.

2.3. O governo de Omar al-Bashir, parte 2: lenta distensão política e resoluções de paz (1999 – 2005)

Após o “golpe palaciano” de dezembro de 1999, os anos 2000 começavam no Sudão com um fortalecido presidente Bashir anunciando que o país “está em um caminho que leva a um Estado Islâmico” (JOHNSON, 2011, p. 214). A saída do poder de Turabi, o maior articulador da política sudanesa da última década, não significou, portanto, uma mudança de atitude em relação à ampla guerra civil na qual o país estava mergulhado. Turabi, mesmo deposto do poder, continuou ativo na cena política, e, em 24 de janeiro, quando o novo governo foi empossado em Cartum, com o NCP permanecendo no poder, muitos políticos do extinto NIF ficaram em cargos de destaque.

Com o petróleo gerando receitas históricas e ajudando o Estado sudanês a continuar financiando o esforço de guerra e a máquina de repressão interna, os grupos militares insurgentes não tardaram em atacar trechos do oleoduto, tão essencial ao escoamento do líquido viscoso. Em janeiro, um ataque bem sucedido do Congresso Beja conseguiu impedir o fluxo de petróleo por uma semana. A primeira metade do ano ainda seria marcado por mais ataques, com outro setor do oleoduto sendo explodido na região oriental no dia 2 de maio. Enquanto enfrentava esses atentados contra a infraestrutura do país, o governo reestabelecia relações diplomáticas com a Eritreia, com esta devolvendo o prédio da embaixada do Sudão, que estava sendo usado como quartel-general do NDA em Asmara. Em 6 de março, seria a vez da Etiópia, com o reestabelecimento de relações e a assinatura de um acordo prévio para cooperação entre os países nas áreas de segurança

e política, entre outras. No dia 14, passados pouco mais de cinco anos do atentado contra Mubarak, o Sudão reestabelecia relações diplomáticas com o Egito.

No sul, enquanto seu filho disputava o campeonato de basquetebol universitário norte-americano pela Universidade de Syracuse, Michael Wal Duany fundava, em 31 de janeiro, o *South Sudan Liberation Movement* (SSLM), retomando antiga sigla sulina. O grupo foi formado com o intuito de trazer paz e reconciliação para o Alto Nilo, preparando conferências nos moldes de Akobo, a qual Duany ajudou a organizar. Mesmo afirmando o desejo de trabalhar em proximidade com o SPLM/A, o novo grupo foi visto com desconfiança pelos partidários de Garang, o que diminuiu a eficácia de seus movimentos. Riek Machar, isolado após diversos atritos internos no sul e derrotas políticas em Cartum, e vendo suas forças se desintegrarem para a formação de novos grupos, abandonou o governo em fevereiro, afirmando ainda ter controle sobre suas tropas do SSDF. No mesmo mês, Peter Gadet conduziu sua milícia de volta às hostes do SPLA. A estratégia da “paz de dentro” adotada por Cartum se mostrava cada vez mais ineficaz, com o SPLM/A crescendo em número de soldados a cada nova deserção.

Diante de um cenário de estagnação, novas conversas patrocinadas pelo IGAD foram marcadas para 28 de fevereiro de 2000. Apesar do esforço dos interlocutores, as conversas falharam porque, novamente, o governo sudanês se indispunha a abrir mão da *sharia* em território nacional e se recusava a discutir a autonomia das regiões de Abyei, Cordofão do Sul e Nilo Azul. Com o crescente interesse do governo dos Estados Unidos nos assuntos sudaneses, o congressista da Florida, Harry Johnston, foi enviado para encontros com oficiais sudaneses em Cartum, no começo de março, para tratar da questão de direitos humanos. O gesto não foi bem recebido pelo governo sudanês, desconfiado das intenções da administração Clinton, que havia suprido o SPLM/A com milhões de dólares em armas não-letais (COLLINS, 2008, p. 239).

Mesmo com norte-americanos e vizinhos regionais, organizações não-governamentais e associações eclesíásticas buscando o caminho para a resolução dos conflitos no Sudão, a guerra continuava firme no novo milênio. Em 13 de março, após mais uma ofensiva nas montanhas Nuba, o governo anunciou a extensão do estado de emergência no país. Somente entre março e abril, cálculos do Crescente Vermelho⁷² estimavam mais de 200 mil refugiados internos e externos, sendo 160 mil somente no

⁷² Crescente Vermelho é uma instituição humanitária que funciona em associação com a Cruz Vermelha.

Estado de Kassala (JOHNSON, 2011, p. 214). Enquanto os insurgentes alvejavam trechos do oleoduto, o governo continuava seus ataques coordenados nas regiões ricas em petróleo para deslocar a população, “limpando” a área para a exploração das concessionárias.

Em 16 de março, líderes do Umma anunciaram a saída do partido do NDA, o que foi concretizado em setembro. Além da perda de sua base de operações na Eritreia, a lenta abertura política do governo enfraquecera o grupo, com alguns partidos se separando para gradualmente adentrar a cena política em Cartum. Enquanto o NDA enfrentava seus rachas internos, grupos de sulinos se reuniam entre 9 e 15 de maio em Lirlir, próximo a Bor, em outra conferência de paz patrocinada pela NSCC. Estiveram envolvidos diversos grupos sulinos, incluindo subgrupos *dinka* e *nuer*, além dos minoritários *murle*, *anuak*, *jie* e *kichepo*. O sucesso dessa abordagem *grassroots* para resolver os diversos conflitos decorrentes da guerra civil incentivou novo encontro em Wanyjok, na região oriental de Aweil, entre lideranças *dinka*, *rizaiqat* e *misseriyya*, o que ajudou a resolver questões de direito de pastejo e uso de terras.

O encontro de grupos locais para resolver problemas locais parece não ter ficado restrito à região sul, como sugerem eventos a ocorrer em Darfur nos anos 2000. Começamos com a publicação e difusão de um livro polêmico, sem autor, fruto da compilação de extensa pesquisa de campo de membros do *Justice and Equality Movement* (JEM), partido *darfuri* com raízes no NIF de Turabi. O Livro Negro, como veio a ser conhecido, demonstrava com abundância de dados, as desigualdades do país na distribuição de poder e riqueza. Com gráficos demonstrando a porcentagem da população de cada região do país e a ocupação de cargos administrativos e militares por nativos de cada região, o livro pintava um mapa étnico da distribuição de poder no Sudão. Os dados compilados correspondiam a vários períodos da história sudanesa, começando em 1964 e passando pelas diversas fases de sistemas políticos do país. O que o livro demonstrava com precisão era a predominância de grupos do norte na liderança da política, exército, mídia e economia do país. O que o livro confirmava era “o que John Garang havia argumentado durante anos: que o Sudão era governado pelas três tribos do Vale do Nilo, *shaiqiyyia*, *ja'alliyyin* e *danaqla*” (NATSIOS, 2013, p. 132). Os três grupos, que juntos

compreendiam pouco mais de 5 por cento da população sudanesa, ocupavam mais de 70 por cento dos cargos de poder. Sobre a importância do livro para o debate da construção de uma identidade sudanesa, o doutor em Antropologia, Abdullahi Osman El-Tom, nos diz:

A potência do discurso defendido no Livro Negro está embutida em uma política da diferença, expressa em uma realidade econômica caracterizada pela desigualdade e injustiças sociais. Ela sinaliza uma mudança na conceptualização sudanesa de sua realidade política de uma noção abstrata de diferença, baseada em clivagens culturais e étnicas, a diferenças tangíveis, projetadas na tarefa inquietante de escolher entre definições concorrentes do que informa a gênese da identidade coletiva sudanesa, se essa identidade comum alguma vez existiu. (EL-TOM, 2003, p. 25)

O Livro Negro, portanto, revelava com dados precisos a desigualdade reinante no Sudão, e se os dados forem levados a sério, podemos afirmar que, herdeiros da máquina colonial, os grupos do Vale do Nilo mantiveram-se no comando do país em detrimento político e econômico das demais regiões, pseudocolônias a explorar. Enquanto a polémica publicação era clandestinamente distribuída no país, Hassan al-Turabi fundava em 27 de junho o partido *Popular Congress Party* (PCP), a rivalizar com o NCP de Bashir. Não tardaria para que o partido novo mostrasse seu alcance com a organização de diversas manifestações em várias cidades, como El Fasher, Nyala, El Obeid, Umm Ruwaba, Kost, Sennar, Wad Medani, Qadarif, Porto Sudão e Atbara.

No dia 30 de junho, com a guerra em andamento e ofensivas do exército, do SPLA e de milícias ao leste, o governo anunciou que as receitas do petróleo estavam possibilitando a produção de armas no país. Em outubro, Bashir revelaria a existência de uma fábrica de armamentos construída com a ajuda do governo do Iraque. Quanto mais petrodólares entravam no país, maior era o esforço do governo em manter suas posições militares nos múltiplos terrenos em disputa. Em julho, tropas de Riek Machar e Peter Gadet, em cooperação com o SPLA, entraram em conflito com tropas de Paulino Matip, próximas aos campos de petróleo, cuja proteção era essencial ao governo. Entre julho e agosto, o SPLA fazia ofensivas bem-sucedidas no norte de Bahr al-Ghazal, conquistando povoados e destruindo estradas e pontes. O governo, porém, após recuo inicial, voltaria a retomar a região em outubro, com a reconstrução das pontes destruídas. Após a retomada pelo governo, parte do SPLM/A criticou a estratégia de enviar tropas para o leste do país, afirmando a dificuldade do movimento em sustentar uma estratégia em várias frentes (JOHNSON, 2011, p. 215).

Além da crescente dificuldade do SPLA em enviar tropas para a região leste, a Brigada Novo Sudão sofreria várias baixas após ofensiva do governo em Hamesh Koraib no mês de novembro. O contra-ataque da milícia em Kassala, nos dias 8 e 9 de novembro, resultou em lutas ferrenhas entre o grupo e o exército. Apesar de manter suas tropas ativas, o fim da ajuda eritreia ao NDA enfraquecera em muito o movimento, e, após a saída do Umma em setembro, al-Mirghani concordaria em encontrar com Bashir para conversas de paz. Em 23 de novembro, Sadiq al-Mahdi desembarcava novamente em Cartum. Com suas posições melhoradas no leste do país, o que facilitava a proteção do oleoduto, o governo sudanês colocava em ação os planos para expandir sua indústria petrolífera. Em 23 de novembro, a CNPC, companhia de petróleo dos Emirados Árabes, a Gulf Oil, de Catar e a estatal sudanesa Sudapet formaram um consórcio para explorar os campos de Adar. Em dezembro, as eleições gerais anunciadas após o “golpe palaciano” e boicotadas pelos partidos de oposição, incluindo o PCP de Turabi, eram realizadas, com Bashir sendo reeleito presidente, mesmo com o baixo número de votantes.

Com Bashir novamente empossado como chefe de Estado da República do Sudão, o ano de 2001 começava com novas ofensivas de temporada de seca. Em janeiro, tropas do PDF e *Murahalin* atacaram regiões no norte de Bahr al-Ghazal, com o governo incentivando a ocupação de terras despovoadas por árabes *baqqara* (JOHNSON, p.215). Os avanços também se seguiram nas montanhas Nuba e no Alto Nilo, com o exército conquistando a cidade de Ayod. Sem Riek Machar na folha de pagamentos do Estado, o posto de presidente do Conselho do Sul seria ocupado pelo coronel James Gatluak. Sulinos ainda eram incorporados em número simbólico a cargos na administração pública e no exército, mas a “paz de dentro” agora também era desafiada pelo PCP de Turabi. Em 19 de fevereiro, o partido assinou um memorando em Genebra, afirmando estar trabalhando por um sistema democrático, por paz e por um governo federal para o Sudão. Diante de mais essa ameaça interna, Turabi e outras lideranças do PCP foram presos em Cartum. Em março, Sadiq al-Mahdi e Ahmed al-Mirghani assinaram um documento em Cairo clamando pela retomada do diálogo líbio-egípcio. Em 6 de julho, a Iniciativa Líbia-Egípcia (ELI) lançaria um novo documento, com nove pontos para a paz, dentre eles a descentralização, a manutenção de um Sudão Unido e um imediato cessar-fogo, mas sem mencionar a questão da religião nem tratar do grau de autonomia regional que seria concedido às regiões em conflito.

Pouco antes da iniciativa líbia-egípcia, o congresso norte-americano votava favoravelmente ao *Sudan Peace Act*, barrando firmas estrangeiras de investir no Sudão. A paz, apesar das conversas, permanecia distante, como afirmava o vice-presidente Taha em agosto de 2001. “Seja através do ELI ou do IGAD, qualquer um que acredita que o governo aceitará uma paz que dilua o Islã está louco” (JOHNSON, 2011, p. 216). Em 6 de setembro, a administração Bush indicou John Danforth como enviado especial ao Sudão. A missão de Danforth começaria em 13 de novembro, com outros encontros em Cartum sendo realizados em janeiro do ano seguinte.

No dia 9 de setembro de 2001, fundamentalistas islâmicos vinculados à Osama bin Laden sequestraram quatro aviões civis nos Estados Unidos. Dois foram lançados contra os prédios do *World Trade Center* em Nova York e um atingiu o Pentágono, sede do exército norte-americano em Washington. O outro voo foi derrubado enquanto cruzava o estado da Pensilvânia. O que ficaria marcado como provavelmente o maior atentado terrorista na História, cujo forte impacto continua a ter consequências para a geopolítica mundial, causou profundas mudanças no Sudão e na relação do país com os Estados Unidos. Logo após os ataques, o governo sudanês começou a trabalhar com a CIA e o FBI para encontrar redes “terroristas” no país. A *Sudan Peace Act* seria abandonada no dia 25 de setembro, e o Sudão considerado um aliado importante na “guerra contra o terrorismo”. No dia 28, as Nações Unidas retiravam as sanções diplomáticas ao Sudão. Já tendo sido considerado um Estado pária por seu envolvimento com grupos fundamentalistas islâmicos, agora o Sudão se alinhava aos Estados Unidos para caçar os fundamentalistas em seu país, em outra reviravolta da política externa sudanesa.

No sul, os conflitos sectários eram cada vez mais raros, com Taban Gai Deng convencendo Peter Gadet e seu xará Peter Paar a cessarem suas lutas no Alto Nilo Ocidental. O sucesso da intermediação de Gai Deng foi tanta que Paar, comandante do SPDF, e Gadet assinaram um acordo para mesclar suas tropas em fevereiro de 2002. Antes, no dia 7 de janeiro, um acordo estabelecido em Nairobi marcava a volta de Riek Machar ao SPLM/A. Tendo sido um dos principais articuladores do golpe fracassado de Nasir em 1991, agora Machar era reintegrado por Garang no partido com o cargo de vice-presidente. Além de Garang e Machar, a nova articulação dos cargos do SPLM/A

mantinha nas posições de maior importância Salva Kiir Mayardit, Gordon Muortat Mayen, James Wani Igga e Kuol Manyang Juuk.

Desde outubro de 2001, as ofensivas do governo na região dos campos de petróleo continuaram com intensidade, com lutas em janeiro nas localidades de Nhildiu e Bentiu. No dia 22, a empresa sueca Lundin suspendia suas operações na região por causa de ataques do SPLA e do SPDF. Em 24 de janeiro, um comboio do governo enviado para assegurar Pultuni, perto das plataformas de petróleo da Lundin, foi emboscado por tropas de Peter Gadet. Em fevereiro, as lutas seguiriam com intensidade na estrada entre Bentiu e Ler. Nas montanhas Nuba, um cessar-fogo foi assinado na Suíça em 19 de janeiro entre a facção local do SPLA e o governo. O líder *nuba* Yusuf Kuwa havia morrido de câncer no ano anterior, e seus compatriotas estavam sedentos por paz após décadas de conflito na região. No dia 31 de janeiro, foi assinado um acordo de paz entre *ngok dinka* e *misseriya* da região de Abyei. A Declaração de Abyei, mediada por UNDP, União Europeia e Holanda, estabelecia o uso comum para pastejo das terras entre os grupos.

Em janeiro de 2002, apesar dos acordos para auxílio na luta contra células “terroristas” no país, as relações entre Sudão e Estados Unidos permaneciam estremecidas. Em visita à Cartum, o enviado-especial John Danforth afirmava que a independência seria negativa para o sul e o que o Sudão deveria permanecer um Estado Islâmico. No dia 20 de fevereiro, um ataque aéreo do exército sudanês ao campo de alimentação da ONU em Bieh causou repreensão por parte do governo norte-americano. No dia seguinte, o Sudão admitia a autoria do ataque, comparando o incidente com as mortes acidentais de civis causadas pelo exército norte-americano no Afeganistão. No final de abril, o relatório de Danforth foi entregue ao presidente Bush, afirmando contrariedade a um Estado secular e à independência do sul, com um modelo de distribuição de riquezas, especificamente o petróleo, sendo rejeitado pelo governo sudanês.

Pauta principal dos debates envolvendo a economia do país, o petróleo era também causa do acirramento dos conflitos na zona sob as quais estava estocado grande volume do “ouro negro”. Com o ocidente ciente das incursões militares para remover a população local das áreas dos campos de petróleo, a empresa canadense Talisman Energy Corporation, que havia comprado um quarto das concessões de petróleo sudanês em 1998,

começava a sofrer críticas internas quanto à leniência da empresa em relação aos ataques. No dia 25 de fevereiro de 2002, a Talisman e o governo sudanês eram processados penalmente nos Estados Unidos. No dia seguinte, o CEO da empresa divulgou uma nota reprimindo o exército sudanês pela morte de não-combatentes. Como decorrência do escândalo e a queda de preços do petróleo no mercado internacional, a Talisman sofreu uma perda de 82 por cento no faturamento de 2002. Em 30 de outubro, foi confirmada a venda da parte da Talisman no petróleo sudanês para a estatal indiana Oil & National Gas Corp. Através do petróleo, o Sudão tornava-se parceiro dos governos chinês, indiano e malaio, diversificando suas relações econômicas mundiais. Em fevereiro de 2002, a União Europeia concordou em importar açúcar do Sudão, ajudando a tornar ainda mais favorável a balança comercial do país.

Em 2002, enquanto grupos menores continuavam a se juntar ao SPLM/A no sul, conversas de paz começavam a esquentar entre governo e o movimento insurgente sulino, com a assinatura de um tratado mediado pelos Estados Unidos no dia 10 de março para proteger civis. Em março, os conflitos entre o exército de Uganda e o LRA continuavam intensos, com o Sudão permitindo a entrada de tropas ugandenses para ações em território sudanês no dia 13. Enquanto as negociações de paz eram discutidas em salas climatizadas, com a participação ativa dos Estados Unidos, o governo continuava suas ofensivas no Alto Nilo e Bahr al-Ghazal, retomando Quissan no dia 30 de maio. Os conflitos seguiriam nos próximos meses, com o SPLA tomando Kapoeta no dia 9, o governo tomando Mankein e Gogrial nos dias 20 e 29, respectivamente e o SPLA tomando Jabal Lafon no dia 14 de julho. Em meio a conflitos em campo no sul e críticas à política sudanesa da administração Bush no congresso e senado norte-americanos, um encontro pela paz marcado para Nairobi no dia 17 de junho era transferido para o dia seguinte em Machakos.

Desse encontro frutífero mediado pelo presidente queniano Moi e pelo IGAD, surgiria um documento assinado pelo governo e pelo SPLM/A em 20 de julho de 2002. O Protocolo de Machakos, como ficou conhecido, providenciaria “um *framework* através do qual um tratado de paz podia ser forjado” (MADUT-AROP, 2006, p. 404). No dia seguinte à assinatura do protocolo, o governo sudanês assinou documento separado com o SSLM, que havia ficado de fora das conversações, mas mantinha influência em extenso território do Alto Nilo e de Jonglei. Em 26 de junho, o polêmico líder sulino Lam Akol se juntaria a Machar e também abandonaria o governo para voltar ao SPLM/A, deixando o que sobrara do SPLM/A-*United* rumo à extinção. Enquanto o SPLM/A tornava-se uma

força cada vez mais coesa, a representar o sul quase integralmente, as conversas de paz continuavam em Machakos. E, no dia 27 de julho, John Garang e Omar al-Bashir se encontraram pela primeira vez para conversas pessoais em Kampala, Uganda.

Apesar da aproximação entre os inimigos e principais lideranças do país e dos esforços de diversos atores em prol do fim de hostilidades, as batalhas continuavam em campo. Após o governo retomar Jabal Lafon e o SPLA conquistar Torit, o governo suspendeu as conversas de paz no dia 2 de setembro. Tendo perdido novamente Torit no dia 8 de outubro, o SPLA concordou em cessar hostilidades, e as conversas foram retomados no dia 16 de outubro. Com o seguimento das conversas previstas para o início de 2003, o fim do ano foi de relativa calma no Sudão, com uma ofensiva do governo nos campos de petróleo sendo posta em prática apenas em 31 de dezembro de 2002, e a cidade de Ler sendo conquistada em janeiro. Enquanto seguiam as conversas de paz entre governo e SPLM, diminuindo os conflitos no sul, a tensão em Darfur aumentava, conforme anúncio da Anistia Internacional do dia 21 de fevereiro (JOHNSON, 2011, p. 218). No dia 26 do mesmo mês, o grupo *Darfur Liberation Front* tomou a cidade de Golo, no norte de Darfur. O grupo mudaria de nome no dia 14 de março para *Sudan Liberation Movement/Army* (SLM/A).

O norte-americano Andrew Natsios, que esteve em Cartum em julho de 2001 através da *USAID* para campanhas de ajuda humanitária, fora impedido pelo governo de acessar as montanhas Nuba, mas pôde visitar Darfur, reunindo-se com lideranças do governo na região. Em livro lançado em 2012, Natsios afirma que, enquanto geralmente se considera fevereiro de 2003 o início da rebelião, data em que foi anunciada pelos insurgentes, ela teria tido início em 21 de julho de 2001, com o pacto estabelecido por lideranças *fur* e *zaghawa* sob o Corão “para resistir ao movimento supremacista árabe se espalhando através de Darfur” (NATSIOS, 2013, p. 135). O Livro Negro havia posto luz nos problemas históricos da região, e agora, nesse contexto de polarização étnica, as três principais tribos africanas de Darfur, *fur*, *masalit* e *zaghawa* haviam se juntado para lutar contra as tropas *janjaweed* árabes do governo. Em 2003, o conflito estava conflagrado.

Dos pontos de partida dessa nova guerra, que se iniciava enquanto se esfriava a outra ao sul, a captura do major-general da força aérea, Ibrahim Bushra, em abril de 2003 marcou um momento crucial. Entre abril e outubro, as batalhas entre o governo, SLM/A e JEM se intensificaram, com ataques coordenados aéreos, de milícias árabes *janjaweed* e do exército regular sudanês destruindo vilarejos e causando um enorme êxodo

populacional de cidadãos *darfuris*. Ainda de acordo com Natsios, a força aérea sudanesa sofreu as maiores derrotas de sua história, perdendo 34 das 38 batalhas contra os insurgentes. E esse desastre no campo de batalha havia levado o governo a adotar políticas linha-dura contra os insurgentes (NATSIOS, 2013, p.139). Cerca de 100 povoados seriam destruídos e até o fim do ano, havia mais de 700 mil refugiados internos e 10 mil em acampamentos improvisados no Chade (JOHNSON, 2011, p. 218).

Até o fim do ano, todas as tentativas de estabelecer conversas entre os insurgentes unidos de Darfur e o governo fracassaram, incluindo reuniões em Chade. Já as conversas entre governo e SPLM/A avançavam a passos largos. Em setembro, John Garang e o vice-presidente Muhammad Taha se encontraram para conversas diretas em Wuenia, chegando a um comum acordo para tratar de questões de segurança enquanto continuavam as negociações. Em novembro, o governo e o NDA também se reuniram em apoio ao processo de paz. Enquanto Darfur se tornava palco de batalhas sangrentas, a guerra ao sul e os conflitos no leste encaminhavam-se para uma iminente conclusão. Em Cartum, Hassan al-Turabi foi solto da prisão domiciliar em outubro de 2003, mesmo mês em que Lam Akol era oficialmente reintegrado ao SPLM/A. Não tardaria para Turabi ser preso novamente. Acusado de tramar um golpe de Estado, foi enjaulado no dia 31 de março de 2004.

Com a situação amenizada por um raro cessar-fogo, cumprido pelos dois lados, 2004 começava com avanços nas negociações de paz entre governo e SPLM/A. No dia 7 de janeiro, as partes finalmente concordaram em um acordo sobre partilha de riquezas, admitidamente o petróleo extraído no centro-sul e exportado pelo Mar Vermelho, ao norte. Enquanto progredia a diplomacia, o governo lançava uma ofensiva na região do reino *shilluk*, que passara de mãos várias vezes durante a guerra e agora não estava em mãos nem do governo, nem do SPLM/A. Até março, a incursão causara 75 mil refugiados na região. Enquanto isso, Omar al-Bashir declarava que a ordem havia sido restaurada em Darfur, em mais uma tentativa aparente de melhorar sua imagem aos olhos de uma população cansada de guerra. Apesar do anúncio, as lutas continuaram, com o SLM/A sendo aceito como membro do NDA em março, o que fez colapsar as conversas entre NDA e governo. Diante da situação já rotulada de desastre humanitário, um cessar-fogo

foi assinado entre JEM, SLM/A e governo no dia 8 de abril, com o bloco africano da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas se comprometendo a participar do processo. No fim de abril de 2004, foi anunciado que observadores militares da União Africana seriam enviados a Darfur, e, em maio, o número de refugiados ultrapassaria a marca do milhão. Apesar da trégua anunciada, bombardeios aéreas na região continuariam no mês de junho, quando observadores da União Africana se estabeleceram em Darfur.

Em junho, John Garang acusou o governo de perpetrar ataques contra alvos do SPLA no Alto Nilo e ameaçou cortar as negociações caso não fosse respeitado o cessar-fogo. Com o aparente fim de hostilidades, Garang e Taha reafirmaram o compromisso com o processo de paz. Presente em inúmeras mesas de negociação, entre agosto e setembro de 2004, o governo sudanês voltava a Abuja, desta vez para conversas visando resolver o conflito em Darfur. Após três meses tentando chegar a um acordo inicial, as conversas colapsaram no dia 17 de setembro. Com a questão do sul sendo resolvida diplomaticamente, Darfur tornou-se o foco militar de um governo altamente militarizado. Até dezembro, outras quatro rodadas de conversas em Abuja fracassariam, com a União Africana expandindo suas operações na região.

E após mais um ano de relativamente poucos conflitos entre governo e SPLM/A, no dia 9 de janeiro de 2005, Muhammad Taha e John Garang assinaram o Acordo Compreensivo de Paz (CPA), pondo fim ao conflito de mais de duas décadas. Nos termos do acordo, seria criado um governo autônomo do Sudão do Sul por um período transitório de seis anos, após o qual seria realizado um referendo no qual os sulinos decidiriam por um Sudão unido ou pela independência em um Estado separado. O CPA também tinha provisões lidando com a desmilitarização do sul e a evacuação de soldados do exército para o norte. Referendos para as montanhas Nuba, Abyei e Nilo Azul seriam marcados para data futura, sendo que até hoje o status dessas regiões permanece não resolvido. Além de provisões práticas, o CPA também instituía um sistema bancário dual, com o governo sulino passando a ter moeda própria, além de bandeira, hino e demais símbolos nacionais.

Enquanto isso, no leste do país, demonstrações *beja* eram interrompidas violentamente pela polícia, com um saldo de 20 mortos. Diante desse cenário, com paz no sul e repressão na sua região, lideranças do Congresso Beja, *Rashaida Free Lions* e o JEM formaram a Frente Oriental, visando continuar a oposição ao governo central. Em

abril, uma conferência de doadores em Oslo arrecadou mais de 4 bilhões de dólares para ajudar na reconstrução do Sudão do Sul e, em junho, a Corte Internacional começou suas investigações sobre as atrocidades cometidas em Darfur. Com a quinta rodada de conversas sendo realizadas em Abuja e a Frente Oriental começando suas operações no leste, o NDA e o governo assinaram novo acordo de reconciliação. Em 5 de julho, representantes do governo, JEM e SLM/A assinavam um acordo de princípios para pôr fim ao conflito em Darfur.

Este capítulo terminaria aqui, com o “batalhar e conversar” da política sudanesa ainda em perene movimento, e a história do futuro poderia ser contada sob a lógica da continuidade. No dia 9 de julho de 2005, John Garang foi empossado vice-presidente do Sudão e Presidente do Governo Provisório do Sudão do Sul. Recebido como herói nacional em Cartum, a figura controversa do grande líder sulino, que ajudara a precipitar a guerra e agora assinava a paz, não ficaria muito tempo no poder. No dia 30 de julho, menos de um mês após assumir seu novo posto, o helicóptero que transportava o vice-presidente chocou-se nas montanhas Didinga a quinze minutos de seu quartel-general em Chukudum. Não houve sobreviventes.

CAPÍTULO 3

Notas e reflexões sobre aspectos da formação do Estado sul-sudanês

3.1. Do Sudão Independente ao Sudão do Sul. Notas sobre a fragmentação de um Estado pós-colonial

Estados surgem e se desintegram, cada um a seu tempo. E dos fragmentos da desintegração nascem novos. O caso da República do Sudão é bastante ilustrativo desse fenômeno e da fragilidade de um Estado cujo projeto nacional redundou no fracasso final: a separação de uma parte considerável de seu território. Não há na História começos específicos fáceis de delimitar, então, para escaparmos ao máximo da inevitável armadilha do olhar retrospectivo, começemos esse capítulo em 1954, ano dos eventos que consagraram a independência do Sudão, até então território colonial administrado por um condomínio entre as coroas egípcia e britânica.

Sentimentos nacionalistas já ecoavam há no mínimo duas décadas entre membros da elite sudanesa e de uma classe estudantil incipiente⁷³. Porém, sem ignorarmos a importância de um movimento interno pela independência do Sudão e o contínuo agregar das forças políticas locais no destino do país, então colônia, mas cremos que foram eventos ocorridos no Egito que precipitaram o fim do condomínio. A revolução de 1952 dos “oficiais livres” liderados por Nasser que provocou a queda do rei Faruk I logo pôs fim à presença britânica no país. Esse novo cenário, consolidado em 1954, teria efeitos profundos para a independência do Sudão e principalmente sobre a forma como se daria essa independência. Nos termos acertados entre o colonizador que se retirava e os representantes do novo país a surgir estavam uma política de “sudanização”, com a remoção dos britânicos e egípcios dos cargos oficiais. O status do Sudão e sua ligação com o vizinho Egito ao norte ainda seria tema de debate nas próximas décadas. Em 1954, optou-se pela independência total, descartando uma união com o vale do Nilo. Dos 800 cargos “sudanizados”, apenas seis foram alocados a sul-sudaneses⁷⁴. Esse novo Sudão, sem a presença dos sulinos e de outras regiões mais afastadas do chamado “triângulo

⁷³ Ver caps. 2.4 e 2.5

⁷⁴ Ver pgs. 60-63

árabe⁷⁵, pode nos ajudar a explicar o motivo pelo qual, antes mesmo de formalizada a independência, o país já se encontrava em vias de uma guerra civil.

Feita essa breve introdução, pretendemos aqui analisar alguns fatores que ajudam a explicar o fracasso do Estado do Sudão em se manter coeso, concretizada a independência do Sudão do Sul em 2011. Defendemos a ideia de que esse fracasso se deveu principalmente à incapacidade das lideranças sudanesas no decorrer desse longo período em desenvolver um Estado que respeitasse as enormes diferenças regionais. As elites no poder, representativas do “triângulo árabe”, incorporando a ideia racista⁷⁶ de uma superioridade “árabe” em relação ao “africano” e construindo um projeto nacionalista baseado na expansão do islamismo às áreas não islâmicas e do árabe como língua nacional, provocaram a inconformidade de ampla parcela da população e a consequente revolta na região sul e, posteriormente, Darfur, onde a questão árabe x africano era importante, dado que os grupos conflitantes eram majoritariamente muçulmanos. cremos ser fundamentais muitos dos fatores considerados mais importantes por especialistas no assunto, como a periferização política e econômica dos sul-sudaneses e de Darfur (JOHNSON, 2011, p. 9), mas esses devem ser entendidos como consequência da reprodução de um “paradigma da diferença” profundamente enraizado na sociedade sudanesa. Em outras palavras, as decisões tomadas em 1954, que resultaram na criação de um só Estado, agregando uma diversidade de povos cujos laços foram construídos com históricas divergências e desconfiança, foram o estopim para o conflito que duraria meio século. O imenso Estado que surgiu, reunindo em seu território grupos étnicos com diferentes línguas, costumes e religiões, bem poderia representar uma união pan-africana a conectar o norte islâmico e o sul animista, mas esse projeto nunca existiu na mente daqueles que ocuparam as posições de poder. O projeto posto em prática fracassou. E esse fracasso não se deve a uma suposta incapacidade de convivência entre esses diferentes povos, mas é consequência do olhar estreito das elites que reproduziram internamente

⁷⁵ Como mencionado anteriormente, o “triângulo árabe” é uma região geográfica do Sudão situada no Vale do Rio Nilo e delimitado por Porto Sudão ao leste, Dongola ao norte e Sennar ao sul, com o centro na capital Cartum.

⁷⁶ O racismo presente nas relações entre sudaneses e sul-sudaneses não está atrelado tanto à dicotomia branco x negro quanto a uma diferenciação árabe-sudanês x afro-sudanês. Essas classificações são difíceis de delinear e devem ser interpretadas com cuidado. Porém, considerando que muçulmanos sudaneses possuem um tom mais escuro de pele que árabes do Oriente Médio e da Península Árabe, podemos afirmar que o racismo no Sudão não se apoia naquela dicotomia branco x negro, mas existe e persiste com outra esfera de classificação racial, representada por uma dicotomia norte x sul. Um norte supostamente culto, literato, herdeiro de uma rica herança civilizacional árabe em contraposição a um sul supostamente primitivo, atrasado e analfabeto, um povo de escravos, na visão do racista.

uma lógica racista colonial, mantendo inferiorizadas política e economicamente grande parte do país. Elites essas que também relegaram ao segundo plano quem não se conformasse à imagem proposta de um ideal cidadão sudanês: no caso, muçulmano, “árabe” em contraposição a “africano”, como se a negritude dessas elites fosse embranquecida pelo mito da ligação genética com o Oriente Médio (GARANG, 2013, p. 3).

Tanto quanto as relações coloniais perpetradas pelos impérios europeus estiveram fundamentadas em um “paradigma da diferença”, ou pelo “complexo de autoridade” do homem branco, de acordo com Frantz Fanon⁷⁷, as relações estabelecidas após a fundação da República do Sudão mantiveram essa lógica, dessa vez com a imposição de uma “cultura árabe” e a inferiorização racial do “negro animista” ao sul, além das populações periféricas da capital Cartum e de Darfur, ao oeste. Essa mitificação que fez do sul-sudanês um estrangeiro em seu próprio país, alguém sem ampla cidadania, ainda vinculado ao recente passado das relações entre um norte escravagista e um sul fornecedor de escravos, é a base das políticas que relegou o sul a uma condição periférica.

Se considerarmos que as vozes das lideranças do sul foram completamente ignoradas nas negociações de 1954 pelos termos da independência, podemos ter uma ideia do caminho que viria a seguir. Seguindo a cartilha de um nacionalismo árabe apoiado no sucesso da revolução de Nasser no Egito, o sul foi incorporado ao novo Estado como se fosse o apêndice natural de uma nação “árabe”, a fornecer o espaço vital e a mão de obra para a expansão do Islã rumo ao sul da África. Mesmo governos mais laicos, dos vários que surgiram em golpes e revoluções no decorrer da história do país, não foram capazes de estabelecer um vínculo de união nacional a agregar as diferenças étnicas, culturais e religiosas do país⁷⁸; em outras palavras, aqueles que ocuparam o poder no Sudão desde sua independência até seu esfacelamento em 2011 pouco chegaram a cogitar um Estado

⁷⁷ Fanon explica sua noção de “complexo de autoridade” ao tratar da relação entre o europeu e seu “outro” construído. Acreditamos que o conceito também possa ser usado no caso do racismo praticado no Sudão. De acordo com Fanon, “através do complexo de autoridade, justifica-se a sujeição de outros grupos humanos, nascendo também a necessidade de classificação e hierarquização dos mesmos em ‘raças’ ou etnias. A partir desta demanda, segundo Fanon, é criada a idéia do ‘negro’, pela dicotomia com o branco. [...] Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado” (FANON, 2008, p. 90)

⁷⁸ O tratado de paz de Addis Abeba foi uma tentativa neste sentido, mas seus termos acabaram, em última instância, desrespeitados. Ver caps. 2.5 e 2.6.

que não fosse baseado em premissas do Islã. Isso se deve em grande parte à forte interligação entre grupos religiosos e partidos políticos no país. Mesmo no período entre guerras, de 1972 a 1983, quando um sistema federativo foi colocado em prática, as elites do norte sempre mantiveram a mão na maior fatia das riquezas e tiveram mais voz política, em detrimento das elites que representavam os povos do sul. E esse desfavorecer crônico do sul em muito se deve, em nossa opinião, à reprodução dessa lógica colonial estruturalmente embasada nas premissas de superioridade racial e religiosa. E, persistindo essa lógica, mantinha-se a periferia pobre o suficiente para não representar uma ameaça. A consequência disso foi o surgimento, a persistência e o fortalecimento de uma resistência organizada visando um Sudão unido com real distribuição de poderes ou mesmo a independência total do sul, o SPLM/A⁷⁹.

Quando buscam mais voz, mais participação no destino do país, no qual foram incluídas sem serem devidamente consultadas, as elites sul-sudanesas pedem o básico: autonomia política e espiritual e respeito a seu modo de vida e às suas instituições sociais e culturais. Buscam, antes de mais nada, o reconhecimento da premissa da igualdade racial, o que esbarra no “complexo de autoridade” das elites no poder. E sua luta é respaldada ideologicamente no orgulho de sua “africanidade” em contraposição ao colonialismo “árabe”. Esse foi um dos principais fatores a unir as diferentes nações do sul do enorme Sudão no longo conflito civil que se estabeleceu após a independência. O que uniu os “rebeldes” de então e os atuais líderes e habitantes, em geral, da república que surgiria com o desmembramento do Sudão, foi justamente o fato de serem “sulinos”, mesmo que o sectarismo tenha estado presente no sul durante todo o conflito.

Talvez para um observador incauto possa parecer estranho que o nome um tanto “estéril” de Sudão do Sul tenha sido escolhido para designar o novo país, mas faz sentido se considerarmos que ele surgiu da luta longa e árdua entre o “sul” e o “norte”; “periferia” contra “centro”. Mesmo que em alguns momentos houvesse debates entre um projeto independentista e outro federalista, entre a manutenção de um Sudão unido em novos termos ou a fragmentação do território, aqueles que lutavam a guerra contra as forças armadas do Sudão não compartilhavam somente o inimigo mas também o fato de serem, justamente, “sulinos”, portanto, orgulhosamente “africanos”. Cabe ressaltar que essa “união” contra o inimigo comum nunca foi completa, e das mortes de sul-sudaneses

⁷⁹ Ver cap. 3.1

durante as guerras civis, grande parte foi causada por sulinos contra sulinos. E aqui reside a dupla face do nacionalismo sul-sudanês: os laços de solidariedade surgidos em contraposição ao estrangeiro racista deixam de existir quando a disputa por poder é uma disputa interna. E Cartum soube bem explorar as rivalidades entre diferentes grupos étnicos e facções do movimento rebelde do sul, armando grupos para desestabilizar o movimento e dificultar ao máximo a união. O massacre de Bor em 1991, em comparação com o massacre de Juba de 2013, é exemplar dessa rivalidade entre “sulinos”. Ou seja, mesmo com um inimigo supostamente comum, lembrando que o governo sudanês financiou facções sulinas durante o conflito, raramente houve uma total parceria entre diferentes grupos e lideranças do sul, e as inimizades que causaram tanta morte e violência tiveram como justificativa o favorecimento de alguns grupos políticos em detrimento de outros, geralmente com padrões de solidariedade baseados em filiações étnicas. Esse padrão de politização da etnia viria novamente à tona após a independência do Sudão do Sul, com mais força ainda agora sem a presença do “inimigo comum”.

John Garang de Mabior, o líder do SPLM/A, movimento que agregaria a oposição sulina ao governo durante a segunda guerra civil de 1983 a 2005, também por vezes dividida em facções, insistiria em seus discursos que a luta contra o governo opressor de Cartum era uma luta de todos os sudaneses – norte, sul, leste, oeste, uma luta por um novo Sudão, mais justo e igualitário, com liberdade religiosa e participação política de todos⁸⁰. Não é à toa que o então presidente do Sudão, Gaafar Nimiery, falava em “problema do sul”, algo que estaria atravancando o processo de nacionalização arabizante posto em prática pelo poder central estabelecido em Cartum. Lembrando que o fator aglutinador, mesmo que por vezes precário, de líderes, soldados e cidadãos de diferentes etnias sob a égide rebelde foi justamente essa categoria ao qual se atribuiu a denominação de “sulinos”, “africanos”, considerados inferiores pelo norte “árabe”, em uma escala supostamente civilizacional. Considerando isso, é possível argumentar que as guerras civis sudanesas simbolizam bem a manifestação de um pan-africanismo localizado, um movimento baseado na resistência das culturas “negras” contra a tentativa de submissão política, econômica e cultural de uma força “estrangeira”, no caso o sudanês afro-

⁸⁰ Ver pg. 87

muçulmano do norte do país e antes o britânico, o egípcio, o turco, etc. Esse pan-africanismo ideológico, também a manifestação de uma luta anticolonial, que veio a fundamentar a resistência que pode ser visto com a formação, ainda em 1963, do partido SANU (Sudan African National Union), a emular os partidos de libertação nacional da Tanzânia e do Quênia (TANU, Tanganyika African National Union e KANU, Kenya African National Union). Todos apelam para uma noção de “africanidade” para agregar diferentes nações nas suas lutas de libertação.

Portanto, podemos supor que é essa “africanidade” a marca que irá definir uma eventual “identidade sul-sudanesa” e justificar o nome do país. Por longo tempo, desde meados do século XVIII até pelo menos 1930, nações situadas no atual Sudão do Sul, entre elas os Nuer, assim como os Dinka, Bari, Azande e outros, lutaram e resistiram, mesmo contra todos os fatores contrários, às invasões turca, egípcia e britânica de seus territórios. As batalhas estão escritas e reescritas nos livros de história. Mawut Mach Guarak cita o exemplo do líder espiritual Guek Ngundeng, que se tornou um ícone unificador da nação Nuer, e lutou “até o último suspiro contra os ingleses. Em 1929, as forças anglo-egípcias derrotaram Ngundeng e arrasaram seu exército” (GUARAK, 2011, p. 86). Os ingleses, sem força e vontade para lidar com a região, decidiram estabelecer um “distrito fechado” na região que hoje compõe basicamente o território sul-sudanês, que assim permaneceu até 1954⁸¹. Nesse ano, pouco menos de uma década depois do fim da segunda guerra mundial, o Sudão deixava de ser controlado pelo condomínio egípcio-britânico e o “distrito fechado” passava a ser parte de um imenso Sudão independente. Desde então, a história dos povos que viviam ali é uma história de resistência à opressão dos novos donos do poder, além de uma história de lutas internas. Mesmo compartilhando dessa “africanidade” em comum, conflitos sobre os objetivos da guerra e sobre a forma como colocá-los em prática opuseram sulinos em espasmos de profunda violência. Andrew Natsios chega a afirmar que, “a maioria das mortes da segunda guerra civil [sudanesa] foram causadas por um grupo de sulinos apoiados por Cartum atacando outros sulinos alinhados com Garang e o SPLA” (NATSIOS, 2013, p. 73)⁸².

⁸¹ Ver pgs. 56-57

⁸² Para uma visão mais aprofundada dos conflitos internos entre grupos sulinos, ver cap. 3.2

Já em 1947, em conferência realizada na cidade de Juba, os líderes sul-sudaneses para lá convocados manifestavam com clareza a vontade de seus representados. Não foram ouvidos e, por pressão das elites afro-muçulmanas estabelecidas em Cartum, o sul mais tarde seria agregado ao norte. Lembramos que, naquele momento, o nacionalismo árabe estava em voga com Nasser no Egito, e os ingleses, cujo interesse no delta do Nilo estava vinculado à manutenção de boas relações com o novo governo egípcio, não ousaram defender os interesses dessa elite sul-sudanesa receosa de uma integração forçada e ávida por uma unificação em concordância com seus interesses econômicos e valores religiosos. No fim, decidiu-se por unir o “distrito fechado”, Darfur e outras regiões a um grande Sudão. E também lembramos que caberia às lideranças afro-muçulmanas em Cartum promover o processo de criação de uma identidade nacional sudanesa, baseada na língua árabe e nos fundamentos do Islã como base constitucional. É possível que essa elite acreditasse no sucesso desse empreendimento; sua arrogância (medo?) é outra demonstração da tendência a inferiorizar os sudaneses “africanos”, ainda associados a fatores negativos como a escravidão. Sua cegueira, de acordo com a opinião aguda do poeta e ideólogo sul-sudanês Kuir ë Garang, seria o fator responsável pelos problemas do país após a independência:

Os sul-sudaneses são conhecidos historicamente e até os dias atuais como um povo que sofreu sob um monstruoso sincretismo de poderes imperiais e racistas. Eles também foram, em uma nota mais traumatizante, sujeitos a uma sequência de regimes vacilantes, escolas de hermenêutica política e desumanidade teocrática socialmente engendrada e executada pelas elites governantes em Cartum. (GARANG, 2011, p. 1)

De 1955 e 2005, com a exceção do período de relativa paz entre 1972 e 1983, todos os pedidos de líderes sulinos por uma autonomia regional ou por um sistema federativo seriam negados e o processo nacionalista “árabe” tentaria se impor à força. Os primeiros governos sudaneses não conseguiram lidar com o que consideraram um “problema”: a diversidade étnica, racial e religiosa do enorme país. Com isso, produziu-se um descontentamento forte demais entre os cidadãos não-muçulmanos do resto do país, principalmente no sul “africano”, mas também em Darfur, como ilustra o tenebroso genocídio dos meados dos anos 2000 e os conflitos em andamento. Contrários aos desejos da elite central, optaram pela rebelião. Assim como em tantos outros casos, a resistência a ouvir as demandas de determinados grupos de pessoas resultou no esfacelamento de um território. A arrogância, a crença na superioridade racial e religiosa de um povo sobre

outros resultou na desagregação de um país. Causa-nos tristeza notar que o Sudão, que poderia ter sido um exemplo da colaboração e solidariedade na diversidade, mostrou novamente que, sem a promoção de um mínimo de igualdade entre grupos de cidadãos diferentes, não há nada além de uma ideia difusa de nação.

O Sudão como país, como projeto nacional, foi, portanto, um fracasso. Os fatores que contribuíram para esse fracasso são justamente aqueles que estabelecem as bases para uma identidade sul-sudanesa. Agora independente, não há mais a necessidade de afirmação de uma identidade “africana” em contraposição aos “árabes”. Acabou a guerra de resistência dos “sulinos” contra o centro de um país governado por uma elite que os considerava inferiores. O que será feito para fortalecer esse sentimento sulino - que nada mais é do que o sentimento de africanidade - é uma incógnita. Analisando os eventos que se desenrolam após 2011, data da independência oficial da República do Sudão do Sul, percebe-se que, desejada ou não, essa não será uma tarefa fácil. Afinal, os sinais mostram haver uma forte disputa de poder no interior do partido a governar o novo país. Além do mais, o uso de um discurso simplista por parte de inimigos políticos e grande parte da mídia, que tenta desenhar o conflito em moldes étnicos, é sempre um perigo para qualquer noção de coesão nacional. Como vimos, a eclosão, em 15 de dezembro de 2013, de um violento conflito entre soldados do exército em uma caserna em Juba mostrou o quão fraturadas estavam as bases do poder no país. Não demoraria muito para diferentes grupos armados aparecerem e formarem alianças frágeis, baseadas em interesses diversos. Em um país novo que já carecia de coesão política ou identitária, agora a disputa por poder, influência e acesso às riquezas se dá no palco “nacional”. Porém, não se trata de um conflito binário entre “governo” e “rebeldes”, representados por disputas entre grupos étnicos. Em artigo recente, Matthew LeRiche demonstra bem a complexidade do conflito, refletindo também sobre a questão da etnicidade na trama política do Sudão do Sul. De acordo com o autor, “o ponto chave é que a maior parte dos ataques não ocorreu inicialmente por causa de etnicidade ou de ódio de uns contra outros por causa de sua etnicidade”⁸³. Porém, o fator *étnico* não deve ser desprezado, não pela lógica falsa da

⁸³ Disponível em: <<http://africanarguments.org/2014/01/28/south-sudan-not-just-another-war-and-another-peace-in-africa-by-matthew-le-riche/>>. Acesso em: 03 set. 2015.

existência de inimizades em linhas étnicas, mas pela forma como tem ocorrido a distribuição de poder no país.

No Sudão do Sul, qualquer líder tem importantíssimas obrigações com sua comunidade ou tribo. Essas obrigações são muitas vezes satisfeitas incluindo grande número de membros da família ampliada ou companheiros de tribo em postos de governo ou como motoristas, conselheiros, guardas e/ou outras funções secundárias.

A maioria das figuras envolvidas [no conflito atual], se bem que não todas, têm forças de segurança altamente originadas de suas áreas nativas e tribos ao redor. Essa abordagem nepotista criou uma situação na qual os principais apoiadores e defensores físicos de líderes individuais possuem construções étnicas mais ou menos exclusivas (LeRICHE, 2014)

Devido à incapacidade do governo sul-sudanês em criar uma coesão entre as lideranças diversas do país, o que ocorreu foi o desmantelamento do partido hegemônico e do seu exército. Muitas forças deserdaram e formaram campos opostos ao governo, sendo o principal formado pelas tropas fiéis ao ex-vice-presidente Riek Machar, sacado do posto em agosto de 2013 e responsabilizado por uma tentativa de golpe pelo presidente Salva Kiir Mayardit. Após a confusão de dezembro em Juba, começou uma série de ataques nas principais cidades do país, com consequências nefastas para a população. Em meados de março de 2014, o número de refugiados internos e externos ultrapassava a casa dos milhões⁸⁴ e o número de mortes era estimado em torno de 10.000⁸⁵. Muitas dessas mortes foram caracterizadas como retaliações étnicas, mas vale lembrar que os ataques iniciais não tiveram motivação étnica, sendo causadas por desavenças entre lideranças políticas e suas bases de poder.

Antes da chegada dos ingleses, e antes mesmo da chegada dos primeiros mercadores árabes na região, os *nuer* eram *nuer*, os *dinka* eram *dinka*, mas conviviam, casavam entre si, guerreavam de vez em quando, e se influenciavam culturalmente conforme o momento, compartilhando inclusive uma raiz linguística comum. Hoje, continuam “primos”, convivem, e, mais ainda, compartilham do *status* majoritário em um

⁸⁴ De acordo com a UNOCHA, Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários. <<http://www.unocha.org/south-sudan/>>. Acessado em 20 de set, 2015

⁸⁵ Artigo do NY Times de 9 de janeiro deste ano, que tratava da recontagem do número de mortos no conflito, já estimava esse número em aproximadamente 10.000 mortos. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2014/01/10/world/africa/new-estimate-sharply-raises-death-toll-in-south-sudan.html?_r=0>. Acesso em: 03 set. 2015.

país multiétnico. Como essas diferentes nações e subgrupos agregados em um território “nacional” farão para administrar um Estado ao estilo europeu sem repetir as lógicas colonialistas como as perpetrados contra eles por estrangeiros é outra questão, importantíssima. O exemplo de outros países africanos não é necessariamente válido para o caso sul-sudanês, mas pode proporcionar lições. Como o Sudão do Sul conseguirá desenvolver uma identidade “nacional” que respeite identidades subnacionais é uma questão a ser acompanhada. Uma das possibilidades seria apelar novamente para aquilo que compartilham os cidadãos (líderes incluídos) sul-sudaneses: sua africanidade específica; não seria positivo nesse processo de *construção de nação* apelar para um pan-africanismo político que respeite a enorme diversidade cultural das diferentes nações sul-sudanesas, mas indica suas semelhanças? No começo do século XIX, o profeta *nuer* Guek Ngundeng pregava a paz e a união dos povos negros contra a invasão externa de turcos e árabes. Como já dito, suas forças foram derrotadas, graças principalmente ao poder de fogo das metralhadoras do exército inglês e seus aliados egípcios, mas quem sabe a volta de seu bastão cerimonial às terras Nuer em 2009⁸⁶ possa ajudar na reconciliação entre as diferentes nações sul-sudanesas, cujas relações provavelmente sairão estremecidas ao término do conflito atual que assola o país.

Como citado anteriormente, os leitores mais atentos do conflito e autores das mais aprofundadas peças não cansam de diminuir a importância da “questão étnica” no conflito. Concordamos com as afirmações de Kuir ě Garang, que em 2012 enxergava o caminho perigoso pelo qual o país se encaminhava devido a seus problemas crônicos. Para ele, assim como para tantos outros pensadores sul-sudaneses, “a transição de uma cultura altamente militarizada a um partido político tradicional não seria uma tarefa fácil” (GARANG, p. 172). Os principais problemas a prejudicar essa transição para um novo Estado seriam, de acordo com Garang, “pobreza de lideranças eficientes”, “corrupção dentro do SPLM”, “fraqueza do parlamento” e certo “despotismo do governo”, que o assemelha ao antigo opressor do norte.

O problema de uma pobreza de liderança já podia ser sentido quando morreu John Garang de Mabior, líder com mão de ferro do SPLM desde sua fundação em 1983, até assinado o tratado de paz em 2005. A queda fatal de seu helicóptero alguns meses após selado o tratado deixou o futuro país órfão de seu maior líder, famoso por manter um

⁸⁶ JOHNSON, Douglas H. **The return of Ngundeng's Dang**. 2009. Disponível em: <<http://www.sssuk.org/NgundengsDang/rndi.php>>. Acesso em: 03 set. 2015.

rígido controle sobre todos os movimentos do partido. Sua forma centralizadora de governo causou rugas entre algumas lideranças e uma separação em facções durante o começo dos anos 1990. De um lado, Garang, e do outro, os doutores Lam Akol e Riek Machar. Akol atualmente lidera um dos poucos partidos de oposição ao governo, o SPLM-DC, pela “mudança democrática”. E Machar é o principal protagonista no atual conflito, liderando o maior exército rebelde, que denominou SPLM-Em oposição. Percebe-se que mesmo a oposição ao poder estabelecido não consegue se desvincular do nome do partido, cuja aura de “libertador da nação” parece inescapável.

O despotismo mencionado por Kuir é Garang, que tristemente o compara ao estilo sudanês, é outro fator que pode ajudar a entender o atual momento de tensão estabelecido no Sudão do Sul, diretamente vinculado à “abordagem nepotista” das lideranças. O favorecimento de grupos próximos ao governo em prol de maior influência política causou mal-estar em diversas regiões desde a independência em 2011, e mesmo antes. Praticamente seguindo a mesma lógica do inimigo da guerra civil, regiões afastadas foram pouco favorecidas na distribuição de cargos públicos e na fatia do bolo erário. A leniência do governo em lidar com os diversos escândalos de corrupção, que se tornaram notáveis no país, ajudou a deslegitimá-lo frente a uma oposição que já vinha se articulando. A demissão sumária do então vice-presidente Machar e a reforma ministerial feita com o intuito de expurgar opositores mostraram a face mais despótica do governo. Não tardaria para acontecer o que aconteceu na fatídica noite de 15 de dezembro em Juba: um governo frágil e uma oposição cada vez mais volumosa fragmentariam ainda mais os tênues laços preservados dentro do partido, atual governo. Divididos em diferentes grupos armados, líderes revolucionários comandam seus soldados, buscando estabelecer e fortalecer suas zonas de influência, muitas vezes apelando ao fator “étnico” para atingir seus objetivos. Ou seja, não houve bem uma transição de “um partido altamente militarizado” para um “partido político tradicional” e a lógica militar continua falando mais alto, para profundo prejuízo da maioria esmagadora da população. Divergências entre os diferentes campos têm impossibilitado a concretização de um cessar-fogo eficiente e, para piorar uma situação já bastante difícil, a temporada de cheias começou um mês antes do previsto, dificultando o acesso a extensas partes do país. A própria questão de identidade no país, com a preocupação maior em impedir mais derramamento de sangue e mortes por inanição, foi para o segundo plano.

3.2 Da experiência nacional, do estabelecimento da República do Sudão do Sul e do conflito interno por interesses políticos e econômicos

Não é de estranhar que um dos primeiros países soberanos a surgir do processo de descolonização na África tenha reproduzido tão fielmente a lógica colonial em suas fronteiras internas, de forma a resultar nas guerras civis que iriam, finalmente, dividir o país ao meio. Como mencionamos em capítulos anteriores, o general albanês do império otomano, Muhammad Ali, conquistou o Sudão em 1821; mais de meio século depois, tropas britânicas venceram o governo autônomo *mahdista* e estabeleceram o domínio conjunto do Sudão em 1899; a colônia de *status* dúbio se tornou independente em 1956, antecipando a onda de descolonização africana. Ou seja, por mais de um século, o território que hoje corresponde ao Sudão e ao Sudão do Sul foi posse de forças externas, mesmo que o domínio colonial *de facto* tenha se dado com mais ou menos intensidade conforme a região. Darfur somente foi conquistada em 1916, com a morte do último sultão *fur*, fato que ajudou a consolidar o controle anglo-egípcio no país.

Deixando de lado os diversos graus de contato, influência e dominação dos colonizadores, o que nos interessa no momento é que a suposta libertação nacional do Sudão não trouxe aos cidadãos da nova *nação* a liberdade tão propagada em discurso. O caso sudanês é bem ilustrativo. Utilizando uma ideia de Michael Hardt e Antonio Negri, “o próprio conceito de soberania nacional libertadora é ambíguo, se não for totalmente contraditório. Enquanto esse nacionalismo busca libertar a multidão da dominação *estrangeira*, ergue novas estruturas *domésticas* de dominação igualmente severas” (HARDT, 2004, p. 150). Quando surge como país independente, o Sudão, com sua grande extensão territorial, já é fragmentado e desigual; suas novas fronteiras agregam múltiplas etnias, línguas e religiões, ficando o núcleo político e econômico restrito a uma pequena elite de uma pequena parte do território (JOHNSON, 2011). Em outras palavras, o que era antes uma colônia estrangeira passa a ser um país independente cuja maior parte do povo (ou povos, em caso de país tão multifacetado) continua a sofrer a opressão, agora nas mãos de “estruturas *domésticas* de dominação igualmente severas”.

A guerra civil sudanesa, que, de acordo com a maior parte da historiografia⁸⁷ sobre o tema, teve início no mesmo ano da independência do país, é exemplar dessa passagem

⁸⁷ Alguns autores, como Kuir e Garang, defendem que a guerra teria iniciado apenas em 1963. Garang ainda defende outra datação para a segunda guerra civil sul-sudanesa, que, para ele, teve início com a fundação do *anya-nya 2*, em 1977, e não o mais comum 1983. (GARANG, 2013)

de estruturas externas para estruturas internas de dominação. O poder que emanava das forças coloniais foi transferido para uma pequena elite que passou a controlar o novo país a partir de uma Cartum que já hospedava as bases de um sistema administrativo colonial. Isso resultou na periferização de grande parte do território, mantido longe dos centros de decisão ao mesmo tempo em que sofria com a tentativa de homogeneização nacionalizante por parte do poder central, representado pela contínua tentativa de expansão do islamismo como base para uma identidade nacional. A guerra que explode entre norte e sul é uma guerra de resistência e uma guerra por autonomia. Os ingleses abriram mão de sua colônia, mas o sul do Sudão ainda era súdito, agora do governo estabelecido em Cartum, algo inaceitável para muitos habitantes, que partiram para a luta armada.

Temos que cuidar para não cair na armadilha simplista de tentar definir com linhas claras a disputa de poder em jogo; nem podemos crer que os lados opostos na guerra sejam tão bem definidos. É fato que grupos armados sul-sudaneses, geralmente representados por algum grupo étnico em particular, estiveram abertamente em conluio com as forças armadas do norte durante a disputa, obscurecendo assim a ideia de uma dicotomia clara norte-sul⁸⁸. E também devemos levar em consideração o alerta de Mbembe “contra aquelas abordagens teóricas que reduzem o alcance de escolhas históricas [...] na África”, e “devemos ressaltar o *papel da contingência*” nessas escolhas (MBEMBE, 2001, p. 77). Mesmo preocupado com o desenrolar da história no momento em que escreve, devemos considerar o alerta de Mbembe mesmo ao estudar processos históricos aparentemente concluídos.

Portanto, o projeto nacionalista sudanês fracassou, muito devido a não inserção das regiões periféricas na política, a não concessão de autonomia e a tentativa de impor a cultura afro-árabe do norte, uma cultura estrangeira, ao sul não-árabe. Para os sul-sudaneses que partiriam para a luta contra os opressores ao norte, eles estavam, de certa forma, empreendendo uma luta de caráter anti-colonial. Entre sua independência e seu desmembramento, duas guerras civis foram travadas no Sudão. Estima-se que mais de 2.4 milhões de pessoas perderam a vida, entre muitos outros refugiados. E por fim, após um acordo de paz assinado em 2005, abriu-se caminho para a independência formal do Sudão do Sul, tornado república e membro das Nações Unidas em 2011. Surge um novo

⁸⁸ Ver cap. 3.2

país, e se estabelecem as bases para a formação de um novo governo, aos moldes e seguindo os ideais e as estruturas propostos pelo antigo colonizador europeu. Enquanto observamos o processo de “construção nacional” posto em andamento no novo Estado, com a criação de estruturas administrativas, jurídicas e simbólicas, devemos nos perguntar se a lógica colonial se repetirá internamente. Em caso afirmativo, devemos investigar quais os motivos para a perpetuação dessa lógica, e como ela se manifesta no caso específico da África, e mais precisamente do Sudão do Sul. Para tanto, podemos nos voltar novamente a Mbembe, em suas reflexões sobre a África pós-colonial e *governança indireta privada*.

Mas antes, tentemos responder a primeira pergunta, analisando se o Estado, no Sudão do Sul, também pode ser considerado a *dádiva envenenada da libertação nacional*, expressão cunhada por Hardt e Negri para explicar que “as funções progressistas da soberania nacional [...] são sempre acompanhados de estruturas poderosas de dominação interna”⁸⁹ (HARDT, 2004, p. 149). Para tentar encontrar essas estruturas no caso sul-sudanês, em tese um caso pós-pós-colonial e, portanto, aberto para novas possibilidades, vale uma leitura das discussões que autores contemporâneos sul-sudaneses têm feito sobre o *federalismo étnico* sendo posto em prática no país. Se, como afirmado anteriormente, as guerras civis sudanesas podem ser explicadas principalmente pela periferização dos povos do sul, será que encontraremos essa mesma lógica reproduzida internamente, contra grupos minoritários no Sudão do Sul? Em artigo intitulado *Os perigos do federalismo étnico no Sudão do Sul*, Stephen Par Kuol, então secretário da educação de Jonglei, maior estado do país, argumenta que o federalismo que toma forma no Sudão do Sul tende a fomentar divisões sectárias.

Na prática, esse arranjo federal criou, na maior parte, condados e estados etnicamente baseados, clamando por fronteiras étnicas. Esse sistema de federalismo é caracterizado por políticas altamente localizadas que tendem a formar amargas divisões sectárias do nível *boma*⁹⁰ para cima. Indo nessa direção, clãs e grupos têm demandado mais condados e estados etnocêntricos. Cada seção demanda sua própria entidade administrativa em nome do federalismo e da devolução de poderes ao nível local. Enquanto a história se repete, as políticas do dia em Juba

⁸⁹ Os autores continuam, enfatizando que “os perigos da libertação nacional são cada vez mais claros quando vistos externamente em termos do sistema econômico mundial no qual se encontra a nação ‘liberta’”. Os autores concluem o capítulo afirmando que “o fim do colonialismo é também o fim do mundo moderno e dos modernos regimes de governo. O fim dos colonialismos modernos, é claro, não abriu de fato uma era de liberdade absoluta, antes submeteu-se a novas formas de mando que operam em escala global” (HARDT, 2004, p.149, 151).

⁹⁰ *Boma* seria o correspondente de município, ou a menor divisão administrativa do país.

estão perigosamente juntando correntes étnicas e regionais. (KUOL, in Sudan Tribune, 16 abril, 2013)

Resumindo, o autor defende que o próprio desenhar das fronteiras do novo Estado já está causando divisões perigosas e disputas por poder e território baseadas em linhas étnicas. E, se partirmos da importância da questão da etnicidade na distribuição de poder do novo Estado, poderemos deduzir que os grupos étnicos mais populosos teriam maior acesso ao poder, e que grupos minoritários sofreriam, por sua vez, outro período de periferização. Abrir-se-iam as portas para mais uma camada de dominação: não necessariamente um colonialismo aos moldes europeus, e nem uma repetição das imposições de Cartum durante o período do Sudão unido, mas uma lógica de governo potencialmente tão excludente quanto aquelas. Porém, nem todos são contrários ao modelo de federalismo imposto pela constituição. Jacob K. Lupai, então recém-apontado ministro da Agricultura do estado de Equatoria Central, defende o federalismo no Sudão do Sul. Justamente argumentando em prol das minorias, Lupai cita o manifesto de 2012 do SPLM, grupo revolucionário tornado exército oficial e partido no poder, que, apesar do multipartidarismo proposto na constituição, domina mais de 90% dos cargos públicos, para afirmar que os direitos das minorias só podem ser mantidos ou obtidos com a descentralização do poder.

O manifesto afirma que o SPLM deve apoiar e respeitar os direitos das minorias e garantir sua representação e participação na vida do país. Sem dúvida os direitos das minorias e sua participação no governo não podem ser garantidos através de um sistema centralizado. Às minorias pode ser necessário que lhes sejam delegados poderes para administrar seus assuntos, e isto pode ocorrer através de um sistema federal para uma união nacional sustentável (LUPAI, in South Sudan News Agency, 1º maio, 2013)

Interessantemente, os autores parecem convergir em seus ideais de um Sudão do Sul unido e sem a sombra do sectarismo, porém defendem ideias opostas sobre a maneira como essa união pode ser alcançada. Durante a guerra civil que acabou por dar luz ao novo país, diferentes sul-sudaneses se aliaram contra as forças impositivas do norte; agora, sem o inimigo em comum, o desafio, do ponto de vista da construção nacional, é manter e fomentar a união entre as diferentes etnias a habitar o território, até que o ideal de uma identidade nacional seja atingido. Enquanto o processo se desenrola, os ideólogos do novo país debatem qual o melhor caminho a se tomar.

Mas será no debate entre membros da elite intelectual, nas palavras contidas na constituição provisória e nos manifestos do partido dominante, que está se desenrolando o verdadeiro jogo de poderes no Sudão do Sul? Achille Mbembe, escrevendo sobre o contexto político-econômico africano em meados dos anos 1990, período intenso de fomes, guerras e crises, analisa o processo de “reordenação social e cultural” do que poderíamos chamar de *dúbia transição para a democracia* das nações africanas. Para o autor, a expressão-chave é *entanglement*⁹¹.

Essa noção [*entanglement*] deve incluir não somente a coerção, à qual as pessoas são sujeitadas, e os sofrimentos infligidos ao corpo humano pela guerra, escassez, e destituição, mas deve também abranger todo um conjunto de reordenações da sociedade, cultura e identidade, e uma série de mudanças recentes na forma como o poder é exercitado e racionalizado. (MBEMBE, 2001, p. 66).

Aqui a grande questão está na “forma como o poder é exercitado e racionalizado”. A crise institucional generalizada na maioria dos países africanos, quando da escrita em 1999 do artigo citado acima, fazia parecer óbvio que as formas de poder “oficiais” estavam mais restritas ao papel que à realidade. Podemos comparar, sem grandes prejuízos, a situação dos Estados africanos de 1999, que teoricamente teriam mais experiência de “democratização” do que atual Sudão do Sul, em seus primeiros passos como nação.

Para tratar da “realidade” das relações de poder, o autor continua afirmando que “no coração dessas reordenações está a questão das relações entre a privatização da violência pública, a apropriação dos meios de vida, e as imaginações do ser” (MBEMBE, 2001, p. 66). Para não nos alongarmos demais, focaremos aqui apenas em um ponto, dentre tantos trabalhados pelo autor: “a fragmentação da autoridade pública e a emergência de múltiplas formas de *governo indireto privado* acompanhando esse processo” (MBEMBE, 2001, p. 67). O caso atual do Sudão do Sul parece refletir bem essa fragmentação da autoridade pública. A ausência de uma infraestrutura capaz de estabelecer melhores contatos entre os habitantes do país⁹², além da incapacidade das

⁹¹ Mantido aqui, na tradução inglesa. Uma expressão equivalente em português poderia ser “emaranhamento”, ou “entrelaçamento”.

⁹² A falta de estradas e o parco policiamento, em especial no estado de Jonglei, onde conflitos armados e roubo de gado têm sido frequentes após a independência do país, não são os únicos problemas enfrentados pela população. Pesquisa de opinião publicada em abril de 2013 revela que a maior preocupação dos sul-sudaneses é falta de comida, saúde e segurança, seguida de educação. Disponível em: <<http://www.iri.org>>. Acesso em: 23 de set. 2015

forças públicas de coerção em manter a ordem⁹³ ajudam a explicar essa fragmentação. Enquanto se discute e se busca estabelecer formas oficiais e funcionais de governança, diferentes elites locais lutam para manter ou conquistar o maior pedaço possível do bolo. O poder se dispersa entre essas elites, num complexo jogo de negociações. A partida é disputada nas entranhas do SPLM. A privatização das forças de coerção é visível já no imediato pós-independência. Grupos armados rebeldes, que já mantinham suas bases antes de 2011, continuam a agir no país, apesar dos esforços do governo em anistiar seus generais e incluir seus batalhões nas forças armadas “oficiais” do Sudão do Sul⁹⁴.

Achille Mbembe via os riscos da perda total do controle da violência, e encontrava sua origem numa mescla de corrupção desenfreada e crescente desigualdade, combinadas com “a persistência de desacordos fundamentais em como conduzir os contínuos conflitos pela codificação de novos direitos e privilégios (MBEMBE, 2001, p. 68). A forma como serão resolvidos esses conflitos no Sudão do Sul irá ajudar a determinar os rumos que o novo país tomará. Por enquanto, as pessoas aguardam a chegada da tão prometida paz, após comemorar o fim das guerras e o nascimento de um país que achavam que pudesse representá-las como o Sudão nunca foi capaz. Começou um novo processo, mas, infelizmente, o país não conseguiu escapar de estabelecer-se com base em lógicas muito estranhas às lógicas tradicionais dos povos a ocupar o território. Qual forma de governo, e mais ainda, que “povo” irá surgir desse processo, dessa “hibridação” político-sócio-cultural, ainda constituem incógnitas.

3.3. Questões de identidade, nação, etnia e política

A era colonial havia acabado. Com a lenta retirada dos impérios europeus, nasceram novos países africanos. Ao longo das décadas, novas elites locais passaram a ocupar os espaços de poder, adequando-se ao cenário internacional, forçados pela lógica do capitalismo global. Novos países, novas dinâmicas, uma preocupação em comum: como tratar da questão da “identidade nacional” nesses territórios, antes colônias, agora

⁹³ O conflito que se seguiria após o 15 de dezembro é prova dessa incapacidade, e expressão dessa fragmentação.

⁹⁴ Muitos grupos se renderam e foram absorvidos pelo exército, mas alguns, incluindo o grupo liderado por David Yau Yau, cujos saques e massacres foram altamente veiculados pela mídia, ainda se encontram ativos e independentes. Para uma interpretação interessante das relações entre Yau Yau e o governo sul-sudanês, ver <<http://africanarguments.org/2015/01/23/david-yau-yau-and-south-sudans-internal-wager-with-self-determination-mayank-bubna/>>

países? Como poderão esses territórios que amalgamam em si uma diversidade de identidades próprias já articuladas ser “unificados” em termos de “identidade”?

Como poderão, por exemplo, indivíduos que nasceram e pertencem às nações Senufo ou Bété se sentirem “costa-marfinenses” antes de *senufo* ou *bété*? Essa questão é ainda mais complicada se considerarmos que a própria designação “costa-marfinense” faz alusão a um recurso econômico que os colonizadores buscaram extrair de terras Senufo ou Bété. E que, além disso, a própria ideia de identidade étnica é construída historicamente. O que não se percebe com essa questão é que se supõe que, para haver “identidade nacional”, é necessário que esta seja definida e conformada ao Estado nacional criado com base em uma divisão territorial artificial; pressupõe-se a necessidade de uma identidade uniforme e unitária, ignorando que a grande maioria dos Estados Nacionais são formações multiétnicas, mais arranjos políticos que passam a desenvolver uma identidade do que o oposto. Além disso, pressupõe-se que ser *senufo* ou *bété* não implica que se possua, em si, uma “identidade nacional” *senufo* ou *bété*.

A diferença está nos termos e atribuições. O termo “nação” já foi usado em muitos sentidos para designar sociedades africanas, às vezes como mera generalização administrativa ou etnográfica. Atualmente prefere-se “grupos étnicos”, e fala-se em um avanço em relação a “tribos”, mas esse é um termo que carece da profundidade necessária para que seus membros possam constituir uma “identidade nacional”. Não poderiam os diversos subclãs *nuer*, com suas especificidades e traços comuns, pertencer a uma “nação” maior Nuer? As terras ancestrais Nuer, também fluidas e mutantes, hoje imensa parte do Sudão do Sul, não poderiam ser o lar “nacional” dos habitantes que ali vivem conforme as tradições Nuer: “cidadãos” *nuer* com seus direitos, deveres e rituais? Sendo *nuer*, não deixarei de assim o ser para me tornar algo diferente. Isso não quer dizer que, possuindo essa identidade *nuer*, não possa me sentir também “sul-sudanês”, pertencente a uma entidade política mais ampla. É inegável que, por questões históricas, a sociedade *nuer* possui laços muito mais importantes entre si e com seus vizinhos mais próximos do que com a sociedade mais ampla sul-sudanesa, pelo menos neste momento.

Podemos mencionar o canônico e não por isso menos criticado historiador norte-americano Benedict Anderson para argumentar em prol de uma “comunidade imaginada *nuer*”. Diz o autor que “a nação é imaginada como *limitada* porque mesmo as maiores delas [...] tem fronteiras finitas, mesmo se elásticas, além das quais ficam as outras nações”. Ele continua, afirmando que “ela é imaginada como *comunidade* porque,

independentemente da verdadeira exploração ou desigualdade que possa existir em cada uma, a nação é sempre concebida como um profundo e horizontal companheirismo” (ANDERSON, p. 7). Portanto, se fosse nosso objetivo, poderíamos entender a nação Nuer como uma “comunidade imaginada” com fronteiras bastante elásticas, mesmo que não legitimada pelos órgãos internacionais.

Antes de continuarmos com a ideia da constituição de “identidades nacionais” em África, cabe uma reflexão sobre o conceito de “etnia”. De acordo com Jean Loup Amselle, em sua análise sobre o conceito e a melhor forma de inseri-lo na interpretação das sociedades africanas:

As sociedades locais, longe de serem mônades fechadas sobre si próprias, estavam inscritas em formas gerais e englobantes que as definiam e lhes conferiam um conteúdo específico. Por essa razão, cada sociedade local deve ser entendida como o resultado de uma rede de relações e, se a mesma não for explorada na íntegra, o funcionamento de cada elemento permanecerá insondável. (AMSELLE, 2014, p. 34).

O autor ainda afirma que a própria ideia de “etnia” pode ser considerada uma criação pré-colonial, “no sentido em que corresponde a um modo de reagrupamento ideológico de um determinado conjunto de actores, numa consonância perfeita com as unidades sociais mais reduzidas, ou seja, os ‘clãs’ e as ‘linhagens’” (p. 16). Podemos também compreender esse conceito ambíguo que designa grupos a ocupar e transitar por certos “espaços” linguísticos, culturais, religiosos e estatais, a partir de sua serventia ao projeto de expansão colonial europeia. Amselle verifica que, a partir da ocupação europeia da África, há “por vezes, uma mera recuperação de determinados ‘etnonimos’ utilizados ora no mesmo contexto, ora em contexto diferentes” (p.46). O autor continua, demonstrando a influência colonial no estabelecimento de um sistema de classificação dos povos colonizados: “em outras situações, um novo lexema é atribuído a um espaço circunscrito pela administração colonial, sem referência a uma unidade social pré-colonial”. (p. 46) Novos “grupos” são criados com o intuito de “reagrupar as populações e designá-las por meio de categorias comuns a fim de exercer um controlo mais eficaz” (p. 47).

O texto de Amselle aponta para as dificuldades de tentar estabelecer uma “identidade étnica”, não somente devido à ambiguidade do termo, mas também pela complexidade, diversidade e mutabilidade das organizações sociais em África. Essas armadilhas em relação à identidade se refletem também no contexto pós-colonial, com a

necessidade de elaboração de uma “identidade nacional”. A maioria dos países africanas parece ter sido forçada a construir uma “identidade nacional” nova às pressas, preservando ainda os limites territoriais estabelecidos pelo antigo colonizador. Na maior parte da África subsaariana e saheliana, não havia uma relação profunda entre a administração colonial do estrangeiro e as sociedades “colonizadas” nativas. Em outras palavras, e apoiado no historiador francês Michel Cahen, diferentemente dos processos latino-americanos, em que havia uma elite de descendentes de europeus apta a tomar o poder da metrópole e continuar tocando o sistema econômico implantado, na África a história é outra.

[...] sociedades africanas foram derrotadas e conquistadas, exploradas e humilhadas, parcialmente aculturadas e socialmente ‘remodeladas’, mas essas sociedades africanas continuaram a existir. O colonizador [...] apenas representava uma minoria ínfima da população total. O modo de produção doméstico não foi destruído, mas subjugado ao capitalismo” (CAHEN, 2012, p. 6)

Ou seja, enquanto na América Latina, após mais de trezentos anos de colonialismo, a “nova” sociedade preservou estruturas econômicas e políticas coloniais, na África, as sociedades pré-coloniais continuaram a existir, agora adequadas ao jogo internacional das nações. Cahen oferece uma explicação razoável sobre a formação e situação atual dos novos Estados a surgir na África a partir dos anos 1950 contrariando a ideia de um “Estado importado africano”:

[...] não pode existir Estado sem certa historicidade. Mas não houve uma “transmissão de Estado colonial” porque nunca houve um “Estado colonial” em cada uma das colônias. O que havia era um aparato administrativo imperial de Estados europeus. (CAHEN, 2012, p. 2)

O que o autor afirma é que não foi desenvolvido um Estado aos moldes europeus durante o período colonial na África. A “situação colonial” que existia, retomando o termo cunhado em 1950 por Georges Balandier (2012), consistia em quebrar as formas tradicionais dos Estados africanos, sem propriamente estabelecer as bases de um Estado novo. Ainda conforme Cahen, “o período colonial foi um tempo de recessão de Estado na África. Países africanos ainda estão pagando por isso, mas seus presentes Estados, que sucederam cronologicamente os aparatos administrativos europeus, são Estados novos, e não Estados em que apenas houve uma mudança de liderança” (CAHEN, 2012, p. 3).

Portanto, o ponto principal a tocarmos para desvendar a questão crucial de “identidade nacional” nesses novos Estados africanos diz respeito ao modo de colonialismo instituído pelos impérios europeus no continente e à forma como esses Estados se tornaram independentes, inclusive preservando as fronteiras estabelecidas pelo colonizador. Como argumenta Cahen (2012), “os colonizadores permaneceram estrangeiros dentro de sociedades africanas”, portanto sociedades que, apesar de parcialmente quebradas pela lógica brutal imposta sobre elas, preservaram, em grande parte, sua forma própria de organização social e cultura. Não queremos com isso afirmar o absurdo de que não houve influência sociocultural de ida e volta no longo contato dos europeus com os africanos, mas urge sempre lembrar da perversidade desse contato calcado na exploração e no racismo. Cahen continua:

espaços como ‘Angola’ e ‘Moçambique’ apenas possuem uma relevância colonial e não uma relevância colonial e nacional, como nas Américas. Por que os Ndaus do Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala, nos anos 1950, ou os Macondes de Mueda em 1960 lutariam por ‘Moçambique’, algo quase completamente estranho a eles? Eles queriam libertar a terra, sua terra, e não tinham motivo para aceitar o pedaço de terra que o colonizador havia delineado no mapa. (CAHEN, 2012, p. 8)

Para concluir, podemos afirmar que uma identidade *maconde* (ou uma identidade *senufo*, *bété*, *nuer* ou *dinka*), enquanto “comunidade imaginada”, pode ser considerada uma “identidade nacional” interiorizada em um Estado pós-colonial chamado, no caso, Moçambique, a englobar outras tantas “identidades nacionais”. Poderíamos então considerar que os países que se formaram na África após a saída do colonizador são Estados multiétnicos, “multinacionais”, por assim dizer, no que se refere à identidade das populações englobadas em seus territórios. Cahen continua, com um tom um pouco mais otimista, afirmando que “se esse Estado [...] puder garantir progresso social, econômico e cultural para as pessoas das primeiras nações (os tais ‘grupos étnicos’) integradas dentro do espaço colonial, [...] a garantia do progresso poderia criar um processo de identificação” (CAHEN, 2012, p. 10) Em contraposição a essa ideia mais otimista, o autor fala da tarefa praticamente impossível, quase paradoxal, referente ao processo de formação de uma identidade nacional nos Estados africanos. Para ele, o Estado “não pode compreender a nova nação como o resultado necessário de um processo muito lento [...] de mescla de antigas nações sem destruí-las porque precisa alcançar a legitimidade contemporânea construindo uma nova nação rapidamente” (CAHEN, 2012, p. 11). Ou seja, as consequências do processo colonial e as exigências do sistema-mundo capitalista

tornam extremamente difícil o desenvolvimento de uma “identidade nacional” na África pós-colonial.

3.4. Construção nacional e notas sobre a elite sul-sudanesa

Em 14 de julho de 2011, a Assembleia Geral das Nações Unidas admitiu como novo membro da instituição a República do Sudão do Sul, apenas cinco dias depois de comemorada oficialmente sua independência. Nas palavras do secretário-geral Ban Ki-moon, “neste momento... neste lugar... o mundo se reúne para dizer em uma só voz: bem-vindo Sudão do Sul. Bem-vindo à comunidade de nações”⁹⁵. A independência legitimada com a entrada na ONU marca uma etapa fundamental no processo de surgimento e construção do Estado nacional sul-sudanês. O processo teve início com o tratado compreensivo de paz assinado em 2005 pela República do Sudão, na figura do presidente Omar Al-Bashir, e o SPLM/A, representado pela sua principal liderança, John Garang de Mabior. O tratado encerrava uma guerra civil que teve início em 1983, mas cujas raízes podem ser traçadas à independência do Sudão, em 1956. Encerrava-se um período de meio século de conflitos, de duas guerras civis, resultando em incontáveis mortos e refugiados, que fazia da região sul do Sudão famosa por ser uma das mais pobres e subdesenvolvidas do planeta. Mas veio a paz, com ela a independência e o reconhecimento internacional como nação soberana.

A partir daí, pode-se estudar o início do processo de construção nacional do Sudão do Sul. Riek Machar, primeiro vice-presidente do novo país, presente na cerimônia da ONU, se disse “honrado e humilde” diante da ocasião. Pode-se perceber em sua fala a argamassa a pavimentar um discurso de construção de identidade nacional. Os heróis e mártires já são proclamados, o “soldado desconhecido” de Benedict Anderson (2006) está muito próximo no tempo. Machar não pôde deixar de pagar tributo àqueles que participaram da longa batalha pela libertação, “aquela luta que custou milhões de nossas vidas e sofrimento indescritível. Seus sacrifícios não serão esquecidos”. Mesmo que o projeto de independência total em relação ao Sudão não fosse unanimidade entre os

⁹⁵ Todas as referências à assembleia da ONU do dia 14 de julho foram retiradas de <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=39034&Cr=South+Sudan&Cr1=#.UiESrdKsim4>>, acessado em 16 de agosto de 2013.

rebeldes durante ambas as guerras civis, uma mistura aparentemente paradoxal de inevitabilidade e descrença parece emanar das palavras do vice-presidente: “Quando começamos nossa jornada, mal podíamos imaginar que a estrada nos levaria até esse ponto. Contudo, nós muito esperamos por isso. Agora devemos ir em frente juntos para realizarmos as aspirações de nosso povo”. São palavras fortes, a pressupor um só povo sul-sudanês, e que esse povo unido (também sob o cobertor maior das Nações Unidas) deva seguir em frente, rumo a um futuro brilhante como Estado nacional.

Mas antes de nos atermos aos fatores que dizem respeito ao processo, em si, de construção da República do Sudão do Sul, creio que seja pertinente deixar algumas questões no ar. Uma análise de trabalhos acadêmicos focados no Sudão do Sul pós-independência, inevitavelmente superficial, considerando a quantidade gigantesca de material produzido sobre o tema, demonstra o uso quase unânime da expressão *nation-building*, “construção de nação”. Isso não é nada surpreendente, dado que esses trabalhos tratam justamente do tema do surgimento de um novo Estado nacional e das questões pertinentes à sua “construção”. O que impressiona, porém, é que raramente se lê, nem introdutoriamente, um questionamento acerca da questão essencial da nacionalidade, como proposto, por exemplo, por Benedict Anderson (2006). Parte-se do princípio básico de que *nation-building* é uma coisa boa, de que deverá ser buscada, e que fatores que prejudicam seu bom funcionamento devem ser tratados como problemas. Afinal, a independência do Sudão do Sul, analisada em perspectiva, parece decorrência natural de uma longa luta contra o opressor ao norte. Agora, a região reprimida, o lar da mais brava resistência, é independente; ganhou sua independência. E isso é algo a celebrar, dizem, enquanto tremulam as bandeirinhas e canta-se o hino. Não esqueçamos que justamente o sul, enquanto “sul” durante o conflito com o “norte”, era considerado um “problema”.

Não questionemos o sentimento daquela população específica, dos auto-proclamados “sul-sudaneses”, e sua euforia pela vitória e pelo final das guerras. Foquemos aqui, nem que muito superficialmente, no que está por vir, nesse processo de “construção de nação” que se segue à independência, e levantemos algumas questões. Primeiramente, por que pressupor que o processo de construção da nação seja algo bom, a se perseguir? Será que devemos tratar como exemplo a seguir esse modelo de organização política consagrado mundialmente pelo “sucesso” do sistema capitalista ocidental?

Uma das questões propostas em alguns recentes artigos acadêmicos sobre o surgimento do Sudão do Sul diz respeito à experiência de construção nacional de outros países africanos e como compreendê-la pode ajudar na construção nacional do Sudão do Sul. Novamente, a ideia básica da “construção nacional” não é posta em dúvida. Pelo contrário, pressupõe-se que existem várias manifestações do processo, e que algumas são melhores que outras. Como afirma Anderson:

uma vez criados, eles [os Estados nacionais] se tornaram ‘modulares’, capazes de ser transplantados, com variado grau de autoconsciência, para uma grande variedade de terrenos sociais, para se mesclarem e serem mesclados com uma igualmente ampla variedade de constelações políticas e ideológicas (ANDERSON, 2006, p. 4).

Atualmente, são pouquíssimos os territórios no mundo que não são considerados Estados soberanos, legitimados, pelo menos em texto, pela sua participação nas Nações Unidas. O mundo dividir-se em países tornou-se a regra, e a possibilidade de escapar dela não é sequer mencionada. Pelo contrário, tudo o que contraria esse sistema é considerado um problema a ser combatido.

E os problemas causados justamente pela manutenção da lógica dos Estados nacionais, suas fronteiras administrativas, sua aparente soberania e o diferente grau de participação de cada um na esfera internacional? As guerras internas que podem esfacelar uma “nação”, como no caso sudanês, não seriam justamente causadas pelas divisões entre “povos”, “etnias”, “nações”, e pela tentativa ou crença de alguns de que eles têm maiores direitos sobre os outros, ou pelo menos que, até certa linha no espaço, aquela terra é direito exclusivo de um, em detrimento do outro? Não seria o fenômeno histórico dos Estados nacionais a manifestação de uma constante e mais reptiliana disputa de poder presente no decorrer da história humana pós-sedentarismo? Essas são questões para manter em mente quando tratamos de qualquer processo de formação de Estado nacional.

Conforme Benedict Anderson, a definição de nação é a de uma “comunidade política imaginada – e imaginada como limitada e soberana” (2006, p. 6). Para um

determinado território ser “imaginado” como uma nação, são necessários símbolos capazes de desenvolver um sentimento de “comunidade” entre os concidadãos. Afinal, “independentemente da desigualdade ou exploração que podem prevalecer em cada caso, a nação é sempre concebida como uma profunda e horizontal camaradagem” (p. 7). Seguindo, ela é sempre “imaginada” porque “os membros de até a menor nação nunca conhecerão nem encontrarão a maioria de seus compatriotas, mas nas mentes de cada um vive a imagem dessa comunhão” (p. 7). Quais “imagens” são essas, cuja presença na mente dos indivíduos é capaz de evocar um sentimento de camaradagem forte o suficiente para que mães sintam-se honradas com a morte em batalha de seus filhos, desde que em defesa daqueles valores que a nação supostamente representa? E mais, de onde surgem tais imagens, ou símbolos? Ou melhor, *quem* cria os símbolos que dão sustento à ideia coletivizada de nação?

Creio que essa última questão seja essencial em nossa tentativa de compreender o processo de construção nacional, e mais especificamente o caso do Estado sul-sudanês. E aqui defendo a ideia de Eric Hobsbawm de que

as nações [...] são fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas” (HOBSBAWM, 1990, p. 20).

Apesar do caráter “dual” das nações, Hobsbawm deixa claro que elas “são construídas essencialmente pelo alto”, mesmo que seja imprescindível que as esperanças e aspirações das pessoas comuns sejam levadas em consideração. A fala de Riek Machar parece ilustrar bem essa situação: “os sacrifícios do povo não devem ser esquecidos” e “devemos andar em frente para realizarmos as aspirações de nosso povo”. Belas palavras na voz de um membro da alta elite administrativa do país.

E aqui entramos em uma questão essencial: para compreendermos melhor a formação do Sudão do Sul enquanto Estado nacional, devemos obrigatoriamente tentar compreender de forma mais detalhada possível o caráter das elites locais. Usamos “elites” no plural no sentido dado por Giovanni Busino. Para o autor, “no plural, a palavra ‘elites’ qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua

cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade” (BUSINO apud HEINZ, 2006). Portanto, devemos nos perguntar: quem forma, no Sudão do Sul, o “grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social”? Se conseguirmos chegar a uma resposta convincente, é possível que tenhamos melhores aportes para verificar como ocorre o processo de construção nacional do Sudão do Sul, enquanto ele se desenrola.

Acreditamos, então, que são as elites que criam a nação; são elas as construtoras dos símbolos que sustentarão a ideia de nação. Serão elas que se preocuparão em resolver o problema da coesão nacional, seja através da difusão massiva de imagens “nacionais” nas escolas, seja através da imposição de uma constituição que englobe todo o território nacional, seja através da celebração dos heróis nacionais e do arcabouço simbólico a representar a nação (bandeira, hino, moeda, etc.). Ou melhor, seja através de todos esses elementos em conjunto.

A República do Sudão do Sul, tornada independente em 2011 após vitória esmagadora em plebiscito realizado em janeiro do mesmo ano, nasceu dos escombros de duas guerras civis entre o governo sudanês e forças rebeldes do sul. Para o novo governo instaurado após a independência, o Estado nasceu da vitória na guerra; a luta por autonomia acabou por resultar em um Estado soberano, mesmo que não fosse esse necessariamente o objetivo da resistência dos rebeldes do SPLM/A. O próprio líder do movimento, John Garang de Mabior, morto em acidente de helicóptero meses após assinado o tratado de paz, sonhava com um “novo Sudão”, unido, mas com um sistema federativo que garantisse autonomia para todas as regiões e preservasse a imensa diversidade do país.

E é justamente a diversidade de povos, situados em uma área com imensa diversidade geográfica, um dos motivos apontados por Andrew Natsios para a instabilidade no país, desde a independência de 1956. De acordo com o autor, “a geografia do país tornou muito difícil para qualquer governo amarrar as regiões através de transporte ou infraestrutura administrativa” (NATSIOS, 2012, p. 9). O Sudão foi incapaz de unir o país, de criar a coesão tão essencial para a construção de qualquer nação. E para complicar uma situação já bem complicada, “a tarefa de construir uma nação unida partindo desta confusão coube a três tribos árabes [...] no Vale do Nilo: *ja'alliyyin*, *shaiqiyya* e *danaqla* – que juntas contam com 5,4 por cento da população do Sudão histórico – que dominam o país desde a independência” (2012, p. 11). Essa distribuição

desigual de poder é considerada o fator principal para as guerras civis que se seguiram à independência.

O já mencionado Douglas Johnson cita dez causas para os conflitos. Não cabe aqui mencionar todas essas causas, mas é interessante citar duas delas: primeiro, “um movimento nacionalista pobre entre a elite do norte do país que, confrontada com as questões relativas à diversidade e ao desenvolvimento desigual do país, tentou construir uma identidade nacional baseada nos princípios da cultura árabe e do Islamismo” (JOHNSON, 2011, p. *x*). E segundo, o “fracasso em obter um consenso nacional no norte e no sul nos anos 1970 [período entre-guerras] referente à unidade nacional, ao desenvolvimento regional e ao equilíbrio de poder entre os governos central e regional” (p. *x*). Ou seja, as elites sudanesas foram incapazes de tornar realidade seu plano de unidade nacional, principalmente por não conseguirem lidar com a diversidade do país e tentarem impor, contra a vontade das regiões periféricas, uma “identidade nacional” baseada em princípios contrários aos dessas regiões⁹⁶.

Então, já periféricos politicamente e abnegados economicamente, diversos povos do sul acabaram por pegar em armas contra a tentativa de imposição cultural da língua árabe e da religião islâmica. Os acontecimentos da guerra que se desenrolaria por quase meio século não são o tema deste capítulo, mas tornam-se fundamentais para conseguirmos mapear os partidos/movimentos/guerrilhas rebeldes que se formaram no contexto, principalmente aquele formado em 1983, da segunda guerra civil sudanesa. Afinal, é das fileiras desses partidos (e do SPLM, mais especificamente) que surgirá o que podemos denominar de a primeira elite administrativa sul-sudanesa após a independência.

O SPLA foi formado em 1983, principalmente por membros do antigo movimento *anya-nya*, que, incorporados ao exército sudanês após o acordo de paz que pôs fim à primeira guerra civil, ainda sentiam forte desconfiança em relação aos oficiais do norte. Guerrilhas continuaram operando, mesmo no período entre-guerras, mas “a recusa do batalhão 105, localizado nas regiões de Bor, Pibor e Pochalla, de se deslocar para o norte, apoiando-se na interpretação do tratado de Adis Abeba de que deveriam permanecer no

⁹⁶ Ver cap. 3

sul” (JOHNSON, 2011, p. 61), acabou antecipando um movimento que já estava sendo planejado por líderes sul-sudaneses⁹⁷.

Em julho de 1983, o SPLA lançou seu manifesto revolucionário. Não constava nele uma causa pró-independência, mas, focando no desenvolvimento desigual e na tentativa de sucessivos governos de instaurarem uma nação islâmica e árabe, proclamavam guerra ao governo central. É curioso notar que “a resposta do sul foi minada pela preocupação das elites sul-sudanesas com empregos governamentais” (JOHNSON, 2011, p. 64), devido à prática do governo sudanês de oferecer uma hierarquia de postos para manter as elites quietas. Até as “alas militares dos movimentos no exílio eram notadas pela superabundância de oficiais ‘sem exércitos para comandar’” (p. 64). Portanto, apesar de algumas continuidades, é plausível afirmarmos que uma ampla parte da elite sul-sudanesa do período entre-guerras foi contrária à decisão de iniciar um movimento rebelde de larga escala no sul. Pode-se dizer que a elite que se formaria no decorrer da segunda guerra civil, e que depois formaria a elite do novo país, surgiu no contexto da guerra. Não queremos, com isso, afirmar que uma “nova” elite se firmou, nem que alguns membros dessa elite não estivessem engajados nas lutas desde 1956, e muito menos que uma “elite tradicional” não teve papel nessa história. Porém, entendemos que, para nosso intuito de mapear a atual elite administrativa sul-sudanesa, devemos delimitar essa elite às lideranças do movimento rebelde que se iniciou com a formação do SPLM, e que agregou outros partidos no decorrer da guerra.

Deixemos, por ora, os acontecimentos da guerra de 1983 a 2005, e tentemos desvendar quem são, em termos gerais, essas lideranças da guerra, e nos perguntemos se há, de fato, uma migração destas para os altos postos do novo governo. Partimos da ideia de que sim, a nova elite administrativa do Sudão do Sul é formada pelas lideranças da guerra, agora alçadas ao governo político do país; trata-se de um grupo específico de pessoas, aquelas a ocuparem os cargos mais altos da nova administração da República do Sudão do Sul.

⁹⁷ Ver cap. 3.1

Até aqui foram citados apenas 3 nomes de nosso universo de estudo. O primeiro foi John Garang de Mabior, líder do SPLA durante a segunda guerra civil sudanesa, que ocuparia o cargo de presidente se não tivesse morrido em um acidente de helicóptero em 30 de julho de 2005. Garang surge no discurso nacionalista como o legítimo “herói nacional”, inclusive com sua imagem impressa no *pound* sul-sudanês. Os outros nomes foram os de Riek Machar, vice-presidente na época da entrada do Sudão do Sul na ONU, e cujo cargo lhe foi retirado após a “limpeza” promovido pelo governo em 23 de julho de 2013, e Salva Kiir Mayardit, atual presidente. A remoção de Machar do cargo coincide com seus discursos afirmando seu desejo de concorrer ao cargo máximo na segunda eleição presidencial. Especula-se que as divergências entre presidente e vice já estavam se acirrando nos meses anteriores à “limpeza”, com ambos divergindo em relação a medidas governamentais, especialmente com relação aos procedimentos a serem tomados nas conferências de paz propostas para resolver os problemas da guerra (uma espécie de “comissão da verdade”), que visava aproximar povos cuja relação estava comprometida devido a massacres perpetrados durante os longos conflitos. Atualmente, presidente e ex-vice lideram facções opostas no novo conflito interno e debatem para desenvolver uma nova forma de compartilhamento de poder.

Mas e os outros tantos indivíduos, membros do que chamamos a “alta elite administrativa” do Sudão do Sul? Detectamos, nesta investigação histórica dos processos políticos sul-sudaneses, a prevalência de dois tipos de “elite” nos ocupantes dos altos cargos administrativos. Esses indivíduos podem ser considerados parte de uma “elite militar”, principalmente formada pelos detentores de altos cargos militares durante a guerra, ou de uma “elite intelectual”, geralmente formada por membros educados no exterior, mas que tiveram algum tipo de participação no esforço de guerra. O que denominamos de “elite intelectual” compõe-se principalmente da chamada diáspora sul-sudanesa, e, de preferência, das pessoas que também participaram ativamente, em campo, das batalhas contra o norte. John Garang, por exemplo, pertencia tanto a uma elite intelectual quanto a uma militar. Mas busquemos entender melhor essa elite intelectual, afinal, do gigantesco número de refugiados de guerra, apenas um número ínfimo pôde se deslocar para outro país e estudar em suas universidades. Ou seja, apenas uma já-elite (pelo menos econômica) foi capaz de mandar seus filhos para o exterior para uma formação acadêmica. A esmagadora maioria de sobreviventes deslocados continuou nos campos de refugiados localizados nas fronteiras externas ou internas do país.

A elite militar, como o nome já pressupõe, é formada pelos detentores dos mais altos cargos militares no decorrer da guerra civil. Essa passagem de uma liderança revolucionária para uma liderança do novo governo pós-independência pode ser vista também em outros países africanos. A tendência é que os vitoriosos da guerra se tornem os governantes da nova “pátria”. Em alguns casos, vemos surgir ditaduras duradouras. Ou seja, após a libertação do país das mãos do poder colonial (e no caso sudanês, das mãos do governo central), ocupam o poder as lideranças rebeldes, que dificilmente encontram concorrência, ou simplesmente se recusam a entregar o poder. Além do mais, nossas elites são patrocinadas pelas grandes potências internacionais, interessadas em uma forçada estabilidade política que as possibilite explorar os recursos locais. Disfarçadas com o nome de República, a maioria das novas nações africanas sofreu, e ainda sofre, para colocar em prática uma lógica mais “democrática” de governança. No caso sul-sudanês, a guerra civil que se espalhou e custa em arrefecer, é uma consequência do fracasso do “partido-tornado-país” em manter sua coesão interna. Mesmo com todos os cargos governamentais ocupados pelos membros do mesmo partido, não houve concordância na distribuição de poder dentro do partido. Não queremos aqui fazer uma defesa da “democracia”, nem afirmar que acreditamos ser possível ou desejável que se estabeleça um processo democrático na África nos moldes propostos pela Europa e pelos Estados Unidos. Pelo menos não estaríamos dispostos a fazer tais afirmações sem um profundo debate sobre o tema.

Mas, para finalizar, fica então esse quadro inicial, desenhado mais em suposições gerais e em um ainda incipiente vislumbre de fontes “seguras”: a elite administrativa sul-sudanesa é formada basicamente pelos líderes do esforço de guerra, seja na esfera militar, seja no campo acadêmico e diplomático, que passaram a ocupar os altos cargos depois de estabelecida a República do Sudão do Sul. Além disso, quase a totalidade do universo dessa elite é formada por membros do SPLM, maior partido das forças rebeldes durante a guerra, o que demonstra fortes laços políticos em jogo: a disputa política parece se dar apenas no interior do partido, e sua nova fratura em campos opostos parece confirmar o fracasso na distribuição de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

História em andamento, questões em aberto

Quem sabe seja possível ler os eventos do dia, situá-los historicamente e interpretá-los com um grau de subjetividade similar a se estivéssemos falando do passado. Absurdo seria se considerássemos o passado desconectado do presente no qual ele foi evocado. Ao notarmos as mudanças e continuidades do último século ou mais, não podemos deixar de notar os acontecimentos de hoje como parte do fluxo, a se tornarem, em breve, passado também. Estamos, portanto, aptos a analisar o presente em uma perspectiva histórica, assim como estamos para interpretar o passado? A história não seria senão o nome dado à totalidade – passado, presente, futuro – das ações humanas, aquilo que poderia, mas não houve, permanecendo como potência ou a se perpetuar em universos paralelos? Uma das questões fundamentais dos estudos históricos diz respeito à transformação, não somente da sociedade, mas do indivíduo, também em constante mutação, portanto impossível de ser descrito como uma entidade ou um organismo vivo fixo com perspectivas estáticas. Há continuidades, há ações, há consequências, há mudança, há interpretações e há a simples impossibilidade de reconstruir o passado. E mesmo assim há a figura do historiador, ajudando a criar passado, presente e futuro.

A proposta é simples, e, para o ramo, pode parecer radical. Reconhecendo o valor de todo trabalho que visa a compreensão do passado como um trabalho essencial, consideramos ainda mais importante o trabalho que visa conhecer o presente. Antes de tudo, a disciplina histórica – o decifrar dos códigos do passado – deve servir a esse propósito primário. Ao estabelecermos este norte, os nortes perdem o norte, e o passado, em si, confunde-se com o presente, e o presente, em si, como continuidade do passado, pode ser interpretado, quase como passado, sem pudor e com a inevitável subjetividade do autor. Portanto, ao nos utilizarmos dos métodos históricos, daquilo que foi pesquisado por todo historiador, cada qual em seu presente-espço, estamos aptos a compreender o que mais importa: o que passa ao nosso redor. Assim, com felicidade e amor, podemos ser também elemento de mutação, de continuidade e de ruptura da grande trama humana.

Após essa divagação quanto ao historiador e o alcance de seu objeto de estudo, deixamos aqui algumas palavras finais. Tendo chegado até aqui, em muito o leitor terá razões para críticas, principalmente quanto à simplificação excessiva e eventual

superficialidade com que muitos temas são tocados; termos e conceitos densos, carregados de sentidos, por aqui velem à distância, apenas passageiramente aos olhos do leitor. Após atravessar essa longa história aqui apresentada, resta o estímulo à curiosidade. E se este trabalho servir de alicerce para as críticas de pesquisas futuras, terá alcançado seu objetivo.

No dia 25 de agosto de 2015, a ONU, através de seu Conselho de Segurança, divulgou um relatório do secretário-geral sobre o Sudão do Sul, analisando o período entre 14 de abril e 19 de agosto do mesmo ano. O relatório apresentava, em 82 pontos, com o formato sucinto e objetivo comum a esse tipo de documento, uma imagem desoladora da situação no país. Além de apresentar o número de refugiados internos e externos do conflito até então – mais de 2.2 milhões de pessoas⁹⁸ -, o relatório ainda divulgava o resultado do monitoramento da instituição em relação à violação de direitos humanos, revelando detalhes de atrocidades envolvendo crianças, jovens, adultos e idosos em uma *necroneblina* de sangue. Não é intuito desse trabalho apresentar ao leitor detalhes gráficos dessas calamidades sofridas em guerra, nem tampouco sugerir que esse tipo de violência seja praticada exclusivamente no Sudão do Sul, em África, no Brasil ou qualquer lugar específico que seja. Nossa *necropolítica* é global, herança sistêmica de uma lógica politicamente colonial e economicamente capitalista, muito mais generalizada que contextual. De qualquer maneira, segue apenas o item 48 do relatório da ONU:

Devido ao recrudescimento da violência nos Estados de Unidade e Alto Nilo, foram relatados um total de 279 incidentes afetando 5.995 crianças. Estes incluíram 60 incidentes de assassinatos (afetando 97 meninos, 54 meninas e 52 crianças de gênero desconhecido); [...] 34 incidentes de recrutamento e uso de crianças (afetando 289 meninos e 3 meninas); [...] 33 incidentes verificados de estupro (afetando 4 meninos e 92 meninas) [...] (ONU. Relatório sobre o Sudão do Sul, 21, ago., 2015, p. 10).

Além dessa preciosa coleta de informações sobre as atrocidades da guerra, o relatório também disserta sobre os caminhos e descaminhos das negociações de paz.

⁹⁸ ONU. Relatório sobre o Sudão do Sul, 21, ago., 2015, p. 6

Autores internacionais como Uganda e Etiópia, o IGAD e a *tróika* formada por Estados Unidos, Inglaterra e Noruega, continuam a participar do processo, agora incluindo a China como importante interlocutora. Pouco antes de divulgado o relatório, havia se assinado um cessar-fogo imediato – mais um – em Addis Abeba e as partes em disputa concordavam com os termos de um novo tratado de paz, em muito espelhado no Tratado Compreensivo de 2005. Enquanto se articulam os caminhos para a implementação das medidas acordadas no papel e enquanto se busca uma forma de acomodar as estruturas vigentes nos moldes de um Estado-nação imaginado, continuam os conflitos característicos ao Sudão do Sul, enquanto em outros lugares

BIBLIOGRAFIA

- AMSELLE, Jean-Loup. Etnias e Espaços: uma antropologia topológica. In: AMSELLE, Jean-Loup e M'BOKOLO, Elikia (coord.) **Pelos Meandros da Etnia**. Luanda: Edições Mulemba, 2014.
- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**. London: Verso, 2006.
- BALANDIER, Georges. A Situação Colonial: uma abordagem teórica. In: SANCHEZ, Manuela Ribeiro. **As Malhas que os Impérios Tecem**. Lisboa: Edições 70, 2012.
- BARBOSA, Muryatan. A construção da perspectiva africana: uma história do projeto *História Geral da África* (Unesco). **Revista Brasileira de História**, v. 32, n. 64, p. 211-230. 2012.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BREIDLID, Anders. (ed.) **A Concise History of South Sudan**. Kampala: Fountain Publishers. 2014
- BRETT, Michael. Islam and Trade in the Bilad al-Sudan, Tenth-Eleventh Century A.D. **The Journal of African History**, Cambridge University Press, v. 24, n. 4, p. 431-440. 1983
- CAHEN, Michel. Anticolonialism & Nationalism: Deconstructing Synonymy, Investigating historical processes. In: MORIER-GENOUD, Éric (Ed.). **Sure Road? Nations and Nationalisms in Guinea, Angola and Mozambique**. Leiden: Brill, 2012.
- CASTELLANO DA SILVA, Igor. **Congo, A Guerra Mundial Africana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012..
- CÉSAIRE, Aimé, **Discurso sobre o Colonialismo**. Porto: Publicações D. Quixote, 1971.
- COLLINS, Robert O. **A history of Modern Sudan**. New York: Cambridge, 2008
- DALY, P. M. **The Sudan of the Three Niles: The Funj Chronicle, 910-1288/1504-1871** (Islamic History and Civilization). Leiden: Brill Academic Pub., 1999.
- EDWARDS, David N. **The Nubian Past: An Archaeology of the Sudan**. London: Routledge, 2004.
- EL TOM, Abdullahi. "The Black Book of Sudan: Imbalance of Power and Wealth in Sudan". **Journal of African National Affairs**, v. 1, n. 2, p. 25–35. 2013.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008.
- FROMKIN, David. **A Peace to End All Peace: The fall of the Ottoman Empire and the Creation of the Modern Middle East**. New York: owl Books, 2001.
- GARANG, Kuir ë. **South Sudan Ideologically**. Calgary: The Nile Press, 2013.
- GUARAK, Mawut Achiecque Mach. **Integration and Fragmentation of the Sudan: An African Renaissance**. Bloomington: Author House, 2011.
- HALL, Stuart. Ethnicity and Politics: an interpretation. In: APPIAH, Kwame Anthony; GATES, Henry Louis. **Africana, the encyclopedia of the African and African American experience**. New York: Basic Civitas Books. 1999.
- HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- HEINZ, Flavio M. **Por uma outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLT, P.M e DALY M.W. **A History of the Sudan: From the Coming of Islam to the Present Day**. Malásia: Pearson Education Limited, 2011.

HUTSCHINSON, Sharon. Nuer ethnicity militarized. In: **Anthropology Today**, v. 16, n. 3, p. 6-13. 2000.

IRWIN, Robert. **The Middle East in the Middle Ages: The Early Mamluk Sultanate, 1250-1382**. Carbondale: Southern Illinois University, 1986.

JOHNSON, Douglas H. **The Root Causes of Sudan's Civil Wars**. Rochester: James Currey, 2011.

_____. Enforcing separate identities in the Southern Sudan: the case of the Nilotes of the Upper Nile. In: PRUNIER, Gerard. **Les ethnies ont un histoire**, pp. 234-245, 2003.

_____. **Nuer Prophets: A History of Prophecy from the Upper Nile in the Nineteenth and Twentieth Centuries**. Londres: Oxford University Press, 1997.

_____. **The return of Ngundeng's Dang**. 2009. Disponível em: <<http://www.sssuk.org/NgundengsDang/rndi.php>>. Acessado em 03 de setembro de 2015.

KELLY, Raymond C. **The Nuer Conquest**. The Structure and Development of an Expansionist System. Ann Arbor: University of Michigan, 1985.

KUOL, Stephen Par. In <http://www.sudantribune.com/spip.php?article46253SudanTribune>. Acessado em 03 de setembro de 2013

KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral da África. Vol. I**. Brasília: Unesco, 2010.

LeRICHE, Matthew. In <http://africanarguments.org/2014/01/28/south-sudan-not-just-another-war-and-another-peace-in-africa-by-matthew-le-riche/>. Acessado em 03 de setembro 2015.

LUPAI, Jacob. In. <http://www.southsudannewsagency.com/opinion/editorials/attaining-sustainable-national-unity-through-federal-system-of-government>. Acessado em 03 de setembro de 2005.

MADUT-AROP, Madut. **Sudan's Painful Road to Peace**. Lexington, KY: BookSurge, 2006.

MANSFIELD, Peter. **The British in Egypt**. Londres: Holt, Reinhart and Winston, 1972.

MARSOT, Afaf Lutfi al-Sayyid. **Egypt in the reign of Muhammad Ali**. Cambridge, 1983

MARTELLI, Peter. In. <http://www.msn.com/en-ph/news/newsworld/50000-and-not-counting-south-sudans-war-dead/ar-BBdY9Zs>

MARWOOD, **The Juba Conference, June, 1947**. In: <http://www.gurtong.net/LinkClick.aspx?fileticket=OBZ%2B7v1SXis%3D&tabid=124>

MAYER, Thomas. **The Changing Past: Egyptian Historiography of the Urabi Revolt, 1882-1983**. Gainesville: University of Florida Press, 1988.

MBEMBE, Achille. **Critique de la Raison Nègre**. Paris: L Découverte, 2013.

_____. **Necropolítica seguido de sobre el gobierno privado indirecto.** España: Editorial Melusina, 2011.

_____. **On the Postcolony.** Berkeley: University of California Press, 1996.

M'BOKOLO, Elikia **África Negra: História e Civilizações Tomo I.** Salvador: EDUFBA, 2011.

MCNAB, Chris. **Ejercitos de las Guerras Napoleónicas.** Madrid: LIBSA, 2010.

MOELLWALD, Gabriel Cabeda Egger. **Enquanto Isso no Sudão.** 2011. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MVENG, Engelbert. Introduction générale. In: VVAA. Perspectives nouvelles sur l'histoire africaine (Congrès international d'Historiens de l'Afrique, University College, Dar es Sallam). Paris: Présence Africaine, 1971

NATSIOS, Andrew S. **Sudan, South Sudan & Darfur: What Everyone Needs to Know.** New York: Oxford, 2013.

NYOL, J. Nguen. In. <<http://www.southsudannewsagency.com/opinion/articles/nuer-massacre-i-am-alive-not-dead>>. Acessado em 03 de setembro de 2015.

PARKER, John; RATHBONE, Richard. **African History: A very short introduction.** New York: Oxford. 2007.

ROBINSON, David. **Muslim Societies in African History.** New York: Cambridge University Press, 2004.

SACCO, Joe. **Notas Sobre Gaza.** São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

SANTOS, Patricia Teixeira. **Fé, Guerra e Escravidão: uma história da conquista colonial do Sudão (1881-1898).** São Paulo: FAP/UNIFESP, 2013.

SCHWEINFURTH, Georg. **The Heart of Africa: three years travels and adventures in the unexplored region of Central Africa from 1868 to 1871.** New York: Harper & Brothers, 1874.

WARNER, A. Report of the Rejaf Language Conference, 1928. **Bulletin of the School of Oriental Studies**, University of London, v. 5, n. 2, p. 426-428. 1929.

WEL, PaanLuel. **Who Killed Dr. John Garang.** CreateSpace Independent Publishing Platform. 2015.

WILSON, Arnold. **The Suez Canal.** London: Oxford University Press, 1939

ZEWDE, Bahru. **A History of Modern Ethiopia. 1855-1991.** Athens, Ohio: Ohio University Press, 2001.

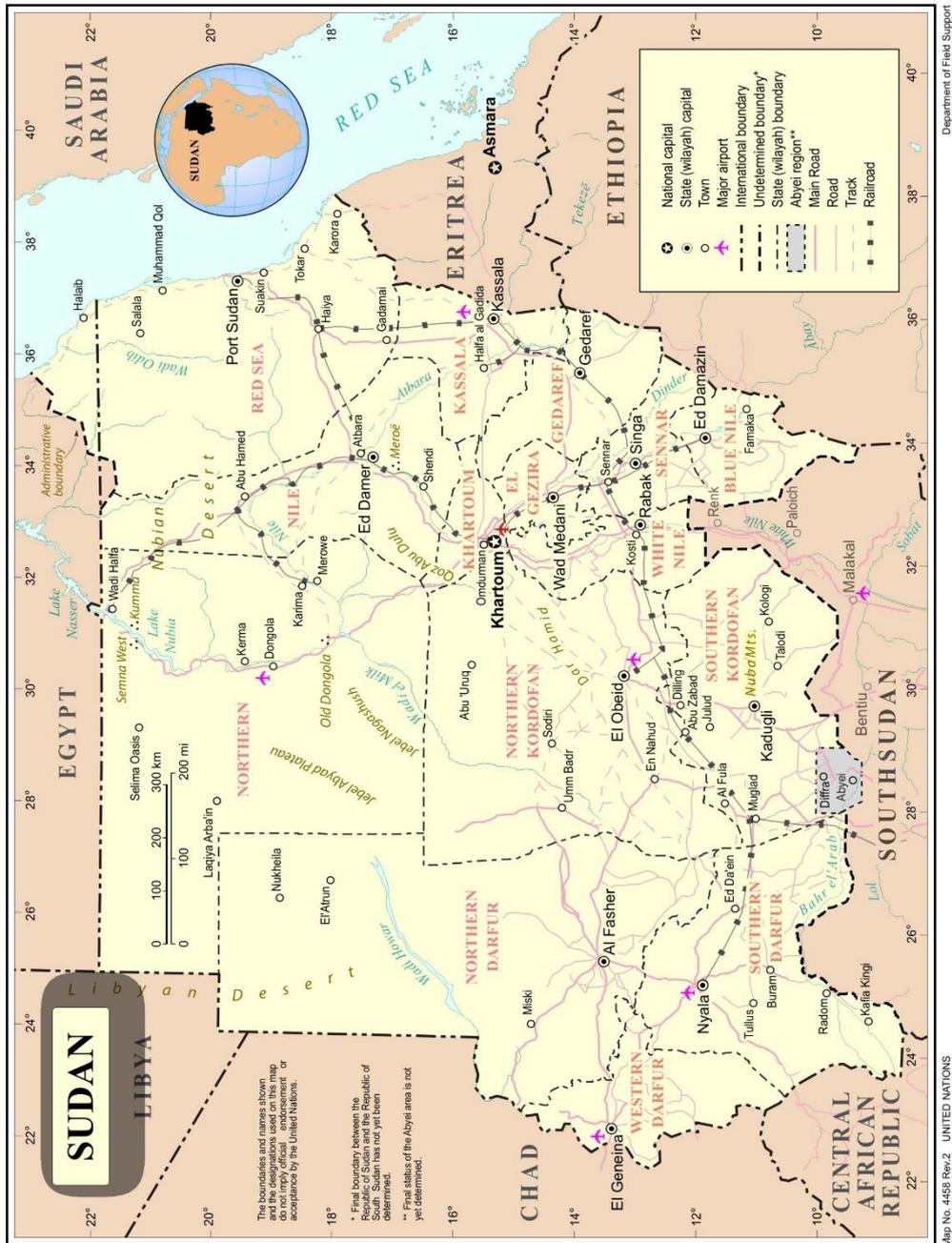
FONTES

ONU. In. <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=46912#.Vei9euFIh8k>>. Acessado em 03 de setembro de 2015.

_____. In. <http://www.un.org/africarenewal/magazine/august-2011/after-independence-what-next-south-sudan>. Acessado em 03 de setembro de 2015.

_____. **Relatório sobre o Sudão do Sul**, 21 de Agosto de 2015 (18 pgs).

MAPA DO SUDÃO



Map No. 1458 Rev.2 UNITED NATIONS
 Department of Field Support
 Cartographic Section
 March 2012

Extraído de <<http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/sudan.pdf>> Acessado em 03 de setembro, 2015

